

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Ingrid Aparecida Rogério Ribeiro

CAPELAS DE VILA RICA:
A vida festiva e os adros da freguesia de Antônio Dias do século XVIII a meados do XIX

Belo Horizonte
2020

Ingrid Aparecida Rogério Ribeiro

CAPELAS DE VILA RICA:

A vida festiva e os adros da freguesia de Antônio Dias do século XVIII a meados do XIX

Versão Final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

Orientador: André Guilherme Dornelles Dangelo

Belo Horizonte
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

R484c

Ribeiro, Ingrid Aparecida Rogério.

Capelas de Vila Rica [manuscrito] : a vida festiva e os adros da freguesia de Antônio Dias do século XVIII a meados do XIX / Ingrid Aparecida Rogério Ribeiro. - 2020.

152 f. : il.

Orientador: André Guilherme Dornelles Dangelo.

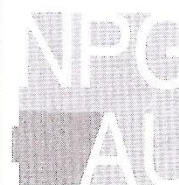
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura de igrejas - Teses. 2. Capelas - Teses. 3. Templos - Teses. 4. Vila Rica (MG) - Teses. I. Dangelo, André Guilherme Dorneles. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 711.4098151



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Uma releitura das capelas urbanas e suburbanas de Vila Rica: vida festiva e seus adros
(Freguesia de Antônio Dias do século XVIII a meados do XIX)

INGRID APARECIDA ROGÉRIO RIBEIRO

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 30 de janeiro de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo - Orientador
EA-UFMG

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro
EA-UFMG

Profa. Dra. Adalgisa Arantes Campos
FAFICH-UFMG

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2020.

Dedico este trabalho a Deus e àqueles que amo. Em especial, à minha mãe, Maria José, que ensinou-me que o estudo é o melhor caminho.

RESUMO

A fim de resgatar o importante espaço dos adros das Capelas dos séculos XVIII e XIX e contribuir na superação desta lacuna verificada na pesquisa sobre os templos religiosos barrocos, a pesquisa almeja evidenciar o potencial desses espaços nas Minas Setecentistas. Propondo um novo olhar para os monumentos religiosos, o adro será visto à luz das relações sociais constatáveis como retrato da religiosidade setecentista e como importante recurso arquitetônico de valorização do monumento religioso. A pesquisa é estruturada em três capítulos. Para tanto, o primeiro capítulo intitulado *As origens e a estruturação do Templo Cristão no Brasil* contextualizará os aspectos rituais reguladores da Igreja e as características das primeiras edificações da arquitetura sagrada erigidos no território luso-brasileiro, apresentando a forte influência tridentina na colônia. Em seguida, o segundo capítulo denominado *A expressão da religião nas capelas setecentistas de Vila Rica* abordará relação hierárquica entre a Coroa Portuguesa, Igreja e a colônia luso-brasileira para compreender os fatores decisivos para a adoção das práticas religiosas católicas em Vila Rica e consequente organização da Igreja nas Minas Setecentistas. Trataremos ainda das festividades religiosas vivenciadas em Vila Rica e das devoções presentes nas capelas suburbanas e urbanas. Por fim, o terceiro capítulo chamado *Os Adros na Formação da Arquitetura Religiosa nas Minas Setecentistas: o caso de Vila Rica*, identificará e discutirá o papel do adro na formação do espaço urbano – enquanto espaço intermediário público-privado. Os adros são categorizados em tipologias de Capelas e analisados segundo a percepção do ambiente construído e da paisagem urbana. Assim, o adro será examinado como um significativo recurso arquitetônico de articulação urbana, valorização do monumento edificado e espaço das relações sagradas e profanas nos templos religiosos.

Palavras-chave: Adros. Capelas. Vila Rica. Tipologias. Espaço público-privado.

ABSTRACT

In order to rescue the important space of the churchyard from the 18th and 19th centuries's Chapels, and contribute to overcoming this verified gap in the research on Baroque religious temples, this work aims to highlight potential of these spaces in the eighteen-century Minas Gerais. Proposing a new look at religious monuments, the churchyard will be seen in the light of social relations that can be seen as a portrait of eighteenth-century religiosity and as an important architectural resource to enhance the religious monument. The research is structured in three chapters. To this end, the first chapter entitled *Origins and structuring of the Christian Temple in Brazil* will contextualize the regulatory aspects of the Church and the characteristics of the first buildings of sacred architecture erected in the Portuguese-Brazilian territory, presenting the strong Tridentine influence in the colony. The second chapter called *The expression of religion in the eighteenth-century chapels in Vila Rica* addresses the hierarchical relationship between the Portuguese Crown, Church and the Portuguese-Brazilian colony to understand decisive factors for adopting Catholic religious practices in Vila Rica and the consequent organization of the Church in the eighteenth-century Minas Gerais. We will also deal with the religious festivities experienced in Vila Rica and the devotions present in the suburban and urban chapels. Finally, the third chapter called *The churchyards in the formation of religious architecture in eighteenth-century Minas Gerais: the case of Vila Rica*, to identify and discuss the role of churchyard in the formation of urban space – as intermediate public-private space. The announcements are categorized in typologies of Chapels and analyzed according to the perception of built environment and urban landscape. Thus, the churchyard will be examined as an architectural resource of significant urban articulation, enhancement of built monument, and space for sacred and profane relations in religious temples.

Keywords: Churchyards. Chapels. Vila Rica. Typologies. Public-Private space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ilustração em perspectiva e planta da <i>Domus ecclesiae</i>	18
Figura 2: Esquema das partes da missa tridentina.....	29
Figura 3: Esquema hierárquico da organização eclesiástica colonial.....	47
Figura 4: Planta de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar Mappa de Villa Rica (1800).....	61
Figura 5: Planta da cidade de Ouro Preto. 1888.....	62
Figura 6: Distribuição espacial esquemática das capelas e igrejas de Vila Rica.....	65
Figura 7: Imagens de Santana no Museu do Aleijadinho.....	80
Figura 8: Ex-voto de 20 de outubro de 1732.....	811
Figura 9: Esquema do caminho tronco e as ramificações posteriores.....	96
Figura 10: Movimento centrípeto de ocupação de Vila Rica.....	97
Figura 11: Movimento expansivo de ocupação de Vila Rica.....	97
Figura 12: Partido típico de frontispício das capelas mineiras e fotos das capelas de V. R.....	104
Figura 13: Capela de São João Batista.....	106
Figura 11: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787) e “Planta de Villa Rica de N. ^a S. Do Pilar” (1800).....	107
Figura 12: Capela de Santana.....	108
Figura 16: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787) e “Planta de Villa Rica de N. ^a S. Do Pilar” (1800) – Detalhe do Morro da Perda Branca.....	109
Figura 17: Esquema da Capela de Santana e moradas no entorno.....	110
Figura 18: Capela da Piedade.....	111
Figura 19: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787) e “Planta de Villa Rica de N. ^a S. Do Pilar” (1800) – Detalhe do Morro da Lavra Nova.....	112
Figura 20: Capela da Bom Jesus das Flores do Taquaral.....	113
Figura 21: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787) e “Planta de Villa Rica de N. ^a S. Do Pilar” (1800) – Detalhe do Morro do Taquaral.....	115
Figura 22: Capela do Rosário do Padre Faria em momentos distintos.....	118
Figura 23: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787), “Planta de Villa Rica de N. ^a S. Do Pilar” (1800), “Planta da Cidade de Ouro Preto” (1888) – Detalhe do Morro do Padre Faria.....	119
Figura 24: “Vila Rica”. [1817-1821]. Morros da Serra do Ouro Preto.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População de Vila Rica - 1804.	66
Tabela 2: Recorte da tabela População de Vila Rica (I).....	70
Tabela 3: Recorte da tabela População de Vila Rica (II).....	70
Tabela 4: Lista dos Domicílios do Distrito de Antônio Dias	152
Tabela 5: Provisões da Capela de São João Batista (1742-1761).....	79
Tabela 6: Provisões de casamento da Capela de São João Batista (1761-1820).....	76
Tabela 7: Provisões para exposição do Santíssimo na Capela de Santana (1742-1761).....	79
Tabela 8: Provisões para exposição do Santíssimo na Capela de Santana (1761-1820).....	79
Tabela 9: Provisões diversas para a Capela de Santana (1742-1761)	79
Tabela 10: Provisões de exposição do Stmo. na Capela de N. S. da Piedade (1742-1820)	81
Tabela 11: Provisões de casamento na Capela de N. S. da Piedade (1761-1820).....	86
Tabela 12: Provisões da Capela do Taquaral (1742-1761)	74
Tabela 13: Provisões da Capela do Taquaral (1761-1820).....	74
Tabela 14: Provisões da Capela do Rosário do Padre Faria (1742-1761).....	918
Tabela 15: Provisões da Capela do Rosário do Padre Faria (1761-1820).....	929
Tabela 16: Provisões da Capela do Rosário do Padre faria (1742-1761).....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEAM	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
AEPNSP	Arquivo Eclesiástico da Paróquia Nossa Senhora do Pilar
APM	Arquivo Público Mineiro
AT	Antigo Testamento
CIC	Catecismo da Igreja Católica
IEPHA	Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NT	Novo Testamento

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida.

Ao meu orientador professor André Dangelo por acreditar nesta pesquisa, por suas orientações e críticas que direcionaram e solidificaram o trabalho. Agradeço à professora e amiga Adalgisa Campos que se dispôs, generosamente, a me acolher e a compartilhar tamanho conhecimento sobre o Barroco, as Minas e sobre a vida. À professora Fernanda Borges (in memoriam) por partilhar o valor do rigor e a beleza da cartografia enquanto nos encantava com sua vida. À professora Daniele Caetano por ter sido a primeira a motivar-me em meio à inquietação pelo tema.

À minha família, sobretudo a minha mãe Maria José Rogério e ao meu irmão Wenderson Ribeiro, por serem a maior inspiração para esta jornada. Ao fiel amigo Márcio Santos, pelo apoio e dedicação integrais ao longo de todo o processo e por acreditar em mim quando nem eu mesma cria, sua presença foi fundamental para o fechamento desse ciclo.

À Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto, sobretudo à arquiteta Débora Queiroz pela disponibilidade em me receber e prestatividade ao fornecer dados históricos das capelas e igrejas de Ouro Preto.

À equipe do Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, pela gentileza e disponibilidade de prover preciosos dados sobre o patrimônio histórico religioso de Ouro Preto.

Às equipes da portaria e da biblioteca da Faculdade Jesuíta (FAJE), dos quais não ousei citar os nomes por receio de ser injusta com um esquecimento. Não bastasse usufruir de tão bom acolhimento e da exemplar biblioteca, desfrutei de serenidade por muitos meses nos jardins daquela instituição.

À Yasmin Vieira, pelo incentivo constante em meio ao trabalho solitário do mestrado e por nossas trocas, cruciais para permanecer seguindo corajosamente. À Ludmilla Andrade e tantos outros sem os quais não seria possível desenvolver este trabalho. Aos amigos, presentes e ausentes, por compreenderem minhas ausências e torcerem pelo êxito.

SUMÁRIO

1 AS ORIGENS E A ESTRUTURAÇÃO DO TEMPLO CRISTÃO NO BRASIL	16
1.1 Antecedentes: traços da Igreja Primitiva na construção dos Templos Cristãos	16
1.2 O rito católico na cultura tridentina	21
<i>1.2.1 Cerimônias litúrgicas</i>	27
1.2.1.1 As partes da Missa Tridentina	28
1.2.1.1.1 A Antemissa	29
1.2.1.1.2 A Missa sacrificial ou Missa dos fieis	32
1.2.1.1.3 Os elementos litúrgicos	34
1.2.1.2 Festa de Corpus Christi.....	37
1.2.1.3 Quinta-feira de Endoenças.....	39
<i>1.2.2 Cerimônias paralitúrgicas</i>	40
1.2.2.1 Culto à Eucaristia	40
1.2.2.2 Culto às relíquias e às imagens.....	42
1.2.2.3 Procissões	43
1.2.2.4. Saimentos	44
2 A EXPRESSÃO DA RELIGIÃO NAS CAPELAS SETECENTISTAS DE VILA RICA	47
2.1 A Igreja na sociedade setecentista	49
2.2 A expressão de fé através das festividades religiosas	53
2.3 Divisão espacial e administrativa das capelas de Vila Rica	57
2.4 Formação sócioeconômica de Vila Rica	63
<i>2.4.1 Indicadores populacionais e Capelas Suburbanas</i>	64
<i>2.4.2 Indicadores populacionais e Capelas Urbanas</i>	73
2.5 A vivência da religiosidade nas capelas de Vila Rica	75
<i>2.5.1 Capela de São João Batista</i>	78
<i>2.5.2 Capela de Santana</i>	80

2.5.3 Capela de Nossa Senhora da Piedade.....	83
2.5.4 Capela de Bom Jesus das Flores do Taquaral.....	85
2.5.5 Capela do Rosário do Padre Faria.....	87
3 OS ADROS NA FORMAÇÃO DA ARQUITETURA RELIGIOSA: AS CAPELAS SETECENTISTAS DE VILA RICA	94
3.2 As capelas de Vila Rica e seus adros	103
3.2.1 Capela de São João Batista.....	105
3.2.2 Capela de Santana.....	108
3.2.3 Capela de Nossa Senhora da Piedade.....	111
3.2.4 Capela de Bom Jesus das Flores do Taquaral.....	113
3.2.5 Capela do Rosário do Padre Faria.....	116
3.2.6 Os adros e o uso social.....	122
3.3 Os adros sob a percepção do ambiente construído e da paisagem urbana	124
CONCLUSÃO.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
ANEXOS	140
ANEXO A - Censo de 1746 separado por localidade (Morros).....	140
ANEXO B – Censo de 1746 separado por localidade (Antônio Dias).....	143
ANEXO C – Censo de 1746 separado por localidade (Padre Faria)	148
ANEXO D – Inventário no ano de 1700	152

INTRODUÇÃO

Desde as mais remotas civilizações o homem se apresenta como um ser religioso, cuja vida é guiada por seres superiores, denominados deuses. A relação com essas divindades se concretiza em um espaço físico cercado de simbolismo, os templos. Mais que simples espaços físicos, são o lugar da relação, do encontro ou mesmo a casa das divindades. Sua relevância se evidencia por sua presença ao longo da história, em todos os povos, culturas e épocas, independente da religião professada e do nível de desenvolvimento intelectual e técnico da comunidade. A escolha de tais lugares se dava a partir de critérios teológicos, culturais, políticos, socioeconômicos e geográficos, e eles serviam à fraternidade, à celebração, e ao encontro.

Como síntese, podemos dizer que os lugares de culto visibilizam a força do transcendente na história e na sociedade. Portanto, acusam a existência de dois mundos ou duas realidades: o sagrado e o profano. O primeiro se apresenta como radicalmente diferente do segundo. Mas, enquanto lugar simbólico, o templo se revela como uma ponte que liga as duas realidades, fazendo com que os apelos do mundo profano ressoem no mundo sagrado dos deuses.

Na experiência religiosa cristã não é diferente. Também há lugares de culto, aonde os fieis acorrem a fim de prestarem suas homenagens e fortalecerem o vínculo unitivo com seu Deus e seus correligionários. Como em outras crenças, os templos cristãos são edificadas seguindo padrões que podem variar, a depender do período e da região, porém costumam estar cercado de elementos simbólicos, os quais conduzem os adeptos em direção ao transcendente. É possível apontar a arte e a arquitetura como grandes colaboradoras desse movimento, uma vez que visibilizam, por meio de imagens e edificações, o mistério divino a ser contemplado no espaço sagrado do templo.

Este caráter simbólico pode ser visto tanto nos aparatos e ritos litúrgicos, como turbulos, vestes, posturas etc., quanto no próprio espaço sagrado, como é o caso das fachadas, adros, vitrais etc. Assim, a beleza de tais elementos remete ao Belo absoluto, Deus. Portanto, a arquitetura desses monumentos, entre outras coisas, ocupa-se em manifestar a relação entre o sagrado e o profano, tornando acessível a contemplação do Deus tremendo e fascinante. Desse modo, é possível dizer que o espaço litúrgico se refere à relação entre arquitetura e liturgia e o sentido teológico e espiritual neles contidos.

Recuperando a historiografia dos templos religiosos, notamos a abordagem focada no templo, limitada ao interior deste ou geralmente atrelada a aspectos visuais, analíticos, patrimoniais. Com este trabalho, queremos contribuir na superação de uma lacuna verificada na pesquisa sobre os templos setecentistas. Embora o tema seja recheado de autores e livros, com um incontável número de obras, os adros, quase sempre, são preteridos a outros temas bastante oportunos, mas restritos, se comparados às análises arquitetônicas das edificações com seus riquíssimos detalhes. Desse modo, eles figuram, quase sempre, em rápidas passagens ou sequer aparecem.

Em face a isto, esta pesquisa comporta um duplo objetivo: Por um lado, quer apresentar traços da religiosidade da freguesia de Antônio Dias, do século XVIII até meados do século XIX, os quais podem ser percebidos a partir da pesquisa histórica acerca dos costumes da época. Por outro, visa a evidenciar o potencial dos adros como retrato da diversidade cultural de Vila Rica, propondo um novo olhar para o monumento religioso, compreendido como recurso da arquitetura, destacando o seu papel e seus elementos na valorização do templo. Para isso, a pesquisa foi estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “*As Origens e a Estruturação do Templo Cristão no Brasil*”, parte de um rápido sobrevoo a alguns elementos importantes do cristianismo primitivo que sinalizam a passagem do culto, originalmente celebrado nas casas dos fieis (*Domus ecclesiae*), para a celebração em grandes templos e basílicas. Feito isto, a pesquisa se envereda em apresentar a ritualística tridentina, contextualizando os atos celebrativos que ocorriam na colônia luso-brasileira durante o período abordado, os quais serão classificados em cerimônias litúrgicas e paralitúrgicas. As primeiras remetem às atividades dentro da Missa, por isso, faremos um passo a passo dos elementos que constituem a liturgia tridentina, em uso à época; e, posteriormente, ressaltaremos ações devocionais relevantes ocorridos fora da ação litúrgica, denominadas paralitúrgicas, como é o caso da adoração ao Santíssimo, a veneração de relíquias, procissões e saimentos.

O capítulo segundo, cujo título é “*A expressão da religião nas Capelas setecentistas de Vila Rica*”, busca evidenciar o substrato religioso presente na região a partir de uma aproximação das atividades devocionais de diversas Capelas de Vila Rica. Aqui, nosso ponto de partida será introduzir o leitor em algumas questões organizacionais relevantes naquele período, como é o caso da divisão hierárquica e das diversas irmandades. Isto posto, faremos levantamentos acerca das principais atividades religiosas em diversas Capelas, a fim de corroborar a constante atividade celebrativa nesses espaços, as quais influenciam diretamente em diversos aspectos. Um dos mais relevantes, é certamente o crescimento populacional que

vai se dando ao entorno dessas Capelas, evidenciando sua capacidade agrupamento. Isso pode ser visto tanto nas Capelas urbanas, localizadas em regiões mais acessíveis, quanto nas suburbanas, em regiões mais afastadas do grande fluxo.

Por sua vez, o terceiro capítulo, denominado “*Os adros na formação da arquitetura religiosa: As capelas setecentistas de Vila Rica*”, relê os adros como recurso da arquitetura sagrada que valoriza o templo, enriquecendo sua composição externa e enaltecendo sua expressividade na paisagem local. Nesse sentido, será proposto um novo olhar desde os adros como espaços de transição entre o público e o privado, cujo potencial celebrativo e cultural não pode passar despercebidos. Aqui, este espaço semipúblico será visto a partir de uma importante dualidade nele implicada, aquela do sagrado e do profano, uma vez que, por um lado, constitui um elemento de composição do templo, mas, por outro, está fora dele. Inicialmente, apresentaremos os pressupostos da urbanização em Vila Rica, que se dá ao longo do caminho tronco aberto pelos tropeiros em suas buscas pelo ouro da região. Algumas ilustrações do período evidenciarão que a urbanização e a localização das capelas se darão ao longo desse mesmo percurso. Faremos ainda uma rápida análise das Capelas do Morro, a saber: a de São João Batista, a de Santana, a de Nossa Senhora da Piedade, a de Bom Jesus das Flores do Taquaral; e, a Capela urbana de Nossa Senhora do Rosário de Padre Faria.

Desse modo, este trabalho se configura como uma pesquisa transdisciplinar, que transita pela História, a Teologia e a Arquitetura, a fim de possibilitar perspectivas holísticas sobre o fenômeno religioso e sua influência na constituição da identidade da população de Vila Rica, em especial na constituição das capelas da região.

1 AS ORIGENS E A ESTRUTURAÇÃO DO TEMPLO CRISTÃO NO BRASIL

Sabemos que o cristianismo é um relevante fator de influência na constituição da identidade sociocultural do Brasil. Essa realidade se comprova tanto na presença de missionários jesuítas já nos primeiros anos de sua descoberta, ou mesmo a denominação de Terra de Santa Cruz, ou ainda em todo o desenrolar da história colonial, cujo crescimento da colônia andou de mãos dadas com o cristianismo, por meio da relação Coroa e Igreja.

Tendo isso como pressuposto, este capítulo apresentará as origens e a estruturação do Templo cristão católico no Brasil, levando em consideração a liturgia própria do período, marcada pelas determinações do Concílio de Trento. Para isso, este momento será dividido em duas partes. A princípio, indicaremos alguns traços importantes da Igreja Primitiva na construção do Templo. Posteriormente, nos dedicaremos ao rito católico na cultura tridentina, inicialmente apresentando rapidamente a estrutura da missa tridentina, em seguida abordaremos as celebrações litúrgicas e paralitúrgicas. As primeiras são as que ocorrem dentro da liturgia da Missa. As segundas, acontecem fora desse âmbito.

1.1 Antecedentes: traços da Igreja Primitiva na construção dos Templos Cristãos

Voltando o olhar, especificamente, para a tradição judaico-cristã, podemos dizer que boa parte dos elementos primordiais da experiência eclesial está embasada em textos bíblicos. Nesse sentido, é relevante uma análise que perpassa as raízes bíblicas da Igreja em diferentes níveis e explicita o valor simbólico do templo enquanto espaço sagrado. Nessa perspectiva, ser Igreja se mostra uma realidade multiforme que implica desde o lugar do culto até aqueles que se reúnem para a liturgia.

Segundo Berger, o termo Igreja vem do grego e do latim *ecclesia*, que etimologicamente significa “a multidão dos convocados/escolhidos”¹. Trata da “comunhão daqueles que ouviram e atenderam ao chamado de Deus para reunir-se sob seu senhorio”². Portanto, mais que um simples espaço físico, se refere ao povo chamado por Deus para uma determinada missão. Assim, podemos compreender que a Igreja acontece no encontro do povo de Deus para o culto divino, também chamado de liturgia.

¹ BERGER, Rupert. Igreja. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral: Obras de consulta sobre questões referentes à liturgia*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 184.

² BERGER, 2010, p. 184.

O termo Igreja tem suas bases já no Antigo Testamento (AT), embora a Igreja tal qual foi concebida no Cristianismo Católico tenha vínculos mais estreitos com o Novo Testamento (NT) e a pessoa de Jesus Cristo. Para Kuhn, o conceito de *ekklèsia*, frequente no NT, é a tradução mais comum do termo hebraico *kahal* (assembleia da comunidade política e cultural)³. O termo *kahal* está associado à realidade política enraizada em Israel (AT), num primeiro momento, se restringe aos israelitas, receptores da lei de Javé e a praticantes do culto javista. Posteriormente, indica a reunião de judeus e pagãos batizados e dispostos a seguir o Cristo reunidos em assembleias, após sua Páscoa (NT). Esta transição do aspecto de identificação política de um povo ao seu caráter cultural em Jerusalém incorpora características do judaísmo à prática cristã, tais quais os ajuntamentos e reuniões para orar no Templo⁴. O elemento primordial da celebração cristã se torna a reunião dos fieis em assembleia, na qual Cristo se torna presente (Mt 18,20), aqui identificados como *ekklèsia*.

Segundo Jounel⁵, as primeiras comunidades cristãs constituídas romperam as relações com o ambiente religioso judaico e pagão, em virtude da liberdade de Jesus nas determinações rituais, menos legalistas e particulares. Embora os cristãos de Jerusalém tenham frequentado o Templo até sua destruição, no ano de 70; e, posteriormente, as sinagogas, demonstrando a similaridade dos modos de expressão de culto e prosseguimento das comunidades judaico-cristãs, pode-se afirmar que possuíam os seus próprios locais de culto, como sugere os Atos dos Apóstolos (cf. At 2,46-47).

Entretanto, foi após o rompimento com o judaísmo sinagoga, cujo marco histórico é o Concílio de Jâmnia, no fim do séc. I, que o cristianismo necessita urgentemente constituir seus próprios locais de culto. Além da cisão com o judaísmo, a religião nascente teve de enfrentar perseguições intensas por parte de muitos imperadores romanos, como é o caso de Nero, Domiciano, Diocleciano etc. Em vista disso, o seu lugar de culto inicial eram as casas de seus fieis, preferencialmente aquelas com maior capacidade de agrupamento. Por isso, é comum dá a esses lugares o nome de *Domus ecclesiae*, que de forma simples pode ser entendida como a Igreja doméstica. Com o passar do tempo, espaço onde se reúne a Igreja (povo de Deus), passa

³ Cf. KUHN, Ulrich. Igreja. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia* publicado sob a direção de Jean-Yves Lacoste. Tradução: Paulo Menezes et al. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004, p. 852-865.

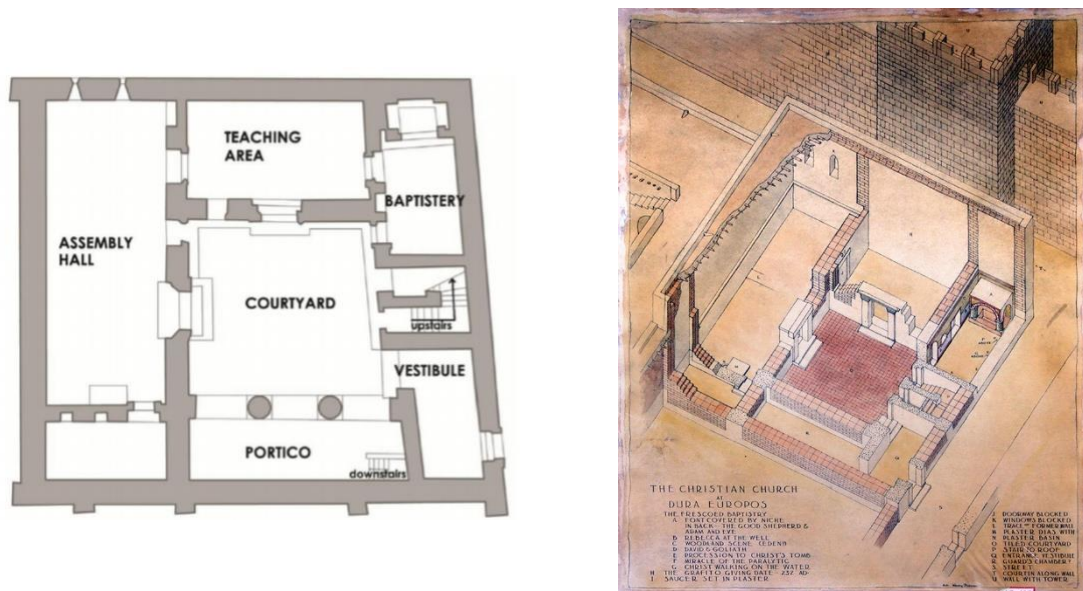
⁴ As prescrições para os neoconvertidos ao Cristianismo estavam vinculadas aos ensinamentos dos apóstolos, à comunhão fraterna (dos bens partilhados com alegria, referindo-se à solidariedade em virtude daquilo que foi recebido de Deus), à fração do pão (evoca a refeição judaica na qual é proferida uma bênção pelo presidente da celebração antes de repartir o pão) e às orações (geralmente presididas pelos apóstolos). Para mais acerca dos traços essenciais e modelo ideal da comunidade cristã primitiva, cf. At 2, 42ss. Ou ainda: cf. PIÉ-NINOT, Salvador. Introdução à Eclesiologia. Tradução: João Paixão Neto. São Paulo: Edições Loyola, 1998, p. 51-58.

⁵ Cf. JOUNEL, Pierre. Lugares da Celebração. In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M.. *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, p. 694.

a ser identificado como *ecclesia* (igreja)⁶. A incorporação do termo Igreja ao lugar de culto torna possível a leitura de que o espaço expressa e representa a autoidentificação da comunidade. O lugar da reunião é coadjuvante por ser ele um refúgio auxiliar ao acontecimento Igreja, ainda assim é também primordial porque a prática está vinculada ao espaço e ele permanece como sinal de acolhida na comunidade e oferece proximidade a Deus.

Os primeiros cristãos (Séc. I e II) se reuniam nas casas particulares de seus membros, uma ampla sala bastava para acolher a Igreja local para a oração em comum e para a fração do pão (verdadeira refeição tornada rito eucarístico, segundo a linguagem cristã). Jounel relata a rotina das celebrações ao citar “que se passava de uma sala para outra, do lugar da Palavra ou do ágape para o da ceia do Senhor. Para o batismo era suficiente reunir-se perto de um córrego de água ou aproveitar termas privadas”⁷. Há de se compreender a ausência dos modelos arquitetônicos específicos, uma vez que as eminentes perseguições exigiam discrição para não serem identificados e a crença de que a motivação cristã (após a morte de Jesus) estava vinculada na assembleia reunida e não mais no visto templo edificado, tal qual o de Jerusalém. As imagens a seguir trazem um exemplo dessas edificações que serviram de lugar de culto para o cristianismo primitivo:

Figura 1: Ilustração em perspectiva e planta da *Domus ecclesiae*



Plano da domus ecclesiae de Dura-Europos pós-reforma e Isometria da domus ecclesiae de Dura-Europos. Disponível em: <http://www.nehmaat.uff.br/revista/2016-2/artigo03-2016-2.pdf>. Acesso: 15 de fevereiro de 2020.

⁶ Para distinguir os conceitos inerentes ao termo igreja, geralmente, diferencia-se pelo uso da inicial maiúscula para se referir à instituição e à assembleia reunida dos cristãos e inicial minúscula quando ao referir ao edifício.

⁷ Cf. JOUNEL, 1992, p. 695.

O século III, marcado por um longo período de paz frente às anteriores perseguições violentas aos cristãos, propiciou a expansão da fé cristã e o aparecimento das casas pertencentes à comunidade para acolher a multidão dos novos fieis, as chamadas casas de Igreja ou casas de oração. Não se sabe muito acerca da configuração dos espaços específicos das casas de oração, porém resultados de escavações em Dura Europos, às margens do Rio Eufrates, atual região da Síria, demonstram o arquétipo da primeira geração dos lugares de culto. Jounel descreve o edifício de planta quadrangular com presença de pátio interno, construído aproximadamente no ano de 230 e utilizado por cerca de vinte anos. Provavelmente fruto da adaptação de uma casa particular, apresentava em separado o batistério e a sala litúrgica, com expressiva decoração no primeiro, sobretudo com representação de cenas bíblicas relativas aos ritos ali desenvolvidos⁸. O mesmo processo é relatado por Broughton, em referência a uma casa particular do século II adaptada no século III em Roma, no sítio da Basílica de São Clemente⁹. Por sua vez, em Aquiléia, tem-se sob a basílica construída por Constantino, uma casa transformada em local de culto, cujos vestígios apontam a presença de mosaicos do século III¹⁰.

O século IV marca a aliança da Igreja com o poder profano e é determinante para a fixação do lugar de culto e representação do edifício enquanto pedagogia religiosa. O prédio erguido passa a ser visto como sinal externo e testemunha da presença de Cristo na terra, demarcando, inclusive, a participação da Igreja no processo de formação das cidades. Superadas as repetidas e sangrentas perseguições aos cristãos, é conquistada a possibilidade de identificação como tal. Ao decretar indulgência aos cristãos, o imperador Galério possibilita-lhes a reconstrução de seus locais de culto. Posteriormente, com a conversão do imperador Constantino ao cristianismo e a sua legitimação como a religião do Império Romano, os cristãos têm reconhecido o direito de culto e a liberdade de religião¹¹. É importante salientar o novo pensamento para o império, no qual soberano, divindade e Igreja estavam relacionados. A partir de então haveria um só Deus e um só imperador, monoteísmo e monarquia unidos, o império sob o desígnio de Deus. Seria esse um indício inicial da estreita relação de poder entre Estado e Igreja constatável ainda no período Barroco, alvo desta pesquisa.

⁸ Cf. JOUNEL, 1992, p. 695.

⁹ Cf. BROUGHTON, Lynne. Arquitetura. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*/ publicado sob a direção de Jean-Yves Lacoste. Tradução: Paulo Menezes et al. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004, p. 852-865.

¹⁰ Cf. DANIELOU, Jean; MARROU, Henri. *Nova história da Igreja: dos primórdios a São Gregório Magno*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1966, p. 179. V.1.

¹¹ Cf. DANIELOU, 1966, p. 185.

A expansão dos templos e da fé proporciona o surgimento da basílica paleocristã¹². A modelo arquitetônico basilical serve como instrumento a serviço do povo. Dois elementos físicos da basílica servem de importante referência para a composição do nosso percurso histórico, sendo eles, a presença frequente dos átrios na entrada do templo e a orientação solar na implantação. O átrio, neste caso, pode ser compreendido como sinônimo de adro e apresenta a sua primeira manifestação de existência na arquitetura religiosa por razão da funcionalidade supracitada. Podemos apontar ainda a similaridade na presença das fontes no átrio das basílicas e em muitos das igrejas e capelas coloniais¹³.

Também é fundamental assinalar a repetição na orientação dos edifícios religiosos, com altar a leste e entrada a oeste, tal qual sinalizado nas casas comunitárias de oração. De modo que, ao amanhecer, a assembleia se voltaria ao sol nascente, cuja existência evoca a manifestação do Cristo em glória, a chamada parusia¹⁴. Podemos dizer que a teologia da basílica cristã só pode ser entendida a partir da compreensão do Apocalipse¹⁵, pois o texto bíblico oferece significado simbólico a cada um dos elementos estruturantes do espaço litúrgico. Os instrumentos da celebração inseridos no espaço: a cátedra do bispo, o ambão das leituras, o altar, junto aos paramentos litúrgicos, lecionários, evangeliários, lâmpadas e alfaias, enfatizam a expressão escatológica da liturgia a ser celebrada, ou seja, relativa ao fim dos tempos¹⁶. Assim

¹² A basílica, originalmente, deriva das salas das audiências do rei, ou basileus, nos palácios reais persas. Estas grandes salas possuíam naves laterais, ladeadas por pilastras, iluminadas por janelas enfileiradas nas paredes laterais e abside em uma das extremidades. Foram destinadas ao uso profano e religioso, tais quais tribunais de justiça e reuniões de iniciação por certos grupos religiosos não cristãos do primeiro século. Os judeus antecederam os cristãos na utilização das basílicas para o culto sinagoga. Para o uso do edifício ao culto cristão foram necessárias poucas modificações em sua planta. Para mais, cf. JOUNEL, Pierre. Lugares da Celebração. In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, p. 696. Ou ainda, cf. BERGUER, Rupert. Basílica. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral*: Obras de consulta sobre todas as questões referentes à liturgia. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 40.

¹³ Entretanto, no período posterior, a fonte perde o caráter simbólico e, num processo de dessacralização, aproxima-se mais da funcionalidade de um dispositivo de serviço urbano ao abastecimento de água.

¹⁴ Denomina-se parusia a segunda vinda de Cristo, no fim dos tempos, como aponta o NT (cf. Mt 25,31). Enquanto a ascensão é entendida como a ida de Cristo para a glória do Pai, a parusia é tomada como sua volta. Para mais, cf. COLLINS, John J. Parusia. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*/ publicado sob a direção de Jean-Yves Lacoste. Tradução: Paulo Menezes et al. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004, p. 1345-1346.

¹⁵ Apocalipse é o último livro da Bíblia, cujo gênero literário denomina-se apocalíptico. O livro tem referências no AT como um recurso afirmativo do cumprimento das profecias. Os temas específicos abordados no Apocalipse são: O testemunho da fé, O “espírito da profecia”, A Mulher-Povo-Igreja, Jesus como Cordeiro Imolado e Senhor dos Senhores, A esperança e a perseverança e A liturgia. O último tema trata das visões litúrgicas celestes ao redor do Trono de Deus e do Cordeiro, mas também da liturgia da Igreja terrestre no acolhimento do Cristo que voltará. O livro do Apocalipse foi elaborado num contexto de perseguições à Igreja do século I e as consequentes desistências frente às pressões políticas e econômicas do Império Romano. Assim, a compreensão do livro se dá a partir das imagens reveladas ao profeta, que evocam mensagens através dos símbolos bíblicos e antropológicos citados, portanto, não devem ser entendidos como fatos realistas do vivido ou visões do futuro, mas como mensagem de esperança e resistência ao povo. Para mais, cf. BÍBLIA SAGRADA. Introdução do Apocalipse. In: *BÍBLIA SAGRADA*. Tradução da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2012, p. 1514-1516.

¹⁶ Para mais sobre a teologia das basílicas, cf. JOUNEL, Pierre. Lugares da Celebração. In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M.. *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, p. 698-699.

sendo, a basílica tem em si o caráter representativo de profecia e cumprimento centrados em Cristo, princípio e fim de tudo, num paralelo entre AT e NT.

Não cabe a esta pesquisa enunciar todo o progresso estilístico da arquitetura eclesial, uma vez que a escolha pelos primeiros séculos já nos revela prescrições às edificações e indícios fundantes do rito religioso. De todo modo, cabe a compreensão de que as adaptações posteriores na tipologia eclesial estão vinculadas às exigências litúrgicas vigentes e à devoção particular da sociedade onde estão inseridos os templos.

1.2 O rito católico na cultura tridentina

Em distintos períodos históricos, contrapuseram-se o sagrado e o profano. O Credo Apostólico Romano foi expresso na pluralidade dos fenômenos artísticos utilizados como recursos no processo de resgate dos fieis. A arquitetura, a pintura, a escultura e outras manifestações artísticas foram meios de indução à reflexão, estampando em si a atmosfera da angústia barroca na conciliação de forças antagônicas: os conflitos entre o espiritual e o temporal, o místico e o terreno, bem e mal, sagrado e profano, dentre outros.

O Concílio¹⁷ de Trento, realizado entre os anos de 1545 e 1563, elabora as bases principais de oposição católica à Reforma Protestante, ocorrida algumas décadas antes. Tendo em vista sua finalidade, costuma-se dizer que este concílio concentrou os elementos substanciais do processo da Contrarreforma, cuja ênfase repousou na reafirmação do que era negado pelos reformistas.

Nesta perspectiva o Concílio se ocupa de robustecer a linguagem dogmático-sacramental, a fim de extirpar as doutrinas adversárias. Um dos enfoques principais é na teologia da Eucaristia é a insistência na transubstanciação para combater a doutrina luterana da consubstanciação¹⁸. Com o objetivo de garantir uma formação mais uniforme e dogmática, surgem os seminários, assim como uma teológica mais arraigada do sacramento da Ordem, a qual resultará numa tendência clericalista e hierárquica do catolicismo. É típico também desse período a insistência litúrgica, por meio do Rito Tridentino, entendido como sacrifício de Cristo,

¹⁷ Chama-se concílio a reunião dos bispos da Igreja católica, cuja finalidade é discutir temas relevantes para o andamento da Igreja em determinado momento histórico.

¹⁸ As doutrinas defendem uma visão oposta da Eucaristia. Enquanto o pensamento oficial católico insistirá que ocorre uma transformação da substância do pão e do vinho, o pensamento Reformador nega tal transformação e defende a união do Corpo e Sangue de Jesus com o pão e o vinho.

cuja ênfase recai sobre o aspecto de seu sofrimento. Nesse momento é possível perceber ainda a ênfase na doutrina do purgatório e das indulgências em sufrágio dos fieis falecidos¹⁹.

Como aponta Jounel, “a Reforma concretizou a sua hostilidade na negação do caráter sacrificial da Missa e na dupla reivindicação do uso da língua viva e da comunhão no cálice”²⁰. O Concílio, por conseguinte, delibera a solenidade sacrificial da missa, bem como valida os ritos que a compõe. Além disso, são enfatizadas a mesa da palavra e a mesa da Eucaristia no conjunto eucarístico da missa, por meio de fórmulas que as vinculam à comunhão dos fieis com Cristo. Assim, é possível dizer que o Concílio de Trento, indiretamente, orientou o rito e recomendou os procedimentos litúrgicos de Contrarreforma.

De modo geral, o Concílio deu prioridade à catequese, redigindo em suas constituições e decretos a compilação da doutrina cristã. Houve a proposta de um projeto de reforma da liturgia dentro do Concílio, a fim de que se efetivasse a autoridade romana sobre toda a Igreja (extrapolando o território entre muros de Roma e avançando ao Ocidente latino), porém este não foi realizado durante sua edição. Poucas produções inéditas foram concretizadas, uma vez que foram divulgadas versões revisadas e compiladas de livros previamente existentes²¹.

Para garantir a consolidação das práticas uniformes do rito romano (pós-Concílio de Trento²²) em toda a extensão da Cristandade Católica, foi instituída a Congregação dos Ritos, em 1588, por Sixto V²³. A autoridade da Cúria Romana supervisionava o rito latino a fim de que não perdurasse a fragmentação local e se estabelecesse a normatização ritual. O objetivo era resistir à adulteração do rito. A pluralidade ritualística vinha das populações indígena e dos povos escravizados, cujas tradições tinham resistido à catequização e se faziam presentes nas celebrações, sobretudo da população africana. A constituição da sociedade colonial pressupunha a importação e adaptação de costumes, leis e hábitos europeus, sobretudo dos portugueses. Portanto, era preciso extinguir o que não cabia no rito oficial cristão.

¹⁹ Cf. BEDOUELLE, Guy. Trento. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia* publicado sob a direção de Jean-Yves Lacoste. Tradução: Paulo Menezes et al. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004, p. 1755-1760.

²⁰ JOUNEL, Pierre. *A missa ontem e hoje*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1988, p. 41. A comunhão no cálice havia sido suspensa no século XIV.

²¹ Ressalta-se alguns dos livros tridentinos de maior expressão: Breviário (1568), o Missal (1570), o Martirológio (1584), o Pontifical (1595), o *Ceremoniale episcoporum* (1600) e o *Rituale Romanum* (1614). Para mais, cf.: SCICOLONE, Ildebrando. Livros litúrgicos. In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M.. *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, p. 684-694.

²² Os personagens mais relevantes do Concílio de Trento foram São Pedro Canísio, São Carlos Borromeu, São Toríbio de Mogrovejo e São Roberto Belarmino. Dentre estes, destacamos São Carlos Borromeu, cuja atuação possibilitou uma verdadeira adaptação dos ideais tridentinos para o campo da arquitetura. Para mais, cf. BORROMEU, Carlos. *Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos*. México: Imprensa Universitária, 1985.

²³ Cf. BERGER, 2010, p. 105.

No aspecto religioso da colônia luso-brasileira, a inovação em relação ao modo de vida cristão português foi a presença dos povos indígenas nativos e dos povos trazidos do continente africano. Os festejos religiosos eram marcados pelo sincretismo, embora velada, foi uma tentativa de resistência. Apresentavam uma mistura do catolicismo tradicional somado às práticas clandestinas populares nos quilombos, cultos de irmandades negras e ainda nas festas dos padroeiros. Hornaert [et al.] aponta que a população indígena e a população africana foram os objetos centrais de uma evangelização doutrinária, trazida pelos colonizadores portugueses com o intuito de ordenar, purificar e eliminar práticas que se aproximassem da imoralidade e da superstição²⁴.

Foram frequentes também os ritos supersticiosos e de piedade condenável pela Igreja nas residências de novos cristãos (brancos e não brancos), como “práticas de idolatria, simpatias, adivinhações, benzeduras, recitações de mandingas, pactos com o diabo, feitiços e ‘orações fortes’ (...)”²⁵. Sob a suposta justificativa da salvação das almas e ampliação da fé católica, houve a tentativa de extinguir-se aquilo que não coubesse no conceito moral do projeto colonial português e evangelizar os infieis. Bazin afirma que

A esta população, mesclada de forma tão estranha, resultado de uma singular mistura de raças e civilizações, vivendo nas terras virgens do Brasil nunca antes influenciadas por qualquer cultura, a Igreja vem trazer o único universo mental capaz de alimentar estes homens desenraizados: os brancos de sua terra, os negros da África e os índios, de sua maneira de viver tradicional²⁶.

Para a compreensão do caráter religioso intrínseco à sociedade colonial setecentista, faz-se necessário indicar como esta religião chega ao território luso-brasileiro. O projeto colonial português, fruto do privilégio exclusivo das redes comerciais e no domínio das rotas marítimas, executado no território luso-brasileiro expressa a relação estreita entre o Portugal e a Sé Romana. O vínculo entre a Coroa Portuguesa e a Igreja, firmados através do chamado Padroado Régio, foi o responsável por muitas das práticas religiosas e morais desenvolvidas. O regime, de fórmula jurídica própria, permitia ao Estado interferir nas causas religiosas e expandiu o

²⁴ Cf. HORNAERT, Eduardo. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: HORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der; BROD, Benno. História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época colonial. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 28.

²⁵ NOLASCO, Simone Ribeiro. *Patrimônio Cultural Religioso: A herança portuguesa nas devoções de Cuiabá colonial*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2010. p. 107.

²⁶ BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil: Estudo Histórico e Morfológico*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record, 1983, p. 25.

domínio católico por meio do Estado, uma vez que a instituição Igreja legitimava as conquistas da Coroa por chancelas²⁷.

O Padroado foi o reconhecimento dos serviços prestados por D. Manuel e seus antecessores na vitória das batalhas cruzadistas e consequente avanço da fé católica, tornando-o o primeiro Grão-Mestre da Ordem de Cristo, pela expedição de três bulas²⁸ pelo Papa Leão X, em 1514. Desde então, os reis portugueses adquiriram o status de representante e liderança religiosa em seus territórios. Eram atribuições do rei a indicação de bispos para a mitra ultramar, a deliberação sobre os recursos financeiros das catedrais e igrejas matrizes e o recolhimento do dízimo eclesiástico no território colonial, cobrado como imposto régio. Em troca, eram deveres a devolução (redízima) em forma de viabilidade e sustento do culto, fundando igrejas (dignamente paramentadas para as celebrações do culto divino), provendo ministros sagrados para a administração e garantindo a manutenção de seu sustento (pagamento das cômguas²⁹).

Os benefícios concedidos aos reis portugueses pelo Papa culminaram na predominância de uma instituição sobre a outra, nesse caso, da Coroa sobre a Igreja. Ou seja, nas diferentes ocupações coloniais, o braço real se mostrou soberano, sobretudo ao discutirmos o desenvolvimento das Minas Setecentistas. O interesse pela mineração no território determinou a ocupação e orientou a catequização, cerceando a presença da Igreja através de seus membros.

Nesse contexto, entende-se a estrutura sociocultural erguida em dois pilares, Estado e Igreja. A dupla frente de atuação portuguesa no território luso-brasileiro, missionária e colonizadora de exploração, reafirma a relação de poder institucionalizado e elabora a característica vida cotidiana colonial, diretamente atrelada à vida religiosa, por meio da aplicação dos deveres e direitos adquiridos.

O catolicismo originário de Portugal afirmou-se como um padrão dominante nos territórios ultramarinos, embora mesclado às manifestações de origem africana e indígena no casos específicos da colônia luso-brasileira. A religiosidade experimentada na colônia foi baseada, indiretamente, na teologia originária do Concílio de Trento, supracitado, uma vez que

²⁷ AZZI, Rioldo. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HORNAERT, Eduardo; [et al.]. *História da Igreja no Brasil*. p. 160-169.

²⁸ O Códice Costa Matoso define Bula como diploma, carta patente, breve ou letra apostólica despachada pela Corte em Roma sobre providência ou matéria eclesiástica. Para mais, cf. *CÓDICE COSTA MATOSO*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. 2v. Coleção Mineiriana. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 80.

²⁹ Cômguia régia é a denominação do pagamento dos párocos, também chamada de prebenda. Os religiosos do clero secular eram considerados funcionários da Coroa Portuguesa no território colonial. Também eram contribuições financeiras dadas aos religiosos, a conhecença e ofertas “pé de altar”. Para mais, cf.: BOTELHO, Angela Vianna. REIS, Liana Maria. Cômguia. In: BOTELHO, Angela Vianna. REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: O autor, 2001, p. 47.

esta foi trazida de Portugal. Porém, a prática religiosa portuguesa, como aponta Wehling³⁰, era mística, devocional, supersticiosa. Tal afirmação corrobora com o modo de construção desse sistema religioso tão atrelado às questões administrativas da monarquia, o qual favoreceu a infidelidade a muitas das questões tridentinas. Temos então as características da religiosidade colonial, cujas práticas de evangelização eram pouco reflexivas, fracas espiritualmente e desmotivadas teologicamente pelo despreparo do clero local.

Por sua vez, Marx salienta a dinâmica de um catolicismo mais sentimental do que racional diante de um contexto não atraente e socialmente inculto nas colônias brasileiras³¹. Portanto, associada às regras e imposições dos doutores da Igreja estavam as crenças e práticas populares, advindas de Portugal e particularizadas pela religiosidade leiga das irmandades em Minas Gerais, cuja abordagem será feita no decorrer desta pesquisa. O clero colonial, sem preparação e interesse, se distanciou da aplicação das orientações contrarreformistas.

A vida social religiosa estava organizada ao redor da paróquia³². Uma vez que a Igreja estava submetida ao Estado, poderia sofrer interferências do rei nos assuntos de origem espiritual e de consciência. Entretanto, ela foi a responsável pelos registros civis, tais quais registros dos descendentes (através dos nascidos/ batizados), matrimônios e sepultamentos, pois a vida pública do freguês estava diretamente ligada à espera religiosa da comunidade, cada etapa da vida familiar era marcada pela obediência aos atos do Reino. Assim, estava entrelaçada à Igreja grande parte da passagem de vida dos indivíduos, para além das suas crenças e obrigações religiosas, desenvolvida em torno do calendário litúrgico. As principais atividades públicas eram aquelas relacionadas à Semana Santa, Natal, Pentecostes e às festas da Mãe de Deus, sob diversas denominações de Nossa Senhora. Além do cumprimento da desobriga, prescrições religiosas a serem cumpridas durante a Quaresma. A efervescência cultural do catolicismo colonial estava ligada aos sinais exteriores da devoção arraigada aos antepassados, expressa através das celebrações litúrgicas e paralitúrgicas.

A liturgia é o conjunto dos elementos e das práticas do culto religioso expresso através de palavras e gestos rituais, instituídos por uma Igreja ou seita religiosa³³. O espaço litúrgico se refere à relação entre arquitetura e liturgia, e o sentido teológico e espiritual neles contidos.

³⁰ Cf. WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C.de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 240.

³¹ Cf. MARX, Murillo. *Nosso chão, do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1988, p. 81.

³² Paróquia é a jurisdição da administração religiosa do termo e, às vezes, coincide com ele. Também chamada de freguesia, é uma extensão de caráter religioso.

³³ Liturgia vem do grego *leitourgía* que significa função em serviço público. Cf. GY, 2004, p. 1045.

Podemos assim dizer que o simbolismo do edifício religioso está inserido, entre outras coisas, nos vários elementos implicados no espaço litúrgico.

O intuito de descrever o rito celebrativo da missa e indicar celebrações importantes para a cultura religiosa católica setecentista – tais quais as particularidades sacramentais – é o de abordar os gestos cristãos e celebrativos através dos quais se exprime o elo de ligação entre o corpo e o espírito do indivíduo. A linguagem não verbal utilizada no rito celebrativo católico é o gesto humano diante do divino, sejam eles: movimentos gestuais das mãos, o corpo prostrado, inclinado ou de pé, o andar, o beijo ou o ainda o olhar elevado reproduzido na arte sacra. A cada um dos gestos é atribuído um significado dentro da celebração fraterna da missa, vivenciada no espaço litúrgico. Portanto, o rito se torna a expressão da Igreja setecentista, compreendendo o conjunto da assembleia no espaço sagrado.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, elaboradas por D. Sebastião Monteiro da Vide, são um dos mais relevantes documentos de valor religioso no período colonial e tinha por objetivo organizar a vida religiosa na América Portuguesa. Redigidas após o sínodo de 1707 e publicadas em 1719, disciplinaram a evolução urbana colonial por mais de um século³⁴.

D. Sebastião Vide, no Título IX de As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, evidencia de modo geral os Sacramentos da Igreja, com as determinações a serem cumpridas para que sejam válidos e os efeitos causados pelo recebimento digno destes, como segue:

28. Os Sacramentos da Santa Madre Igreja, como a Fé Catholica nos ensina, são (1) sete, convém a saber: Baptismo, Confirmação, Eucharistia, Penitencia, Extrema unção, Ordem, e Matrimonio. Todos sem dúvida causão (2) graça nos que os recebem dignamente, e não poem (3) impedimento a ella; a qual graça por excellencia se chama cousa sagrada, e dom sagrado, pois nos santifica com Deos. (...).

30. E posto que não pertenção à essência dos Sacramentos as cerimoniaes santas, com que se celebrão, e administrão; o Sagrado (9) Concilio Tridentino manda, que na administração solemne dos Sacramentos se guardem todas inteiramente: e declara que nem-uma se póde deixar por despreso, ou por vontade, sem (10) pecado, nem mudar-se em outra de novo por autoridade do Prelado, qualquer que seja, saldo do Summo Pontifice. E para que se guardem com toda a perfeição, mandamos, que em cada Igreja Parochial de nosso Arcebispado haja ao menos um (11) Ceremonial, ou Manual dos Sacramentos, e nossos Visitadores o fação assim cumprir. (...).³⁵

³⁴ Elas foram uma efetivação do ideal tridentino na colônia e a adaptação de outras legislações canônicas vigentes à realidade colonial, dentre os quais estavam as Constituições do Arcebispado de Lisboa, denominadas Constituições Extravagantes Primeiras (1536) e Constituições Extravagante Segundas (1569). Para mais, cf.: LAGE, Lana. As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina do Clero no Brasil. In: FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011, p. 147-177.

³⁵ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia* feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Syn odo Diocesano, que o dito Senhor celebrou

A exortação específica quanto à consciência daqueles que ministrarão (párocos e clérigos seculares) e receberão os sacramentos enaltece a importância deles enquanto elementos sagrados que conduzem à salvação, tema tão recorrente no contexto tridentino junto à doutrina do purgatório. É orientado que se examine a consciência e se reconcilie, de modo contrito, a Deus para receber o sacramento desejado e seus frutos. Por fim, adverte-se o risco de condenação da alma em caso de administração ou recebimento sacramental em indignidade, afastando-se assim do benefício da salvação.

Levando em consideração que os ritos celebrativos vistos atualmente não são os mesmos da sociedade setecentista³⁶, parece importante apresentar um panorama do rito tridentino, ainda que rapidamente. Contudo, desde já salientamos que não temos pretensão de uma apresentação minuciosa. Classificaremos as cerimônias como litúrgicas e paralitúrgicas, tendo como referência às categorias aquelas estritamente realizadas no âmbito da celebração eucarística e aquelas cuja realização se dava além ou fora do âmbito da celebração eucarística, respectivamente.

1.2.1 Cerimônias litúrgicas

A expressão “Cerimônias litúrgicas”, quer designar aqui os atos celebrativos e devocionais que se davam durante a celebração da Santa Missa. Em vista disso, o nosso ponto de partida será elucidar algumas questões do rito Tridentino, para posteriormente apresentar as grandes festividades de *Corpus Christi* e da Quinta-feira de Endoenças, as quais merecem destaque no cenário religioso de Vila Rica.

A participação na vida celebrativa da colônia era influenciada pelas determinações contidas das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Entre suas principais

em 12 de junho do ano de 1707. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853, p. 10-11. A exortação específica quanto à consciência daqueles que ministrarão (Párocos e Clérigos seculares) e receberão os Sacramentos enaltece a importância deles enquanto elemento sagrado que conduz à salvação, tema tão recorrente no contexto tridentino e barroco. É orientado que se examine a consciência e se reconcilie, de modo contrito, a Deus para receber o Sacramento desejado e os seus frutos. Por fim, averte-se o risco de condenação da alma em caso de administração ou recebimento sacramental em indignidade, afastando-se assim do benefício da salvação.

³⁶ Embora a liturgia católica esteja embasada em uma tradição milenar, é preciso reconhecer que ela sofreu algumas alterações com o passar dos séculos. De fato, a forma como hoje se apresenta o ritual celebrativo não é o mesmo que nos séculos tratados em nossa pesquisa, pois na segunda metade da década de 1960 aconteceu um dos eventos mais marcantes para o catolicismo do século XX: o Concílio Vaticano II. Com o objetivo de criar um espaço de diálogo com a modernidade, em 1961, o Papa João XXIII convocou a Igreja a este evento marcante. É fato que este concílio abriu muitas perspectivas para o mundo católico. Já sua natureza pastoral o diferenciava dos concílios anteriores, marcadamente dogmáticos e apologéticos. Este tom pastoral deu ao evento a capacidade de se relacionar com o mundo moderno, possibilitando aos padres conciliares uma profunda revisão de vários aspectos da fé que precisariam adaptar-se à linguagem e experiência do mundo moderno. Um dos elementos revisitados foi a Liturgia, a qual passou por uma profunda Reforma.

obrigatoriedades é possível destacar a obrigação da celebração da missa dominical e o cumprimento do preceito da desobriga quaresmal. De certo modo, essas Constituições regulamentavam o ideário tridentino na colônia. Nota-se, porém, que a obrigação era referente à Igreja Matriz. A fim de elucidar a ritualística desse período, indicaremos rapidamente os elementos que compunham a liturgia tridentina.

1.2.1.1 As partes da Missa Tridentina

Chamamos de Missa Tridentina ou de São Pio V o rito celebrativo católico utilizado desde a Idade Média até o Concílio Vaticano II. A Missa do Rito Romano consiste na prática litúrgica aplicada pelo Papa Pio V, a partir da revisão do Missal Romano em 1570. A missa padrão utilizada é a missa privada, na qual a celebração é presidida em silêncio pelo sacerdote, com o auxílio de um único assistente; o comparecimento dos fieis não é necessário, sendo ocasional³⁷. Em relação à missa, foram reafirmados a presença real do Cristo na Eucaristia e o sacrifício (morte mística de Jesus) presente na celebração, conforme apontam as sessões conciliares³⁸. A historiadora Adalgisa Campos descreve a missa como um rito litúrgico cujo ápice se dá na “(...) consagração da Eucaristia (...), pois reatualiza o sacrifício e a redenção de Cristo e, outrossim, a promessa de salvação àqueles que acreditam neste mistério”³⁹.

Dois pontos cruciais identificavam a celebração da missa, eram eles: a língua utilizada, o latim, e a posição do sacerdote em relação à assembleia dos fieis, *ad orientem* ou *versus Dei*⁴⁰. O uso do latim é atribuído à cautela de salvaguardar a liturgia e a doutrina das traduções vernáculas, sendo assim, o dito idioma morto, língua oficial dos documentos da Igreja Católica, foi um recurso de preservação do rito. Por sua vez, a posição do sacerdote remete ao Oriente (ainda que a implantação da Igreja e do seu respectivo altar sejam distintas), de modo que o

³⁷ Até o século XIII, a missa padrão era a solene, cuja celebração era presidida por bispos ou presbíteros, auxiliados por ministros ordenados (diáconos, subdiáconos e acólitos); havia ainda a presença dos fieis em assembleia e o canto do coro. A chamada missa romana, com a conformação dos ritos da celebração citada, refere-se ao período de Inocêncio III (1216). A utilização da Missa Tridentina foi prevista pelo Concílio de Trento e vigorou até o ano de 1962 quando o Concílio Vaticano II revisou o rito da missa, bem como os livros litúrgicos, tornando-a uma “forma extraordinária do Rito Romano”. Também chamada atualmente de *usus antiquior* (uso mais antigo), *forma antiquior* (forma mais antiga) ou ainda *Vetus ordo missae* (Velho Ordinário da Missa). Para mais, cf. JOUNEL, 1988, p. 38-42.

³⁸ CONCÍLIO DE TRENTO Sessões XIII e XXII, respectivamente.

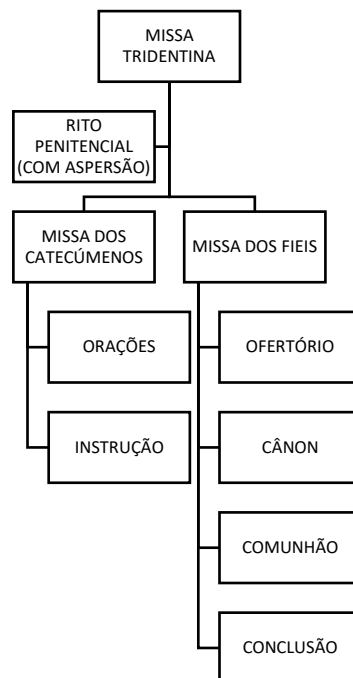
³⁹ Cf. CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Irmandades Mineiras e Missas*. In: VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, n.º. 15, Mar/96, p.19-27.

⁴⁰ É comum ouvir dizer que o padre ficava “de costas para o povo”, mas a ideia primeira é que todos estivessem voltados para a imagem de Jesus Crucificado, intensificando o sentido sacrificial do ato celebrado.

sacerdote voltado ao sol nascente se colocasse de frente para o próprio Cristo. Ainda se pode descrever a posição como *versus absidem* quando a missa é celebrada no altar mor.⁴¹

De modo simples, a liturgia tridentina pode ser dividida em duas grandes partes: antemissa e missa, também chamada de missa sacrificial⁴². A primeira está destinada a todos os fieis, e pode ser vista como uma espécie de preparação para a segunda parte, a qual contém a oração consagratória sobre as oblatas (pão e vinho), que expressa o caráter sacrificial da Eucaristia celebrada. Podemos ainda descrever tal divisão como Missa dos Catecúmenos⁴³ e Missa dos Fieis.

Figura 2: Esquema das partes da missa tridentina



Fonte: Elaborado pela autora

1.2.1.1.1 A Antemissa

Em sua obra, Jungmann apresenta um panorama geral que se revela um verdadeiro tratado sobre o rito tridentino durante as solenidades. Segundo o autor, compõem a antemissa: o rito de entrada, a *preparatio ad missam* (preparação para a missa), o ato de revestir-se dos

⁴¹ Cf. JUNGSMANN, José A.. *El sacrificio de la Misa: Tratado Histórico-Liturgico*. (Versión completa española de la obra alemana em dos volúmenes. *Missarum Sollemnia*). Madrid: Herder, 1963, p. 300.

⁴² Cf. JUNGSMANN, 1963, p 300.

⁴³ Catecúmenos são aqueles que estão em preparação para o Batismo, sendo instruídos nos mistérios da religião. Cf.: BLUTEAU, p. 246.

ornamentos, as orações ante as grades⁴⁴, o *confiteor*, saudações e beijo no altar, a incensação do altar, o canto introdutório, o *Kyrie eleison*, o *Glória in excelsis*, a coleta, as leituras, a homilia, o credo, a despedida dos não batizados e a oração comum a todos os fieis.

Segundo o autor supracitado, houve um tempo em que a celebração eucarística começava diretamente com a preparação das oferendas. Contudo, desde a Antiguidade os fieis adotaram o costume de preparar um conjunto de leituras e orações que facilitassem a imersão no mistério celebrado⁴⁵.

Podemos dizer que a antemissa é uma verdadeira preparação para o sacrifício eucarístico a ser realizado na segunda parte da missa, centro da ação litúrgica. Em vista disso, é marcada por orações e elementos purificatórios, os quais visam purificar pecados veniais cometidos pelos fieis. Participam desse momento tanto os cristãos introduzidos, chamados de fieis, quanto os catecúmenos.

De início, temos a entrada menor, presente na liturgia católica desde os primeiros séculos. Porém, faz-se necessário reconhecer que o passar do tempo ocupou-se de transformar algumas coisas. Jungmann observa que a solenidade deste ato foi diminuindo. Se no quinto século era comum uma entrada pela porta principal, com o livro dos evangelhos pela nave da Igreja e ao som de salmos e antífonas⁴⁶, cinco séculos depois o costume a missa conventual diária, associada às obrigações do coro, tornam a entrada desnecessária, fazendo-a perder espaço⁴⁷.

Um segundo rito importante consiste na preparação para a missa, que remonta à exigência da Igreja primitiva por “uma preparação espiritual e moral antes da celebração da Eucaristia, e não apenas dos sacerdotes, mas também de todos os fieis”⁴⁸. Essa preparação comporta tanto a oração que o sacerdote faz na sacristia quanto a aspersion com água benta e orações que expressam purificação da alma humana.

A seguir, aparece o ato de revestir-se dos ornamentos sagrados. No fundo, trata-se de uma preparação exterior, por meio da qual o sacerdote se envolve com os paramentos, respeitando a cor litúrgica da ocasião. Entre as principais vestimentas sacerdotais podemos citar a alva ou túnica, o cíngulo, o amito, o manípulo, a estola, a casula etc. Cada uma dessas peças era acompanhada de uma reverente oração, a fim de intensificar o seu sentido teológico.

⁴⁴ Faz referência às grades do presbitério, inseridas no segundo milênio para hierarquizar o espaço e demarcar a distinção entre o mundo sagrado e o profano.

⁴⁵ Cf. JUNGSMANN, 1963, p. 300-301.

⁴⁶ Cf. JUNGSMANN, 1963, p. 302

⁴⁷ Cf. JUNGSMANN, 1963, p. 308.

⁴⁸ JUNGSMANN, 1963, p. 310.

As orações ante as grades tratam daquelas que o sacerdote fazia ao redor do altar, logo após a entrada, para assinalar o respeito e a reverência ao local que se aproximava. Contudo, inicialmente o tom dessas orações costumava ser bem apologético⁴⁹. Como uma das mais conhecidas podemos citar “*Introibo ad altare Dei, ad Deum qui laetificat iuuetutem mean*” (Subo ao altar de Deus, para o Deus que alegra minha juventude).

Chegando ao altar, o sacerdote o saúda e beija. Segundo Jungmann, trata-se da “saudação solene do lugar no qual se vai realizar o sagrado sacrifício”⁵⁰. Este gesto é enriquecido de sentido a partir da identificação simbólica do altar com o próprio Jesus Cristo. Posteriormente, o altar é incensado, a fim de sinalizar sua sacralidade. Terminados esses dois gestos, o clérigo lia ou entoava o salmo ou canto introdutório, em caráter antifonal. Com o passar dos séculos, o salmo foi sendo reduzido a ponto de tornar-se um versículo⁵¹. Nos últimos tempos do rito tridentino já havia praticamente desaparecido.

Para marcar o início do mistério celebrativo, o sacerdote faz o sinal da cruz, dizendo as palavras dos *In nomine Patris*. A seguir, convoca a assembleia a rezar o *Kyrie eleison*, cuja finalidade também é a purificação espiritual, uma vez que é seguido da absolvição. Terminado o *Kyrie*, nas solenidades, é cantado o *Gloria in excelsis* que enaltece a Trindade e ressalta o aspecto solene da celebração. Por fim, antes de se dar início às leituras, o sacerdote reza a oração da coleta, com a qual termina esse momento preparatório para a escuta das leituras.

De acordo com Jungmann, as leituras são as partes mais importantes da antemissa: “Se o sacramento do corpo e sangue de Cristo constitui o centro da missa sacrificial, a leitura da Sagrada Escritura representa o conteúdo de importância da antemissa”⁵². A esta parte costuma dá-se o nome de instrução, reconhecendo o caráter pedagógico da Sagrada Escritura.

A leitura mais relevante era a do Evangelho, sempre realizada no púlpito, localizado do lado norte do presbitério⁵³. Esta relevância pode ser notada tanto no beijo quanto na incensação que eram-lhe reservados. Por seu turno, as leituras epistolares eram feitas do lado sul. Essa disposição fez surgir o costume de se diferenciar entre o lado do evangelho e o lado da epístola. Terminadas as leituras, o sacerdote proferia o sermão, previsto no missal tridentino como facultativo.

Aos domingos e solenidades, após a leitura do evangelho ou a homilia, havia a recitação do credo, norma de fé antiquíssima que visa resguardar os principais elementos da fé cristã.

⁴⁹ Cf. JUNGSMANN, 1963, p. 329-330.

⁵⁰ JUNGSMANN, 1963, p. 353.

⁵¹ JUNGSMANN, 1963, p. 363.

⁵² JUNGSMANN, 1963, p. 435.

⁵³ JUNGSMANN, 1963, p. 464.

Terminada a recitação ou o canto do Credo, encerrava-se a antemissa ou missa dos catecúmenos; havia o rito de despedida dos não-batizados. Essa disposição relaciona-se com o costume antigo, da leitura pública da Palavra de Deus⁵⁴, ao passo que a ceia eucarística era reservada aos iniciados na fé. Portanto, despedidos os catecúmenos, agora poder-se-ia dar início à segunda parte celebrativa, chamada de Missa Sacrificial ou dos fieis.

1.2.1.1.2 A Missa sacrificial ou Missa dos fieis

Este segundo momento é mais rico em simbolismos e detalhes, contudo, assinalaremos apenas os aspectos mais significativos, os quais já são suficientes para uma boa compreensão do rito tridentino. Tendo como base a obra de Jungmann, podemos citar como principais momentos o ofertório, o *Canon actionis*, a comunhão e o rito de encerramento. Cada uma dessas partes é composta de vários momentos.

Após a saída dos catecúmenos, iniciava-se a missa dos fieis com o ofertório. Basicamente, tratava-se de apresentar o pão e o vinho, chamados de oblatas, que seriam transubstanciados em corpo e sangue de Cristo, sinalizando que os dons terrenos, ofertados pelo povo, se tornarão dons celestiais dados por Deus para o alimento espiritual de seu povo.

Este momento começa com a entrega das oblatas ao sacerdote, que profere orações, ofertando-as a Deus, para que sejam dignas de aceitação e transformadas no Sacramento da Eucaristia. Enquanto isso acontecia, era cantado o canto de ofertório, o qual era interrompido para que o sacerdote proferisse solenemente a oração sobre as oferendas. Terminadas as orações, o sacerdote deveria incensar as oblatas e, posteriormente, ter suas mãos lavadas.

Terminadas essas ações, o sacerdote se volta para a assembleia e a convoca por meio do *orate fratres*⁵⁵. Tendo em vista a compreensão do sacerdote como mediador entre os fieis e Deus, este pede que intercedam por ele que irá se apresentar diante de Deus com o pão e o vinho a serem consagrados. Os fieis respondem com o *Suscipiat*, uma oração de súplica para que o Senhor aceite o sacrifício que será ofertado. Contudo, há uma leve discussão se esta resposta seria própria dos acólitos que estariam servindo ao altar ou a todos os fieis⁵⁶. Este momento era concluído com a *secreta*, oração feita sobre as oblatas, de forma inaudível, em tom de oferecimento, concluída com o “*Per omnia saecula saeculorum*, em alta voz.

⁵⁴ JUNGSMANN, 1963, p. 533-524.

⁵⁵ Esta oração tem este nome tendo em vista as suas primeiras palavras em latim: “*Orate, fratres*”. Posteriormente, o sacerdote continuava em tom secreto: “*ut meum ac vestrum sacrificium acceptabile fiat apud Deum Patrem omnipotentem*”, que significa: “para que o meu sacrifício e o vosso possa ser aceitável a Deus Pai todo-poderoso”.

⁵⁶ Cf. JUNGSMANN, 1963, p. 636-637.

O passo seguinte do rito tridentino era o *Canon Actionis*. Corresponde à regra da consagração que devia ser seguida à risca pelo celebrante. Nesse momento, o sacerdote inicia um breve diálogo com a assembleia por meio da expressão *Dominus Vobiscum*. Em seguida, profere o *sursum corda* (corações ao alto), concluindo o diálogo introdutório com o *Gratias agamus*. Para cada uma dessas invocações a assembleia tem uma resposta correspondente. Em continuidade a este diálogo, o sacerdote, por meio do *prefacio*, indica as razões para se dar graças a Deus. A ação de graças que conduz a assembleia reunida a reconhecer a santidade de Deus por meio do canto do *Sanctus*.

Terminado o *Sanctus*, tem-se início a parte principal da missa dos fieis, comumente chamada de consagração. Neste momento o sacerdote reza o *Canon*, atualmente chamado de oração eucarística. Embora seja constituída de vários momentos, merece destaque o relato da instituição, no qual o sacerdote profere as mesmas palavras de Jesus na ‘última ceia’, durante a instituição da Eucaristia. Tais palavras expressam a força do mistério celebrado, uma vez que “o sacerdote vai reproduzindo nas cerimônias as ações e gestos que Cristo fez na Ceia”⁵⁷. A ação do sacerdote, inspirada e fundamentada nas ações e no mandado de Jesus, “Fazei isto em memória de mim”, alcança o mesmo resultado da última ceia: pão e vinho se tornam corpo e sangue sacramental.

Essa transformação é o motivo de toda devoção ao redor dos altares católicos, conduzindo-os a uma experiência de profunda reverência para com a Eucaristia, verificável nas grandes procissões com o Santíssimo Sacramento, nas celebrações etc. O profundo espírito de reverência, característico da cultura tridentina, baseia-se nesse mistério central, chamado de *transubstanciação*, após o qual as espécies eucarísticas são elevadas para que a assembleia contemple e adore o corpo e o sangue de Cristo. Após algumas intercessões prevista no *Canon*, o sacerdote conclui este momento com a *doxologia*, uma palavra de louvor a Deus-trino pela realização do sacramento eucarístico.

Tendo sido realizado o sacramento, agora os fieis se preparam para o momento do sacrifício de Cristo por meio da comunhão sacramental do corpo e do sangue de Jesus. Antes, porém, rezam ou cantam a oração do *Pater noster*. Em seguida, ocorre a fração do pão, que deve ser dividido em três pedaços, sendo o menor depositado diretamente no cálice.

Dando prosseguimento, o sacerdote reza o *Pax Domini*, no qual os fieis são chamados à reconciliação antes da comunhão. Em seguida, é o momento do *Agnus Dei*, rezado em alta voz,

⁵⁷ JUNGSMANN, 1963, p. 758.

seguido de algumas orações que preparam o sacerdote para comungar as espécies eucarísticas. O momento é marcado por orações de cunho secreto, reservadas ao celebrante.

É chegado então o momento da comunhão dos fieis. Porém, antes eles precisam rezar novamente o *confiteor*, que é seguido de mais uma bênção sacerdotal e uma absolvição, a fim de que comunhem dignamente. Em seguida, devem fazer orações preparatórias, marcadas por posturas de profunda reverência para com o mistério experimentado. Uma das atitudes mais características desse momento é o ato de ajoelhar-se, postura obrigatória para a comunhão no rito tridentino, para indicar a reverência ao sacramento da Eucaristia. Cada gesto deveria ser observado em seus mínimos detalhes, para que o fiel não corresse o risco de pecar por falta de zelo. O sacerdote então distribuía a Eucaristia a cada fiel, que reverentemente recebia de joelhos.

Terminada a comunhão, o sacerdote profere a *oratio super populum* e despede o povo com o *ite, missa est*, indicando o fim da celebração. O sacerdote então abençoa uma última vez o povo e lê o segundo evangelho, retirado de Jo 1,1-14, considerado por muitos uma síntese do quarto evangelho⁵⁸.

A apresentação do rito tridentino tem como intuito sinalizar os principais elementos do rito celebrado no contexto da pesquisa. A principal razão é indicar que o modo como os fieis abraçavam sua religiosidade está profundamente influenciada pelo caráter místico cultivado no rito. O uso do latim, as orações secretas, a reverência ao sagrado, o silêncio, tudo isso encaminhava a uma sociedade arraigada de misticismos e de devoções, que não se limitavam à vida *intra ecclesiae*, mas no cotidiano de cada um. Inclusive naquelas chamadas paralitúrgicas, sendo elas os cortejos marianos e o culto santoral, cujas particularidades serão tratadas posteriormente.

1.2.1.1.3 Os elementos litúrgicos

A linguagem arquitetônica sacra corrobora com sua época e, especificamente, à adaptação da comunicação aos homens do mistério divino. A disposição arquitetônica reflete a hierarquização da Igreja, ou seja, a distinção dos vários lugares que compõem o templo supõe uma estruturação hierárquica decorrente das várias funções e serviços a serem realizados no ato litúrgico. Essa estruturação influencia no modo como os vários lugares são compreendidos

⁵⁸ Cf. JUNGSMANN, 1963, p. 1018.

dentro do espaço⁵⁹. Desse modo, é possível especializar o rito, atribuindo uma leitura litúrgica aos espaços citados.

Os sinos recordam que Deus convoca seu povo, junto às torres, são o símbolo de uma “espiritualidade verticalizada”. Seu som é como o tempo de Deus irrompendo o tempo dos homens, o *kairós* que invade o *chronos*, partilhando com a comunidade alegria ou tristeza, como aponta o Ritual de Bênçãos:

Ó Deus, a vossa voz na aurora ressoou aos ouvidos do homem para convidá-lo à comunicação divina, ensinando-o e admoestando com doçura.
 Ó Deus, vós mandastes Moises, vosso servo, usar trombetas de prata para reunir o povo.
 Ó Deus, vós não recusais na vossa Igreja o uso de sinos de bronze para convidar o povo à oração; recebei este sino novo, dedicado por esta bênção ao vosso serviço e fazei que todos os vossos fieis, aos ouvirem a voz do sino, elevem para o alto os seus corações, participem da alegria e da tristeza dos irmãos, apressem-se até a casa de Deus, onde sintam a presença de Cristo, ouçam a vossa palavra e vos dirijam as suas súplicas.⁶⁰

O átrio⁶¹ é o espaço externo que dá acesso à igreja, cumpre a função da acolhida aos fieis penitentes e catecúmenos. Como aponta Broughton, os átrios eram os locais favoráveis às abluções por serem intermediários entre o mundo externo e o local da oração⁶². Os ritos de purificação poderiam ser realizados nas fontes, símbolos da fonte de vida, comumente encontrados no átrios. Simbolicamente, pode ser entendido como a passagem entre o caos e a ordem. O Catecismo da Igreja Católica afirma que “a igreja tem um significado escatológico. Para entrar na casa de Deus, é preciso atravessar um limiar, símbolo da passagem do mundo ferido pelo pecado para o mundo da vida nova ao qual todos os homens são chamados”⁶³. Destaca-se, ainda no átrio, a porta. Ela é o sinal da porta das ovelhas, o sinal de Cristo (cf. Jo 10,7). Acredita-se que passando por ela, os fieis optem por percorrer o caminho de santidade, que leva à casa de Deus (cf. Is 26,1-9). Em celebrações litúrgicas tais quais Batismo e Matrimônio, a porta e, conseqüentemente o átrio, adquirem destaque, pois neles acontece o

⁵⁹ Sabe-se que já na Igreja primitiva havia diretrizes de localização para a lugar da presidência. A Didascália dos Apóstolos, um diretório siríaco dos primeiros séculos, prescrevia que fosse colocado um assento para o bispo, a cátedra, ao lado do oriente, cercado de outras cadeiras para os presbíteros, *synthronos*. Salienta-se que, nas igrejas sem bispo, era reservado, junto à parede dos fundos ou na abside, o assento para o presbítero. Para mais, cf. JOUNEL, 1992, p. 695.

⁶⁰ Aos sinos se referem algumas leituras bíblicas do AT, nas quais o mistério do chamado divino e da união em Cristo. (cf. Nm. 10, 1-8; Is 40, 1-5. 9-11). Para mais, cf. *RITUAL DE BÊNÇÃOS*. São Paulo: Edições Paulinas, Petrópolis: Editora Vozes, 1990, n.º. 1047.

⁶¹ Do latim *atrium*, equivalente ao grego *narthex*, o átrio também é chamado de nártex, galilé ou vestíbulo. Cf. JOUNEL, 1992, p. 699.

⁶² Cf. BROUGHTON, 2004, p. 186.

⁶³ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 2000, n.º. 1186.

acolhimento aos fieis. De forma processional, dá-se início ao rito e à entrada no espaço celebrativo.

A assembleia reunida é o povo de Deus disposto no espaço para o desenvolvimento da ação litúrgica. A nave⁶⁴ é o espaço destinado aos fieis compostos em assembleia, junto a eles, os cantores. Tendo em vista sua finalidade de agrupamento, é o espaço de maior área do templo. A distinção hierarquizada dos serviços cria uma linha divisória, marcada espacialmente, entre clero e seculares. O local do bispo é enfatizado por influência da cultura imperial romana. O presbitério, do latim *presbiterium*, é o lugar destinado à cátedra⁶⁵ e aos assentos para os presbíteros. Localizado no espaço referente à abside, é uma estrutura elevada, sobre a qual se erigia a cátedra, sinalizava a autoridade daquele que presidia a celebração do mistério de Cristo. A cátedra é símbolo de autoridade e magistério, pois originalmente é a cadeira do bispo. Ela é o lugar da *ethymasis*, a “cadeira d’Aquele que vem”.

O ambão⁶⁶ designa o lugar elevado no qual a Palavra de Deus é proclamada diante da assembleia reunida (cf. Ne 8,4). Esta elevação tanto facilita a escuta do que é proclamado como indica o lugar relevante da Palavra na assembleia litúrgica. Embora toda a Palavra de Deus tenha sua importância dentro e fora do rito litúrgico, há que se reconhecer que os evangelhos sempre se sobressaíram na tradição cristã. Prova disto é a disposição com dois ambões, encontrada em algumas igrejas da época romana, um destinado à leitura das epístolas e outro à leitura dos evangelhos. Contudo, é importante não confundir o ambão com o púlpito. Enquanto o ambão era destinado, originalmente, para a leitura dos textos sagrados, o púlpito, por sua vez, era utilizado para proferir sermões. É possível dizer que possui “a finalidade mais de efetuar a catequese do que fazer parte propriamente da liturgia”⁶⁷.

⁶⁴ A origem etimológica vem da palavra *naós*, que quer dizer navio, dado que a forma da nave das basílicas era correlata, bem como a utilização da madeira como material da estrutura do telhado central. Essa nomenclatura expressa ainda o simbolismo da Igreja como a barca de Pedro (cf. Jo 21,1-8), segundo o qual a Igreja deve se mover pelo mar do mundo, tendo Cristo como seu condutor. Para mais, cf. FRADE, Gabriel. *Arquitetura Sagrada no Brasil: Sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p. 147.

⁶⁵ A palavra cátedra deriva do grego *kathedra*, que significa cadeira, assento. O simbolismo da cátedra no mundo cristão provém da tradição sinagoga que atribui a Moisés a autoridade de ensinar, a qual fora assumida pelos escribas e fariseus (cf. Mt 23,2). Contudo, a tradição cristã enfatiza, ainda, o papel central do pastor, indicado no múnus de pastorear o rebanho do Senhor, elemento essencial da missão dos bispos e presbíteros. Cf. FRADE, 2007, p. 147.

⁶⁶ Do ponto de vista etimológico, a palavra ambão deriva do latim *ambo* que, por sua vez, decorre do grego *anabainein*, cujo significado é subir ou elevar. Segundo a tradição cristã, o ambão rememora o ainda sepulcro vazio, local da ressurreição e da mensagem do Cristo vivo. Para mais, cf. CNBB. *Guia Litúrgico-Pastoral*. Brasília: Edições CNBB, 2007, p. 94. E, ainda, cf. BERGER, Rupert. Ambão. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral: Obras de consulta sobre todas as questões referentes à liturgia*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 19.

⁶⁷ Cf. FRADE, 2007, p. 175.

O altar⁶⁸ cristão é a mesa do sacrifício de Cristo (cf. Ef 2,20), único e verdadeiro sacrifício aceito em favor da humanidade que se torna, também, lugar da comensalidade fraterna, comunhão de irmãos e partilha da vida. A finalidade do altar é a celebração da Eucaristia. O altar-mor, por sua vez, continha o tabernáculo em seu centro, assinalando uma nova relação com a Eucaristia, de contemplação e adoração, como salienta Frade. Assim sendo, o altar-mor foi tido também como altar sacrário⁶⁹. Eram complementos frequentes nos altares, o cibório ou o baldaquino. No fim da Idade Média, sobre o altar adiciona-se o uso dos castiçais, cruz e retábulo. O termo tabernáculo provém do latim *tabernaculum*, que quer dizer tenda da campanha. É o pequeno recinto que abriga a Eucaristia para benefício aos enfermos e agonizantes⁷⁰. O tabernáculo aponta duas realidades: a presença divina, proveniente do sacrifício ritual da missa e os irmãos, agregados pelo amor de Cristo.

Recordamos a existência de Missas Votivas, Missas Fúnebres e outras de tamanha importância à vivência religiosa pública, porém não caberia ao intuito principal nos ater às ramificações de reuniões da comunidade entre domingos e raros feriados (datas inicialmente previstas para as celebrações obrigatórias).

1.2.1.2 Festa de Corpus Christi

Ainda nessa reflexão da relação dos fieis com o Cristo eucarístico, podemos destacar a festa do Corpo e Sangue de Cristo, o chamado Corpus Christi. Instituída em 1264 pelo Papa Urbano IV, a festa do Corpo de Deus é a manifestação visível da piedade eucarística; sobretudo após a inclusão da “procissão triunfal” do Santíssimo Sacramento, como aponta Jounel⁷¹. Destaca-se o contraponto da escassa comunhão durante toda a Idade Média a meados dos séculos XVIII. O IV Concílio de Latrão, do ano de 1215, impunha a obrigatoriedade da comunhão pascal⁷². O Concílio de Trento, por conseguinte, reitera a necessidade de se celebrar

⁶⁸ A palavra altar advém do latim *adolere* que significa queimar. Esta semântica revela o uso primitivo contido no AT, segundo o qual no altar eram queimados os holocaustos e os sacrifícios para Deus (cf. Lv 6).

⁶⁹ Cf. FRADE, 2007, p. 160.

⁷⁰ As fontes patrísticas atestam as práticas de conservação da Eucaristia já nas casas de oração primitivas (primeiros cristãos) e o transporte em viagens. Temos, por exemplo, os relatos de Tertuliano e Santo Ambrósio, padres da Igreja primitiva. Para mais, cf. AMBROSIO, Santo. *Spiegazione del credo* ; I sacramenti ; I misteri ; La penitenza: opere dogmatiche III. Roma: Città Nuova, 1982. Ou ainda: Tertuliano. *Apologia del cristianesimo: la carne de Cristo*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1984.

⁷¹ JOUNEL, 1988, p. 38.

⁷² A reverência com o sacramento da Eucaristia incitou a noção de indignidade do fiel, de modo que suas fragilidades o impediriam de receber a comunhão. Além disso, eram comuns exigências de jejum total (desde o século V) e contingência sexual para estar apto à ceia eucarística. A fim de estimular uma reaproximação dos fieis à missa, dentre as sucessivas modificações propostas nos séculos XVII e XVIII estavam a retiradas das grades entre o presbitério e a nave, o surgimento do canto-chão popular, o missal traduzido para a língua vernácula. A

anualmente a principal de todas as procissões, “encomendadas pelos Sagrados Canones (...) e ainda pelas Leis do Reino”, em virtude do Padroado Régio. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia definem a simbologia inerente à festa:

Foi ordenada pela Igreja para exaltação do Divino Sacramento, manjar sagrado em que se nos dá o mesmo Christo nosso Senhor, para honra de Deos, gloria dos Catholicos, confusão dos hereges, e para que os fieis lembrados deste immenso beneficio, (2) com fervoroso affecto se movão a render o obsequio devido a tão Divina Magestade, e a dar as graças a Christo nosso Senhor, tão liberalissimo bemfeitor, que se nos dá a si mesmo em iguaria da vida espiritual.⁷³

A chamada “Procissão do Corpo de Deus” devia ser realizada anualmente na primeira quinta feira após o Domingo da Trindade (seguindo o calendário litúrgico da Igreja Católica). O ritual pressupunha a realização de uma procissão solene matutina com a custódia (ostensório) do Santíssimo Sacramento, pelas ruas da vila. Era orientado aos fregueses que preparassem o caminho do cortejo: “tenhão as ruas, e lugares por onde houver de passar limpos, e ornados com ramos, e flores, e as janellas, e paredes concertadas, e armadas com sedas, panos, alcatifas, tapeçarias, quadros, imagens de Santos, e outras pinturas honestas, quanto lhes for possível.”⁷⁴. A procissão deveria ser encerrada com a celebração da missa (tal qual o procedimento prescrito no Cerimonial dos Bispos e no Ritual Romano).

As Constituições advertem ainda que o festejo deveria se repetir em todas as Igrejas do Arcebispado (em que houvesse o costume de se realizar), dotado de pompa e majestade. Todos os clérigos, religiosos e pessoas da Vila deveriam acompanhar dignamente a procissão da saída da Igreja até o recolhimento sob pena de excomunhão e multa de mil réis, conforme edital comumente fixado na porta da Sé⁷⁵.

Portanto, trata-se de um festividade de caráter obrigatório cuja finalidade é levar para fora dos edifício eclesiástico a fé na presença real de Jesus nas espécies eucarísticas. O caráter processional indica o movimento inerente a esta experiência festiva, na qual uma multidão se reunia todos os anos para percorrer diversas ruas e testemunhar a fé no Santo Sacramento. Vale ressaltar o aspecto participativo dos leigos e das irmandades, responsáveis por adornar as ruas que seriam visitadas pelo cortejo processional. Assim, inferia-se a ideia do sagrado que toma posse da vida profana, a qual santifica todas as realidades e que se faz presente em todos os

difusão da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, também no período citado, impulsionou a comunhão mensal e semanal. Para mais, cf. Jungmann, 2010, p. 142-173.

⁷³ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 194.

⁷⁴ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 194.

⁷⁵ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 194-195.

lugares. De fato, trata-se de uma solenidade de caráter *ad extra ecclesiae* (para fora da igreja). É a festa mais solene destinada ao Santíssimo Sacramento.

Há ainda uma segunda que não pode ser esquecida, a solenidade da Instituição da Eucaristia na Quinta-feira Santa (ou de endoenças). Porém, é preciso salientar que a série de ocupações às quais a igreja se destinava no dia não permitia “...solemnizar plenamente tão alto Sacramento”⁷⁶. Portanto, era no Corpus Christi a oportunidade de exteriorização comunitária de adoração e veneração ao Cristo ressuscitado. Uma vez que era organizada e provida pelo Senado da Câmara, tal expressão pública anual de fé movimentava a Vila econômica e socialmente.

1.2.1.3 Quinta-feira de Endoenças

Conhecida atualmente como Quinta-feira Santa, esta marca a conclusão da Quaresma e o início do Tríduo Pascal. O propósito da celebração era rememorar a Ceia Pascal “na noite em que Ele foi entregue” por meio da recordação da paixão salvífica (caminho do Cristo ao Monte das Oliveiras, agonia e morte de cruz). Por isso, optamos por detalhar a Quinta-feira Santa considerando o fato de que essa primeira quinta foi o início da Santa Missa⁷⁷.

A quinta-feira de endoenças era marcada pelas “confissões dos fieis, sagração dos Oleos, cerimonia do Lavapés, e mais Officios Divinos”⁷⁸. Ressaltamos o zelo com os enfermos, dada a recomendação para que se consagre e guarde hóstias em quantidade suficiente para o atendimento dos doentes – embora neste dia não se recomende que a comunhão seja levada aos enfermos, salvo em situação de gravidade extrema que não possa aguardar até a Páscoa.

Ainda segundo as orientações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, nesse dia o Santíssimo Sacramento deveria ser exposto solenemente nas igrejas e mosteiros do arcebispado, com a presença do pároco, sacerdotes, clérigos de todas as ordens e fregueses por

⁷⁶ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 52.

⁷⁷ A narrativa bíblica da Última Ceia, presente nos Evangelhos, evoca pontos importantes para a posterior celebração da Missa, a consagração do pão enquanto Corpo do Cristo a ser oferecido em sacrifício (tal qual o cordeiro pascal de tradição antiga) e a instituição da Eucaristia (“Fazei isto em memória de Mim”). O cumprimento e prosseguimento da celebração se dá na Igreja Primitiva. Para mais, cf. JUNGSMANN, 2010, p. 25-39.

⁷⁸ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 52. Embora não houvesse a obrigação de ouvir missa ou se abster de trabalho neste dia, o arcebispado exortava para fieis de que acompanhassem a exposição do Santíssimo Sacramento e se privassem de trabalhos públicos até a Sexta Santa. Aos religiosos orientava-se que “Em Quinta Feira da Cea do Senhor está recebido por costume geral, que se não diga mais que uma só Missa em cada Igreja Conventual, ou Parochial: portanto encommendamos, que assim se faça”. Logo, supomos que tal data fosse de grande concentração de fieis no templo. Cf. *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 139.

todo o período. Posteriormente, seria trasladado ao sepulcro (sacrário com o devido ornamento de cera/vela) para permanência em vigília e oração até o dia da Páscoa⁷⁹.

A localização da Quinta-feira de Endoenças entre o fim da Quaresma e a Sexta-feira da Paixão explica a manifestação restrita e discreta da devoção de sacerdotes e leigos. Caso se fizesse necessidade do deslocamento da Eucaristia até um enfermo grave, tal procissão se daria de maneira extraordinária, a cruz baixa (até a celebração da Adoração da Cruz, na Sexta da Paixão) e sem sinais sonos (campainhas, sinetas ou repiques de sinos como era costumeiro na saída externa do Santíssimo Sacramento) até o Sábado Santo quando se retomaria tais expressões de alegria e louvor no ‘*Gloria in excelsis Deo*’ (Glória Solene entoado na celebração à ressurreição do Cristo).

Outra cerimônias de igual importância que compunham o calendário das celebrações litúrgicas eram a Sexta feira Maior e Sábado de Aleluia, juntas à Quinta-feira de Endoenças formavam a Semana Santa. Tal qual citado acima não eram dias em que houvesse obrigação de ouvir missa, mas era de costume que os fieis se fizessem presentes na Adoração Eucarística e no Ofício de Sexta Feira Santa⁸⁰.

1.2.2 Cerimônias paralitúrgicas

Embora se saiba que a celebração Eucarística é o momento mais relevante da vivência celebrativa do culto católico, é preciso reconhecer que esta vivência não se limita a apenas esta ação ritual. A verdade é que outras cerimônias se revelam também importantes para a fé católica. É o caso do culto à Eucaristia, às relíquias de santos, procissões etc. A essas experiências, chamamos de “Cerimônia Paralitúrgicas”.

1.2.2.1 Culto à Eucaristia

O culto à Eucaristia fora da missa é originário da Idade Média. O período, marcado pelo afastamento entre o povo e a comunhão, desenvolveu a exposição ao Corpo de Cristo como

⁷⁹ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 52. Uma vez que o intuito da apresentação das principais celebrações litúrgicas é compreender a presença expressiva de fieis no templo, não trataremos aqui das determinações específicas de licenças para exposição do Santíssimo Sacramento ou ainda para permanência desse nos sacrários.

⁸⁰ Após o Ofício de Sexta Fera Santa, era costumeira a procissão do enterro na sede do Bispado, em cujo percurso o corpo do Senhor morto seria levado ao sepulcro e ficaria guardado sob vigilância, à luz de velas. Cf. *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 52.

afirmação de fé. Segundo Jounel, Berengário de Tours (+1088) questionou a presença real do Cristo no sacramento eucarístico. Como resposta, a Eucaristia foi elevada à veneração; até então era comumente depositada num cofre no altar ou numa pomba e, posteriormente, no sacrário⁸¹.

O culto da Eucaristia fora da missa recebeu um esplendor que não parou de crescer. As exposições do Santíssimo Sacramento, à tarde, com suas velas e cânticos, ultrapassavam de longe em brilhantismo a missa rezada matinal. À volta da exposição, surgiram as Quarenta Horas, as adorações perpétuas, e depois os congressos Eucarísticos com a sua solene procissão de encerramento⁸².

Quanto aos locais adequados ou ainda destinados a acolher o culto, já na Idade Média, o altar recebeu a dupla função: serve à função de sacrário e de trono, no qual se expõe a hóstia consagrada no ostensório para culto e adoração ao Santíssimo Sacramento. A caixa, denominada *artofórium*, era colocada diretamente sobre o altar, suspensa ou num armário inscrito na parede da igreja, *armariolum*. Por fim, ainda no medievo, tem-se a denominada edícula eucarística, estrutura de torre com portas e grades, que permitiu a veneração dos fieis, de modo protegido⁸³.

As Constituições Primeiras tratam de alguns tipos de adoração determinadas por concílios anteriores e reafirmadas pelo Concílio Tridentino; cada tipo pressupunha gestos físicos do fiel. A *latria*⁸⁴ tratava da adoração devida somente a Deus, deveria ser realizada prostrando-se de joelhos, com as mãos unidas, erguidas e atos exteriores de veneração e exaltação a Deus. A *hyperdulia* definia a veneração devida à mãe de Jesus, Virgem Maria, por sua maternidade e virtudes próprias. O fiel deveria venerá-la de joelhos e cabeça descoberta. Por fim, a *dulia* tratava da veneração aos anjos, espíritos celestiais e santos da Igreja, segundo essa a veneração deveria se realizar em reconhecimento à sua superioridade, perfeição e por habitarem o Reino dos Céus junto a Deus. Ainda por gratidão à intercessão contínua deveriam os fieis rezar de pé ou ajoelhados com a cabeça descoberta⁸⁵.

⁸¹ JOUNEL, 1988, p. 39. É importante diferenciar essa veneração do rito realizado após a consagração da hóstia na missa. A ação consiste em elevar a hóstia consagrada para saciar o desejo do povo de vê-la; uma vez que não era frequente a comunhão na Idade Média. Instituído pelo bispo Eudes de Sully (+1208), de Paris, o rito foi difundido no Ocidente e posteriormente acrescido da elevação do cálice, nos séculos XIV-XV.

⁸² JOUNEL, 1988, p. 42-43.

⁸³ BERGER, Rupert. Tabernáculo. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral*: Obras de consulta sobre todas as questões referentes à liturgia. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 391.

⁸⁴ Esse tipo de adoração era extensivo à Santíssima Trindade, ao Cristo (compreendendo sua divindade e humanidade), ao Sacramento da Eucaristia, o lenho da cruz em que padeceu Jesus Cristo e toda representação de Cristo ou cruzeiros (sinais representativos do Cristo, sinal de salvação).

⁸⁵ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 8-9.

A participação interior dos fregueses na vida da igreja era, portanto, marcada pela postura corporal. As ações físicas do fiel representavam sua atitude de reverência e serviço perante o acontecimento místico⁸⁶. A devoção ao Santíssimo Corpo de Jesus marca uma das devoções mais relevantes para o Catolicismo, tendo a quinta-feira como dia preferencial, a fim de relembrar a instituição desse Sacramento por Jesus Cristo.

1.2.2.2 Culto às relíquias e às imagens

A Idade Média traz, com a influência da cultura bárbara e o advento do monarquismo, a propagação de práticas antigas. Foram resgatados a celebração da missa pelos fieis defuntos, o culto às relíquias dos santos e mártires e as missas votivas, em favor próprio ou de outros e dedicadas aos santos de devoção⁸⁷. As Constituições Primeiras explicitam a remota tradição resgatada de concílios anteriores:

O uso das sagradas Imagens de Christo nosso Senhor, de sua Mai Santissima, dos Anjos, e mais Santos é approved pela Igreja Catholica, que manda as haja nos Templos, e sejam veneradas; não pôr que se creia que nellas ha alguma Divindade, porque devão ser veneradas; mas porque o culto, que se lhes dá, se refere sómente, ao que ellas representão. Portanto conformando-nos com a antiga tradição da Igreja Catholica, e definições dos Sagrados Concilios, ordenamos que ás ditas Imagens, ou sejam de pintura, ou de esculptura, se faça a mesma veneração, que aos originaes, e significados, considerando, que no culto, que a ellas damos, veneramos, e reverenciamos a Deos nos so Senhor, e aos Santos, que ellas representão⁸⁸.

Com o crescente número de missas diárias, o caráter celebrativo passou a ser mais privado e devocional, e cada vez menos convival. Assim, multiplicou-se também o número de altares secundários, destinados às capelas laterais. Esses vários altares, geralmente localizados nas naves laterais, tinham depositados as relíquias de mártires (cf. Ap 6,9) e permitiam a celebração concomitante, com vários padres ao mesmo tempo (ainda que em dado momento a celebração se restringisse a uma por dia em cada altar).

As chamadas relíquias eram elementos corporais, tais como mechas de cabelo ou objetos usados ou tocados pelos santos, aprovados pela Sé Católica, como pedacinhos de hábitos e vestes. O culto às relíquias foi mais uma das motivações para que os fieis se reunissem em torno do altar, que se dispusessem às práticas não domésticas de sua fé. As resoluções do Concílio

⁸⁶ Para mais sobre formas de participação do povo nas celebrações, cf. JUNGSMANN, 2010, p. 247-252.

⁸⁷ Cf. JUNGSMANN, J. A. *El sacrificio de la Misa*. Madrid, BAC, 1963, p. 258.

⁸⁸ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 10.

Tridentino orientavam que as relíquias deveriam ser devidamente guardadas em locais decentes e decorosos, “postas em engastes, vasos, ou relicários”⁸⁹, a fim de serem veneradas pelos fieis. Quando expostas, deveria haver junto às relíquias velas acesas sobre o altar. Essa configuração de homenagem aos santos era também motivação para novenas e procissões que permitiram ao povo a celebração de devoções pessoais e comunitária.

Como grandes temas da iconografia religiosa da Contrarreforma que chegam à colônia temos São José, os vinculados à Boa Morte (São Miguel e Almas, São Gabriel), Nossa Senhora (em suas inúmeras invocações), Sagrada Família e tantos outros advindos de devoções medievais, resgatadas pelo Concílio Tridentino.

O culto à mãe de Jesus surge ainda no século XII e é reafirmado no século XV na difusão do cultos aos santos. A forte devoção mariana inicialmente se relacionava aos aspectos de sua vida sua relação com as ações de Cristo, posteriormente, direciona-se à sua competência de protetora dos homens. A partir do Concílio Tridentino, a devoção se fortalece e se expande com a propagação da oração da Ave Maria e introdução de novas festas, tal qual Nossa Senhora do Rosário. O culto à Imaculada Conceição (Nossa Senhora da Conceição) é originária dos mosteiros de Constantinopla (século VIII) e Inglaterra (século XI), posteriormente disseminadas, no século XII, por monges cistercienses para Alemanha, França, Espanha, Holanda e Portugal. O especial culto nacionalista à Nossa Senhora da Conceição em Portugal surge durante o domínio de Espanha por Portugal; os reis católicos Fernando e Isabel praticavam a devoção. O primeiro rei de Portugal, Dom Afonso Henriques, elegeu a Virgem Maria como patrona do Reino na vitória sobre os mouros, com a reconquista do território. Dom João IV oficializa, em 1646, Nossa Senhora da Conceição como padroeira do Reino de Portugal e de suas colônias como homenagem à restauração da Coroa, tornando oficiais em todo o Império as festas marianas⁹⁰.

1.2.2.3 Procissões

A procissão é uma expressão religiosa de oração pública, cuja forma se dá no agrupamento ordenado dos fieis em trânsito de um local sagrado a outro. A ocorrência de procissões coloniais se deve à herança portuguesa. Contudo, é preciso reconhecer que já no Antigo Testamento é possível verificar o povo de Israel que se direciona em direção ao Templo

⁸⁹ Cf. JUNGSMANN, 2010, p. 233.

⁹⁰ Cf. NOLASCO, 2010, p. 112-115.

(cf. Dt 12), de modo especial nas três grandes festas de peregrinações (Páscoa, Tendões e Semanas). Quanto à sua presença no catolicismo, é possível dizer que sua origem é atribuída à Igreja Primitiva, cujos primeiros representantes seriam os apóstolos de Jesus. O intuito principal da procissão era o reconhecimento do senhorio de Deus através desse ato de culto⁹¹. O costume de deslocar-se pelo espaço público em grupos de fieis seria um modo de alcançar as graças e favores solicitados a Deus.

O Direito Canônico e as Leis e Ordenações do Reino de Portugal orientavam sobre as procissões que deveriam ser guardadas no arcebispado, conforme o calendário litúrgico. Ademais, o arcebispado poderia, através do Senado da Câmara, determinar que se fizessem obrigadas outras saídas públicas. Destacamos que em toda procissão oficial havia uma ordenação prévia, conforme a precedência, prestígio social e religioso, dado que além dos oficiais do Senado, estavam sobretudo engajadas as irmandades. Assim também, cada evento paroquial litúrgico pressupunha ordenação, reverência e expressão da majestade religiosa inscrita.

1.2.2.4. Saimentos

Os funerais, enterros e cortejos fúnebres eram denominados saimentos. As exéquias solenes eram previstas pela igreja⁹², e foram comuns os episódios de cortejos mortuários festivos, sobretudo quando vinculados a irmandades cujos membros possuíam origem africana. Nas Constituições Primeiras são descritas a forma como deveriam se realizar os cortejos:

irão todos em procissão para a Igreja, onde houver de ser enterrado o defunto, com compostura, e gravidade pelo caminho ordenado pelo Parocho, que será para isto o mais breve, e acomodado que houver; e a Cruz da Freguezia do defunto precederá ás outras, excepto á da nossa Sé, porque esta precederá sempre a todas as outras de nosso Arcebispado, ainda não estando o nosso Cabido presente. E indo a Irmandade da Misericordia, sempre precederá a todas as mais Confrarias e Irmandades, e levará a sua bandeira diante das Cruzes das Freguezias; e as mais Confrarias, e Irmandades se seguirão logo à dita bandeira, cada uma segundo sua antiguidade⁹³.

⁹¹ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 191.

⁹² Além da celebração no dia do enterro, também eram usuais as missas pós-morte, chamada missa dos defuntos. Em torno do ano de 170 d.C., na Ásia Menor encontram-se narrações sobre celebração litúrgica no terceiro dia após o enterro. No século 4, são celebrados o sétimo e trigésimo dia após a morte, dentre outros. Por fim, citamos ainda a preocupação da garantia de orações antes mesmo da morte do fiel, “sufrágios e especialmente determinados número de missas fúnebres” estariam reservados através do vínculo a fraternidades. Para mais, cf. JUNGSMANN, 2010, p. 229.

⁹³ *CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 289-290.

Tal descrição reitera o envolvimento da comunidade religiosa e responsabilidade desta com o fiel, aquele personagem era respeitosamente acompanhado por seus iguais (geralmente agremiados numa mesma irmandade e/ou frequentadores do mesmo templo). A ocupação do espaço público era o ritual de expressão do luto, demonstrando as lágrimas e o desamparo em que ficavam os enlutados. O Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, em sua obra *Elucidário das Palavras* afirma que os acompanhantes dos funerais juntos rogavam a Deus pela alma do defunto⁹⁴.

Essas cerimônias evidenciavam a esperança numa vida pós-morte, na qual os justos reinariam com Deus. Para que a alma do fiel pudesse participar da vida beatífica com Jesus, a Virgem Maria e os santos a Igreja dispensava indulgências em sufrágio das almas, além de recomendar a celebração de missas e algumas devoções específicas. A esperança na vida eterna é então percebida nos textos bíblicos e litúrgicos durante as exéquias, como também nas orações dos membros das irmandades etc.

A experiência litúrgica experimentada nas colônias portuguesas vieram de um complexo movimento histórico e teológico. As bases da cultura tridentina foram lançadas no território brasileiro *a priori* como uma extensão do território lusitano e sua influência ultramar. Entretanto, a construção da experiência religiosa luso-brasileira se deu na adequação ao contexto físico, social, histórico e político. Por isso, não nos detivemos no histórico das diretrizes rituais ao longo da história da Igreja Católica.

O espaço sagrado, por sua vez, surgiu junto ao acontecimento cristão, nos atos litúrgicos ou na proclamação da Palavra o desenho físico foi se moldando. Inicialmente, o templo de Deus, antes fundamentado como Templo de Jerusalém, se transporta a todo lugar onde se reúne o povo de Deus, logo, o povo era o templo. A igreja primitiva, em tempos de perseguição se desvincula do espaço do culto e, posteriormente, é acolhida pela comunidade e seus membros no ambiente doméstico. Em suma, o centro permaneceu no altar, que abriga o sagrado e no povo reunido ao redor deste em suas inúmeras manifestações de fé.

⁹⁴ VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. 2ª ed. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 v, p. 199. Nota importante sobre a diferenciação dos vocábulos funeral, enterro, saimento e demais aparece nas notas da primeira edição de Camões, de Garrett. As anotações referentes ao Canto Segundo (“Ruim agouro i Um saimento fúnebre”) tratam da riqueza linguística e busca no vocabulário a compreensão devida dos termos. O autor toma saimento como a procissão que conduz o cadáver (*convoi*, em francês), ou seja, não incluiria a cerimônia das exéquias antecedente ao funeral; enterro é definido como as outras partes do funeral, além da procissão em si; enterramento seria a ação exclusiva de enterrar, “dai à terra o cadáver”; funeral serve como um termo genérico que compreende todos os demais; exéquias, por sua vez, se refere ao funeral, mas não engloba o saimento ou o enterro. Cf.: GARRETT, Almeida. Camões. Porto: Livraria Chardron, [19--], p. 148-149.

De forma sintética, este primeiro capítulo ocupou-se de fazer um rápido sobrevoo em alguns elementos que indicam as origens e estruturação do Templo cristão no Brasil. Indicando sucintamente alguns antecedentes importantes, verificáveis já na Igreja primitiva, nos ocupamos principalmente de apresentar o culto Tridentino nas suas facetas litúrgicas e paralitúrgicas, a fim de possibilitar uma compreensão aproximativa do contexto colonial luso-brasileiro, objeto de nossa pesquisa. Tendo apresentado tais fundamentos, a seguir abordaremos a vivência religiosa nas Minas setecentistas, assim como a relação hierárquica entre a Coroa Portuguesa, a Igreja e a colônia luso-brasileira.

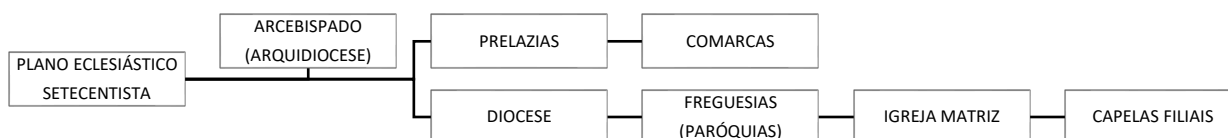
2 A EXPRESSÃO DA RELIGIÃO NAS CAPELAS SETECENTISTAS DE VILA RICA

Tendo tratado das origens e da estruturação do Templo cristão no Brasil, agora adentramos a religiosidade típica encontrada nas capelas setecentistas de Vila Rica, com sua riqueza de práticas devocionais. A fim de ambientar o leitor com termos que podem lhe ser desconhecidos, este primeiro momento visa a esclarecer alguns vocábulos que serão úteis para o decorrer do texto, principalmente os ligados à administração eclesial.

A primeira palavra relevante que destacamos é “Diocese”. Trata-se de uma região territorial confiada a um bispo, o qual tem autoridade para governar o território a ele confiado. No período colonial, os bispos eram indicados pelos reis, tendo em vista o Padroado Régio. Entretanto, vale salientar que eles eram subordinados ao Bispo de Roma (o Papa). O amplo território da Diocese é dividido em subdivisões chamadas de paróquias, geralmente confiadas a um sacerdote que deveria prover o bem espiritual de seus fregueses (fieis), por meio da realização dos sacramentos, em especial a Santa Missa e a Confissão.

Por sua vez, o já citado “Padroado Régio” foi o regime, de fórmula jurídica própria, que permitiu ao Estado interferir nas causas religiosas e expandiu o domínio católico por meio do Estado, uma vez que a Igreja legitimava as conquistas da Coroa por chancelas⁹⁵. Pela condição de grão-mestre da Ordem de Cristo, os reis de Portugal adquiriram o poder régio frente à Santa Sé, com domínio político e de aspectos religiosos, tais como o controle do envio de sacerdotes à colônia luso-brasileira, a definição dos bispos, o controle de surgimento de novas freguesias, o pagamento das cômguas etc⁹⁶. A figura abaixo ilustra sucintamente como se dava a organização eclesial no período.

Figura 3: Esquema hierárquico da organização eclesiástica colonial



Fonte: Elaborado pela autora.

⁹⁵ Para mais sobre a estrutura eclesial portuguesa, Padroado Régio e Confrarias, cf. BETHENCOURT, Francisco. A Igreja. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Volume 1, A Formação do Império (1415-1570). Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 369-386.

⁹⁶ Cf. BARBOSA, 1995, p. 140-141.

O Arcebispado da Bahia, representação máxima da Igreja na colônia, (de onde provinha a única legislação eclesiástica – século XVIII) estava submetido ao Conselho Ultramarino (instituição reguladora do direito colonial) e à Mesa de Consciência e Ordem (instituição responsável pelas nomeações eclesiásticas). Subordinados ao arcebispado estavam os bispos do Rio de Janeiro (1746), de Olinda (1676), de São Paulo (1745) e de Mariana (1745), sob a ordem desses estavam as prelazias e, por conseguinte, as comarcas eclesiásticas, as quais eram subdivididas em freguesias, também chamadas de paróquias. Como observado no esquema acima, as paróquias estavam vinculadas às redes de igrejas (ou matrizes) e capelas.

Os participantes da paróquia também denominados fregueses, tinham a seu serviço pastoral o sacerdote denominado pároco⁹⁷. O surgimento dessas subdivisões eclesiásticas administrativas no território da colônia se dá por decisão da Coroa portuguesa, porém, a exploração aurífera foi determinante para a multiplicação de paróquias, como aponta Silva. A intervenção da Coroa na criação de paróquias, a princípio estava vinculada à manutenção de seu vigário nesta, assumindo então o pagamento dos vencimentos com o recolhimento do dízimo e, por vezes, de um auxiliar (quando a paróquia era elevada à paróquia colada, com um sacerdote fixo). Não incomum era a indicação de um vigário encomendado numa freguesia, em função da densidade populacional; nesse caso, era usual que os fieis se responsabilizassem por suas custas⁹⁸.

A edificação destinada ao culto religioso é denominada capela, cujos tipos mais comuns eram as particulares ou coletivas (em fazendas, vinculadas aos hospitais ou em prisões, respectivamente). Geralmente as capelas eram originadas com apenas um altar, de pequena dimensão, tal qual uma ermida. Para a oficialização e construção de uma capela de caráter público, era necessária a licença prévia do bispado e a constituição de um patrimônio próprio⁹⁹, porém, era usual que a provisão de construção fosse posterior à edificação existente. Em geral, os povoados se desenvolviam ao redor das capelas, as quais recebiam periodicamente o atendimento de um sacerdote para os serviços pastorais. Não diferente disso era o surgimento de

⁹⁷ Segundo Bluteau, pároco é o nome que dá-se ao cura de uma freguesia ou paróquia. A ele estava subordinado um sacerdote auxiliar chamado capelão, geralmente encarregado do cuidado pastoral em uma comunidade de fieis (hospitais, quartéis, cárceres). O sacerdote auxiliar também era chamado cura. BLUTEAU, 1789, p. 161.

⁹⁸ Silva relata que nos primeiros cem anos da colonização da colônia luso-brasileira, o número de paróquias era inferior a cinquenta. Até meados de 1775, após o ápice da exploração aurífera em Minas, já ultrapassava a quantidade de 400 paróquias. Para mais, cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994, p. 22-23.

⁹⁹ O processo de concessão da licença de construção do Bispo era constituído pela escritura lavrada da doação do patrimônio (porção de terras doadas ao santo de devoção por um fiel devoto) e posteriormente era concedida a licença para construção. Cf. BARBOSA, 1995, p. 48.

uma capela a partir do agrupamento inicial nos arraiais, como perceberemos ao longo da apresentação das capelas de Vila Rica.

Em termos eclesiásticos, as capelas filiais eram aquelas vinculadas a uma paróquia, formando uma rede com a própria comunidade do entorno, mantenedora financeira daquele empreendimento. Para que houvesse celebração eucarística nas capelas era necessário a obtenção de licença prévia do Ordinário, uma vez que não podiam ser sedes paroquiais e não gozavam dos benefícios próprios da paróquia, como ter um sacerdote disponível. As capelas que possuíam um cura eram denominadas capelas curadas, autônomas em relação à paróquia em suas funções pastorais e territorialmente.

É importante salientar a denominação de Matriz ou Igreja Matriz, templo que exercia sobreposição eclesiástica sobre outros templos (capelas). A definição, de cunho organizacional, territorial e administrativo, se refere aos agrupamentos religiosos de uma localidade. As matrizes estavam submetidas à Santa Sé, ou seja, embora localizadas na colônia luso-brasileira, elas estavam vinculadas e obedeciam a Roma e ao Papa.

A fim de sinalizar as expressões de religiosidade nas capelas setecentistas de Vila Rica, este capítulo foi estruturado em cinco momentos. De início, proporemos uma rápida apresentação da Igreja na sociedade setecentista. No segundo momento, para ilustrar a constante influência da fé católica nessa sociedade, focaremos nas principais festividades religiosas do entorno. O terceiro ponto, assinalará, ainda que rapidamente, a divisão espacial das capelas de Vila Rica. Em seguida, trataremos da formação socioeconômica de Vila Rica. Por fim, apontaremos a vivência da religiosidade em diversas capelas de Vila Rica, apontando índices importantes que atestam-na.

2.1 A Igreja na sociedade setecentista

Para a compreensão do caráter religioso intrínseco à sociedade mineira setecentista, faz-se necessário indicar como esta religiosidade chega às colônias portuguesas. O vínculo entre a Coroa Portuguesa e a Igreja, firmados através do chamado Padroado Régio será o responsável por muitas das práticas religiosas desenvolvidas. A evangelização desenvolvida nas colônias pelos jesuítas possuiu um viés político maior do que espiritual, haja vista a falta de estrutura e os diversos interesses econômicos e de poder envolvidos (como a exploração mercantil que justificava o uso da mão de obra escravizada). Assim, a fé assume um papel de manipulação e ordenação social através da imposição da vivência religiosa. Tomando como ponto de partida

as ditas deliberações da Coroa Portuguesa em relação à mineração em Vila Rica, podemos elaborar as características hierárquicas social e eclesial neste território específico.

No catolicismo brasileiro, assim como no geral, é possível verificar uma hierarquia eclesial sólida cuja compreensão contribui diretamente para a percepção das irmandades e confrarias, possibilitando uma visão mais holística desses grupos. Nesse sentido, um sobrevoo, ainda que rapidamente, sobre as diversas classificações verificáveis no ambiente religioso do período pode ser proveitoso para o leitor moderno. Para isso, recorreremos à classificação elaborada por Adalgisa Campos¹⁰⁰:

- a) Clero Regular ou monástico: além dos chamados conselhos evangélicos ou votos de pobreza, castidade e obediência, muitas vezes havia ainda a voto de clausura¹⁰¹. Ordens primeiras: religiosos jesuítas, franciscanos, beneditinos, carmelitas. Ordens segundas: freiras (não estiveram presentes na Capitania de Minas);
- b) Clero Secular ou diocesano: bispos, cônegos, vigários gerais, párocos e outros sacerdotes (sob a jurisdição da Coroa, os párocos atuavam nas matrizes e capelas vinculadas);
- c) Irmandade ou confraria: leigos reunidos em torno de uma devoção (organizados sob restrita condição racial, posteriormente atrelada à situação socioeconômica e profissional do indivíduo).

As irmandades registravam em Livros de Compromisso ou Estatutos os deveres e direitos dos irmãos agremiados, a hierarquia, o sistema de funcionamento e sua função social. Conforme legislação específica, esses Livros deveriam ser confirmados pela Coroa Portuguesa. A categorização das confrarias ou irmandades de diversas invocações pode ser feita pelo critério de cor, como se pode verificar nas palavras de Campos:

Irmandades de sacerdotes: São Pedro dos Clérigos

Irmandades de brancos ricos: Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, do Pilar, de Nazaré, São Miguel e Almas, Senhor dos Passos, (militares), Santo Antônio, etc. Foram tipicamente masculinas e seletivas na aceitação de seus membros.

Irmandades de crioulos e mulatos: Nossa Senhora das Mercês, do Amparo, da Boa Morte, São José dos Homens Pardos ou Bem Casados (artífices em geral), Santa Cecília (músicos), Mínimos de São Francisco de Paula, Senhor do Bom Jesus de Matozinhos etc.

¹⁰⁰ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao Barroco Mineiro: Cultura barroca e manifestações do rococó em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006, p. 14.

¹⁰¹ Costume comum antes do Concílio Vaticano II segundo o qual o religioso deve permanecer constantemente no interior do mosteiro ou convento ao qual pertence.

Irmadades de africanos, mulatos, brancos pobres: Nossa Senhora do Rosário dos Pretos¹⁰².

A associação a irmandades conferia um santo protetor de devoção ao membro, mas exigia a contribuição financeira (taxas pagas em jóias ou terras). Em correspondência, os associados recebiam assistência corporal e espiritual, tendo direito ao sepultamento, compra de carta de alforria, apoio na doença, visita na prisão, dentre outros.

Diferentemente das capitâneas situadas no litoral, cuja ocupação foi acompanhada pelas ordens religiosas, a capitania de Minas Gerais trilha seu desenvolvimento elementar com as chamadas irmandades e confrarias, organizações religiosas de leigos, subjugados à Coroa e à porção do clero autorizado a permanecer no domínio de exploração aurífera. Tais organizações leigas religiosas podem ser consideradas importante expressão social da capitania de Minas Gerais, demonstrando em sua história a evolução da sociedade e as dinâmicas comportamentais e políticas daquele tempo. Criadas com o intuito de serem canalizadoras da transferência dos encargos religiosos ao povo, as irmandades também eram filtros de conflitos e contradições, uma vez que eram vigiadas constantemente, a fim de evitar suas aspirações de independência em relação à autoridade eclesiástica.

Podemos fazer uma importante relação entre o papel dos leigos na Igreja colonial e a participação laica na chamada Igreja Ocidental nos séculos XII e XIII, considerado por Vuillemin a ‘idade clássica das paróquias’. O autor trata a crescente multiplicação das paróquias como manifestação do impulso renovador eclesial no âmbito religioso e pastoral, ou seja, houve um movimento amparado pela Igreja para expandir o alcance dos sacramentos, da pregação e, sobretudo, da moral e fé católicas. O movimento, presente no campo e na cidade, deu aos clérigos privilégios em virtude do recolhimento do dízimo. Em paralelo ao alcance eclesiástico e ao aumento de poder do clero, surge o desejo dos fieis na participação das paróquias às quais estavam vinculados. Tema refletido e disseminado após o Concílio de Latrão IV (1215), a cooperação dos fregueses na administração secular das paróquias obteve do papa a publicação de uma bula na qual afirma que não se deveria entrar a devoção dos fieis direcionados às obras espirituais, mas, pelo contrário, alcança-los com “proteção e favores”¹⁰³.

¹⁰² CAMPOS, 2006, p. 14.

¹⁰³ VUILLEMIN, Pasca. La prise en main des paroisses par lês fidèles. Capitre XIX. In: CEVINS, Marie-Madeleine de & MATZ, Jean-Michel. *Structure et dynamiques religieuses dans les sociétés de l' Occident latin (1179-1449)*. Rennes: Collection ‘Histoire’, Presses Universitaires de Rennes, 2010, p. 229. (Tradução de Beatriz Jacob e Adalgisa Arantes Campos).

O envolvimento laico estava, sobretudo, vinculado a duas esferas: a do direito do patronato¹⁰⁴ e da fábrica paroquial, ou seja, era necessário que a instituição Igreja reconhecesse certo fidei em função da doação a igrejas particulares e, ainda, pela gestão dos bens do edifício sagrado por meio de uma instituição administrativa naquela comunidade específica. Assim, a evolução da autonomia laica na administração paroquial deu origem ao que conhecemos como fábrica paroquial. Vuillemin afirma que o reconhecimento notável do controle laico das paróquias se dá na segunda porção do século XIV. Embora houvesse frequentes desavenças e questionamentos das autoridades eclesiais, a investida dos fideis na participação demonstrava o vínculo permanente com a paróquia à qual fundaram, pertenciam e sobre a qual pretendiam conservar um domínio comunitário consciente. As fábricas paroquiais administradas por laicos então, se justificavam pelo intuito de controlar os bens destinados por eles próprios, à conservação ou ornamentação dos templos (parte do dízimo e legados paroquianos). Essa realidade pode ser percebida nas observações de Vuillemin:

Da administração de edifícios eclesiásticos até o controle da economia paroquial, da administração da assistência até a organização litúrgica, os paroquianos conseguiam frequentemente se fazer ouvir e impor certas escolhas aos seus párocos. Eles contribuíam totalmente com a elaboração de um novo 'modus vivendi' e de uma nova divisão de tarefas entre os fiéis e seus pastores¹⁰⁵.

Não diferente foi o papel laico em Minas Gerais, dado que as Irmandades foram as responsáveis pela construção (e reconstrução) das capelas e igrejas em Vila Rica. O desenvolvimento da exploração aurífera possibilitou o enriquecimento das irmandades a partir de seus membros filiados, cuja contribuição financeira, através das obrigações estatutárias ou prática de obras pias, possibilitou a reconstrução das igrejas matrizes. O desenvolvimento financeiro concede determinada independência às Irmandades, afinal a divisão do espaço entre Irmandades dentro das matrizes e a submissão a esta serão substituídos por novos ares de progressão com o crescimento econômico da associação e a construção de suas próprias capelas.

¹⁰⁴ O direito de patronato, admitido pela Igreja no final do século XII tratava da tolerância a fideis em recompensa pela fundação de uma igreja (para tanto, era necessário a comprovação de ser o possuidor do terreno onde foi erguido o templo, que tivesse participado de sua edificação e contribuído também financeiramente para o empreendimento religioso). Este direito substituíva o direito de propriedade do fiel sobre as igrejas enquanto bens patrimoniais que podiam ser especulados financeiramente. O patronato poderia ser da categoria eclesiástica (bispo, capítulo ou comunidade regular), laico (senhor local ou conjunto de fideis) ou misto (original laico doado a um membro da Igreja), de acordo com a origem do patrão. Por fim, importante ressaltar que conferia ao patrão distinções (tais como lugar de honra, sepultamento naquele solo sagrado) bem como deveres (manutenção dos bens do templo, escolha do clérigo e apresentação deste ao bispo, gozando de direito de benefícios canônicos e interferências nas práticas paroquiais inclusive de privilégios). Para mais sobre a estrutura e as dinâmicas paroquiais ocidentais, cf. VUILLEMIN, 2010, p. 229-252.

¹⁰⁵ VUILLEMIN, 2010, p. 252.

Portanto, embora houvesse ainda influências tridentinas, é preciso reconhecer que a autonomia leiga ganha muito destaque, principalmente por sua força financeira frente aos desafios que a Igreja enfrentava tanto para evangelizar quanto para edificar novos templos. Desse modo, é possível dizer que os leigos ganham muita expressividade, principalmente por meio das várias irmandades e confrarias. De certa forma, eles são os principais responsáveis por propagar e nutrir as devoções presentes na colônia luso-brasileira. Ao sacerdote, na maioria das vezes, cabia apenas garantir os bens espirituais de seus fregueses, principalmente por meio dos sacramentos.

2.2 A expressão de fé através das festividades religiosas

Desde os tempos mais remotos a fé se configurou como uma realidade que caminhava de mãos dadas com o simbólico. Em vista disso, sempre foi comum a utilização de símbolos como recursos que incentivasse a experiência do sagrado. Isso também pode ser visto na dinâmica religiosa setecentista. De fato, na busca de infundir a cultura cristã católica no mundo por meio da catequização da população a partir de uma profunda experiência espiritual, o sagrado era expresso por meio de rituais litúrgicos cujo sentido simbólico era profundamente intenso. Além desse apelo simbólico na liturgia, muitas vezes era comum espetáculos artísticos de ampla e atraente percepção visual que proporcionavam maior interação com o mistério celebrado, fossem elas peças teatrais, apresentações musicais, procissões etc.

Segundo Wehling¹⁰⁶, não é possível distinguir as festas profanas e as religiosas, sendo preferível pesar o grau de profanação nas festas religiosas. Tomando como referência esta ideia, nota-se que havia comemorações cujo cunho religioso se estendeu ao profano, mas não o descaracterizou¹⁰⁷, tais quais celebrações do ciclo natalino, que abarcam o Advento, Natal e Dia de Reis, cercado de comemorações e atividades diversas, geralmente realizadas junto às irmandades, nas capelas e igrejas, sobretudo, no seu exterior. Nesse sentido, elas ganham espaço no âmbito cultural, sem perder seu pano de fundo religioso.

No entanto, é preciso reconhecer que esta expansão em direção à vida cotidiana do povo proporciona outros encontros. Assim, a miscigenada população realiza o encontro do

¹⁰⁶ WEHLING, 1994, p. 246.

¹⁰⁷ É importante ressaltar que a ideia original de profano não é pecaminoso ou antagônico ao sagrado, mas demarca aquilo que é corriqueiro, cotidiano, comum da vida humana. Por seu turno, sagrado é aquilo que ultrapassa a barreira do cotidiano, é o sobrenatural que vem ao encontro da humanidade. Por isso, é possível que o sagrado toque o profano sem comprometer sua sacralidade. Isso ocorre quando a vida comum é envolvida por elementos de origem sagrada.

catolicismo oficial Romano com diversos costumes de origem africana, como é o caso das congadas e reisadas, que expressavam devoções religiosas próprias das irmandades de negros e não estavam restritos ao ciclo natalino. Desse modo, as irmandades unem sua fé católica a traços culturais de seus antepassados misturando sagrado e profano, gerando novos ritos, recheados de símbolos para expressar suas devoções. Aqui, certamente merece destaque

Também eram admitidas como datas específicas do calendário devocional de grande apelo popular festas como a novena de São João Batista e a festa do Divino (folia do Divino). Embora houvesse uma conotação religiosa, essas festas culminavam em momentos lúdicos que comportavam músicas, danças, venda e consumo de culinária típica, usos de fogos de artifício, teatros e outros.

A seguir, indicaremos um calendário sintético de algumas das principais festividades verificadas em Vila Rica. Merece destaque aquelas que são festas oficiais da coroa (destacadas em com *), embora nem todas estejam aqui indicadas, pois muitas delas eram ligadas a ocasiões da monarquia, como é o caso de desposórios (matrimônios) reais, nascimentos etc., que deveriam ser celebrados na colônia, indicando a fidelidade da capitania à coroa. Há ainda indicações das festividades religiosas que movimentavam Vila Rica:

<i>Mês</i>	<i>Festividade</i>
<i>Janeiro</i>	1 Circuncisão de Nosso Senhor Jesus Cristo
	6 Epifania do Senhor (Dia de Reis)
	20 São Sebastião*
<i>Fevereiro</i>	2 Purificação de Nossa Senhora
	21 São Matias Apóstolo
<i>Março</i>	19 São José
	25 Anunciação de Nossa Senhora
<i>Abril</i>	(Sem registros)
<i>Mai</i>	3 Invenção da Santa Cruz
	10 Festa do Voto e procissão real a São Francisco Xavier
	21 São Felipe e São Tiago, Apóstolos
<i>Junho</i>	13 Santo Antônio
	10 Anjo Custódio*
	24 Nascimento de São João Batista
	29 São Pedro e São Paulo
<i>Julho</i>	2 Festa da Visitação

	4 Santa Isabel, Rainha de Portugal
	25 São Tiago, Apóstolo
	26 Sant' Anna, Mãe da Virgem Maria
<i>Agosto</i>	6 Transfiguração
	10 São Lourenço, Mártir
	15 Assunção da Virgem Maria
	24 São Bartolomeu, Apóstolo
<i>Setembro</i>	8 Nascimento da Virgem Nossa Senhora
	21 São Mateus, Apóstolo
	29 Dedicção de São Miguel
<i>Outubro</i>	3 São Francisco de Borja*
	7 Nossa Senhora do Rosário*
	12 Nossa Senhora do Pilar*
	28 São Simão e São Judas, Apóstolos
<i>Novembro</i>	1 Todos os Santos
	2 Comemoração dos fieis defuntos
	30 Santo André, Apóstolo
	3 São Francisco Xavier
	8 Conceição da Virgem Nossa Senhora, Padroeira do Reino*
	21 São Tomé, Apóstolo
<i>Dezembro</i>	25 Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo
	26 Santo Estevão, Protomártir
	27 São João, Apóstolo e Evangelista
	28 Santos Inocentes
	31 São Silvestre
<i>Festividades</i>	Todos os domingos do ano
	Quinta e Sexta-feira Santas
<i>Móveis</i>	Domingo de Páscoa da Ressurreição, a Segunda e a Terça-feira seguintes
	Quinta-feira da Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo
	Dia do Espírito Santo, com dois dias imediatamente seguintes
	Quinta-feira, em que a Igreja Universal celebra a festa do Corpo de Deus

O calendário acima ajuda a ilustrar mais claramente a intensidade de festividades religiosas em Vila Rica. Note-se que apenas abril não possui registros de movimentações

religiosas, embora muitas vezes as quaresma e a Páscoa costumem acontecer neste mês. Portanto, as festividades aconteciam durante todo o ano, com destaque para os meses de outubro e dezembro, pela quantidade de festa que comportam.

Muitas dessas festas começavam na celebração da Santa Missa, mas estendiam-se para a vida profana, ou seja, tendiam para momentos de celebrações musicais e culturais, indicando a opulência do mistério celebrado e possibilitando a participação de um número expressivo de fieis no mistério. Se o templo possui seu limite espacial, as festas ganham os adros e as ruas da capitania, atraindo cada vez mais os moradores das localidades. A suntuosidade desses momentos pode ser percebida descrição feita por Nolasco:

A festa na cultura barroca, como já visto, tornara-se via fecunda de afirmação e propagação dos signos e valores da coroa. Comum ao Estado português oferecer aos moradores da Colônia banquetes e diversão como bailes, jogos, cavalgadas, peças teatrais, desfiles abertos, espetáculos pitorescos, unindo todos os segmentos sociais. Nestas ocasiões ocorriam representações de exaltação do poder civil e religioso com desfiles de alegorias sacras e profanas, (clássicas pagãs e até militares); aos lado dos brasões e das insígnias reais, a presença “viva” do santo andor, em procissões de pompa; o sacrário iluminado, retábulos ornamentados, exuberância de ceras e de tochas, concertos de músicas, além da presença do macabro na utilização de caveiras nas exéquias : um teatro divino preparado para absorver os sentidos na sensibilização pelo sagrado¹⁰⁸.

A autora nos ajuda a perceber melhor esse encontro entre sagrado e profano, assim como a grandiosidade de tais eventos. Embora ela se dedique a apresentar as festividades na coroa, parece claro que o modo de festejar português influencia bastante as cerimônias na colônia luso-brasileira. Do ponto de vista especial, é importante salientar que, até pela natureza de tais festas e desfiles, costumavam ser realizadas fora das igrejas e capelas. A rua torna-se espaço celebrativo; contudo, um lugar merece destaque entre o mundo sagrado do interior das capelas e o mundo profano das ruas e becos, é o adro. Trata-se de um espaço, geralmente demarcado, que indica a transição entre esses dois “mundos”. Embora geralmente ele aglomerasse momentaneamente pessoas e procissões (que se deslocariam em direção a outros lugares), há indícios de que algumas vezes as igrejas permitiam que tais festividades acontecessem no próprio adro.

Portanto, partindo das festividades celebradas em Vila Rica, podemos dizer, por um lado, que a fé na localidade se mostrava algo intensamente vivo, movimentando a região em vários momentos do ano. Por outro lado, por mais que tivessem motivações religiosas, as festividades não se restringiam a isto. Em muitos casos havia mistura de elementos religiosos,

¹⁰⁸ NOLASCO, 2010, p. 93.

cívico-militares, culturais etc. Desse modo, a fé, marcada por ricas devoções, vai ajudando a tecer a própria identidade do povo de Vila Rica. O profundo sentido de pertencimento e de responsabilidade para com a fé católica, por parte dos habitantes de Vila Rica, ficarão ainda mais evidentes nos tópicos seguintes.

2.3 Divisão espacial e administrativa das capelas de Vila Rica

A chamada ‘Vila Rica de Albuquerque’ provém da união de diversos arraiais. Foi instituída em 08 de julho de 1711, três meses após a criação da Vila do Ribeirão do Carmo (tornada Mariana em 1745, a primeira cidade criada na Capitania das Minas Gerais)¹⁰⁹. Os mais importantes núcleos urbanos à época eram o Arraial de Antônio Dias com seu vizinho, Arraial do Padre Faria¹¹⁰, e o Arraial do Ouro Preto, todos estabelecidos no vale profundo do Rio Tripuí, em que deságuam os córregos que descem da serra, “lambendo” as matrizes auríferas¹¹¹.

Devido às tão cobiçadas minas, o território antes ignorado pelos portugueses se tornou destino de uma grande quantidade de aventureiros em busca de enriquecimento rápido¹¹², como aponta Sylvio de Vasconcellos ao mencionar os nomes dos precursores da ocupação do sítio: “Espalhada a notícia das descobertas, consideráveis levas de aventureiros para elas se dirigem, cabendo a Antônio Dias de Oliveira, acompanhado pelo Pe. João de Faria Fialho e pelos irmãos Camargos, fundar, por volta de 1698, o arraial que lhe toma o nome, origem de Vila Rica”¹¹³.

O interesse pela mineração fica explícito na definição do local para a nova vila, bem como fica eminente a vocação comercial daí decorrente. A incipiente atividade mercantil tendeu a favorecer a ocupação, ainda que dispersa, das populações diversas, sobretudo as vinculadas à atividade mineradora. Cabe ressaltar que o tipo de ouro encontrado era o de aluvião, isto é, estava alastrado extensivamente, sobretudo nas encostas, o que favoreceu ocupações simultâneas e a distribuição de datas entre diversos exploradores, impossibilitando a

¹⁰⁹ VEIGA, José Pedro Xavier. *Efemérides Mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

¹¹⁰ A atividade de Antônio Dias de Oliveira, feita com diligência e à sua custa por mais de doze anos, em favor da ocupação do Antônio Dias e do Padre Faria foi reconhecida pela Coroa por meio de uma patente passada em 1711. (VASCONCELOS, Diogo. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974; p. 239. V. 1.).

¹¹¹ Cf. LEFÈVRE, René; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Minas: cidades barrocas*. Ouro Preto. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 25.

¹¹² Para maior aprofundamento acerca dos antecedentes históricos, bandeiras e fundação dos arraiais, cf.: SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951, p. 21-34; MASSARA, Mônica et alii. *Evolução urbana de Ouro Preto nas primeiras décadas do século XVIII*. Revista do Departamento de História da UFMG, Belo Horizonte, FAFICH, 1989, p. 141-148.

¹¹³ VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica: Formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p.15-16.

concentração imediata da propriedade. A legalização das datas pelo Coronel Salvador Fernandes Furtado, é descrita por Vasconcelos:

Ao descobridor Antônio Dias deu todo o trecho do antigo ribeiro do Tripuí hoje Ouro Preto, ao Padre Faria o córrego que adquiriu o seu nome; a Félix de Gusmão o Passa-Dez; aos dois irmãos Tomás e João Lopes de Camargos as vertentes da serra arraial dos Paulistas mais tarde); e a Francisco da Silva Bueno o córrego, abaixo do Campo Grande, que se chamou Ouro Bueno, do outro lado da mesma serra¹¹⁴.

A convocação dos mais notáveis moradores do Arraial de Ouro Preto foi feita pelo então Governador da “Capitania de São Paulo e Minas Gerais”, Antônio de Albuquerque, a fim de erigir a Vila. Lopes descreve a argumentação para a escolha do local incorporando trechos do Códice ao seu texto:

Convoca Albuquerque as principais pessoas do “Arrayal do Ouro Preto” e lhes comunica sua intenção de “erigir neste mesmo Arrayal hua nova povoação, e Villa p. a q. seus moradores e os maiz de todo o districto pudessem *viver areglados*, e sujeitos *com toda alva forma às Leys da Justiça*, como S. Mag. manda”
Não parecera ao Governador “o sitio m.to acomodado”. Escolhera-o, porém, atendendo “às riquezas q. promettião as minas, q. há tantos anos se lavrão nestes morros e ribr.os e ser a parte principal destas minas, aonde acorde o Comercio, e fazendas, q. delle, mana p. a as mais e outras m.tas o tempo mostraria”.
 Pedido o parecer das pessoas presentes, “uniform.te todos convieram em q. neste d.o arrayal junto com o de Ant.o dias se fundasse a Villa pelas razões referidas, pois era Sitio de mayores conveniencias, q. os povos tinham achado para o Comercio”.
 Declarando ao Governador, “todos juntam.te, q. desejavão, e tinham devoção de q. se continuasse a invocação e Padroeira desta Igreja do ouro preto Nossa S.ra do Pillar, o nome da V.a fosse V.a Rica d’Albuquerque”¹¹⁵.

A exploração aurífera implicava em uma atividade itinerante; as populações nela envolvidas não construíam moradias duráveis, preferindo-se estabelecer ao longo do leito dos rios, em busca de facilidades para a extração do abundante metal. Contudo, os exploradores acabavam por se aglomerar em ranchos e em moradias modestas, muitas vezes provisórias como advertiu Sylvio de Vasconcellos em seu estudo clássico sobre a Arquitetura Colonial Mineira¹¹⁶. Simultaneamente aos primeiros assentamentos, providenciava-se a edificação de uma ermida – uma pequena igreja sem vínculo paroquial –, por meio de recurso ou bem deixado por um benfeitor que viabilizava a constituição do patrimônio inicial daquele templo. Na

¹¹⁴ VASCONCELOS, Diogo. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974; p. 174. V. 1.

¹¹⁵ APM. *Códice 6* – Seção Secretaria do Governo, fls. 20 *apud* LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1955, p. 91-92. Para mais, cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995, p. 230 -231. [*Os grifos são nossos*].

¹¹⁶ VASCONCELLOS, Sylvio de. *A Arquitetura Colonial Mineira*. In: Revista Barroco nº 10. Belo Horizonte, Conselho de Extensão da UFMG, 1978/9, p. 7-26.

piedade coletiva (mariana, crística, angélica ou do culto santoral) predominavam aqueles títulos relacionados à tradição ibérica, muito sedimentados na vida cotidiana. De modo que era impensável uma bandeira exploratória sem um oratório ou imagens para o culto e proteção daqueles católicos povoadores. Tais invocações dariam lugar às capelas situadas em ‘aplicações’¹¹⁷, subordinadas às igrejas matrizes, ou seja, às sedes de paróquia¹¹⁸. O gradual processo de ocupação dos acampamentos também foi tratado por Santos:

As primeiras moradas não passavam de palhoças: paredes de paus a pique, cobertura de palha – sapé, que abundava na região. Junto a elas um rancho de tropa acampava, para vender aos mineradores gêneros e utilidades; outra palhoça surgia: a venda. Simultaneamente se improvisava um tósco altar e, para protegê-lo, uma cobertura de palha assente sobre quatro esteios de paus roliços – origem humilde das capelinhas. No cimo do cêrro mais próximo plantava-se um cruzeiro feito de um tronco de árvore, símbolo da fé daquelas gentes¹¹⁹.

O agrupamento destas construções simbólicas, cujas funções são específicas – convocar a assembleia de fiéis, acolhê-los, levar a palavra do Senhor, administrar os sacramentos, contribuiu decisivamente para composição peculiar dos povoados coloniais em formação. A imagem do santo de devoção em oratório portátil, a capelinha e o cruzeiro constituem os símbolos de uma religiosidade inerente àqueles aventureiros, fossem eles de origem lusitana ou colonos. Embora se distinguissem os hábitos culturais – isto é relativos ao culto, em função da religião arraigada, a devoção esteve muito presente no cotidiano colonial, inclusive na nomeação da paragem¹²⁰ ou povoado. De tal modo, os diferentes núcleos originais, uns mais abastados e densos, outras povoações esparsas suburbanas formaram Vila Rica, escolhida então para ser sede do Governo da ‘Capitania de São Paulo e Minas do Ouro’, posteriormente desmembrada, em 1720. Observa-se que até a época do *Almanack* de Manoel Ozzori (1890), São Sebastião era considerada: “uma pequena povoação, situada a pouca distância de Ouro

¹¹⁷ Aplicação consiste na jurisdição de uma capela que foi erigida segundo provisão diocesana, requerendo, portanto “a doação de patrimônio que era constituído de uma porção maior ou menor de terras doadas ao santo ou santa da devoção” (...) “Por essa capela passava, periodicamente, um padre, para administrar os sacramentos. Dentro do patrimônio, ao redor da capela, iam surgindo casas, uma venda; aos poucos, formava-se o povoado. E, então; o vigário da freguesia nomeava um capelão residente, que iria se incumbir do pasto espiritual daquela comunidade. Essa capela, desta forma, passava a ser “curada”. Era a Aplicação. Aplicação, pois, era, nada mais, nada menos, que a capela curada, isto é, com capelão, com o cura. E os “fregueses” dessa Aplicação, isto é, os moradores do povoado e arredores eram os aplicados”. (BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da terra e da gente de Minas*. Belo Horizonte: Secretaria do Estado e da Cultura. Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1985, p. 22-24).

¹¹⁸ Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. *O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano*. In: Termo de Mariana: História e Documentação. Mariana: Imprensa universitária da UFOP, 1988, p.12.

¹¹⁹ SANTOS, 1951, p. 30.

¹²⁰ Segundo o dicionário Houaiss, o verbete paragem trata do lugar em que se para, parada. (HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2128.)

Preto¹²¹, constituindo quase um subúrbio da capital [sic]. Divide-se em duas partes, pertencendo uma à freguesia de Ouro Preto e outra à de Antônio Dias”¹²². Tal divisão ainda se mantém na atualidade. Assim, a Capela de São Sebastião pertence à Paróquia de Nossa Senhora do Pilar¹²³.

A partir da sobredita divisão espacial e administrativa, Sylvio de Vasconcellos refletiu sobre o desenvolvimento da arquitetura civil e religiosa em Vila Rica. Nossa pesquisa aborda o desenvolvimento de Vila Rica pensado agora a partir da jurisdição das duas paróquias originais, encabeçadas pelas duas igrejas matrizes: de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e de Nossa Senhora do Pilar. O território é coincidente com os arraiais fundantes de Antônio Dias (e Padre Faria, Alto da Cruz), e do Ouro Preto (o Passa Dez ou Cabeças, Caquende, Água Limpa e Arraial do Ouro Preto), respectivamente, excluindo entretanto aquelas capelas filiais situadas fora da sede Vila Rica. Neste sentido, traremos a apresentação do território sob a jurisdição da Coroa Portuguesa, quanto à classificação de natureza legal em contraponto à organização de natureza eclesiástica.

A figura 3, embora posterior à ereção e edificação das diversas capelas e igrejas abordadas nesta pesquisa, enaltece o duplo conjunto paroquial distribuído ao longo do caminho tronco de Vila Rica, correspondente ao fundo do vale do Rio Tripuí. Na Planta da Cidade de Ouro Preto do ano de 1888, a topografia está destacada. Assim, observa-se com determinada clareza a localização afastada das capelas suburbanas (as ditas capelas dos morros)¹²⁴, a ocupação espaçada longitudinalmente, o adensamento de meia encosta na proximidade do caminho principal de rota e comércio, a distribuição do já consolidado arruamento do fim do século XIX e, ainda, a nomenclatura do sítio.

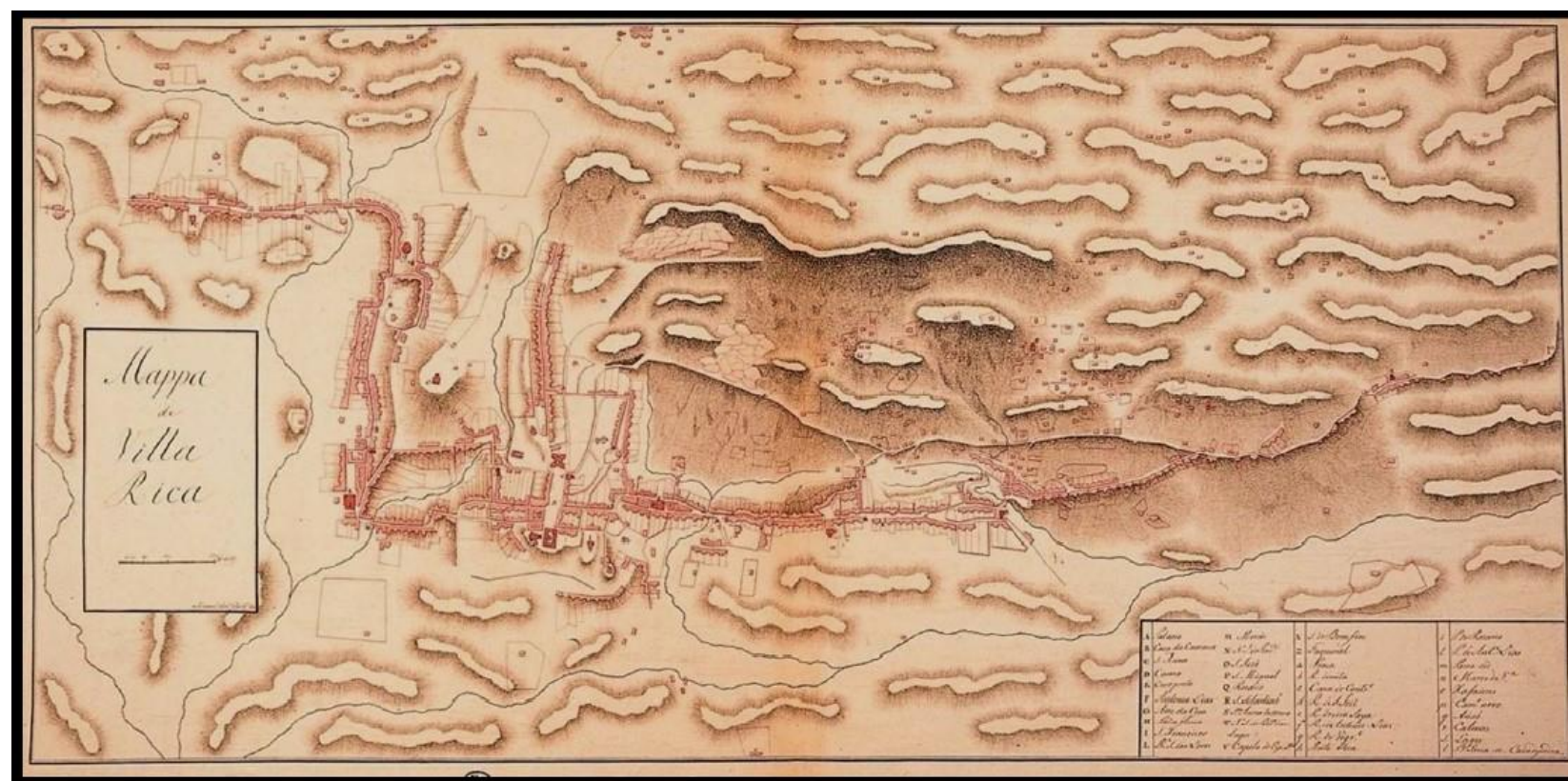
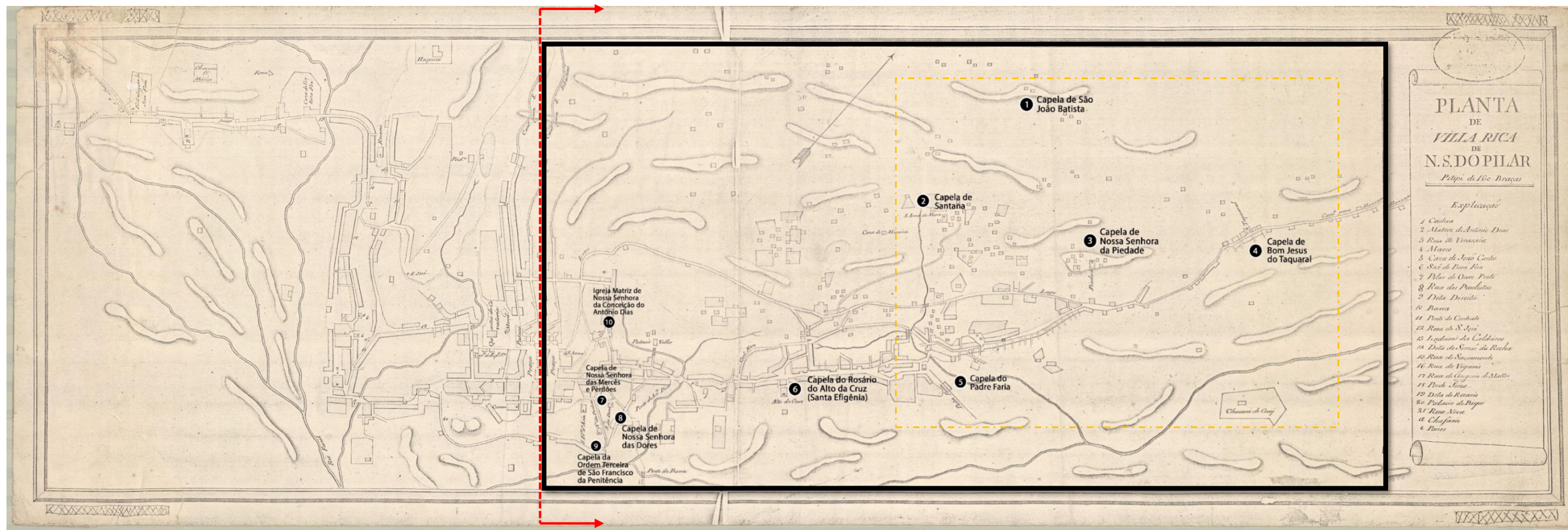
¹²¹ Em 1825, recebeu o título de ‘Imperial Cidade de Ouro Preto’, conservado até 1897, ocasião da transferência da Capital para Belo Horizonte.

¹²² *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Município de Ouro Preto* de Manoel Ozzori, de 1890. Edição Fac-simile Belo Horizonte, Mazza Edições, 1990, p. 94.

¹²³ Por sua vez as Capelas de São João, Sant’Ana, Piedade, Rosário do Padre Faria, Rosário do Alto da Cruz (ou Santa Efigênia) que faziam parte da primitiva Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, se separaram em 1982, quando então houve a criação de uma nova paróquia em Ouro Preto, a de Santa Efigênia.

¹²⁴ Nota-se que é recorrente a ausência da representação dos Morros da Piedade, Morro de Santa, Tacoaral e Agoa Limpa nos mapas dos séculos XVIII, XIX e atuais (turísticos). Ainda que o limite do território de Vila Rica, hoje Ouro Preto, englobasse o Tacoaral e sua referente capela, estes não são contemplados na cartografia de época e contemporâneo, tomando como limite o morro do Padre Faria e sua tradicional capela. Após o tombamento individual das capelas, realizado em 1939, a equipe do Museu Histórico Nacional realizou um levantamento das capelas e igrejas de Ouro Preto a fim de dar visibilidade ao seu papel defensor do patrimônio nacional. Na publicação, junto aos templos religiosos, estão as intervenções, descrição de serviços e orçamento de chafarizes e pontes. Dentre os vários conteúdos relevantes produzidos pela preparada equipe da Inspeção de Patrimônio/ SPHAN, destacamos o trecho que descreve o conjunto desta capela com São João e Padre Faria e o seu estado de conservação: “Com a capela de São João e a do Padre Faria forma um ambiente agradável e cheio de reminiscências das antiga Vila Rica. Precisa de restauros, aliás, não tão custosos como as igrejas, apesar de sua situação fora da cidade”. O documento reitera a condição suburbana supracitada, ao incorporarmos as capelas do morro nesta classificação. Cf. *ANAIS do Museu Histórico Nacional* (1744). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 104.

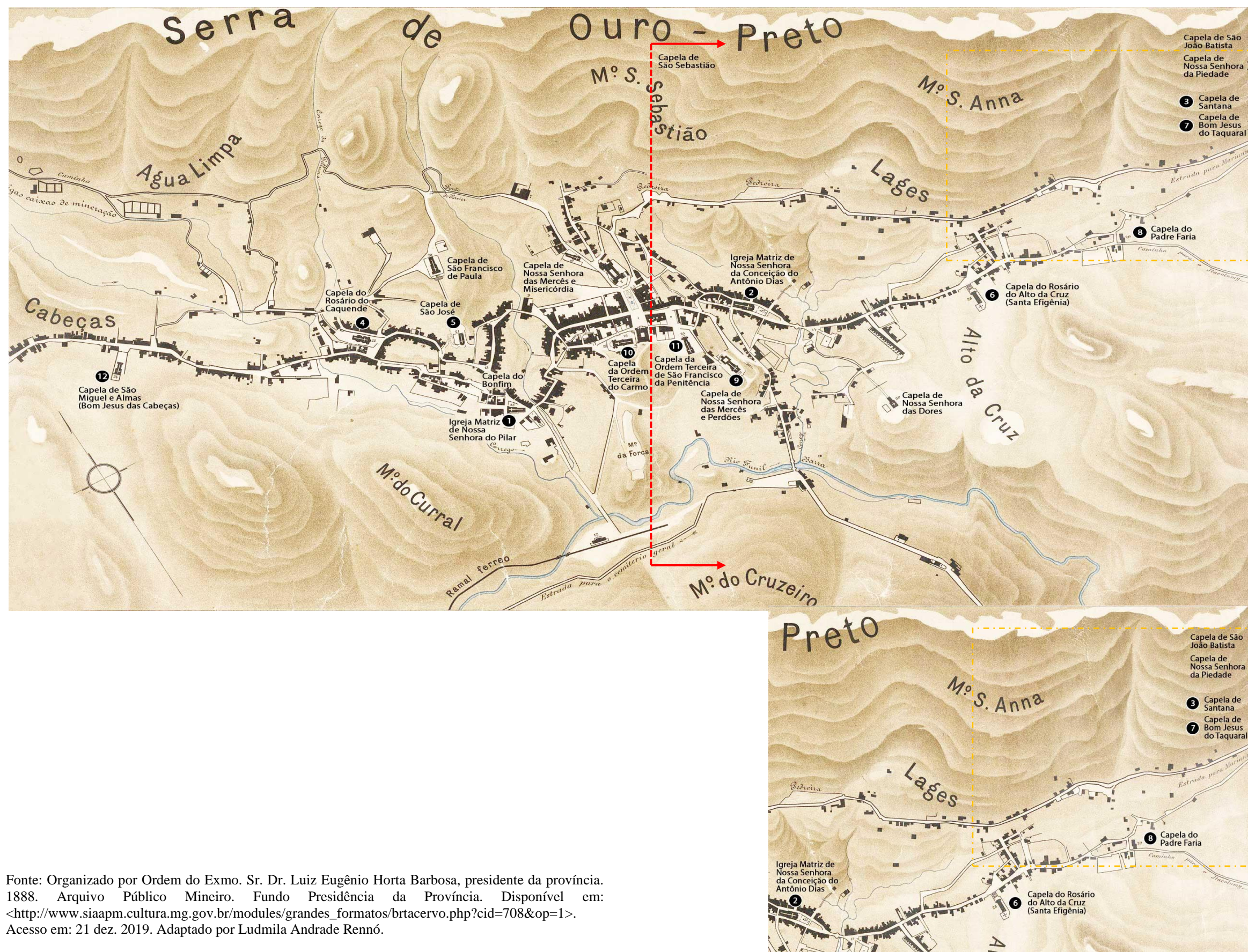
Figura 4: Planta de Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar e Mappa de Villa Rica (1800)



Fonte: Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro - APM - 079. 1800 (data provável). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=727&op=1, acesso em 20 de janeiro de 2020.

Fonte: "Mappa de Vila Rica", de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1775-1800. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 215 e 379. Col. Uspiana – Brasil 500 anos.

Figura 5: Planta da cidade de Ouro Preto. 1888.



Fonte: Organizado por Ordem do Exmo. Sr. Dr. Luiz Eugênio Horta Barbosa, presidente da província. 1888. Arquivo Público Mineiro. Fundo Presidência da Província. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=708&op=1>. Acesso em: 21 dez. 2019. Adaptado por Ludmila Andrade Rennó.

O intuito da abordagem é possibilitar a compreensão da distribuição física da rede paroquial (divisão eclesiástica), refletindo sobre a correspondência de denominações das capelas na sua toponímia e, sobretudo, a vivência sócio religiosa no templo, adro e arredores por meio de cortejos e procissões anuais.

A toponímia religiosa expressa a devoção pública de caráter regional, sendo perceptível na denominação de arraiais com o nome do santo de devoção pessoal de descobridores e/ou dando aos templos o nome do santo de devoção mais popular na região ou cuja festividade se aproxima da data de conquista do território. Observa-se dentre a predominância devocional as devoções marianas, ao próprio Jesus e a São João, como é notado na Capela do Nossa Senhora do Rosário do Padre Faria ou na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Há ainda os topônimos relacionados à origem indígena, cuja representação ligada à natureza é legitimada em documentos oficiais, tal qual a Capela e o Taquaral (Tacoaral). Por fim, também são realçados os nomes dos desbravadores do território em sítios e templos, tal qual o Morro do Padre Faria ou ainda o Morro do Pascoal (da Silva Guimarães)¹²⁵.

Na formação de Vila Rica, temos a distinção de dois arraiais fora das montanhas, com capelas erguidas nas proximidades dos córregos, o Arraial de Nossa Senhora do Pilar e o Arraial de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, cuja atuação foi determinante na evolução urbana. Deles, provém duas sedes da freguesia, igrejas matrizes de referência do século XVIII: de Nossa Senhora do Pilar e de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias.

Apresentaremos os registros populacionais dos viventes de Vila Rica, uma vez que foram assumidas as referências formativas (litúrgica e teológica) da Igreja Católica que se instalou na colônia luso-brasileira, sobretudo as peculiares características da religiosidade da Capitania das Minas Gerais. O uso das capelas e igrejas matrizes vilariquenhãs pode ser analisado à luz dos documentos eclesiásticos, demonstrando os vínculos da sociedade mineira setecentista com a religiosidade.

2.4 Formação sócioeconômica de Vila Rica

Embora o contexto religioso seja importante para uma boa compreensão de Vila Rica, é preciso reconhecer que outras questões também precisam ser averiguadas, a fim de possibilitar

¹²⁵ Para mais, cf. NOLASCO, Simone Ribeiro. *Patrimônio Cultural Religioso: a herança portuguesa nas devoções da Cuiabá colonial*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2010, p. 52-54. Acerca dos topônimos originais de quase todo o território nacional (sobretudo da Capitania das Minas Gerais), indexação dos inscritos nos documentos e sua identificação no espaço geográfico atual, cf. *CÓDICE COSTA MATOSO*, 1999, p. 151-205.

uma visão holística do complexo movimento verificáveis na vila. Nesse sentido, traremos dados do Recenseamento de Vila Rica (1804)¹²⁶, os quais ajudarão a compreender o contexto social das capelas então citadas e adensar a reflexão da apropriação do espaço sagrado. O Recenseamento apresenta em sua totalidade as características demográficas da capital Ouro Preto.

A abrangência do levantamento corresponde à parte urbana da cidade, possibilitando avaliações econômico-financeiro e social da região. O contexto econômico de Vila Rica em 1804 era de estagnação, com o esgotamento da exploração aurífera, pobreza das populações e alta carga de despesas destinadas a Portugal. Dada a necessidade de captar fundos, foi realizado o levantamento demográfico, assim, a cobrança poderia ser proporcional à condição de cada morador.

A opção por utilizar o levantamento demográfico com data mais avançada que o recorte histórico desta pesquisa deve-se à completude da publicação. Embora existam levantamentos anteriores, como relações de 1769, estas se encontram incompletas, privilegiando uma parcela específica (por vezes, apenas eram relacionados os fazendeiros, comerciantes, mineiros ou escravos), não possibilitando uma análise total da população. O documento será utilizado como recurso para a compreensão do entorno dos templos, sob o ponto de vista da população usuária. Cotejando as cifras populacionais, será possível fazer uma leitura da ocupação das regiões de Vila Rica, pautada pelo uso social, na tentativa de aproximarmos do contexto do templo edificado. (Não se pretende, portanto, fazer um estudo demográfico ou antropológico, tão pouco contabilizar números e domicílios).

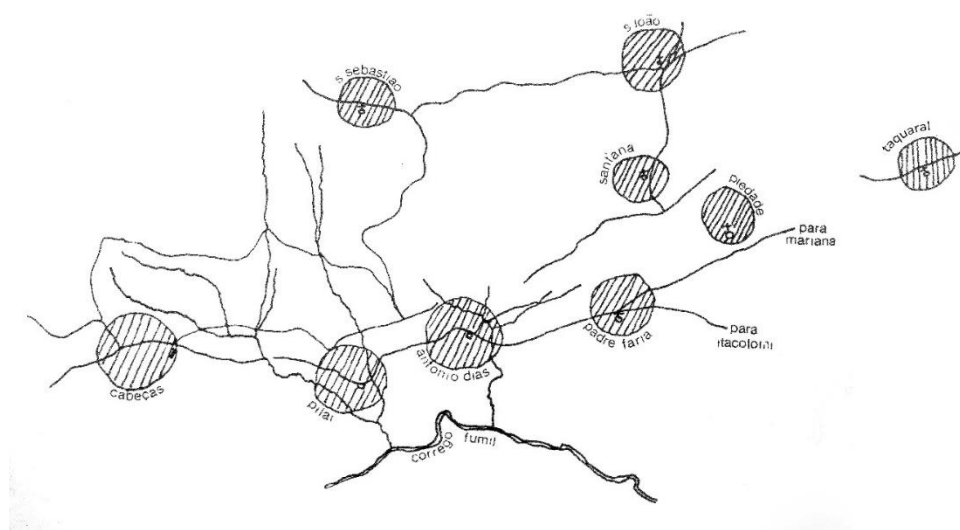
2.4.1 Indicadores populacionais e Capelas Suburbanas

Seguindo a terminologia oferecida por Manoel Ozzori (1890), compreendemos por Capelas Suburbanas aquelas cujas localizações estão mais afastadas dos grandes centros habitacionais. Em sua grande maioria, estavam instaladas em morros, próximas a pequenos povoados, os quais formam espécies de subúrbios desses distritos. Podem ser citadas como exemplo dessa categorização as capelas de São Sebastião, Saramenha (Freguezia de Ouro Preto), Sant'Anna e São João (Freguezia de Antônio Dias) etc.

¹²⁶ O material utilizado para a publicação do livro “faz parte do acervo de documentos manuscritos da antiga capital mineira, transferidos para o Rio de Janeiro no ano de 1913”. Para mais, cf. MATHIAS, Herculano Gomes. *Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais*. Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1969.

A chamada Serra de Ouro Preto foi tida como uma referência na ocupação de Vila Rica, importante espaço de mineração, em cuja extração houve a inovação da técnica do talho aberto no chamado Morro do Ouro Podre, tendo por precursor Pascoal da Silva Guimarães¹²⁷. A região era vista como uma área de refúgio, por se tratar de ponto alto e seguro contra intempéries, feras e índios, além disso, servia de referência geográfica e eixo de ligação entre arraiais próximos, tal como o Ribeirão do Carmo. A serra compreende o conjunto dos arraiais decorrentes de explorações “nos Morros de Pascoal da Silva, do Pau Doce, Ouro Podre, Ouro Fino, Santana, do Ramos [Morro do Antônio Ramos dos Reis], etc., dando nascimento aos vários povoados que comporiam a Vila”¹²⁸. Somamos à lista o chamado Córrego Seco.

Figura 6: Distribuição espacial esquemática das capelas e igrejas de Vila Rica



Fonte: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. Formação e desenvolvimento - residências. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977, p. 72, adaptado por Ludmila Andrade Rennó.

A Serra do Ouro Preto foi também palco de um importante evento, a Revolta de Felipe dos Santos, em 1720. A realidade social dos morros colocava um grande desafio ao Senado da

¹²⁷ Pascoal da Silva Guimarães é indicado por Diogo de Vasconcelos como “incontestável e real precursor” do repovoamento da serra. O caixeiro português partiu do Rio de Janeiro a Minas, em 1704; minerou a princípio no Rio das Velhas. Ao instalar-se nas minas abandonadas pelos paulistas, introduziu nas serras de Ouro Preto o método oriundo de Nova Espanha que consiste em “conduzirem as águas em regos para se desbancar a terra vegetal e os montes a talho aberto”. Ele enriqueceu nas cabeceiras do córrego de Antônio Dias, por haver intuído que ali o terreno era propício aos sedimentos, “prosseguiu na exploração e formou o Arraial do Ouro Podre, nome que veio da referida aventura, e toda a serra de alto a baixo se chamou do Pascoal.” Em 1708, foi nomeado sargento-mor das minas de Ouro Preto e seus distritos e, em 1711, recebeu patente de mestre-de-campo e se tornou superintendente de Ouro Preto. Para mais, cf. VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 240-242. v. 1. *CÓDICE COSTA MATOSO*. Coleção Mineiriana. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999, p. 41.

¹²⁸ VASCONCELOS, Sylvio de. *Vila Rica*: Formação e desenvolvimento – residências. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 47.

Câmara de Vila Rica, em meados de 1716 a 1720, sobretudo o Morro do Ouro Podre (também conhecido como Ouro Fino). O rápido crescimento populacional e o adensamento da região, com presença de proprietários de catas, mineradores e seus cativos, culminava em problemas sociais e conflitos entre mineradores. Myriam Bahia relata como problemas a constante invasão de datas, a presença de vendas sem a devida licença, o comércio de negros e negras de tabuleiro, refúgio de escravos, a comercialização de alimentos e prostitutas aos escravos nas vendas¹²⁹. Além disso, era recorrente a desobediência às posturas da Câmara sobre fiscalização de profissionais, padrão de pesos e medidas, cobrança de tributos e frequente sonegação. Tais problemas culminaram na tentativa de fortalecimento da política do governo na capitania e no endurecimento das medidas de controle de recolhimento de impostos e trânsito de ouro.

Através das correspondências do Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, ao Governador da Bahia, a quem era subordinado, podemos compreender a versão oficial comunicada à Coroa sobre o também chamado ‘Levante de Felipe dos Santos’. A relação conflituosa entre o Conde de Assumar e a Câmara de Vila Rica suscitou motins, cujos ânimos exaltados reivindicavam o fim das “cazas de fundição e de moeda, e contra outra couzas q. se não sonhavam”¹³⁰. Alegando ter tomado todas as providências possíveis e diante da descoberta da tentativa de formação de uma ‘república’, da qual seriam expulsos o Governador e o cabedal de ministros de El Rei, o Conde de Assumar opta pela represália¹³¹. A fim de dar um exemplar castigo à desordem, o Conde ainda ordena que se queime as casas dos rebeldes, como consta: “mandei por o fogo as cazas de Paschoal da Silva e m^{tas} das [casas] dos cúmplices sitas no

¹²⁹ LOPES, Myriam Bahia (coord.); LIMA, Kleverton Teodoro; VIEIRA, Luiz Alberto Sales. *Morro da Queimada: Século XVIII*. Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais, Ministério da Cultura PRONAC, 2008.

Disponível

em:

<http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XVIII.pdf>, acesso em 23 de junho de 2018. Os textos disponíveis no site são resumos dos que serão publicados na íntegra em livro sobre a implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada. A pesquisa histórica apresenta os dados do Lançamentos do Quinto de 1719 e a lista de moradores dos morros (Ouro Podre, Ouro Fino e Córrego Seco) na Ata da Câmara de Vila Rica em 1721 para avaliar a ocupação dos morros da Serra de Ouro Preto, chegando à conclusão aproximada de “cerca de 1/5 dos proprietários e 1/3 dos cativos atuavam na Serra de Ouro Preto nessa época”.

¹³⁰ A saber, a oposição à instalação das casas de fundição, à expulsão dos clérigos das áreas de mineração – sob alegação de mineradores e contrabandistas entre eles –, ao comportamento do Ouvidor de Vila Rica, Martinho Vieira e à perda das patentes militares perante a organização dos Dragões. Cf. APM. Códice 11 – Seção Secretaria do Governo, fls. 249v *apud* LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1955, p. 96.

¹³¹ “(...) já não havia mais medidas q. guardar contra tanta audácia, q. dezembanhar a espada e cortar a cabeça desta Hydra p. a ver se o rigor aproveitava mais do q. tinha athe hy aproveitado a brandura”. A Companhia de Dragões prende Pascoal da Silva Guimarães, posteriormente remetido à Lisboa, líder principal do movimento, e os demais condutores. Cf. APM. Códice 11 – Seção Secretaria do Governo, fls. 249v *apud* LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1955, p. 97.

morro desta V^a [Vila]”¹³², estendendo a queimada por todo arraial onde residia Pascoal da Silva, chamado Morro do Ouro Podre ou Morro do Pascoal Silva; posteriormente denominado Morro da Queimada¹³³.

Como desfecho da insurreição, o Conde de Assumar envia correspondência ao Senado da Câmara tratando da inconveniência de se admitir moradias no Morro do Ouro Fino. Consta seu deferimento ao requerimento no Termo de *Acordam*, como segue: “Acordarão abrir hua Carta do Ex. ^{mo} Sr.^{or} Conde Gen.^{al} que consta de advertir não ser conveniente moradores no morro e ouro fino pella desatenção e crime emq’ encorrerão na d.^a sobrelevação q’ se fez (...)”¹³⁴. Os recorrentes conflitos verificados nos morros demonstram sua relevância econômica como região aurífera de intensa produção e o desafio de se controlar e aplicar as leis vigentes na região. Apesar do cenário instável, a ocupação prosseguiu no morros, embora menos adensados, sobretudo impulsionado pelo pequeno comércio (inclusive o ilegal)¹³⁵.

Dentre as várias atividades desenvolvidas, o Senado da Câmara assumia a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento das leis, sobretudo em torno do abastecimento local, a fim de coibir “que o ouro extraído pelos escravos nos morros fosse parar nas mãos de comerciantes que insistiam em vender ali suas mercadorias”¹³⁶. Podemos destacar alguns exemplos do comércio existente nos morros por meio dos “autos de achada”, documentos registrados a partir da inspeção da comercialização ilegal de alimentos proibidos, cujo conteúdo incluía a ocorrência com indícios e relatos de busca e prisão¹³⁷. Muitos exemplos

¹³² APM. Códice 4 – Seção Colonial. Fls. 871-872.

¹³³ Posteriormente, é determinada a morte de Felipe dos Santos, a ser arrastado, enforcado e esquartejado afim de causar temor aos demais moradores do sítio. Para a descrição completa do Levante de Felipe dos Santos ou Sedição de Vila Rica, cf. VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 172-209. v. 2.

¹³⁴ APM. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXV, 2º volume, julho de 1937, p.135. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1891.pdf, acesso em 01 de janeiro de 2020.

¹³⁵ O comércio principal era organizado em lojas, vendas e os ambulantes, submetidos à legislação específica. As lojas e as vendas eram estabelecimentos de comercialização de itens secos e alimentícios, com diferença de porte e localização (as lojas eram maiores e geralmente no centro da Vila; as vendas eram menores, frequentes na periferia e alvo de inspeção pelo temor de servirem como esconderijos para quilombolas, brigas e agitação). As vendeiras e “negras de tabuleiro” podiam circular vendendo produtos de consumo diário, quitutes, carnes e outros, mediante licença prévia e dentro da Vila e arraiais. Porém, muitas das negras, irregularmente, vendiam alimentos e bebidas aos negros mineradores; eram vistas como causadoras de bebedeiras, mortes de escravos, desvios de pedras preciosas e fugas. A recorrência às atividades ilegais nos morros de mineração era motivada, sobretudo, pela fiscalização inconsistente dos proprietários dos cativos extratores; assim, eram comuns as vendas ocultas ou a comercialização de bebida e alimentos proibidos pela Câmara.

¹³⁶ SILVA, Flávio Marcos. *O Senado da Câmara e o pequeno comércio nas Minas setecentistas*. In: OFICINA DO INCONFIDÊNCIA: Revista de Trabalho. Ano 4, nº. 3. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2004, p. 166. O autor trata das providências da justiça local frente aos pequenos comércios, sobretudo os ilegais, no qual estão incluídas as negras de tabuleiro e as vendas, geralmente localizadas nas periferias. A repressão do governo com estas práticas aludia ao controle da ordem social e à previsibilidade do mercado interno da capitania. A pesquisa é desenvolvida a partir da análise de documentos da Câmara Municipal de Ouro Preto, no período de 1730 a 1745.

¹³⁷ São exemplos notáveis como de uma negra forra presa pela venda de cachaça nos morros de Vila Rica, em 1732; em 1733, doze negras de tabuleiro foram apreendidas por comercializarem pães, bolos e afins, queijo e frutas

são levantados por Silva em seu estudo, de modo a descrever o comércio interno de Vila Rica e sua respectiva política de controle. A nós, tais ocorrências demonstram o prosseguimento de ocupação dos morros e a conseqüente vida cotidiana que permanecia naqueles espaços, mesmo após as repressões.

O quadro geral socioeconômico na Comarca de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e início do XIX foi ilustrado por Almeida. A autora afirma que a composição da riqueza em Vila Rica permanecia relacionada à mineração, bem como os maiores patrimônios estabelecidos eram de “escravos, imóveis e as dívidas ativas, nessa ordem”¹³⁸. Quanto à distribuição da renda, aponta para uma predominância da pobreza, advindo do período do apogeu minerador, com baixo percentual de proprietários de grandes fortunas. Por sua vez, Luna e Costa definem o cenário socioeconômico de Vila Rica no início do século XIX como

desolador (...). Superada a ‘febre’ do ouro, a economia estagnara-se e ocorria franca recessão populacional. Nos arredores de Vila Rica descortinavam-se campos desertos, sem lavouras ou rebanhos. Dos morros, esgaravados até a rocha, havia-se eliminado a vida vegetal; neles restavam montes de cascalho e casa, a maioria em ruínas. A pobreza dos habitantes remanescentes, a existência de ruas inteiras quase abandonadas provocaram a imediata admiração nos visitantes da urbe. (...). A população que atingira, como atesta Saint-Hilaire, vinte mil pessoas, estava reduzida a oito mil; tal redução no número de habitantes teia sido ainda maior não fosse Vila Rica a sede da Capitania, centro administrativo e residência de um regimento¹³⁹.

A historiadora Miriam Lott aponta que houve um significativo aumento demográfico na província, demonstrando que o declínio minerador não foi suficiente para arruinar as atividades socioeconômica. O desenvolvimento da produção de auto abastecimento, comércio e serviços artesanais, antes atividades paralelas à mineração, assumem o sustento econômico do núcleo

no morro de mineração de Vila Rica; em 1734, Bento de Oliveira, também morador do morro, foi acusado e preso pela venda de cachaça, conduzida por dois cavalos até os negros mineradores do Ouro Podre. Cf. SILVA, 2004, p. 161-179.

¹³⁸ ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Ricos e pobres em Minas setecentistas: a sociedade colonial polarizada*. In: OFICINA DO INCONFIDÊNCIA: Revista de Trabalho. Ano 4, nº. 3. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2004, p. 126. A autora trata do contexto sócio econômico da Comarca de Vila Rica e da Comarca do Rio das Mortes desenvolvido a partir das fortunas recuperadas nos testamentos, cf. ALMEIDA, 2004, p. 119-159.

¹³⁹ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Profissões, Atividades Produtivas e Posse de escravos em Vila Rica ao Alvorecer do Século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; Klein, Herbert D. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 41-42. Para o contexto econômico posterior, da então imperial cidade Ouro Preto (1820-1860), cf. ANDRADE, Leandro Braga de. *Vila rica, vila pobre: “A cidade do sonho e da melancolia”*. In: OFICINA DO INCONFIDÊNCIA: Revista de Trabalho. Ano 7, nº 6. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2012, p. 13-46.

urbano¹⁴⁰. Lott descreve de maneira sucinta o posterior crescimento populacional de Vila Rica ao longo do primeiro quartel do século XIX, em números¹⁴¹:

A evolução da população acontece da seguinte maneira: em 1804 a população total da sede da Vila Rica era de 8.785; em 1815, 6637; em 1818, 6.870; e em 1823, 7599 habitantes. A partir daí, torna-se relativamente estável. O crescimento após 1815 é caracterizado pela diminuição do número de escravos e aumento da população livre.

Com o objetivo de sinalizar esta evolução populacional, indicada de forma mais detalhada, recorreremos a dois censos que ajudam a perceber um panorama geral da população de Vila Rica e outras localidades nos anos de 1746 e 1804. Os dados referentes ao primeiro ano provém da descrição de Jeaneth Xavier de Araújo do “Pagamento da capitação referente aos 1º e 2º semestres de 1746, com registro de multas”. Os dados indicados pelo autor em sua pesquisa de mestrado ajuda a estabelecer um censo para o referido ano. Por meio desses indicadores é possível perceber o perfil dos usuários daqueles espaços sagrados e a proporção da ocupação do sítio pelos templos. Os dados indicados no anexo A constata a ocupação de vários morros por uma população diversificada. É muito possível muitas dessas pessoas tenham dado um contributo importante para a construção de várias capelas de Vila Rica.

Para verificar o avanço da ocupação e a diversidade de atividades presentes nos morros, recorreremos também ao Recenseamento de Vila Rica (1804). Nele observa-se o agrupamento de regiões, a contagem domiciliar, sem muitas referências diretas a determinada capela e entorno. Porém, podemos discorrer sobre a densidade dos fregueses das regiões citadas, bem como compreender a estrutura social e econômica da população local. Há dispersão na apropriação do território dos morros da Serra do Ouro Preto, tanto que não houve identificação do nome de ruas ou becos, tal como é feito na sede, chamada zona urbana. A metodologia geral, de certa forma, é compreensível, pois há o desfavorecimento da topografia e, respectivamente, dos acessos para o levantamento e a ocupação do espaço.

Registros populacionais de Vila Rica (ver tabela 1) indicam que em 1804 sua população era de 8990 habitantes, sendo estes, em sua maioria do sexo masculino (50,10%) em comparação ao sexo feminino (49,89%). Nota-se que em maioria a população constitui-se por pessoas livres, sendo estes 67,82%, e 32,18% de escravos. Isso faz de Vila Rica a região mais

¹⁴⁰ LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família em Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008, p. 50-61.

¹⁴¹ LOTT, 2008, p. 55. Há discrepância entre os números apresentados por Herculano Gomes Mathias em “Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804” e os apresentados por Mirian Lott. Ela se baseia nos números citados por Donald Ramos em seu ensaio “A estrutura demográfica de Vila Rica às Vésperas da Inconfidência”. Nossa pesquisa porém, faz uso dos dados de Herculano Mathias por terem sido o de acesso mais

populosa da Capitania de Minas Gerais, caracterizada por uma população mista, praticamente constituída praticamente por metade de homens e mulheres, sendo sua maioria pessoas livres.

Tabela 1: População de Vila Rica

DISTRITOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
OURO PRETO	1441	1430	2871	1819	1052	2871
ANTONIO DIAS	857	837	1694	1100	594	1694
CABEÇAS	720	681	1401	950	451	1401
MORRO	665	624	1289	946	343	1289
ALTO DA CRUZ	517	601	1118	824	294	1118
PADRE FARIA	286	331	617	458	159	617
TOTAL	4486	4504	8990	6097	2893	8990

Fonte: MATHIAS, Herculano Gomes. Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais. Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1969, página XXV.

Tabela 2: Recorte da tabela População de Vila Rica (I)

DISTRITOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
MORRO	665	624	1289	946	343	1289
PADRE FARIA	286	331	617	458	159	617

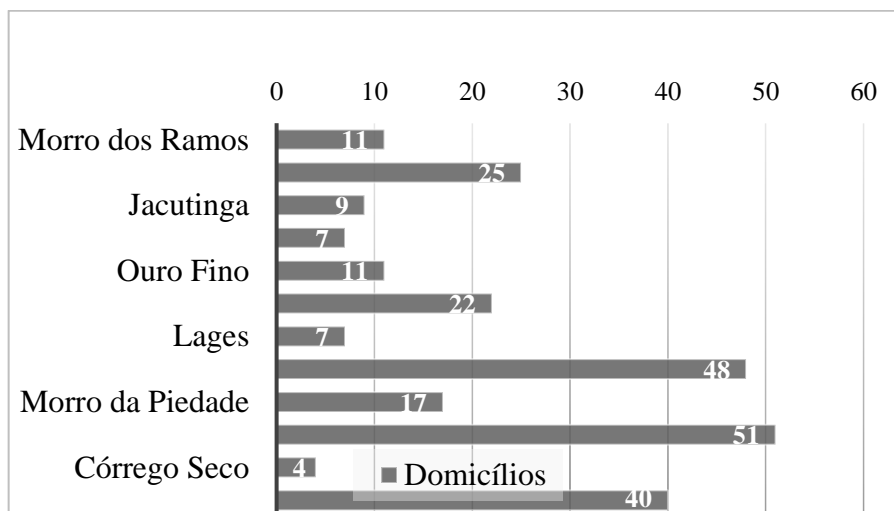
Fonte: MATHIAS, Herculano Gomes. Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais. Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1969, página XXV.

O levantamento das populações do Morro foi realizado pelo Capitão Luiz Joze Maciel. Sob a denominação geral de Morro estavam compreendidos: Morro dos Ramos, Morro de São Sebastião, Jacutinga, Morro do Ouro Podre, Morro do Ouro Fino, Queimada, Lages [Lajes], Caminho Novo, Morro da Piedade, Morro de Santa Anna, *Corrigo* [Córrego] Seco e Morro de São João, nestes habitavam cerca de 14,34% da população total. O capitão descreve as particularidades gerais da região no fim do documento produzido, apontando que, no distrito do Morro, “não há Negociantes nem Agricultores que fação extração de gêneros, [a]te as vendas que lá se achão são as chamadas dos gêneros da terra”¹⁴². Luna e Costa avançam na análise dos dados do recenseamento, inclusive classificando as atividades econômicas. Especificam que “dominavam os faiscadores (em maior número que nos demais distritos) seguidos pelos

¹⁴² MATHIAS, 1969, p. 202.

mineradores (...), a quantidade encontrada no Morro, 36,40%. Com respeito aos indivíduos deste distrito, enquadrados no secundário, o percentual sobe a 79,80%.”¹⁴³

Quantidade de domicílios no Distrito do Morro



Conforme apresentado no gráfico acima, o distrito do Morro estava quantificado da seguinte forma: no *Morro dos Ramos* [atual São Cristóvão] havia onze domicílios com predominância de crioulos faiscaidores [apresentados como mineira (1), faiscaidores (4) crioulos e negro, crioula (1) e preta (1) que vivem de esmolas e brancos (2), um branco cego pobre e outra sem identificação]; no *Morro de São Sebastião* eram vinte e cinco domicílios cuja maioria era de carreiros, vendas da terra e pobres [divididos em faiscaidores (2), sapateiro (1), carreiros (4), carpinteiro (1), alfaiate (1), que vivem de venda da terra (3), que vive de esmolas (1), “muito pobre” ou pobre (2), brancos (2), duas identificadas apenas como pardas (2), branco cego (1) e Mina cega (1)]; em Jacutinga estavam nove domicílios de maioria de faiscaidores [dentre os quais cinco faiscaidores (5), uma pobre (1), um sapateiro (1), uma crioula (1) e um branco sem identificação de atividades(1)]; *Ouro Podre* possuía sete domicílios, cuja maior parte era de faiscaidores [com população de crioulos, branca e pardo, dentre estes, mineiro (1), faiscaidores (5) e carpinteiro (1) como cabeça do casal]; *Ouro Fino* possuía onze domicílios com maioria de faiscaidores [com crioulos e pardos, mas também um branco, o grupo era composto por carreiros (2), carpinteiro (1), faiscaidores (5), mineiro (1), possuidor de lavra na região (1) e atividade não identificada (1)]; *O Morro da Queimada* apresentava vinte e dois domicílios de

¹⁴³ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Profissões, Atividades Produtivas e Posse de escravos em Vila Rica ao Alvorecer do Século XIX. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; Klein, Herbert D. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 55.

maioria faiscadores [crioulos e pardos eram predominantes, porém também tinha uma Mina e um branco, destes temos alfaiate (1), faiscadores (6), coartado (1), carpinteiro (1), Mina (2), pardos (3), pobre ou “muito pobres” (3), mineiros (2), pedreiro (1) e crioulas (2)]; *Lages* era composto por sete domicílios [de pardos, crioulos e brancos, dentre os quais estavam carreiro (1), faiscador (1), pedreiro (1), possuidora de xacra [chácara] (1), meirinho (1), marceneiro (1), e identificada apenas como branca (1)]; o *Caminho Novo* era constituído por quarenta e oito domicílios classificados em maioria como faiscadores [descritos como alfaiate (1), pedestre da Junta (1), ferreiros (2), tecedeira (1), Capitão da Cavalaria paga (1), mineiros (3), faiscadores (8), marceneiro (1), sapateiro (1), serrador (1), coartada (1), com tropa (1), muito pobres (5), e os demais identificados apenas por critérios raciais: brancos (6), crioulas (5), pardas (2) e sem identificação de atividade ou etnia (1)]; no *Morro da Piedade* foram levantados dezessete domicílios [identificados por Mina (1), mineiros brancos (3), identificados apenas como pardos (4), faiscadores (3) crioulos e pardo, viúvas (3) e atividades e critérios raciais não identificados (2)]; o *Morro de Santana* possuía naquele momento cinquenta e um domicílios, cuja predominância de moradias era de faiscadores [a composição populacional local era de mineiros (3), faiscadores (18), sargentos brancos (2), viúva (1), os demais estavam classificados como pardos (13), Angola (1), Minas (3), crioulas (3), preta (1), muito pobres e pobre (4)]; em *Corrigo Seco* havia quatro domicílios [compostos por Mina (1), pardo mineiro (1) e crioulos (2)]; por fim, no *Morro de São João* estavam quarenta domicílios predominantemente de pardos e crioulos (descritos como faiscadores (7), identificados apenas como pardos (15) e como crioulos (7), que vive de esmolas (1), muito pobres (2), carpinteiro (1), carreiro (1), sapateiro (1), mineiros (2), com pequena ‘mascatiação’ (1), e por etnia: branco (1), Mina (1) e Angola(1)]. A metodologia de levantamento foi descrita pelo próprio Luiz Joze Maciel, como segue: “vai primeiro a Cabessa do Casal e depois toda a mais Família com as idades, pouco mais ou menos que pude alcançar e officios, e ocupações que tudo vai declarado nas suas Competentes cazas”¹⁴⁴. A seguir, a título de ilustração apresentamos um fragmento de Planta de Ouro Preto em 1888.

¹⁴⁴ MATHIAS, 1969, p. 202. Para o levantamento completo do Morro de Santana, cf. MATHIAS, 1969, p. 198-200.

O Recenseamento realizado pelo Capitão Comandante Pantaleão Alves da Silva, apresenta agrupados os dados do *Districto* do Padre Faria, Agoa Limpa e Tacoaral¹⁴⁵. Condensados no distrito estavam apenas 6,86% dos habitantes, de acordo com os dados da tabela 1. A contagem dos domicílios soma cento e trinta e quatro no total, cujos dados apresentados traçam um panorama que corrobora com uma maioria livre, porém com predominância de crioulos, pobres, com ocupações predominantes de roceiros, faiscaidores e mineiros. Dados confirmados pela análise de Luna e Costa que afirmam predominar com 53,85% do total de roceiros, hortelãos e lavradores de toda Vila Rica. Ademais, predominavam os faiscaidores e mineiros ocupando-se 53,77% dos moradores com tais atividades do setor econômico secundário¹⁴⁶.

O cenário brevemente apresentado auxilia na composição dos aplicados das capelas suburbanas. A região apresenta-se bastante homogênea, sobretudo ao tratarmos da ocupação e desenvolvimento, cuja equivalência se dá, principalmente, no papel precursor de suas capelas primitivas e arraiais no conjunto urbano de Vila Rica. Há também a similaridade socioeconômica, no que tange a divisão laboral da população, com suas atividades econômicas e a composição predominante de grupos sociais em termos raciais. Essa homogeneidade é característica do início do século XIX, período histórico no qual os dados demográficos puderam ser avaliado.

2.4.2 Indicadores populacionais e Capelas Urbanas

Se as capelas suburbanas são aquelas localizadas mais distantes dos centros habitacionais, as urbanas, por sua vez, são as ocupam tais regiões. Costumam atender um número mais expressivo de fregueses por proporcionarem fácil acesso e estarem nas regiões mais ocupadas da vila. São elas, a Capela de Santa Efigênia, localizada no alto da cruz de Padre Faria e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, também em Padre Faria.

É importante salientar que geralmente na proximidade das regiões de acesso facilitado (caminho tronco), apresenta-se uma ocupação com casario mais solidificado, com maior disponibilidade de recursos e concentração de riquezas. A composição geral da população aos arredores das capelas urbanas, pelo ano de 1746, pode ser vista nos anexos B e C, os quais

¹⁴⁵ MATHIAS, Herculano Gomes. *Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais*. Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1969, p. XXV. Para consulta do levantamento completo das regiões de Padre Faria, Agoa Limpa, e Tacoaral, cf. MATHIAS, 1969, p. 180-189.

¹⁴⁶ LUNA; COSTA. Profissões, *Atividades Produtivas e Posse de escravos em Vila Rica ao Alvorecer do Século XIX*. In: LUNA; COSTA; KLEIN, 2009, p. 55.

ajudam a compreender um pouco da população instalada na região de Antônio Dias e Padre Faria, dando-nos um panorama geral socioeconômica da população.

A tabela a seguir sintetiza o índice populacional tanto de Antônio Dias quanto de Padre Faria. Conforme a tabela, no início do século XIX, Antônio Dias consta com uma população de quase 1.700 habitantes, sendo cerca de 70% cidadãos livres. Por seu turno, Padre Faria, contava com uma população de mais de 600 habitantes, a maioria sendo mulheres, e cerca de 75% de cidadãos livres.

Tabela 3: Recorte da tabela População de Vila Rica (II)

DISTRITOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
ANTONIO DIAS	857	837	1694	1100	594	1694
PADRE FARIA	286	331	617	458	159	617

Fonte: MATHIAS, Herculano Gomes. *Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais*. Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1969, página XXV.

A lista dos habitantes de Antônio Dias foi elaborada pelo capitão Antônio Joze Roiz de Azevedo. O levantamento inclui a Rua da Praça até a Antônio Dias, Largo do Palácio Velho até a ponte, Ponte de Antônio Dias e Rua de trás, Rua dos Paulistas, Rua Nova, Rua dos Perdões, Casa de Pedra, Gambá, Sermenha e Olaria da Vargem. Nestas localidades estava fixada 18,84% da população da Vila, divididas em 276 domicílios (ver tabela 3). Em geral, os domicílios apresentados no levantamento são maiores em dimensão física e em número de moradores, inclusos nestes os agregados e toda a escravaria pertencente àquele cabeça de casa.

Tabela 4: Lista dos domicílios do Distrito de Antônio Dias

LOCALIDADE	DOMICÍLIOS
SEM IDENTIFICAÇÃO	4
RUA DA PRAÇA ATÉ A ANTÔNIO DIAS	85
LARGO DO PALÁCIO VELHO ATÉ A PONTE	25
PONTE DE ANTÔNIO DIAS E RUA DE TRÁS	44
RUA DOS PAULISTAS	40
RUA NOVA	57
RUA DOS PERDÕES	6
CASA DA PEDRA, GAMBÁ, SERMENHA E OLARIA DA VARGEM	15

Fonte: MATHIAS, Herculano Gomes. *Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais*. Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1969, página XXV. Elaborada pela autora.

A caracterização de Luna e Costa descreve que “em Antônio Dias e Ouro Preto concentrava-se a vida administrativa, militar e religiosa. Com pouco mais da metade da população da urbe”¹⁴⁷. De fato, a caracterização das atividades laborais dos ‘cabeças da casa’ corrobora tal afirmação, pontuando em Antônio Dias muitos dos moradores notáveis de Vila Rica, dentre eles, militares, eclesiásticos e funcionários da administração da Vila; foram recorrentes ainda no levantamento profissionais liberais e comerciantes.

O distrito denominado no Recenseamento pelo Capitão Comandante Pantaleão Alves da Silva como Padre Faria agrupa os dados do *Destricto* do Padre Faria, Agoa Limpa e Tacoaral. Por isso, ele foi descrito junto ao grupo das capelas suburbanas.

A partir desses dados, é possível dizer que tais capelas estavam localizadas em regiões privilegiadas, possibilitando um número maior de membros. Vale notar ainda que ambas têm estreita relação com a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, estabelecida originalmente na Capela homônima, na qual se reunia etnias diferentes, brancos e pretos. Entretanto, após desavenças entre os dois grupos, houve uma cisão que culminou na mudança dos pretos para a Capela do Alto da Cruz, que posteriormente viria a se chamar Capela de Santa Efigênia.

2.5 A vivência da religiosidade nas capelas de Vila Rica

Para demonstrar a expressão devocional, enraizada no cotidiano e manifestada nas celebrações litúrgicas, serão apresentados dados dos templos compreendidos como Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, a começar da unidade das chamadas capelas dos morros, cuja denominação assumida será de capelas suburbanas¹⁴⁸. Desse modo, é possível refletir acerca da experiência religiosa e o uso do espaço do templo; lidos como resultado de um amplo movimento histórico e social, cujo vínculo direto se dá com o Reino de Portugal.

É essencial ressaltar que neste momento o enfoque dado é relativo ao rito, não apenas aos aspectos quantitativos da edificação, ou seja, nos ateremos àquele espaço vivenciado cujo partido é direcionado pela apropriação. Assim, as dimensões de comprimento, largura do sítio e da edificação são justificados por sua ocupação, bem como sua localização e implantação.

¹⁴⁷ LUNA; COSTA. *Profissões, Atividades Produtivas e Posse de escravos em Vila Rica ao Alvorecer do Século XIX*. In: LUNA; COSTA; KLEIN, 2009, p. 55.

¹⁴⁸ O termo subúrbio da cidade é utilizado por Manoel Ozzori já em 1890 no *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Município de Ouro Preto*. Ozzori trata assim da localização de capelas como São Sebastião, Saramenha (Freguezia de Ouro Preto), Sant’Anna e São João (Freguezia de Antônio Dias), situadas nos morros do território, junto às pequenas povoações (...) à pouca distância, constituindo subúrbios da cidade”. *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e litterario do Município de Ouro Preto* de Manoel Ozzori, de 1890. Edição Fac-simile Belo Horizonte, Mazza Edições, 1990, p. 96. Tomaremos então tal referência como denominação das capelas em estudo, ainda que anteriores às atribuições atuais de áreas urbanas e suburbanas.

Não nos limitamos nesta pesquisa à interpretação do adro apenas enquanto recurso de valorização da arquitetura, mas, sobretudo, às definições por especificidades, cuja comprovação se dá por meio de documentação histórica, relacionada à piedade vivenciada por uma coletividade e, ainda, no plano individual (devoção privada). Posteriormente, destacaremos também o papel fundamental do adro e seus elementos (muretas, arrimos, escadarias) na valorização da arquitetura religiosa e de seu entorno, de modo a enriquecer o templo e enaltecer a sua expressão simbólica na paisagem.

O trabalho de pesquisa sobre as capelas, sobretudo as suburbanas, revela informações sutis, sem a documentação típica das irmandades porque nessas capelas não houve inicialmente a presença confrarial. As capelas não situam-se em locais de grande adensamento populacional, sequer de localização privilegiada para acesso. Assim, a insuficiência de dados as coloca num imaginário folclórico em que as poucas informações tendem a não ser investigadas e o interesse acadêmico por elas, diminuído.

A publicação dos Anais do Museu Histórico Nacional, de 1944-1948, aborda as capelas de Ouro Preto vislumbrando-as como um conjunto¹⁴⁹, sobre o qual afirma: “de um modo geral todas as capelas têm o mesmo aspecto e ocupam a mesma área útil, parecendo que os núcleos de população a que serviam se desenvolviam com a mesma densidade”¹⁵⁰. Tal afirmação suscita o interesse na investigação, a fim de analisar a proporção da área útil das capelas em relação aos fregueses (ou aplicados), ainda que abordada sucintamente em nossa pesquisa. A questão da jurisdição eclesiástica relacionada à densidade populacional da freguesia é também do âmbito religioso, visto que tal determinação existe nas orientações para edificações religiosas tridentinas.

Por sua vez, as igrejas matrizes, de modo geral, possuem uma abundância de documentação, registrada por suas diversas irmandades, motivada pelas devoções privilegiadas, bem como por seu amplo espaço físico, uma vez que a sede paroquial necessita estar apta ao acolhimento dos fieis e à prática sacramental à qual se propõe. Quanto ao recenseamento no núcleo urbano é feito por ruas, becos a partir da igreja, tamanha sua expressividade. Desse modo, as matrizes tendem a ser ampla e profundamente estudadas, o que reflete em inúmeros produtos acadêmicos, livros, teses e dissertações. Por sua vez, nos arrabaldes o recenseamento das populações é mais genérico devido à sua dispersão.

¹⁴⁹ Também em nossa pesquisa o recorte se faz pelo agrupamento das capelas, compreendidas como conjunto por sua similaridade em termos de partido arquitetônico e quanto ao perfil socioeconômico de seus fregueses.

¹⁵⁰ *ANAIS do Museu Histórico Nacional* (1744). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948, p. 104.

Para refletir sobre as devoções em Vila Rica e buscar a recomposição da experiência religiosa sob adequação no contexto territorial e social, tomaremos como referência os registros paroquiais que compõem a pesquisa das historiadoras Adalgisa Arantes Campos e Maria Agripina Neves no Arquivo Eclesiástico da Paróquia Nossa Senhora do Pilar (AEPNSP)¹⁵¹, desta serão apresentados dados do Livro das Chancelarias da Comarca de Ouro Preto sobrepostas a alguns testamentos e pedidos de provisões de irmandades. A utilização dos testamentos nos serve à solução das dúvidas, confirmação de dados ou ainda inserções relevantes sobre os templos, tais quais enterramentos, legados, doações à obra específica e à composição social dos devotos de determinado templo, fato que pode extrapolar os critérios geográficos e sociais impostos.

É sabido que a Igreja setecentista, em função do Padroado Régio Ultramarino, também abarcava o papel de ordenadora social, quiçá civil, sendo então representante do poder real na colônia junto com o Senado da Câmara. Assim, ainda hoje estão em seus registros dados que remetem a autos, mandatos, cartas, sentenças judiciais, provisões para cerimônias religiosas (também as oficiais do Reino), além de casamentos, sepultamentos, autorizações para esmolar, para procissões e outros. O cotidiano religioso em torno do calendário litúrgico estava esclarecido no Livro de Chancelarias¹⁵². Nesta pesquisa utilizaremos os volumes 1776 e 1777 (período de 1742 a 1820) a fim de explorar o conteúdo apresentado e cruzar os dados temporais com os demais documentos.

Abaixo apresentamos as capelas caracterizadas como suburbanas, ou seja, fora do que determinamos como núcleo urbano de Vila Rica. São elas: a Capela de São João Batista, a Capela de Santana, a Capela de Nossa Senhora da Piedade e a Capela de Bom Jesus das Flores do Taquaral. A descrição dos monumentos está organizada na seguinte sequência: breve histórico do monumento, identificação do santo patronímico e das devoções presentes no templo, o esclarecimento sobre a existência de irmandades instituídas.

¹⁵¹ A utilização do Arquivo Eclesiástico da Paróquia Nossa Senhora do Pilar se deve à disponibilidade de documentos referentes à Vila, uma vez que a Paróquia Nossa Senhora do Pilar era o templo oficial. Nela se realizavam as cerimônias oficiais, festas solenes, promovidas pelo Senado da Câmara. Assim, ainda hoje, o AENSP reúne diversos arquivos do período colonial. Além disso, a organização do acervo, a facilidade de acesso e consulta foram fundamentais para a escolha das fontes.

¹⁵² Livro de Chancelarias trata do registro de provisões diversas da Jurisdição Eclesiástica do Vigário da Vara (Matriz do Pilar) da Comarca de Vila Rica. Nele os escrivães do Juízo Eclesiástico redigiam as certidões e contas da Chancelaria, cuja cobrança era feita a cada provisão (salvo em casos de pobreza e autorizações do Bispo para gratuidade). Os registros documentais especificam eventos como exposição do Santíssimo Sacramento nas festividades das matrizes, capelas, ermidas e oratórios da Comarca, além de encaminhamento de celebração de matrimônios nestas. Além disso, o livro contém autos ou instrumentos, cartas, mandatos, monitórios, sentenças de cunho religioso e civil. Os volumes utilizados, 1776 e 1777 foram encontrados no Arquivo Eclesiástico da Paróquia Nossa Senhora do Pilar. Estes encontram-se também catalogados na Casa dos Contos de Ouro Preto.

2.5.1 Capela de São João Batista

Em relação às devoções presentes no pequeno templo, podemos verificar já no inventário de joias, ornamentos e paramentos da Capela de São João Batista do ano de 1700 (anexo D), registrado no livro primitivo e transcrito pelo IPHAN¹⁵³, a presença de inúmeras imagens no recinto sagrado, que sugerem as diversas festas celebradas naquela capela. Também neste inventário, estão descritas as alfaias existentes, tais quais, um cálice com patena de prata, galheta de cristal com colher de prata, turíbulo, duas pedras d'ara, missal com estante, placas para palmas, castiçais e sacras. Parte dos objetos e alfaias já estavam deteriorados quando o IPHAN vistoriou o imóvel, porém a presença dos paramentos e alfaias no ano de 1700 corrobora com a ideia do templo em pleno funcionamento, preparado para a celebração litúrgica dos sacramentos, sobretudo da missa, na qual acontece a reunião dos fieis.

São João Batista, chamado precursor e anunciador de Jesus, foi também responsável por batizar Nosso Senhor. Como se não bastasse tais prerrogativas, ainda foi executado injustamente porque se colocou contra a relação de Herodes Filipe e Herodíades (cf. Mt 14,3-12). Sua festa litúrgica é celebrada no dia 24 de junho, sendo um momento de manifestações intensas de devoção ao Precursor do Senhor. Considerado como mártir da Igreja Católica, João Batista é venerado também como profeta e celebrado desde a Igreja primitiva.

Um exemplo dessa devoção pode ser visto no testamento de Michaela dos Santos, cidadã natural de Vila Rica, que havia sido batizada na Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e moradora do Morro da Jacutinga (São Sebastião). Em seu testamento, datado de 1789, é notável sua devoção a São João Batista, pois deixou como legado 4/8 de ouro para São João Batista da Capela do Ouro Fino. Embora fosse Irmã de São José (e tivesse contemplado sua irmandade no testamento, bem como a capela de São Sebastião, localidade onde residia), solicitou o velório em Mercês da Rua Nova e o enterramento em São José – com o hábito do Carmo. A evidente devoção ao santo é recorrente em inúmeros outros testamentos e solidifica a ideia de devoções plurais, nos permitindo uma perspectiva mais concreta do contexto de vivência religiosa dessas populações.

Para a realização de exposições do Santíssimo Sacramento, festas de padroeiro, celebrações de casamento ou ainda para esmolas em favor do santo ou de uma irmandade, era necessária uma autorização eclesiástica, chamadas de provisões¹⁵⁴, as quais eram solicitadas

¹⁵³ MES/DPHAN. *Capela de São João Batista*. Ouro Preto, 1946.

¹⁵⁴ “Provisão é carta pela qual o Governo confere mercê, cargo, dignidade, ofício, ou autoriza o exercício de uma profissão ou expede instruções. Significa também decreto, disposição, ordem, prescrição, providência, assim como

pelos irmãos devotos, a um custo determinado. As provisões obtidas eram registradas no Livro de Chancelarias. Apresentaremos a seguir a relação de festividades ocorridas na Capela de São João Batista, cujos dados de provisões obtidas foram extraídos do Livro de Chancelarias, volumes 1776 e 1777:

Tabela 5: Provisões da Capela de São João Batista (1742-1761)

EXPOSIÇÃO DO SANTÍSSIMO NA FESTA DE SÃO JOÃO

1746	1748	1751	1752	1755	1765	1772	1779	1780	1788
X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Vol. 1776, fl. 84-209. Vol. 1777, fl. 18-180. Elaborada pela autora.

Tabela 6: Provisões de casamento na Capela de São João Batista (1761-1820)

PROVISÃO DE CASAMENTO

1766	1767	1774	1784
X	X	X	X

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1777, fl. 18-180. Elaborada pela autora.

Percebemos a recorrência da festividade em honra ao padroeiro São João, frequência que demonstra a atividade litúrgica da pequena capela, apesar de sua localização afastada do núcleo urbano. Embora descritas no inventário de 1700 as imagens de Nossa Senhora da Conceição, de Santo Antônio, São Benedito, Senhora Santana e São Francisco, não se verificou nos Livros de Chancelaria provisões para as festas respectivas.

Há duas provisões obtidas para a exposição do Santíssimo na festa de São João na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, em 1755 e 1763. Supomos que tenham sido celebrações eventuais, realizadas na matriz por algum impedimento da Capela de São João Batista, visto que a Igreja Matriz de Antônio Dias não possuía imagem de São João. É provável que a provisão tenha sido requerida pelos irmãos devotos de São João. Destacamos ainda a provisão de 1785 “para se receberem na Capela de São João do Ouro Fino, Francisco Moreira Sampaio e Maria Carneiro”¹⁵⁵, não é identificada a motivação para o pedido, mas podemos

reunião de coisas quaisquer, destinada a uso futuro, ou abastecimento de coisas necessárias ou uteis que alguém junta para consumo.” Cf. BESSA, Antônio Luiz de. *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de república*. Belo Horizonte: APM, p.86. v. 1. O termo é reiterado no glossário do Códice Costa Matoso como “ato pelo qual uma autoridade delegada, dentro dos limites de sua jurisdição e em consonância com o regimento do respectivo cargo, concede algum benefício ou privilégio a alguém.” O autor apresenta ainda o verbete Provisor Eclesiástico “provido pelo bispo para passar cartas de curas, de confessores e de excomunhão; dar licença aos clérigos e a particulares para pedirem esmolas, aos párocos para celebrarem missas; na ausência do vigário geral, assume as suas funções. Deve ser graduado em Cânones.” Cf. CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 117.

¹⁵⁵ AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1777, fl. 160.

supor que fosse receber em matrimônio (visto que a realização desse sacramento na Capela de São João era existente, sobretudo no período de 1766 a 1784).

Portanto, embora fosse uma capela suburbana, é possível dizer que havia uma intensa devoção ao redor da Capela de São João Batista, a qual estava presente não apenas nos habitantes da região, mas em vários outros. Seu papal na Igreja e sua relação com Nosso Senhor devem ter influenciado numa devoção mais intensa na região.

2.5.2 Capela de Santana

Observamos a recorrência da devoção a Sant’Ana, santa patronímica deste templo, em outras localidades de Vila Rica. Segundo a historiadora Adalgisa Campos, a devoção “era muito enraizada se encontrando também em altares da Capela do Taquaral, da Capela do Padre Faria, da matriz do Pilar e como titular da capela da Misericórdia, estabelecida na praça central”¹⁵⁶. A historiadora afirma ainda que a devoção à mãe da Virgem Maria e avó de Jesus remonta à Antiguidade oriental e ocidental. Santana era tida como “patrona dos marinheiros e navegantes, dos enfermos e dos agonizantes”¹⁵⁷, e sobretudo dos mineradores. Sua festa é celebrada no dia 26 de Julho. Abaixo apresentamos na Figura 4 as imagens da Senhora Santana (nas extremidades da foto; ao centro, Nossa Senhora da Conceição). Não há identificação sobre qual destas pertence à Capela de Santana. A dúvida, porém, poderia ser sanada com a investigação das dimensões das imagens e do nicho do altar dedicado a ela.

Figura 7: Imagens de Santana no Museu do Aleijadinho



Fonte: Acervo pessoal de Adalgisa Arantes Campos

¹⁵⁶ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro Sagrado: monumentos religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Instituto Francisca Peixoto e Tratos Culturais, 2000, p. 106. (No prelo).

¹⁵⁷ CAMPOS, 2000, p. 106. (No prelo).

A seguir, apresentamos outro indício importante da devoção a Santana. O quadro, datado de meados do século XVIII, retrata um milagre que a avó de Nosso Senhor teria concedido a um escravo. Na verdade, Furtado de Menezes aponta a existência de “três quadros de milagres com as datas de 1717, 20 de outubro de 1732 e ano de 1758”¹⁵⁸. É importante salientar que, embora os ex-votos façam parte do acervo da Capela de Santana, a imagem apresenta uma paleta muito similar àquela do altar dedicado a Santana na Capela do Taquaral. Podemos então questionar o pertencimento do quadro de milagre tal como atribuído e antever um recuo nas datas de edificação da outra capela que também acolhe a devoção à avó de Jesus.

Figura 8: Ex-voto de 20 de outubro de 1732¹⁵⁹.



Fonte: Acervo pessoal da Adalgisa Arantes Campos.

No que tange ao interior da igreja, a presença de assoalhos com enumeração no presbitério pode indicar o reaproveitamento das campas que se situavam na capela-mor. Assim, podemos confirmar a prática de enterramentos em seu interior. Quanto às provisões destinadas à Capela de Santana registradas no Livro de Chancelarias¹⁶⁰, apresentamos abaixo:

¹⁵⁸ MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA, 1975, p. 109.

¹⁵⁹ A inscrição no quadro diz: “que fez a Senhora Santana a um preto Luis escravo de Luis Pereira que quebrando a perna pela coxa e sendo encanada 3 vezes sem nenhuma soldar, lhe abriu o cirurgião a perna, e serrando-lhe as pontas dos ossos por intercessão da milagrosa Senhora se viu são em 20 de outubro de 1732 anos”.

¹⁶⁰ Santana é referida no documento por duas distintas grafias, sendo elas: Santana e Santa Ana. Existe ainda a possibilidade da grafia Sant’Ana.

Tabela 7: Provisões para exposição do Santíssimo na Capela de Santana (1742-1761)

EXPOSIÇÃO DO SANTÍSSIMO

FESTA/ ANO	1744	1747	1749	1750	1751	1753	1754	1756	1757	1758	1761
SANTANA	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
SÃO PEDRO				X							X
S. COSME E DAMIÃO				X							
SRA. DE OLIVEIRA							X		X	X	

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1776, fl. 4-298. Elaborada pela autora.

Tabela 8: Provisões para exposição do Santíssimo na Capela de Santana (1761-1820)

EXPOSIÇÃO DO SANTÍSSIMO

FESTA/ ANO	1762	1763	1766	1767	1768	1769	1771	1773	1777	1794
SANTANA		X	X	X	X		X	X	X	X
SÃO PEDRO	X					X				

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1777, fl. 9-282. Elaborada pela autora.

Tabela 9: Provisões diversas para a Capela de Santana (1742-1761)

PROVISÕES DIVERSAS

FATO/ ANO	1744	1745	1747	1749	1750	1754	1774	1775	1784	1793	1794	1816
CASAMENTO		X			X	X	X	X	X	X	X	X
		JAN/ OUT										
ESMOLAS P/ SANTANA	X	X	X									
P/ FESTA DE SANTANA				X								

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1776, fl. 4-298. Elaborada pela autora.

Observamos nas tabelas de provisões destinadas à Capela de Santana, a recorrência das festividades em honra a Santana (santa patronímica) e as licenças para casamentos nos períodos cobertos pelos livros. Pontualmente, observamos as provisões para realização da adoração ao santíssimo sacramento nas festas de São Pedro, São Cosme e Damião e da Senhora de Oliveira (entre 1750 e 1769). Cabe, numa investigação mais aprofundada, recorrer ao inventários de

bens móveis da dita capela para elencar as imagens presentes no templo. Com isso, poderemos reconstituir a vida festiva da capela durante os períodos em que há concordância das celebrações.

Das provisões aprovadas, registradas nos quadros acima, destacamos algumas nas quais a identificação do solicitante existe. Estas podem ser divididas em: esmola com caixinha para a festa de Santana e, posteriormente, para a capela (1744/ 1745 – a favor de Francisco Fernandes de São Francisco, por três meses e um ano, respectivamente), esmola para a Senhora Santana (1747 – em favor de João de Souza Cunha, por seis meses); exposição do Santíssimo a pedido dos devotos (na festa de Santana e no domingo seguinte, em 1749) e a favor do provedor e mais familiares do Santo Ofício, em 1751; provisão para se receberem, em 1782, [os prováveis noivos] Miguel da Silva Maia e Marta Paula da Conceição na capela.

Três provisões em especial serão destacadas, em função das festividades pontuais: em abril de 1750, é conferida a provisão da exposição do Santíssimo na festa de São Pedro, a pedido do ‘Comissário Pedro Martins e mais oficiais do Santo’ na Capela de Santana e, em setembro de 1750, ‘L^{dos}. Caetano Roiz Rego, Theodozio Frz. e mais devotos’ recebem a provisão da exposição para a festa de São Cosme e Damião. Por fim, há a concessão de provisão a Francisco da Costa Cardoso para se colocar a imagem de São José na capela de Santana. Tais episódios enaltecem o viés colaborativo da vivência religiosa, na qual a comunidade se envolve, inclusive financeiramente para a manutenção da determinada piedade.

Os dados supracitados revelam uma significativa devoção destinada à Senhora Santana, mãe da Virgem Maria e avó de Nosso Senhor. Há evidência de milagres atribuídos à santa na região, assim como uma significativa constatação do uso desta Igreja para cerimônias religiosas, de modo especial casamentos e exposições do Santíssimo Sacramento.

2.5.3 *Capela de Nossa Senhora da Piedade*

A devoção a Nossa Senhora da Piedade tem origem medieval. A Santa Maria que carrega em seus braços o Cristo recém-morto remete à Paixão do Senhor, ao sacrifício de Jesus pela salvação dos homens e à dor da sua mãe. É celebrada no dia 15 de setembro.¹⁶¹

¹⁶¹ O relação mais recuado da Senhora da Piedade é atribuído a uma pintura em madeira no claustro da Sé, em Lisboa, Portugal; a obra era pertencente a uma irmandade responsável por consolo, visita e sepultamentos de presidiários e condenados à morte. “Com efeito, tal imagem aparece em 1230 acompanhando ninguém menos que o pai do famoso Santo Antônio, a caminho da pena de morte.” Cf. <https://www.a12.com/academia/titulos-de-nossa-senhora?s=nossa-senhora-da-piedade-no-brasil>. Acesso em 15 de janeiro de 2020. A de Michelangelo é de 1498.

A devoção à Senhora das Dores, como também é conhecida, ganha muito espaço no catolicismo, uma vez que associa a figura de Maria à dor e morte do Salvador. Vale lembrar que o caráter sacrificial da Morte de Jesus sempre foi muito valorizado, sendo a Sexta-feira Santa um dos dias mais preciosos para o catolicismo. Desse modo, a devoção à Nossa Senhora da Piedade tem um lugar importante na construção da piedade católica das Minas Gerais, prova disso está no fato de, em 1960, ter sido proclamada padroeira de Minas Gerais. Tal devoção, pode ser constatada já no século XVIII a partir das diversas provisões para a Capela de Nossa Senhora da Piedade entre os anos de 1742 a 1820.

Tabela 10: Provisões de exposição do Santíssimo da Capela de N. S. da Piedade (1742-1820)

EXPOSIÇÃO DO SANTÍSSIMO NA FESTA DE N. SRA. PIEDADE	
1752	1779
X	X

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1776, fl. 53v-190; Volume 1777, fl. 62-260v.

Elaborada pela autora.

Tabela 11: Provisões de casamento da Capela de N. S. da Piedade (1742-1820)

PROVISÃO DE CASAMENTO							
1743	1744	1753	1780	1791	1792	1794	1806
X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1776, fl. 53v-190; Volume 1777, fl. 62-260v.

Elaborada pela autora.

As provisões destinadas à Capela de Nossa Senhora da Piedade se restringem a duas exposições do Santíssimo na Festa da Senhora da Piedade, em 1752 e 1779, porém, surpreendentemente, há concessões para oito casamentos entre os anos de 1743 e 1806. Tal recorrência pode indicar a fidelidade da comunidade do arredor àquele templo, de modo que há um grau de pertença, um vínculo celebrado por meio do sacramento que dá início à vida partilhada pelo casal.

2.5.4 Capela de Bom Jesus das Flores do Taquaral

Originalmente, a capela era dedicada a Nossa Senhora do Pilar do Taquaral, filial da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. A provável mudança de invocação patronímica para Capela de Bom Jesus das Flores se dá posterior ao ano de 1855, como aponta o Relatório de Tombamento do IPHAN (Inscr. nº 253, de 08/09/1939).

A devoção ao Bom Jesus remonta à origem da cristandade. De característica leiga, a piedade a Bom Jesus se relaciona, popularmente com a paixão e morte de Cristo. Segundo Riolando Azzi, “não tanto, porém, mediante a análise especulativa ou teórica da doutrina cristã, mas principalmente através da representação vivenciada do próprio drama do Calvário”¹⁶².

Do ano de 1761, há o testamento de José Fernandes de Abreu, descrito como natural da Costa da Mina, da Nação Ladano, cujo batismo se deu na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Não foram apresentados dados acerca de filiação e sepultamento, porém é considerado preto forro e casado. Deixa como doação “duas oitavas de ouro para as obras de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral”¹⁶³. Do Arcebispado de Braga, tem-se Manoel Novais de Freitas, cuja descrição é de filho legítimo de Manoel de Novais e Maria de Freitas, “natural e batizado na freguesia de Tome de Esturais – Conselho de Monte Longo”¹⁶⁴. O testamento de 1769 indica que o morador da freguesia do Taquaral pediu o sepultamento na Capela do Alto da Cruz, mas deixou seu legado à Nossa Senhora do Pilar do Taquaral, sem indicação de quantidade, outras 10 oitavas de ouro para Santo Antônio da dita Capela (situado em altar lateral) e ainda 6 oitavas para Santa Ana, também do Taquaral. Ainda no Taquaral, era morador o testador João Alves Pinto, no ano de 1789, “natural e batizado na Freguesia de Santa Eulália de Pedorido, Conselho de Paiva, bispado de Lamego”¹⁶⁵. Apresentado como filho legítimo de João Alvares e Elena Pinta, deixa para as obras de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral dez oitavas de ouro. Do Bispado do Porto, tem-se em 1790, o testador Euzébio Alves, morador do Taquaral de Vila Rica, porém natural e batizado em São Miguel de Oliveira. Dito filho legítimo de Pascoal Álvares e Antônia Borges, deixa como legado “mais dez oitavas de

¹⁶² AZZI, Riolando. *Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador: Um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade católica no Brasil*. Revista Perspectiva Teológica. Volume 18. Belo Horizonte: FAJE, 1986, p. 215-223. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/download/1821/2139/>, acesso em 17 de janeiro de 2020.

¹⁶³ AEPNSP, *Códice 1924*, fl. 73v a 75v.

¹⁶⁴ AEPNSP, *Códice 1928*, fl. 112v a 118v.

¹⁶⁵ AEPNSP, *Códice 1932*, fl. 73v a 75v.

ouro a Senhora Santana da Capela do Taquaral [também situada em altar lateral], para adornar o seu altar”¹⁶⁶.

Supracitados estão exemplos de devotos de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral. No Livro de Chancelarias (Volumes 1776 e 1777) temos os seguintes dados referentes à Capela do Taquaral referentes a exposições do Santíssimo Sacramentos (1742-1761) e provisões diversas (1761-1820). Essas tabelas evidenciam a devoção nessas Capelas, indicando maior incidência das exposições do Santíssimo na Capela de Santo Antônio e o destaque para as provisões de casamento:

Tabela 1: Provisões da Capela do Taquaral (1742-1761)

EXPOSIÇÃO DO SANTÍSSIMO		1753	1755	1757	1758	1760	1763	1799	1800	1801
FESTA/ ANO										
NOSSA SENHORA DO PILAR							X			
SANTO ANTÔNIO		X	X	X	X	X				
BOM JESUS DAS FLORES								X	X	X

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Vol. 1776, fls. 22v-294v. Vol. 1777, fls. 19-276v.

Elaborada pela autora.

Tabela 13: Provisões da Capela do Taquaral (1761-1820)

PROVISÕES DIVERSAS		1742	1749	1750	1768	1772	1775	1780	1805	1813
FATO										
CASAMENTO		X		X	X	X	X	X	X	X
ESMOLAS P/ N. SRA. DO PILAR			X							

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Vol. 1776, fls. 22v-294v. Vol. 1777, fls. 19-276v.

Elaborada pela autora.

Informamos, no início da descrição, que a provável data de alteração do santo patronímico seria 1855. Entretanto, é possível verificar na tabela acima que a festividade antecede esta data, apresentando registros já em 1799. Assim, podemos comprovar documentalmente a referência do recuo temporal no surgimento da devoção em Vila Rica.

¹⁶⁶ AEPNSP, *Códice 1932*, fl. 146 a 148. Ressaltamos que a referida imagem encontra-se hoje no Museu do Aleijadinho.

Desde o terceiro quartel do século XVIII, conforme a documentação já referida, há na capela as invocações de Sant'Ana e Santo Antônio nos altares laterais¹⁶⁷. Ao observarmos então os fatos, veremos que as provisões para a festa acompanham a mudança de invocação da Capela do Taquaral, tendo entre elas uma lacuna onde figuram os casamentos.

A celebração do sacramento do matrimônio neste espaço, ainda que sem a frequente identificação dos noivos, aponta para a vida sacramental ativa em consonância com as festividades locais. Também é uma informação relevante para enaltecer a forte religiosidade das populações, ainda que num contexto de moradia em regiões suburbanas, de pouca densidade, mas de significativa expressão cultural.

De modo particular, apontamos aqui a provisão para Manoel de Freitas Costa esmolar por um ano em favor de Nossa Senhora do Pilar do Taquaral, em 1749¹⁶⁸, e a provisão de exposição do Santíssimo Sacramento citada em favor dos devotos no ano de 1800, identificada em nome do Sr. Francisco Gonçalves do Carmo¹⁶⁹. Únicas provisões identificadas do documento, estão vinculadas às festividades de Nossa Senhora do Pilar e do Sr. Bom Jesus das Flores, respectivamente. Analisando os documentos anteriores, compreendemos a dinâmica religiosa em que não apenas o Reino, através do Senado da Câmara (Padroado Régio), ou as irmandades assumem a responsabilidade pelo culto, festividades e pelo templo. Temos aqui algumas demonstrações do repertório devocional, em que o fiel apropria-se de sua devoção, numa herança coletiva, e se torna protagonista do culto e de sua fé expressa no espaço sagrado. Sendo ele, então, festeiro.

2.5.5 Capela do Rosário do Padre Faria

Datada do início do século XVIII, a Capela do Padre Faria, classificada como urbana¹⁷⁰, é contemporânea aos primeiros arraiais de Vila Rica, sendo seu fundador um dos pioneiros do descobrimento da região. Consta que o Pe. Faria acompanhava a comitiva do bandeirante Antônio Dias de Oliveira, tendo, inclusive, ali se estabelecido durante um ano após a fundação

¹⁶⁷ Por ocasião do tombamento, a equipe do IPHAN não encontrou a disposição original.

¹⁶⁸ AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, volume 1776, fl. 136.

¹⁶⁹ AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, volume 1776, fl. 234.

¹⁷⁰ São também afiliadas à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias as seguintes: Capela do Rosário do Alto da Cruz (Santa Efigênia), Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo), Capela de Nossa Senhora das Dores e a Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. As capelas citadas foram também compreendidas como urbanas, porém não incluídas nesta pesquisa por possuírem características distintas da unidade de capelas tratadas, sobretudo nas questões formais (composição arquitetônica) e/ou formativo-religiosas (dissociação de irmandades e presença de Ordem Terceira).

de Antônio Dias. O arraial de Antônio Dias é constituído em 1698 e o arraial do Pe. Faria em 1699, às margens do córrego, na entrada do vale¹⁷¹.

Quanto ao santo patronímico desta capela, tem-se, em 1723, na publicação Santuário Mariano, a descrição da edificação, uma ermida de devoção a Nossa Senhora do Carmo. O texto original pode ser visto no anexo E:

Saindo de Villa Rica, para a Villa de Nossa Senhora do Carmo, ou do Ribeyrão, se ve outro sítio, a quem dão o nome do Arrayal do Padre Faria. Este Padre, que se chamava João de Faria sahio de São Paulo movido da fama de muyto ouro, que havia no sítio, em que se fundou Villa Rica, e com os desejos de ajuntas muyto deste feytiço dos homes, veyo com o seu Arrayal de Indios e escravos, e a este sítio, em que assentou as suas lavras, derão o nome de Arrayal do Padre Faria. Este com a devoção, que tinha a Nossa Senhora do Carmo, levantou a Senhora do Carmo, levantou a Senhora hua bonita Igreja, que lhe dedicou, para nella ouvirem Missa as gentes de seu Arrayal, e os moradores seus vesinhos, a qual até o presente não ha passado de Ermida¹⁷².

Esclarecemos então a primeira invocação da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Padre Faria. Há ainda a invocação presente acima do sacrário do altar-mor, a Virgem do Parto. Para Adalgisa Campos, é provável que a inclusão dessa imagem seja posterior a 1723, data da publicação do Santuário Mariano¹⁷³. A data de ereção do primeiro Livro de Compromisso do Rosário do arraial do Padre Faria é de 1719; em 1733, a irmandade do Rosário dos Pretos da Capela do Padre Faria constitui um novo Livro de Compromisso, pois o primeiro tinha sido danificado¹⁷⁴. Conforme a historiadora supracitada, a confraria surgiu no interior da Matriz da Conceição do Antônio Dias, contemplando devotos pretos e brancos, porém uma divergência levou os pretos ao Rosário do Alto da Cruz (Santa Efigênia) e manteve os brancos na Capela do Rosário do Padre Faria, dividindo a devoção segundo critérios étnicos¹⁷⁵. Curt Lange também trata da admissão indistinta dos membros da irmandade e do surgimento prévio do templo onde se estabeleceram posteriormente:

Segundo pode ler-se no Compromisso, foram admitidos indistintamente pretos e brancos na Irmandade do Rosário. Por motivos não esclarecidos, os pretos expulsaram os brancos da Capela mais ou menos em 1740, indo os brancos reconstruir a Capela do Padre Faria, que se achava em ruínas, resultando desta reedificação um templo

¹⁷¹ Barbosa, Valdemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995, p. 230.

¹⁷² AGOSTINHO DE SANTA MARIA, Frei. *Santuário Mariano*, e Historia das Images milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em a India Oriental, e mais Conquistas de Portugal, Asia Insular, Africa e Ilhas Felippinas. Tomo X. Lisboa, 1723, p. 245-246. Este trecho do documento pode ser visto em sua grafia original no Anexo deste trabalho.

¹⁷³ A autora informa ainda que a imagem de Nossa Senhora do Parto é proveniente do Arraial de Bonsucesso, atual Caeté. CAMPOS, 2000, p. 79. (No prelo). A imagem existe e é de grande beleza.

¹⁷⁴ MENEZES, 1975, p. 108.

¹⁷⁵ CAMPOS, 2000, p. 79. (No prelo).

extraordinariamente belo e cheio de valiosos ornamentos. Já em 1723, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário teve conflitos, de sorte que a vontade de ter Igreja própria veio nascer desde muito cedo¹⁷⁶.

É importante realçar, ainda, a alusão à comitiva de Padre Faria, composta por índios e escravos, que formariam as populações mescladas residentes no entorno e os primeiros aplicados do dito espaço sagrado. Na sequência da descrição, Frei Agostinho de Santa Maria afirma que

no mesmo tempo, que se fazia a Igreja, que he feyta em madeyra, mas com toda a perfeição; mandou fazer tambem a Imagem de Sua Senhora do Carmo (...) colocada no Altar mór como Senhora, e titular daquela Ermida, fazem-lha a sua festa em 16 de Julho, que he o dia em que a Igreja tem assentado a sua celebridade, e fazem-lha com grande pompa, e muyta grandeza, e neste dia, assistem os moradores daquele sítio, pela grande devoção, que tem aquella soberana senhora¹⁷⁷.

Neste trecho é reforçada a importância e recorrência da festividade mariana. A indicação de grande pompa e intensa movimentação permite conjecturar um número considerável de pessoas habitando a região e arredores já em 1723. Obviamente o fluxo considerável e a movimentação ao redor da festividade influencia diretamente outras áreas, como é o caso da economia local. Embora o texto não indique claramente como seja tal pompa, é possível imaginar o clima solene que permeava as celebrações. Era o dia mais esperado para agradecer os benefícios recebidos, cumprir as promessas feitas e expressar a devoção tão importante aos habitantes da região.

A fim de explicitar a adesão da população local a esta devoção tradicional, apresentamos a compilação de três testamentos em diferentes momentos, cujos testadores moravam em Padre Faria. Do ano de 1750, o testador Sargento Mor Manoel Fernandes Cal, descrito como filho legítimo, natural de São Salvador da Fonte Arcadas – Concelho [sic] de Lanhoso – do Arcebispado de Braga; morador do Arraial do Padre Faria, da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Antônio Dias, no Termo de Vila Rica. Por ser irmão da Ordem Terceira de São Francisco¹⁷⁸, é sepultado na capela de sua Ordem. Em suas doações agracia templos e devoções de seu local de origem, além disso, se preocupa com destinação de valores ao Santo Sepulcro e a São Francisco (Convento de Guimarães e ao local onde for sepultado). Realçamos aqui a doação de um valor não especificado para a compra de um cortinado de damasco para as

¹⁷⁶ LANGE, Francisco Curt. História da música nas irmandades de Vila Rica. Volume V. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981, p. 149.

¹⁷⁷ AGOSTINHO DE SANTA MARIA, 1723, p. 246.

¹⁷⁸ Neste período ainda não existia a Ordem Terceira do Carmo de Vila Rica.

tribunas da capela do Padre Faria e dez oitavas de ouro para a cera do Altar de Nossa Senhora do Terço, como consta:

Declaro que os meos Testamenteiros mandarão fazer o Altar de Nossa Senhora do Terço da capella deste Arrayal invocação Nossa Senhora do Rosário dos Brancos onde se acha colocada a Imagem dos Santos ecce homo, a Imagem de Nossa Senhora do Terço, a imagem de Senhora Santa Anna, e São Joseph e São Joaquim, e o dito Altar será feito junto com o Retabolo a mesma imitação de Santo Antonio que se acha defronte do mesmo na ditta Capella sem que seja de Intalhos senão como o dito Santo Antonio.¹⁷⁹

O testador prossegue recomendando para o dito altar de Santa Anna, acima citado, que se façam cálice de prata dourado, patena, corporais e colher de tamanho adequado ao que se encontra no altar existente de Santo Antônio. Observa-se nessas descrições o papel do benfeitor devoto na construção das capelas, dado que não havia uma organização referente para custear as despesas dos altares. Ainda é notável a sacra parentela composta no novo altar do Padre Faria, no qual aparecem a sagrada família (Jesus, a Virgem Maria e São José) e os avós de Jesus (Santana e São Joaquim). Devoções estas que extrapolam o território lusitano e se alargam nas colônias, motivadas por irmandades e exercitados na piedade popular, não se limitando a aspectos sociais ou raciais, como evidenciam os próximos testamentos descritos.

Outro testamento, de 1756, de Ventura de Castro, apresentado como natural da Costa da Mina, batizado na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias e morador do arraial do Padre Faria, em Vila Rica. Pediu para ser sepultado na Capela de Nossa Senhora do Rosário. Ele era irmão e juiz da irmandade de Santa Efigênia, além de deixar uma doação para sua irmandade, deixa duas oitavas de ouro para a Senhora Santa Ana da Capela do Padre Faria¹⁸⁰. O referido altar de Santana teria sido construído anos antes, com a benfeitoria do testador supracitado, Sargento Mor Manoel Fernandes Cal. Apresentamos ainda o testamento de Inácia Rodrigues da Silva, de 1806/1808. A moradora da “Rua de trás da Capela do Padre Faria”, era filha legítima e natural da Freguesia de Antônio Dias. Inácia ressalta o seu desejo pelo sepultamento na “Capela de Nossa Senhora dos Brancos do Padre Faria”; deixando a critério de seu testamenteiro todas as demais escolhas de seu funeral¹⁸¹. Sobre a origem da festa a Nossa Senhora do Rosário, o Missal Romano afirma:

¹⁷⁹ AEPNSP, *Códice 1922*, fl. 84 a 88v.

¹⁸⁰ AEPNSP, *Códice 1923*, fl. 120 a 123v.

¹⁸¹ AEPNSP, *Códice 2032*, fl. 6 a 7v. Seu desejo é cumprido, com enterramento em caixão e mortalha branca, comprovado pela certidão do Padre Joaquim José Pereira, em que se realça a encomenda na missa de corpo presente pelo Pároco com assistência de mais treze sacerdotes, ao custo de uma oitava e meia de ouro. A pesquisa da historiadora Adalgisa Campos no AEPNSP aponta estes e outros dados, como o custo total do funeral por vinte oitavas de ouro.

Na Idade Média, os vassallos tinham o costume de oferecer a seus soberanos coroas de flores, em sinal de submissão. Os cristãos adotaram este uso em honra de Maria, oferecendo-lhe a tríplice “coroa de rosas” que lembra sua alegria, suas dores e sua glória pelo fato de participar nos mistérios da vida de Jesus, seu Filho. Inicialmente chamou-se essa festa de “*Santa Maria da vitória*” por celebrar a libertação dos cristãos dos ataques dos turcos, na vitória naval de 7 de outubro de 1571 em Lepanto (Grécia). Mas visto como nesse dia as Confrarias do Rosário celebravam uma solene procissão, S. Pio V atribuiu a vitória a “*Maria, auxílio dos cristãos*” e em 1572 fez celebrar neste dia a referida festa. Depois das outras vitórias, de Viena (1683) e de Peterwaradino (1716), o papa Clemente XI instituiu a festa do Rosário no primeiro domingo de outubro¹⁸².

Certamente, esta devoção atravessou o Atlântico e ganhou lugar de destaque na colônia luso-brasileira, em particular nas Minas Gerais. As tabelas a seguir comportam indicadores das provisões acerca das exposições do Santíssimo Sacramento nas festividades honra a diversos santos. Elas indicam as atividades na Capela do Rosário do Padre Faria ao longo de 1742 a 1820. Há ainda duas provisões para esmolar a capela, referente aos anos de 1746 e 1749.

Tabela 14: Provisões da Capela do Rosário do Padre Faria (1742-1761)

EXPOSIÇÃO DO SANTÍSSIMO												
FESTA/ ANO	1745	1746	1747	1748	1749	1750	1751	1752	1754	1756	1757	1758
SANTANA		X	X		X		X	X	X	X		X
SÃO BENEDITO	X										X	
N. SRA. CARMO			X							X	X	
ROSÁRIO DOS BRANCOS			X	X	X	X					X	
STO. ANTONIO DO NOTO										X		
STA. EFIGÊNIA E STO. ELESBÃO											X	

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1776, fls. 15-291. Elaborada pela autora.

¹⁸² MISSAL COTIDIANO DA ASSEMBLEIA CRISTÃ, 1985, p. 1763.

Tabela 25: Provisões da Capela do Rosário do Padre Faria (1761-1820)

EXPOSIÇÃO DO SANTÍSSIMO				
FESTA/ ANO	1769	1776	1779	1783
SANTANA	X			
N. SRA. PARTO		X	X	X

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1777, fls. 1v-116v. Elaborada pela autora.

Tabela 163: Provisões da Capela do Rosário do Padre Faria (1742-1761)

PROVISÃO PARA ESMOLAR	
1746	1749
X	X

Fonte: AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1776, fls. 15-291. Elaborada pela autora.

Nas tabelas acima, percebemos a variação na ocorrência das festas, sobretudo daqueles santos de devoção negra. Ainda que espaçadas, são registradas provisões para exposição do santíssimo nas festas em honra a São Benedito, Santo Antônio do Noto e Santa Efigênia e Santo Elesbão, até o ano de 1757. Porém, veremos à frente que, já em 1742, há provisões concedidas para festividades na Capela do Rosário do Alto da Cruz, que abriga a Irmandade do Rosário dos Pretos. Há uma provisão sem data, onde consta: “Provisão para expor o Smo [sic] na festa da Sra. do Rosário dos Pretos, Santa Efigênia, Santo Elesbão e São Benedito na Capela do Padre Faria filial da Matriz do Antônio Dias”¹⁸³. Supomos que trate-se de data anterior a 1748, visto que há uma provisão para celebração em Santa Efigênia neste mesmo ano e tenha sido observado o registro da provisão para ambas, em separado. Abaixo assinalamos o registro feito por Curt Lange a partir do Livro de Ingressos e Gastos (receitas e despesas) da Irmandade do Rosário dos Pretos, o qual permite delinear as atividades religiosas em sua sede por meio das atividades musicais – conjuntos ou corporações de música:

Em 1733, o núcleo fundador de Santa Efigênia dirigiu ao Bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de São Jerônimo, uma petição, remetendo ao mesmo tempo, o Compromisso para que este prelado se dignasse mandar a Provisão de Confirmação desta organização religiosa de leigos. O despacho veio em fins do mesmo ano. As festas principais da Confraria, relativas aos seus Santos e Santa, foram e continuam sendo a de São Benedito, a 2 de janeiro; Santa Antônio do Noto, no dia 6, Santa Efigênia e São Elesbam (Elesbão) a 9 do mesmo mês, representando assim “os quatro dias de festa” que achamos mencionados na documentação ainda conservada.

¹⁸³ AEPNSP. *Livro de Chancelarias*, Volume 1776, fls. 15-291.

Também rendia-se culto, com festa, à Senhora do Parto e à Senhora da Saúde, e supostamente, à Padroeira, Nossa Senhora do Rosário¹⁸⁴.

Podemos realçar ainda a existência de provisões para festa de Nossa Senhora do Carmo. Mais tarde, quando a Ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo obtém sede própria com a construção de sua Capela, recebe a prerrogativa de celebração da festividade, sendo ela a beneficiária frente às demais capelas que possuíam a imagem ou possuíam o hábito de acolher a celebração em honra à santa. Entre os anos de 1769 e 1783, encontramos registros de provisões relativas às festas de Santana e Nossa Senhora do Parto, apenas.

Algumas provisões foram destacadas nos registros dos livros. Em 1746 e em 1749, há provisões passadas a Matias Teixeira para esmolar com caixinha para os devotos e para a Capela do Rosário dos Brancos do Padre Faria. Em 1754, há provisão para somente exposição na capela, porém sem vínculo alguém com festas de santos. Tal fato reforça o culto à Eucaristia, traço marcante da cultura tridentina.

Desse modo, este segundo capítulos apresentou um sobrevoo em vários elementos da história de Vila Rica que testemunham uma sociedade profundamente influenciada pela religiosidade popular, bem característica das confrarias. Nele, buscamos indicar importantes registros das atividades religiosas das Capelas, urbanas e suburbanas, as quais oferecem uma aproximação confiável do modo como os habitantes locais se comportavam, seja nas atividades festivas, nos momentos celebrativos como matrimônios, ou mesmo em sua morte. Em síntese, a fé católica permeava o modo de viver do povo, o qual tinha como grande preocupação de sua vida terra, garantir a vida futura. Por isso, era tão comum as grandes doações, as missas pelos falecidos e a preocupação em garantir a realização dos ritos fúnebres.

¹⁸⁴ LANGE, Francisco Curt. História da música nas irmandades de Vila Rica. Volume V. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981, p. 150.

3 OS ADROS NA FORMAÇÃO DA ARQUITETURA RELIGIOSA: AS CAPELAS SETECENTISTAS DE VILA RICA

Neste terceiro e último capítulo, nosso foco recai sobre os adros das capelas setecentistas de Vila Rica, mais especificamente em cinco igrejas, a saber: a de São João Batista, a de Santana, a de Nossa Senhora da Piedade, a de Bom Jesus das Flores do Taquaral; e, a Capela urbana de Nossa Senhora do Rosário de Padre Faria. O objetivo é propor um olhar valorativo para este espaço quase invisível aos olhares das pesquisas em arquitetura e cujo potencial agregador e simbólico nem sempre foi reconhecido. Para isso, nosso percurso será dado em três momentos. De início, indicaremos alguns pressupostos da urbanização em Vila Rica, posteriormente as capelas supracitadas e seus respectivos adros. E, por fim, abordaremos os adros a partir da percepção do ambiente construído e da paisagem na qual está inserido.

3.1 Pressupostos da urbanização de Vila Rica

A fim de dar visibilidade ao processo de ocupação do território de Vila Rica, serão abordados fundamentos da urbanização colonial desenvolvida, apresentando a progressiva ocupação territorial, sobretudo das áreas destinadas aos edifícios religiosos no traçado urbano. A inserção dos templos foi decorrente da ocupação residencial consolidada, por sua vez consequência da rota mineradora. Supomos que a instalação de templos em determinados espaços pode ter sido influenciada pelo aproveitamento de entroncamentos ou largos prévios, propícios à função de aglomeração ou, ainda, poderiam ser esses resultados da inserção do edifício, tal como os largos que se tornaram, em alguns casos, área de expansão dos edifícios e seus adros. Assim, é possível observar a articulação da rede matricial da igreja e das capelas na sua distribuição espacial e sua inserção como geradora de centralidades.

A boa localização dos templos e seu planejamento eram regidos por legislação canônica. Paiva¹⁸⁵ faz referência à Lei das Índias – instituída por Filipe II em 1573 – como a primeira legislação urbanística do período moderno na qual há uma articulação entre os princípios ideais renascentistas, as influências do Tratado de Vitruvius e as realizações na colônia luso brasileira. Por sua vez, Mello¹⁸⁶ recorda os Papas Gregório XIII e Sisto V que contribuíram,

¹⁸⁵ Cf. PAIVA, Kauê Felipe. *Aspectos da presença da arquitetura e do urbanismo da Companhia de Jesus na América-latina e os seus exemplos precursores europeus*. Lisboa: 2014. In: Anais 2º Colóquio Arquitetura e Urbanismo e Design. Brasil-Portugal: UFU e UL. Disponível em: <<http://www.ppgau.faued.ufu.br/sites/ppgau.faued.ufu.br/files/files/11.pdf>>. Acesso em 26 out. 2016.

¹⁸⁶ Cf. MELLO, Suzy de. *Barroco*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

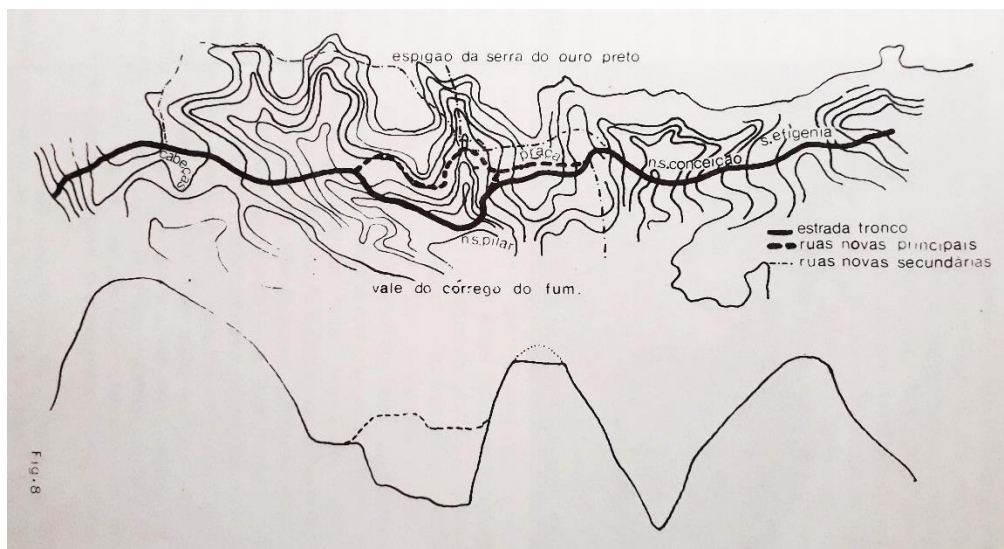
respectivamente, com a conscientização acerca das questões urbanas e com providências efetivas na política urbana, coerentes com o espírito barroco.

Desse modo, é possível perceber a influência romana, ainda que timidamente, no sistema urbano colonial de edificação da fé oriundo da metrópole submissa ao Vaticano. Em relação à arquitetura eclesial, as orientações e recomendações partiam do Concílio de Trento (1545-1563) e dos procedimentos litúrgicos da Contrarreforma¹⁸⁷. Segundo Bazin, as deliberações sobre a Igreja na colônia cabiam à corte, através da Mesa da Consciência e Ordens (1532) – tribunal criado por D. João III a fim de solucionar casos de consciência. Assim, os novos empreendimentos deveriam ser submetidos a este tribunal para aprovação, inclusive a construção de novas igrejas, que eram admitidas mediante verificação da disponibilidade econômica da Ordem, confraria ou paróquia para a obra. Ao papa cabia a concordância com as resoluções.

A ocupação inicial do território de Vila Rica, assim como em outras regiões, parece estar relacionada com a exploração aurífera. Desse modo, sua urbanização vai seguindo um eixo longitudinal, formado a partir do caminho tronco deixado pelos tropeiros em suas expedições. Tal percurso constituía uma passagem importante para o deslocamento e escoamento dos produtos da exploração aurífera. De forma sintética, este caminho se inicia no Passa-Dez, encaminhando-se à Matriz do Pilar (região denominada como Cabeças), seguindo à Matriz de Antônio Dias (Rua Direita é denominado o percurso entre as matrizes) e posteriormente ao Alto da Cruz, para posteriormente à saída em direção à Vila do Carmo (trecho denominado como Vira e Sai). Nesse caso específico, o caminho se forma ao longo de três morros, como ilustra o esquema Sylvio de Vasconcellos. Em planta, a linha tracejada do desenho indica o espigão da Serra de Ouro Preto e a linha grossa, que lhe é sobreposta, demonstra o caminho tronco. O desenho inferior indica a seção longitudinal dos três morros da Serra:

¹⁸⁷ A versão brasileira das recomendações do Direito Canônico acerca das construções, reconstruções e manutenção das edificações religiosas estava descrito nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia ao longo de alguns títulos específicos (Títulos XVI a XIX referentes às Igrejas, Capelas e Mosteiros, tratando da fundação, ereção e manutenção destes). Há portanto inúmeras determinações sobre o devido uso, higiene, decoro, reparo etc. Importante também ressaltar que o zelo eclesiástico era verificado pelas visitas pastorais do bispos visitantes, a fim de registrar o estado dos templos.

Figura 9: Esquema do caminho tronco e as ramificações posteriores



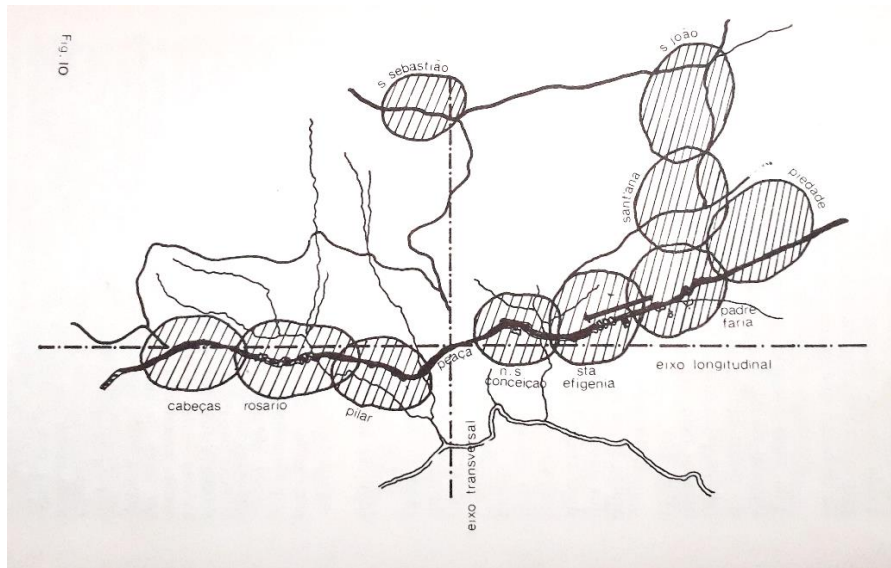
Fonte: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica. Formação e desenvolvimento - residências*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977, p. 73.

Diogo de Vasconcelos exalta o cenário urbano dizendo que “o conjunto arquitetônico urbano de Ouro Preto, valorizado pelas ondulações do terreno, diversifica perspectivas em maravilhoso cenário”¹⁸⁸. O caminho primitivo moldado a partir do caminho dos tropeiros, formando arraiais junto aos córregos, aos poucos foi ajustando-se a traçados mais favoráveis, sobretudo em áreas mais elevadas. Esse primeiro movimento ao longo do caminho tronco, longitudinal, foi determinante à configuração linear da Vila. O percurso entre as igrejas e capelas acompanha também o eixo principal, ladeando-o, tal qual a povoação. Ressalta-se, porém, o movimento inicial nas extremidades do eixo “de um lado do Morro de Pascoal da Silva, no Padre Faria e no Alto da Cruz; do outro em torno do Rosário e Pilar, caminhando, depois, para o centro, para o seu eixo transversal, constituído pelo espigão do Morro de Santa Quitéria”¹⁸⁹, como podemos verificar no esquema de ocupação concêntrica proposto por Sylvio de Vasconcellos:

¹⁸⁸ LEFÈVRE; VASCONCELOS, 1979, p. 27.

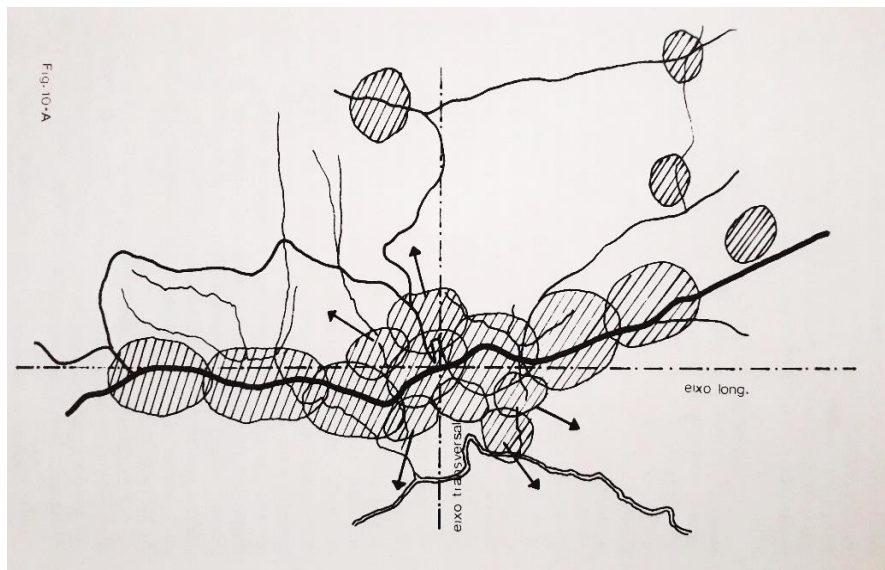
¹⁸⁹ VASCONCELLOS, 1977, p. 77.

Figura 10: Movimento centrípeto de ocupação de Vila Rica



Fonte: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica. Formação e desenvolvimento - residências*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977, p. 78.

Figura 11: Movimento expansivo de ocupação de Vila Rica



Fonte: VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica. Formação e desenvolvimento - residências*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977, p. 80.

Um segundo ciclo de desenvolvimento forma o núcleo principal de Vila Rica, com o ajuntamento físico das freguesias e seus povoados preexistentes, impulsionado pela construção da Casa de Câmara e Cadeia e do Palácio dos Governadores, em meados de 1740, proporcionando assim a organização administrativa dos arraiais. Para Vasconcellos, esse novo movimento de ocupação deu origem aos novos caminhos, a uma ramificação de saídas e aos

arruamentos paralelos ao eixo troncal, geralmente articulados por serventias de passagens, vielas ou becos¹⁹⁰.

A figura acima indica o movimento de expansão que se deu desde o caminho longitudinal supracitado e abriu espaço para a urbanização paulatina de Vila Rica. Como é comum observar em outras regiões, o processo de povoamento foi influenciado, entre outras coisas, pelas características geográficas.

De fato, a geografia de Vila Rica possibilitou o aproveitamento do aspecto natural como potencializador da teatralidade da cidade. É ainda hoje usual afirmar que os monumentos históricos estão emoldurados pelas montanhas e se abrem a magníficas visadas, propícias ao caráter teatral, que servem de cenário aos marcos religiosos que ocuparam as encostas e topos de morro. Ainda sobre a questão, Bittencourt afirma:

O cenário natural era uma das exigências para a construção de um templo. De longe, podia-se ver, perdida no espaço azul, a Igreja ou Capelinha. De todos os lados, o homem podia voltar-se para Deus. E a Igreja era o ponto de convite ao homem para o Alto: o sino, as torres, os fogos e as bandinhas.¹⁹¹

A investigação da teatralidade barroca nas colônias, sobretudo em Vila Rica, foi estudada por Rodrigo Baeta, tendo em foco o seu desenrolar mediante a articulação da paisagem natural, o traçado urbano desenvolvido espontaneamente e a integração destes com a arquitetura dos templos. O autor atribui o teor artístico expressivo, estético e visível, ao diálogo dos monumentos religiosos com o ambiente natural ao redor deste e com a cidade. Assim, ele afirma que a arquitetura eclesial constituiu seu próprio valor no espaço urbano partindo de uma verdadeira experimentação barroca. Nesse sentido, o cenário natural de serras e montanhas foi geradora das cenas que surgem ao longo do trajeto do observador, num viés dramático, cujos personagens são os monumentos religiosos. Baeta trata os panoramas como atos de uma peça barroca, na qual “as igrejas rompem a massa amorfa da mancha edificada distribuída pelo sítio natural, dando legibilidade e dramaticidade às imagens que são derramadas no ambiente”¹⁹².

As igrejas estavam em posição de destaque, ladeadas por largos e praças, o que lhes conferia monumentalidade em meio ao conjunto regular das demais edificações. A conformação cidadina a partir das edificações religiosas foi vista com maior expressão nas ocupações jesuítas no Brasil. Porém, em Minas Gerais, território em que a presença de ordens

¹⁹⁰ VASCONCELLOS, Sylvio de. Vila Rica. Formação e desenvolvimento - residências. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977, p. 77-79.

¹⁹¹ BITTENCOURT, [197-?], p. 77

¹⁹² BAETA, Rodrigo Espinha. *A cidade barroca na Europa e na América Ibérica*. Salvador: EDUFBA: PPGAU, 2017, p. 346.

religiosas foi proibida, a distribuição das igrejas foi também de fundamental relevância para a articulação urbana.

É que naquela aparente desordem [...], a inexistência de um traçado prévio ou de uma ideia geratriz, existem uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade. Genuinidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida, e que tantas vezes falta à cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez¹⁹³.

Devido ao Padroado Régio era dever da Coroa Portuguesa providenciar os terrenos destinados à construção dos templos por meio do Senado da Câmara. Porém, o contexto de extrema preocupação com a salvação da alma¹⁹⁴ propaga o espírito de doação para obras sagradas. Isso fica vidente com a verificação de testamentos determinando a doação de terrenos ou ‘moradas de casas’ para a construção de templos, dedicados a determinado santo de devoção. Essa e outras práticas deram origem ao patrimônio das capelas. Temos, então, duas modalidades principais de aquisição de terrenos apresentadas a partir dos documentos históricos, sendo elas: as obras pias¹⁹⁵ (testamentos geralmente vinculados ao santo ou à irmandades) e o Senado da Câmara. Há ainda aquisições posteriores de terrenos específicos, cujo objetivo era a expansão dos edifícios ou a construção de adros e cemitérios adjacentes. Percebemos ao longo da discussão sobre o desenvolvimento da Vila Rica um contexto de relações entrelaçadas e um sistema integrado entre vias, edificações e seu entorno. Além disso, podemos ponderar acerca da não separação econômica na ocupação urbana, ou seja, não houve uma diferença específica entre pobres e ricos, como relata Campos:

É um engano supor que os melhores lotes urbanos eram reservados às irmandades de brancos. As confrarias de africanos, crioulos e de mulatos solicitavam, com insistência junto ao Senado da Câmara a concessão de um terreno. A Câmara, via de regra, oferecia os lotes ainda desocupados, os que forneciam boa situação e inserção na paisagem. Era necessário espaço para o adro, reservado às sepulturas e às procissões curtas (razouras). (...) Naqueles tempos, o segmento subalterno – o escravo, o mulato, o branco pobre, – encontrava-se integrado no mesmo espaço urbano¹⁹⁶.

¹⁹³ SANTOS, 1951, p. 17. Para maiores discussões acerca da ordenação espacial das igrejas no espaço urbano de Ouro Preto, sugere-se a leitura do artigo BASTOS, Rodrigo Almeida. *Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII*. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, nº 44, p. 27-54, fev. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/34561/37299>. Ou ainda: SOUZA, Renato César José de. *A redescoberta da ordem: contribuição ao estudo da urbanização das Minas dos séculos XVIII e XIX*. 2000. 287 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – EAUFG/ NPGAU, Belo Horizonte, 2000.

¹⁹⁴ A má compreensão das indulgências, o medo do inferno e as consequências do pecado na vida eterna (ou pós morte) foi típico do contexto medieval e acentuado pelo movimento da Contrarreforma. O medo favoreceu a popularidade das irmandades e o compromisso financeiro dos fieis com estas.

¹⁹⁵ O Códice Costa Matoso define obra pia como missa, aniversário, ornamento e demais coisas pertencentes ao culto divino. E, ainda, toda a obra de misericórdia. Como curar enfermos, vestir e alimentar pobres, remir cativos, criar enjeitados, acolher doentes e caminhanes pobres. (cf. CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 110).

¹⁹⁶ CAMPOS, 2006, p. 34.

Em face a esta situação, as irmandades adquirem cada vez mais representatividade, motivando cada vez mais os cidadãos da Vila às práticas devocionais, assim como às colaborações efetivas para sua manutenção e fortalecimento. Desse modo, é possível dizer que a primeira parte do século XVIII foi marcada pela construção das igrejas paroquiais enquanto a segunda parte do século marca o progresso e a prosperidade de algumas irmandades. É também deste período a remodelação de algumas das igrejas existentes e fundação de novas capelas¹⁹⁷.

Os artesãos e artífices que trabalhavam na construção estavam vinculados às irmandades, havia pedreiros, canteiros, rebocadores, carapinas, escultores, entalhadores (santeiros ou estatuários), além de pintores e douradores, cujas habilidades eram forjadas no próprio canteiro de obras, dada a carência de profissionais locais. Podemos considerar a durabilidade e a dimensão das obras religiosas realizadas como um verdadeiro campo de formação de artesãos no decorrer do século XVIII, afinal, foram muitas dessas oficinas as responsáveis pela substituição de oficiais estrangeiros pelos grupos locais.

Era recorrente a contratação de técnicos especializados vindos de Portugal, geralmente engenheiros militares com conhecimentos de geometria e cálculo responsáveis pela concepção de risco de obras públicas, tais quais as igrejas. Usual também era a existência de mestres de ofícios mecânicos com patentes militares, os quais tinham a seu serviço escravos qualificados para ofícios mecânicos¹⁹⁸. Muitos desses riscos se perderam com o tempo, porém, são conhecidas as condições, geralmente anexas aos atos de arrematação¹⁹⁹

Quanto aos procedimentos para as obras, cabe observar que havia concorrência para o início dos trabalhos, sendo a obra confiada àquele cuja proposta fosse mais vantajosa (era comum que houvesse várias concorrências, a fim de contemplar o elemento construtivo e ornamentação interna). Com a finalização da construção, era necessário que se fizesse a louvação, exame por louvados (mestres peritos) idôneos para certificação do cumprimento do ajuste. Vasconcellos ressalta que “as referências encontradas nos documentos a *mestres* devem

¹⁹⁷ BAZIN, 1983, p. 208.

¹⁹⁸ O chamado “serviço de negro” era predominante nos canteiros de obra. Auxiliares do mestre, os cativos adquiriam conhecimento técnico de todas as etapas da construção. Para mais, cf. PEREIRA, Carlos Alberto; ALFAGALI, Crislayne G. M.; SILVA, Fabiano Gomes. Os trabalhadores coloniais na Comarca de Vila Rica. In: PEREIRA, Carlos Alberto [et al]. O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII). Ouro Preto: UFOP, 2016, p. 112-116.

¹⁹⁹ Tais atos costumavam descrever os serviços, preço da empreitada, processos construtivos, medições em palmos, a orientação para emprego de materiais de qualidade e prazos acordados para a execução

corresponder aos oficiais excepcionalmente habilitados”²⁰⁰. Estamos tratando da denominada “fábrica artístico-constructiva”, termo utilizado por Rodrigo Bastos.

Ele defende que “não se trata aqui de uma instituição oficialmente constituída, mas do conjunto de costumes e hábitos que caracterizavam os bastidores bem como os processos efetivos de resolução, licenciamento, contratação, execução e aceitação de obras”²⁰¹. Bastos aborda como tais importantes costumes e preceitos interferem na dinâmica das povoações coloniais, juntamente com as atividades camaristas da Vila, prezavam pela comodidade e decência das construções. Podemos então ressaltar importantes critérios, presentes na povoação de Vila Rica em estudo, como marco solidificado do apuro técnico dos atores da fábrica artístico-constructiva.

Temos assim todo esse esquema de desenvolvimento colonial urbano, ainda que de modo espontâneo, diretamente atrelado à herança cultural portuguesa, conseqüentemente europeia e muçulmana. Historicamente, o território português recebeu diferentes civilizações desde os primeiros séculos, tendo deixado marcas culturais e civilizatórias, como por exemplo a porção norte de Portugal com características da Europa Central, enquanto a parte sul tende aos costumes mediterrâneas. Manuel Teixeira detalha as características identitárias da cultura urbana e arquitetônica portuguesa, oriundas do mundo mediterrâneo:

a localização privilegiada dos núcleos urbanos na costa marítima, a escolha de lugares elevados para a implantação do núcleo defensivo, a estruturação da cidade em cidade alta – institucional, política e religiosa – e em cidade baixa – portuária e comercial –, a cuidadosa adaptação dos traçados à topografia e o papel estruturador dos edifícios notáveis na organização dos espaços urbanos²⁰².

²⁰⁰ VASCONCELLOS, 1977, p. 97. A garantia do zelo, capacidade profissional e perfeição das obras perpassava pelo exame da Câmara Municipal, ou seja, oficialmente artesãos, artífices e oficiais mecânicos deveriam ser submetidos a exames e licenças, ainda que seus contratantes fossem particulares. A reconhecida autoridade dos juízes e mestres de ofícios os permitia averiguar sobretudo as obras sob aspectos como “perfeição”, “conformidade ao risco” e “conformidade às condições”. Para mais, cf. BASTOS, Rodrigo Almeida. A fábrica artístico-constructiva em Minas Gerais no século XVIII: preceitos, agentes e procedimentos dedicados ao decoro das povoações. In: PEREIRA, Carlos Alberto [et al]. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: UFOP, 2016, p. 61-94.

²⁰¹ Cf. BASTOS, Rodrigo Almeida. A fábrica artístico-constructiva em Minas Gerais no século XVIII: preceitos, agentes e procedimentos dedicados ao decoro das povoações. In: PEREIRA, Carlos Alberto [et al]. *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. Ouro Preto: UFOP, 2016, p. 63. Salientamos aqui a diferença entre esta e a fábrica paroquial apresentada no capítulo anterior, antes tratávamos da instituição paroquial responsável pela administração, aqui o temos se relaciona com o saber fazer, um jornada laboral orgânica, porém de vivências técnicas e artísticas sedimentadas em termos e procedimentos de qualificação da construção. Bastos elenca os verbetes mais usuais nos documentos da época: “conformidade, conveniência, capacidade, segurança, perfeição, elegância, competência, ordem, ornamento, adequação, proporção, comodidade, necessidade, asseio, limpeza, compostura, dignidade, decência, formosura etc.” BASTOS, 2016, p. 69-70.

²⁰² Cf. TEIXEIRA, Manuel C. A forma da cidade de origem portuguesa. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012, p. 22.

A experiência urbana também foi estudada com profundidade por Bastos, sobretudo nos conceitos e preceitos que nortearam a conveniência da implantação das povoações mineiras, tal qual Vila Rica, importante representante da conquista lusitana no território da colônia. O autor elenca os tratadistas que se ocuparam das orientações de escolha do sítio, da qualidade do terreno e da adequação destes ao fim pretendido. Bastos também trabalha a experiência arquitetônica ligada à engenharia portuguesa, em cuja atuação solidificavam tecnicamente os fundamentos teóricos das discussões doutrinárias (artísticas e religiosas). Ambas as dimensões, urbana e arquitetônica estão impressas no espaço intermediário, público privado, onde se situa o adro. Portanto, o levantamento dos pressupostos abordados por esses vários autores no que tange à produção cívico ou religiosa (focada nas matrizes) pode, de certa forma, aventar discussões sobre interferências nas construções de pequeno porte.

Embora as capelas não estivessem submetidas diretamente aos parâmetros estratégicos de ocupação, às determinações litúrgicas em sua concepção, o fato de terem sido parte da primeira produção as liga à herança paulista e conseqüentemente traça a filiação enquanto modelo arquitetônico, como nos aponta André Dangelo:

partindo da herança formal e tecnológica herdada da arquitetura paulista, a experiência mineira foi construída, frente às experimentações propostas nos seus primeiros vinte anos de fundação, a partir de dois parâmetros: a larga utilização da tecnologia da terra apiloada chamada taipa, como resposta tecnológica à precariedade do meio; e a busca da funcionalidade pragmática como determinante da forma dos modelos arquitetônicos empreendidos. Desta filiação descendem as primeiras capelas e residências que inundaram a região de Minas entre 1690 a 1720, ligadas a modelos arquitetônicos da cultura bandeirante e jesuíta cabocla (...) que os modernistas, no seu gosto pela racionalidade, classificaram como sendo uma arquitetura de “*saúde plástica perfeita*” no dizer de Lucio Costa²⁰³.

Ao longo do desenvolvimento de seu vasto estudo sobre os antecedentes da cultura arquitetônica, Dangelo atribui a primeira produção de modelos arquitetônicos nas Minas a esta “aclimação” e amplia também a relação dos modelos aos agentes produtores das edificações. Apesar da limitação formal, motivada pela escassez técnica do sistema construtivo e não pela intencionalidade plástica, é possível dizer que o gosto arquitetônico de Vila Rica:

²⁰³ Cf. DANGELO, André Guilherme Dornelles. A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas minas gerais setecentistas. Vol. I/IV. Tese (doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006, p. 290. O autor define conceitualmente o termo *cultura bandeirante e jesuíta cabocla* como “parte de um mesmo universo que tem a utilidade prática e a construção em terra como vetores fundamentais na estruturação da arquitetura civil e religiosa, equivalentes ao *modus operandi* comum no território da Capitania de São Paulo, no século XVII, de onde partiram os bandeirantes.”

está regido pelos princípios dos traçados regulatórios “ad quadratum” ao gosto do estilo Chão português. Estes, como vimos, estão intimamente ligados à idéia presente dentro da cultura arquitetônica portuguesa de privilegiar, na concepção de sua arquitetura, as propriedades mais controláveis e facilmente demonstráveis da Geometria, que estão presentes tanto na base dos tratados de Engenharia Militar do final do século XVII, como o de Luís Serrão Pimentel, e naqueles do início do século XVIII, como o de Manuel de Azevedo Fortes, quanto na cultura dos mestres pedreiros e carpinteiros que trabalhavam com traço de arquitetura²⁰⁴.

Assim, observamos no território de Vila Rica uma matriz cultural mista, onde, congregados os ideais portugueses de cunho religioso e o papel fundamental de escolas militares²⁰⁵, tem-se impregnadas as bases que podem se refletir também nas construções religiosas de pequeno porte. Por fim, é de suma importância salientar a atuação de diferentes atores, às vezes de grandes nomes nas construções de diferentes irmandades, fossem elas pertencentes à nobreza ou aos subalternos, demonstrando a inexistência de uma arquitetura popular ou de menor prestígio por se referir a uma classe de diferente condição social.

3.2 As capelas de Vila Rica e seus adros

Abordando especificamente a edificação das capelas, geralmente, se tratam de reconstruções em pedra das capelas primitivas, cuja origem remete ao uso da técnica do pau a pique e da pedra de canga. Até a elaboração dessa pesquisa, não há registros sobre autoria de projeto, riscos ou ainda de construção dos pequenos templos dos morros, sendo atribuídas aos moradores da região, conforme o Dossiê de Restauração da Capela de Santana²⁰⁶.

Quanto ao partido das capelas, constata-se que os cômodos serviam às funções mais elementares da liturgia, atendo-se apenas à capela mor (presbitério com seu altar), nave, e sacristia lateral de pequenas dimensões. Santos afirma que a disposição é vantajosa, dado que simplifica a construção e suprime o corredor, necessário quando a sacristia está aos fundos da edificação²⁰⁷. Por vezes, apresentam a torre sineira separada do corpo da capela. Nota-se na simplicidade do programa arquitetônico a ausência do consistório, fato este que pode apontar para a inexistência de irmandades instituídas naqueles pequenos templos.

²⁰⁴ Cf. DANGELO, 2006, p. 292-293.

²⁰⁵ Cf. TEIXEIRA, 2012, P. 35. Damos destaque à Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, criada em Lisboa em 1640, como importante escola na qual foram formados muitos dos engenheiros que tiveram importante papel na fundação de cidades brasileiras dos séculos XVII e XVIII. Também é destacado por Teixeira o intercâmbio técnico com arquitetos italianos.

²⁰⁶ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Dossiê de Restauração*. Plano de Conservação. Valorização e Desenvolvimento. Ouro Preto. Mariana. 1973/75.

²⁰⁷ SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951, p. 127.

Tratando da composição formal das capelas e sua consonância com o partido arquitetônico, Paulo Santos afirma ainda que

a planta transparece do lado de fora. Uma parte mais alta domina o conjunto e constitui o corpo principal: a nave; outra mais baixa e menos se lhe segue: a capela-mor; e finalmente, uma puxada modesta, numa só água (não em duas, como as partes da nave e da capela-mor) se estende para o lado: a sacristia²⁰⁸.

Em relação aos frontispícios, em geral apresentam composição similar, cunhais aparentes, sobre eles, há coruchéus ou sineiras delimitando os cunhais; a empena com o óculo central para a terminação do telhado; geralmente, possuem acesso único à nave por uma ampla porta almofadada de madeira, centralizada; por fim, quando há presença de coro, são inseridas janelas simétricas (ou portas-sacadas). Em exceção, alguns exemplares apresentam um beiral de pequenas curvas de massa protegendo a empena; em outras, há a cimalha emoldurada; há ainda aquelas em que se formam um frontão triangular; por fim, utiliza-se também o recurso do curvilíneo em substituição ao frontão. A composição descrita acima, com suas pequenas variações, forma o partido típico de frontispício das capelas mineiras, descrito por Paulo Santos e apresentado no croqui abaixo²⁰⁹:

Figura 12: Partido típico de frontispício das capelas mineiras e fotos das capelas de Vila Rica



Fonte: SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951, p. 154.

Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional e Atlas Digital

²⁰⁸ SANTOS, 1951, p. 153.

²⁰⁹ SANTOS, 1951, p. 153-154.

Ao propor o partido típico, Santos esclarece que as soluções foram originárias da Península Ibérica e transpostas à colônia brasileira (ocasionalmente este partido é encontrado em outros locais da colônia). A origem do protótipo vem das aldeias na porção norte de Portugal, cujos modelos servem de referenciais à arquitetura civil e religiosa na primeira idade da mineração local. Ao passo que, no território lusitano a predominância formal dos frontispícios é próxima do modelo de capela primitiva sem o coro, composta pela porta central e sobre ela, a presença do óculo ou de uma fresta²¹⁰.

Abaixo apresentamos as capelas caracterizadas como suburbanas, ou seja, fora do que determinamos como núcleo urbano de Vila Rica. São elas: a Capela de São João Batista, a Capela de Santana, a Capela de Nossa Senhora da Piedade e a Capela de Bom Jesus das Flores do Taquaral.

3.2.1 Capela de São João Batista

A Capela de São João Batista, situada no Morro do Ouro Fino, também tratado como Ouro Podre (posteriormente conhecido como Morro da Queimada), é considerada a mais antiga edificação religiosa do morro e de toda região de Vila Rica, cuja datação da capelinha bandeirante seria de 24 de junho de 1698, segundo Diogo de Vasconcelos²¹¹. Paulo Santos relaciona este modelo de capela, predominante em Portugal, com aquelas edificadas em ermidas e igrejas do período Românico, a arquitetura costumeira, vernácula ou chã. Tais edificações perpassam os séculos XVI, XVII e XVIII com lapidações no trato estético. Apresentam a aplicação de diferentes materiais e acabamentos, em relação às luso-brasileiras, porém, como afirma o próprio Santos, são “frutos de uma mesma árvore, cujas raízes se abeberam num fundo comum de sensibilidade”²¹². A construção atual em pedra lavrada, existente no local, foi erguida

²¹⁰ SANTOS, 1951, p. 154-160.

²¹¹ VASCONCELOS, 1974, p. 159. v. 1. Onde se lê: “No dia seguinte, alvorecendo, sexta-feira, 24 de junho de 1698, os bandeirantes ergueram-se e deram mais alguns passos: todo o panorama estupendo do Tripuí, iluminado então pela aurora, rasgou-se dali aos olhos ávidos: e o Itacolomi, soberano da cordilheira, estampou-se nítido e firme no cerúleo do céu, que a luz recamava de púrpura e ouro, de anil e rosas. Tomado o santo do dia, São João Batista foi o patrono da nova terra, *voz clamandi sin deserto*; e essa voz, ressoando nos ecos da solidão, despertou a natureza ouvindo a saudação do anjo: *Ave Maria!* Foi essa madrugada em que realmente se fixou a era cristã das Minas Gerais. Estava descoberto o Ouro Preto.”

²¹² SANTOS, 1951, p. 155.

em 1743, “a esforço e com o patrimônio, em casas e terrenos instituídos pelo vigário daquela época”²¹³; em 1749, Dom Frei Manuel da Cruz confirmou a provisão²¹⁴.

Sua planta, como as demais capelas da Serra do Ouro Preto, é composta por nave, capela-mor e sacristia lateral, no partido típico das capelas. Porém, esta foge do modelo padrão de concepção formal retangular, uma vez que sua nave se aproxima da forma quadrada “com a curiosíssima peculiaridade de ter a concordância entre as paredes laterais e as da capela-mor por meio de curvas (...) não encontra similar em Minas”²¹⁵.

Figura 13: Capela de São João Batista



Fonte: Atlas Digitais do IPHAN MG

Sua singela fachada, coroada por um crucifixo, possui uma porta central almofadada, sobre esta um óculo central e duas janelas do tipo guilhotina, na altura do coro. Apresenta cunhais aparentes, arrematados por coruchéus. A empena é protegida por “cimalhas em beira seveira”²¹⁶. O templo não apresenta torre sineira, um sino de pequenas dimensões está anexado à direita da capela, suspenso à altura da porta.

O templo possui um pequeno adro frontal, de pequena proporção, delimitado por muretas baixas. A capela está situada a meia encosta do Morro, situado na proximidade de afluentes do Córrego do Padre Faria. A proximidade reafirma a predileção pelas ocupações e arraiais de acordo com a probabilidade de presença do ouro (leitões dos rios e, posteriormente,

²¹³ Informação apurada pelo IPHAN no livro da irmandade existente no Arquivo Público Mineiro. A escritura de constituição de patrimônio foi feita pelo minerador Padre Gabriel Mascarenhas, em 17 de julho de 1743. MES/DPHAN. *Capela de São João Batista*. Ouro Preto, 1946.

²¹⁴ O Cônego Raimundo Trindade descreve: “São João do Ouro Fino. Em Vila Rica. Capela cuja ereção Dom Frei Manoel da Cruz confirmou por provisão de 15 de junho de 1749. Contudo contava essa capela com mais de quarenta anos de fundada.” TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945, p. 291.

²¹⁵ SANTOS, 1951, p. 129.

²¹⁶ CAMPOS, 2000, p. 105. (No prelo).

nas encostas). Embora precursor na ocupação do arraial, o pequeno templo não aparece representado na cartografia do final do século XVIII, como indica os mapas abaixo.

Neles, é possível verificar a representação de edificações, provavelmente “moradas de casas” na região onde hoje se localiza a dita capela. Supomos assim que tal representação de povoamento possa equivaler ao patrimônio de São João ou ainda ao arraial que se fixou a partir do templo ou ainda aos típicos conjunto de elementos do arraial em formação: as moradas, a venda, a referida capela e o cruzeiro. Recordamos ainda que já em 1789 havia registro testamentário, apresentado no capítulo anterior, em favor de São João Batista, corroborando com a existência da edificação em período contemporâneo ao desenvolvimento da primeira cartografia. Indicamos ainda registro anteriores de moradia, levantados pelo “Censo de 1746”²¹⁷, no qual são identificados moradores em “Ouro Fino”. Ademais, temos tantos outros identificados como moradores do Morro, possível atribuição ao Morro de Ouro Fino.

Figura 13: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787) e “Planta de Villa Rica de N.^a S. Do Pilar” (1800)

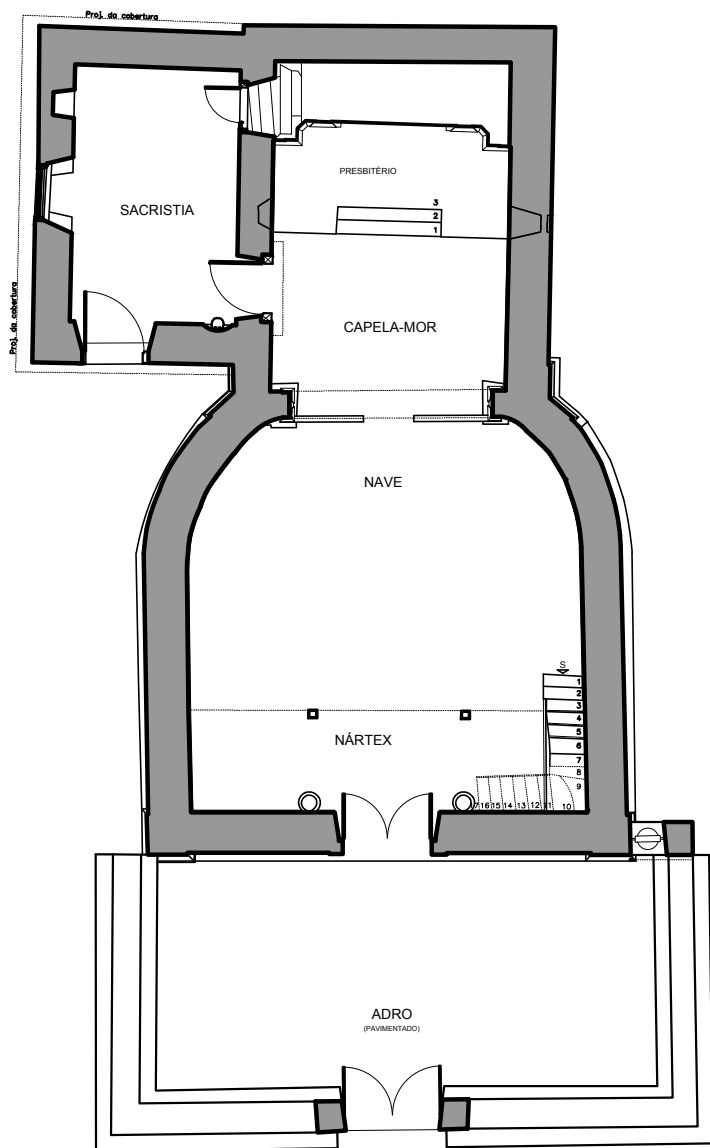


Fonte: “*Mappa de Vila Rica*”, de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1775-1800. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 215 e 379. Col. Uspiana – Brasil 500 anos; “*Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar*”. Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro - APM - 079. 1800 (data provável). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/btracervo.php?cid=727&op=1, acesso em 20 de janeiro de 2020.

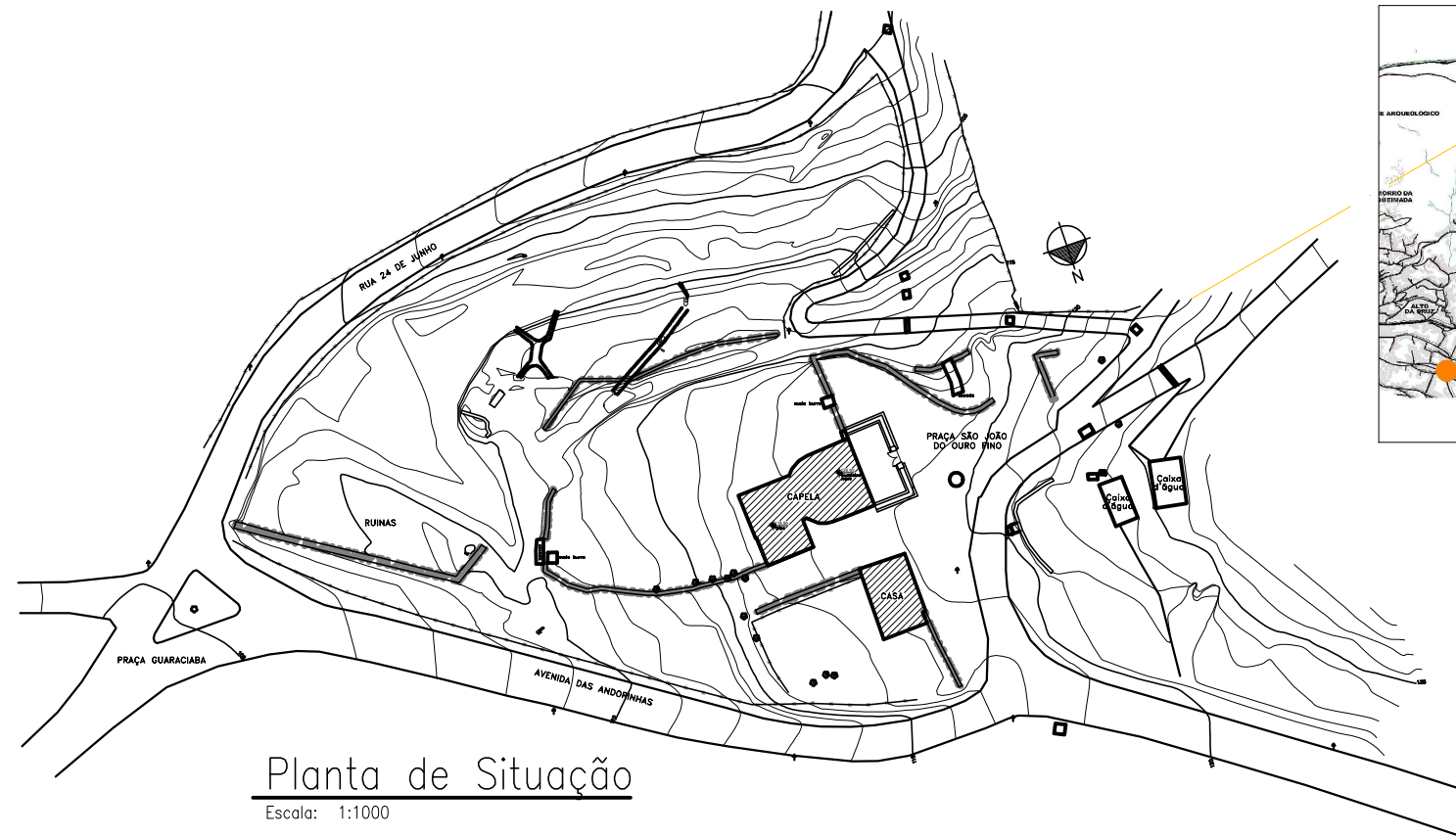
Sylvio de Vasconcelos atribui o desenvolvimento das primeiras povoações a partir da construção das capelas. Segundo ele, “normalizando-se as explorações, organizam-se os povoados em torno de suas capelas provisórias, cujos adros e caminhos, caseados, vão cordear os incipientes logradouros públicos”²¹⁸.

²¹⁷ Cf. ANEXO A. São identificados especificamente dois homens livres, um sapateiro e um boticas, e uma mulher preta forra, que vive de sua pessoa.

²¹⁸ Vasconcellos, 1977, p. 17.

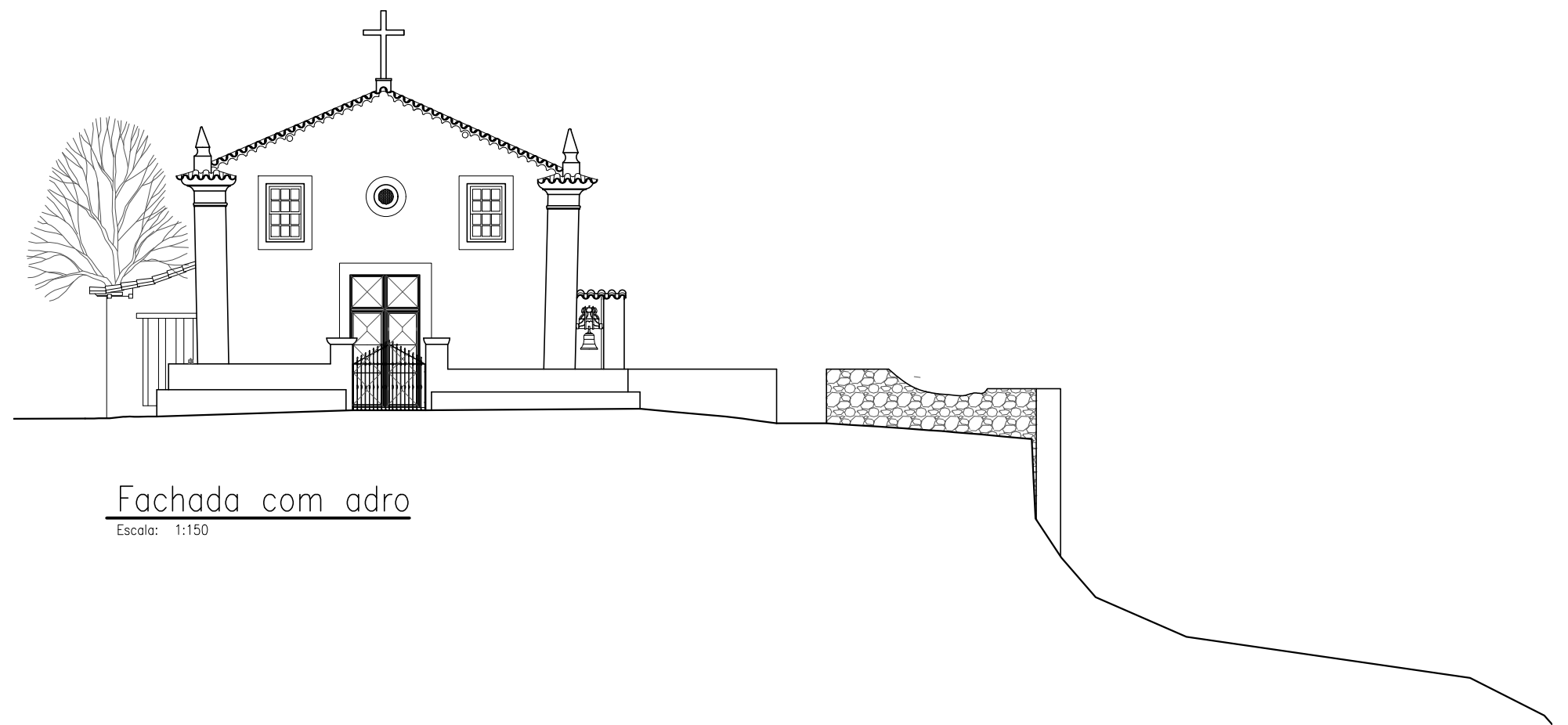
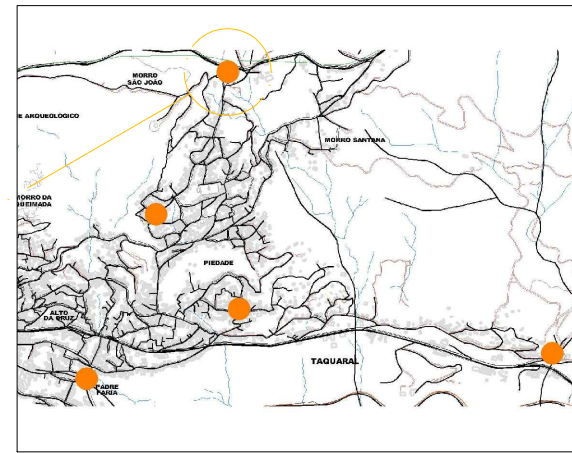


Planta Baixa
Escala: 1:150



Planta de Situação

Escala: 1:1000



Fachada com adro

Escala: 1:150

OBRA:	CAPELA DE SÃO JOÃO BATISTA	DATA:	1743	COTA:	1310 m
LOCALIZAÇÃO:	MORRO DE SÃO JOÃO BATISTA DO OURO FINO	ÁREA CAPELA:	155m ²	ÁREA ADRO:	46m ²

3.2.2 Capela de Santana

A edificação da capela primitiva de Santana data do início do séc. XVIII no chamado Morro de Santana (também conhecido como Morro da Pedra Branca)²¹⁹. Conforme informado no inventário do IPHAN e no “Relatório de Restauração”, realizado pela Fundação João Pinheiro, crê-se que “esta capela deve ter sido construída nos primeiros tempos do ouro, em período anterior a 1720, como suas contemporâneas São João e Piedade”²²⁰. Como de praxe nas capelas primitivas, foi erigida em pau a pique, tendo sido posteriormente reedificada em pedra, em data indeterminada.

A capela cuja área total de 160,79m² é composta pelo programa básico das capelas do morro, nave, capela-mor e sacristia lateral. Possui campanário isolado do corpo da capela (5,58m²), na extremidade direita de seu adro. Seu frontispício liso possui frontão triangular encimado por uma cruz executada em cantaria de pedra. Santos descreve que “a empena é protegida por um beiral debruado por uma ou duas fiadas de pequenas curvas revestidas de massa, que repetem, em sentido inverso, o tremido das telhas de canal”²²¹. Em suas extremidades há pilastras de canto, coroadas por coruchéus. Sobre a porta, acesso único à capela adornado por um portal de pedra com arco abatido, há um óculo recortado.

Figura 14: Capela de Santana



Fonte: Atlas Digital de Bens Móveis e Imóveis de Minas Gerais inscritos no livro do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, disponível em: <http://www.atlasdigital.com.br/Mapa>, acesso em 10 de janeiro de 2020.

²¹⁹ Optamos pela denominação atribuída por Herculano Gomes Mathias, em seu Recenseamento de Vila Rica, em 1804. O inventário de tombamento do IPHAN (Inscr. n° 342, de 06/12/1949) aponta como localização da Capela o Morro de Santana ou Morro da Queimada. Por discordar da generalidade na localização atribuída pelo IPHAN e confiar no conhecimento do território daqueles autores mais recuados, do século XIX, ou ainda nos mapas do século XVIII, definiremos o sítio da implantação como Morro de Santana.

²²⁰ Arquivo central do IPHAN/RJ; Caixa Unesco, Alfredo Viana de Lima. Ouro Preto. Processo de Tombamento número 0075-T-38. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1377.

²²¹ SANTOS, 1951, p. 154.

Localizada à meia encosta, num platô em ponto alto e destacado, atualmente denominado como Praça de Santana, está a Capela de Santana. Como está situado em um terreno desnivelado e íngreme, o platô sobre o qual está edificada a capela foi executado por meio de um aterro, que justifica o muro de arrimo em alvenaria de pedra visto em primeiro plano, com altura aproximada de 3m (três metros) em relação à praça. Aos fundos, o arrimo de altura variável delimita o terreno em relação à Rua São Paulo.

Seu adro elevado possui área total aproximada de 311m² (trezentos e onze metros quadrados), cercado por muros de pedra do tipo canga. Possui dois acessos pelas vias laterais, com um mata-burro em cada²²²; no lado direito, na Rua Vinte e Quatro de Junho há degraus em pedra; no lado esquerdo, o acesso é nivelado à rua, finalizada numa serventia. Na porção frontal do adro há uma grande porção de área vegetada com grama, no centro desta, um cruzeiro sob embasamento de pedra. O material do piso é o quartzito Ouro Preto. Na lateral direita do adro e aos fundos há no piso um mosaico de pedras, cuja autoria é atribuída ao pedreiro Vado Ribeiro²²³, provavelmente se refere a intervenções mais recentes. No fundo, ao lado esquerdo da capela, há pedras brutas com um pequeno jardim.

Figura 16: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787) e “Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar” (1800) – Detalhe do Morro da Perda Branca



Fonte: “*Mappa de Vila Rica*”, de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1775-1800. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 215 e 379. Col. Uspiana – Brasil 500 anos; “*Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar*”. Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro - APM - 079. 1800 (data provável). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=727&op=1, acesso em 20 de janeiro de 2020.

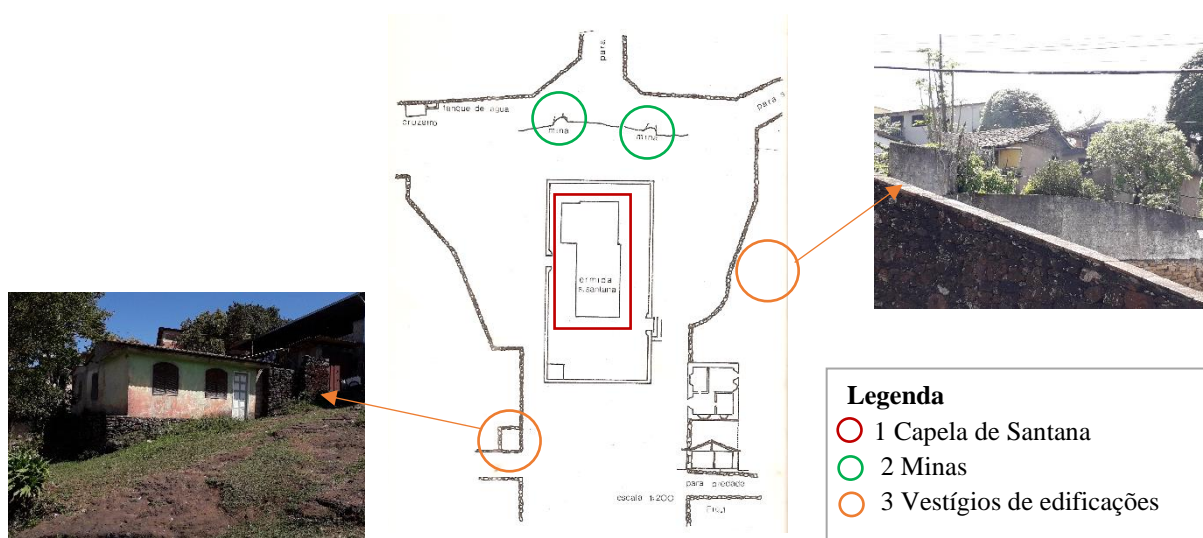
Observando a cartografia do final do século XVIII, observamos a Capela de Santana identificada, bem como um agrupamento de edificações ao redor desta. É possível identificar

²²² Atribui-se o uso do mata-burro para evitar a entrada de animais no adro do templo. O templo, localizado à meia-encosta estaria no percurso de acesso às minas auríferas, portanto, seria um local em potencial para pastagem dos animais utilizados para deslocamento.

²²³ IPHAN. *Capela de Santana*. Ouro preto, 1939.

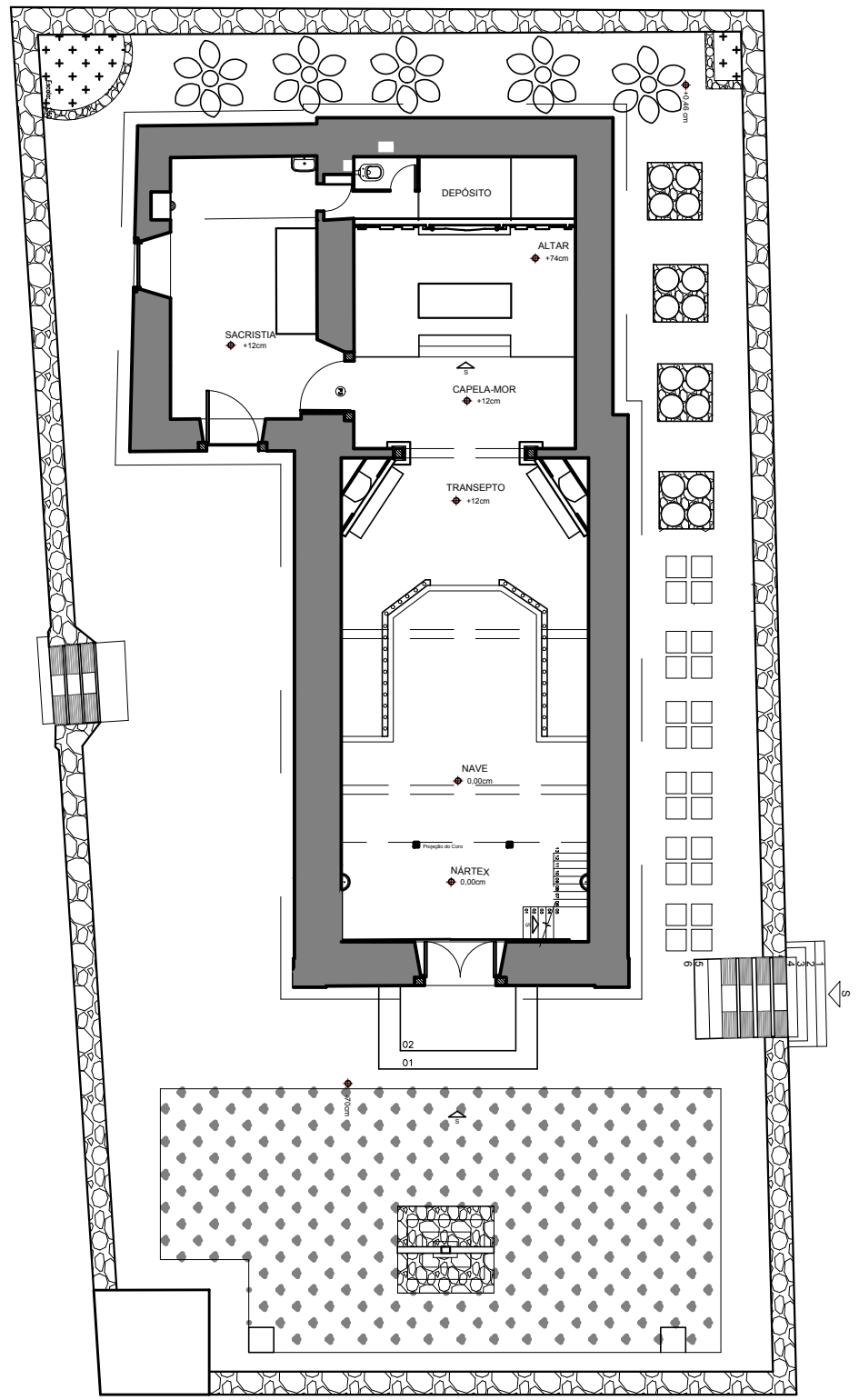
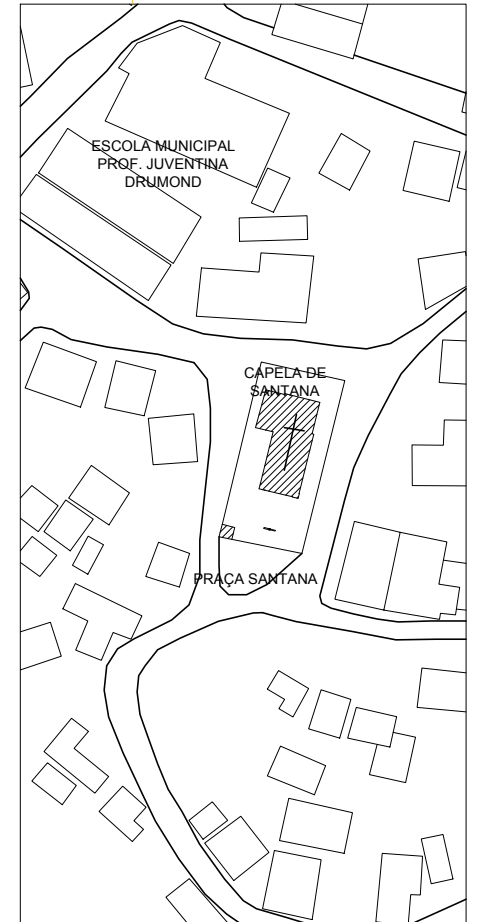
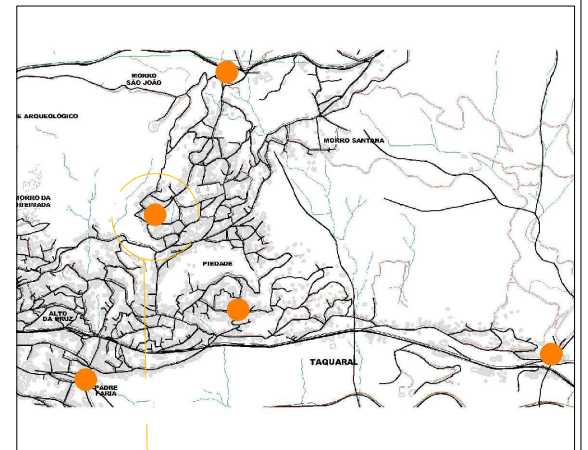
nos mapas, a localização de um curso d'água, afluente do Córrego do Padre Faria, próximo à região. Na figura 17, observamos os estudos de Sylvio de Vasconcellos, em cuja representação aparecem minas na parte posterior da capela. Podemos observar ainda um vestígio da base de uma morada ao lado esquerdo da atual praça ajardinada, aos pés do arrimo da capela e, à direita, uma moradia remanescente reformada (pau-a-pique visível), tais edificações seriam resquícios de moradas contemporâneas ao templo. Observamos ainda o modo como o desenvolvimento do povoado abraça a capela, como afirma Paulo Santos, “o hábito de iniciar o povoado pela construção da capela era, aliás, comum em todo o Brasil”²²⁴.

Figura 17: Esquema da Capela de Santana e moradas no entorno

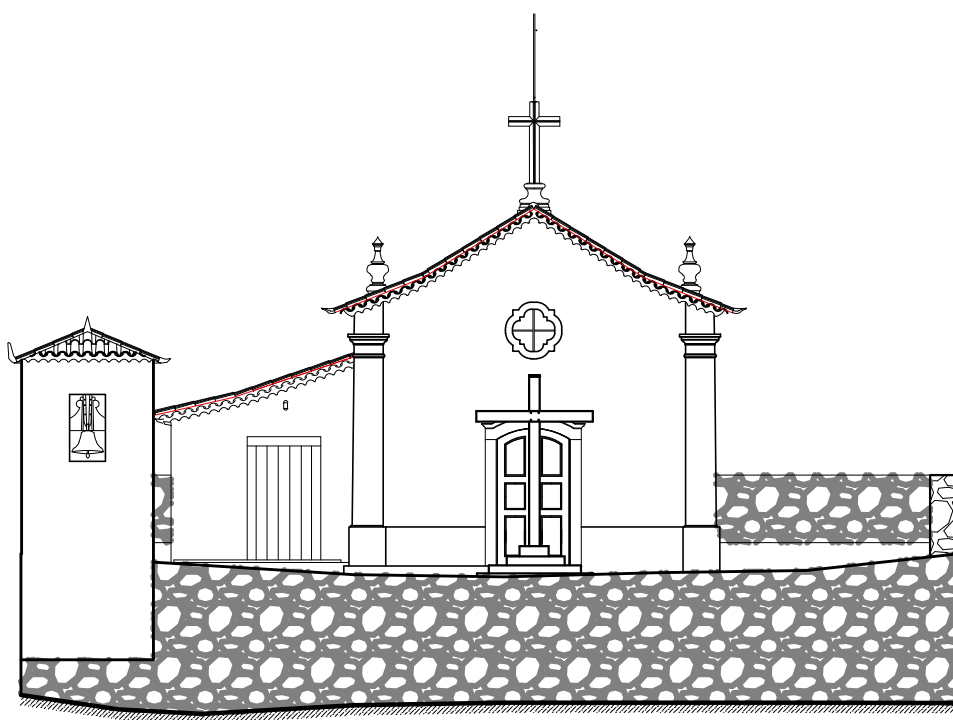


Fonte: Planta - VASCONCELLOS, 1977, p.18. Fotos - Acervo da autora. Elaborado pela autora.

²²⁴ SANTOS, 1951, p. 30.



Planta Baixa
Escala: 1:150



Fachada com adro
Escala: 1:150

Planta de Situação
Escala: 1:1000

OBRA:	CAPELA DE SANTANA	DATA:	1743/ 48	COTA::	1310 m
LOCALIZAÇÃO:	MORRO DE SANTANA	ÁREA CAPELA::	80m ²	ÁREA ADRO:	265m ²

3.2.3 Capela de Nossa Senhora da Piedade

Construída no Morro da Lavra Nova²²⁵, no antigo Arraial do Ouro Podre, ou Arraial de Pascoal da Silva²²⁶, a Capela de Nossa Senhora da Piedade não possui documentação que comprove sua data de edificação ou ainda demonstração de autoria de riscos e construção. Entretanto, o relatório de tombamento do IPHAN menciona a data de 1720 grafada na peanha da cruz, fato que indica a data da construção da capela rústica (primitiva), posteriormente reedificada em pedra, em data desconhecida. O documento menciona ainda sua origem relacionada a devoto cuja atividade era de “sesmeiro” ou senhor de datas opulentas²²⁷.

O partido arquitetônico reitera o típico modelo das capelas do morro, composto por nave, capela-mor e sacristia lateral. A capela, edificada em canga, possui frontispício simplificado, com porta central e janelas (ou portas-sacadas) emolduradas por vergas retas de cantaria; o óculo central, a cruz em cantaria e as duas torres sineiras em Quartzito Itacolomy completam a composição.

Figura 18: Capela da Piedade



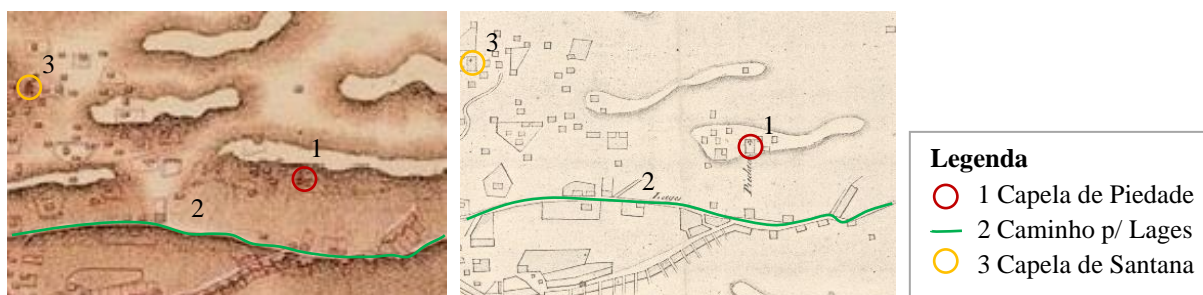
Fonte: Atlas Digital de Bens Móveis e Imóveis de Minas Gerais inscritos no livro do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, disponível em: <http://www.atlasdigital.com.br/Mapa>, acesso em 10 de janeiro de 2020

²²⁵ O grupo de pesquisa do Morro da Queimada atribui o Morro da Piedade à Lavra do Moreira. Cf. LOPES, Myriam Bahia (coord.); LIMA, Kleverton Teodoro; VIEIRA, Luiz Alberto Sales. Morro da Queimada: Século XVIII. Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais, Ministério da Cultura PRONAC, 2008. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XVIII.pdf>, acesso em 23 de junho de 2018.

²²⁶ Kátia Maria Nunes Campos atribui a denominação de Itapanhoacanga e Tapanhoacanga ao arraial onde se localiza a Capela da Piedade. Segundo a autora, a toponímia aparece registrada nos livros de Acórdãos de 1711-1714 e 1715-1718, da Câmara Municipal de Ouro Preto. Cf. CAMPOS, Kátia Maria Nunes. Vila Rica – Gênese e evolução do espaço urbano. Ouro Preto: 2004. Disponível em: http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28:memouropreto&, acesso em 10 de março de 2020.

²²⁷ IPHAN. *Capela Nossa Senhora da Piedade*. Ouro Preto, 1939. O documento refere-se à inexistência de registros de ereção de irmandade ou solicitação para construção da capela ao período de pertencimento ao Bispado do Rio de Janeiro.

Figura 19: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787) e “Planta de Villa Rica de N.^a S. Do Pilar” (1800) – Detalhe do Morro da Lavra Nova



Fonte: “*Mappa de Vila Rica*”, de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1775-1800. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 215 e 379. Col. Uspiana – Brasil 500 anos; “*Planta de Villa Rica de N.^a S. Do Pilar*”. Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro - APM - 079. 1800 (data provável). Disponível em:

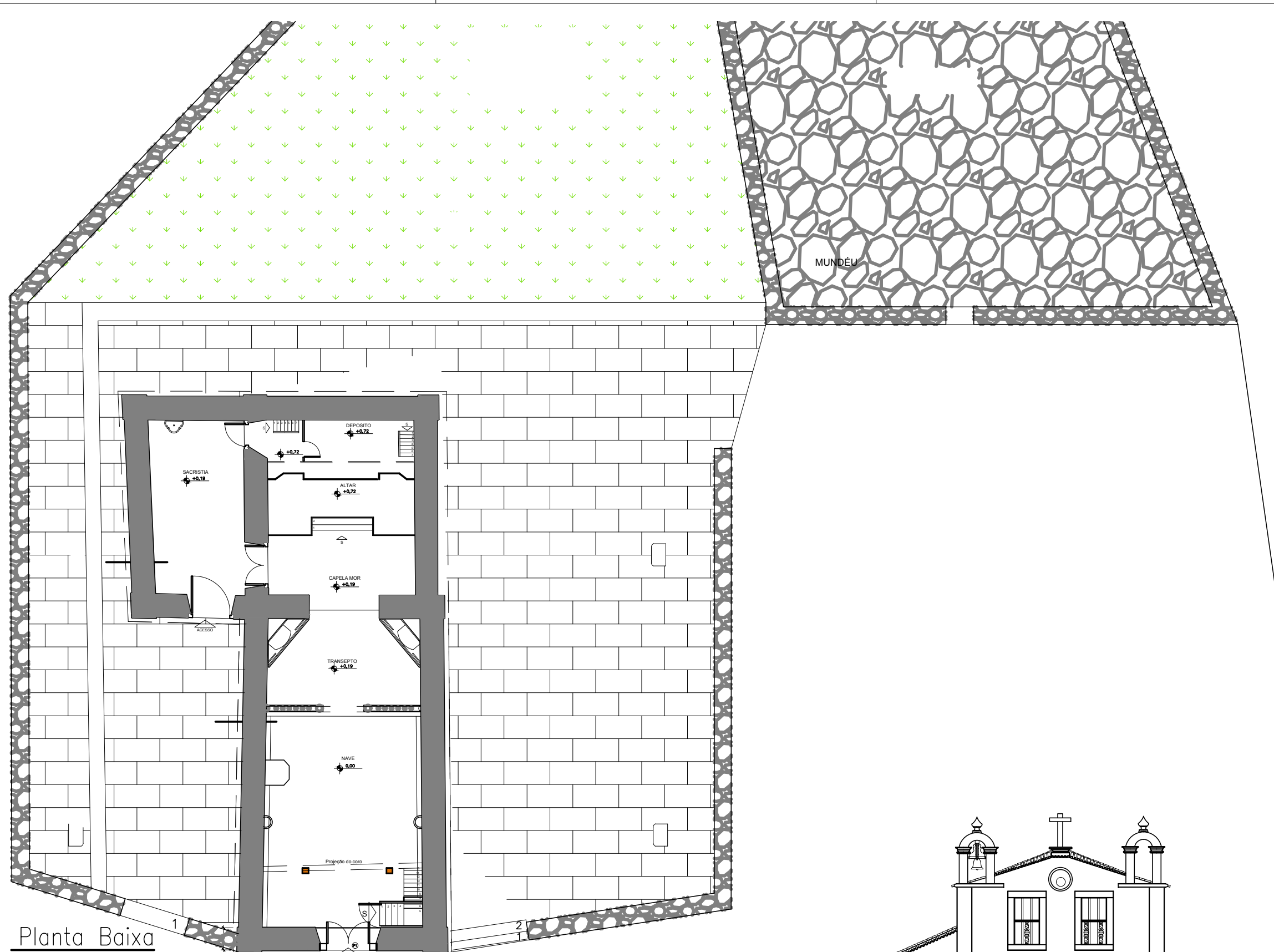
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=727&op=1, acesso em 20 de janeiro de 2020.

Ao observarmos a cartografia do final do século XVIII, é possível verificar a marcação da Capela de Nossa Senhora da Piedade, bem como o registro de um agrupamento de edificações ao seu redor, assim também no trecho entre esta Capela e a Capela de Santana. Vale salientar que, entre os morros de Piedade e de Santana, havia lavras denominadas como Novas ou Tassaras. Supomos então que houvesse um caminho de ligação entre os pequenos arraiais. Outro destaque é a delimitação expressiva do Caminho das Lages e a série de construções solidificadas ao longo do percurso.

Nas fotografias (figuras 18), observamos a capela ainda sem a demarcação definida de adro. Atualmente, a capela conta com adro com piso em quartzito, nas porções laterais e posterior da ocupação, demarcado por muretas baixas de canga. Importante ressaltar que o adro sofreu interferências motivadas pelo desenvolvimento urbano. Segundo o Inventário da Prefeitura de Ouro Preto acerca do Bairro da Piedade²²⁸, na década de 1980, houve uma grande intervenção restaurativa na capela, em cuja obra foram realizados aterros, desaterros, inserção de grama e espécies vegetais e contenção com muros ao redor do adro, bem como do mundéu²²⁹ localizado na lateral direita, ao fundo da área do adro. Tal mundéu foi edificado em canga e é um dos poucos íntegros no território das encostas da Serra do Ouro Preto, vestígios do modo de minerar do século XVIII.

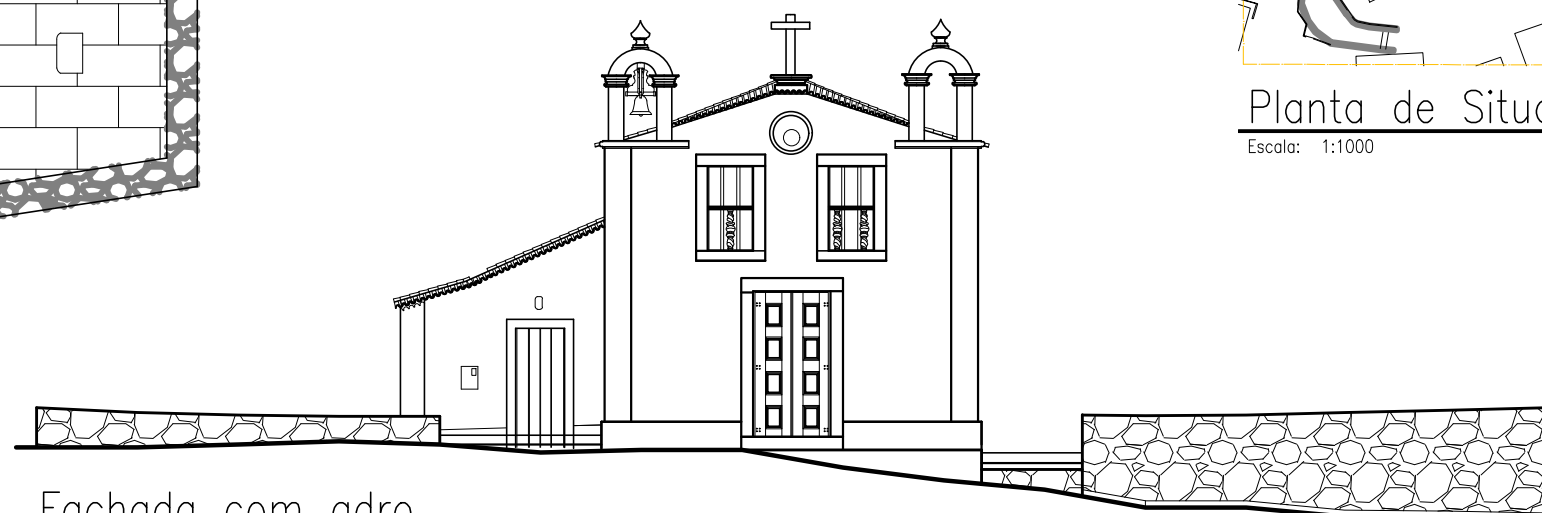
²²⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Inventário do bairro Piedade Ouro Preto: PMOP, 2009, p. 300.

²²⁹ Mundéu eram “grandes salões cercados por muros altos e largos de pedras secas, onde eram recolhidas as partes mais finas das rochas que continham ouro. Aí os escravos as socavam e pulverizavam, mandando os resíduos para locais de lavagem e apuração”. Cf. PMOP, 2009, p. 300.



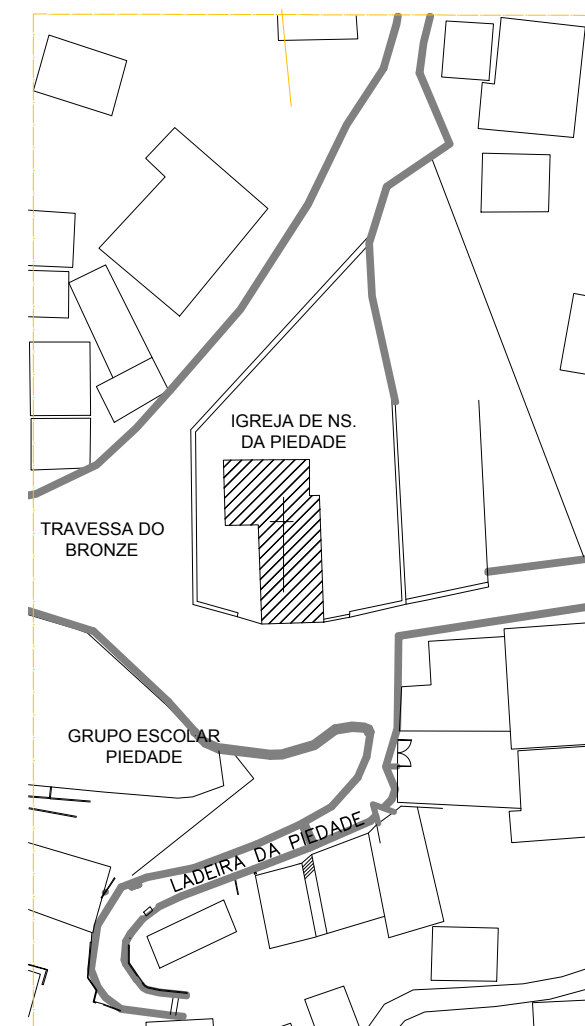
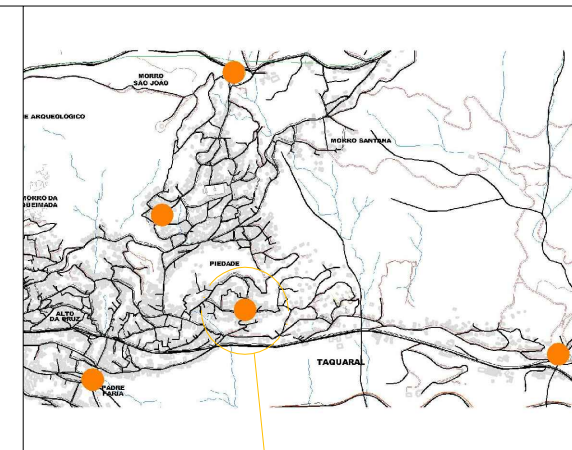
Planta Baixa

Escala: 1:150



Fachada com adro

Escala: 1:150



Planta de Situação

Escala: 1:1000

OBRA:	CAPELA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE	DATA:	1720	COTA:	1180 m
LOCALIZAÇÃO:	MORRO DA PIEDADE (LAVRA NOVA)	ÁREA CAPELA:	175m ²	ÁREA ADRO:	756m ²

3.2.4 Capela de Bom Jesus das Flores do Taquaral

Situada na antiga povoação de Pilar do Taquaral, a Capela de Bom Jesus, tem sua provisão eclesiástica em prol dos moradores datada de 1748, por Dom Frei Manoel da Cruz, como demonstra o documento de Ereção de Capelas, do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM):

Fazemos saber que atendendo nos por sua petição nos enviarão a dizer os moradores do Taquaral Freguisia de Nossa Senhora da Conceição de Villa Rica que elles querião edificar uma Capella em Louvôr e invocação de Nossa Senhora do Pillar, e que para sua sustentação e augmento nomeavão de patrimônio uma morada de cazas sicta no dito Arraial, e porque a não podia erigir sem licença por tanto nos Cudião fossemos servidos conceder-lhes licença, [...]”²³⁰.

Porém, a historiadora Adalgisa Campos acredita ser esta “a segunda edificação, pois já em 1735 há referência à capela do Tacoaral”²³¹. Também é indicada a escritura de dote e patrimônio de Antônio Gomes de Souza em favor da Capela em 1743. O morador do Morro do Taquaral dispõe então “de uma morada de casas coberta de telhas”²³².

Figura 20: Capela da Bom Jesus das Flores do Taquaral



Fonte: Atlas Digital de Bens Móveis e Imóveis de Minas Gerais inscritos no livro do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, disponível em: <http://www.atlasdigital.com.br/Mapa>, acesso em 10 de janeiro de 2020.

²³⁰ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM. Documento número 35.320 de Ereção de Capelas. Folhas avulsas, Folha 69, verso.

²³¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro Sagrado: monumentos religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Instituto Francisca Peixoto e Tratos Culturais, 2000. p. 91.

²³² AEAM, *Documento nº 35.320*.

Esta capela possui risco similar à de Nossa Senhora da Piedade. Seu programa arquitetônico inclui nave, capela-mor e a sacristia lateral. Seu frontispício simples possui duas torres sineiras laterais compostas por arco vazado de Quartzito Itacolomy, sobre as quais Santos afirma:

O modo por que as sineiras foram metidas nos telhados dessas últimas capelas: cortando abruptamente a empena, induz a crer que elas não teriam feito parte dos frontispícios primitivos, hipótese elaborada pelo fato de elas serem de cantaria e os respectivos entablamentos são de massa²³³.

A afirmação de Paulo Santos corrobora com a ideia do enriquecimento progressivo das construções religiosas, mesmo nas capelas, cujas alterações foram realizadas ao longo dos anos. Há ainda na fachada, a presença de um óculo central e duas janelas do coro (ou portas-sacadas).

O adro da Capela de Bom Jesus das Flores está cerca de um metro acima do nível da Rua Águas Férreas (atual Rua Presidente João Goulart). É cercado por baixas muretas de alvenaria de pedra do tipo canga revestidas com pintura de cal (as pedras aparentam intervenções de anos recentes).

A capela possui um adro amplo, ajardinado nas porções frontais, laterais e fundos. Para acesso em torno da igreja, há a definição do percurso em lajeados de quartzito Ouro Preto. À esquerda da capela, no jardim, está um cruzeiro de madeira.

Na porção direita, o muro com altura média de 1,20m (um metro e vinte centímetros), delimita a divisa com o curso d'água. À esquerda, o muro de altura média de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e uma pequena mureta de 0,20m (vinte centímetros) demarca a divisa com uma edificação residencial. Aos fundos, não há barreiras físicas de delimitação, apenas a densa vegetação crescendo morro acima, na qual se destacam as taquaras de bambu (bambuzal). A rampa existente no acesso secundário se trata uma intervenção recente para previsão de acessibilidade ao templo.

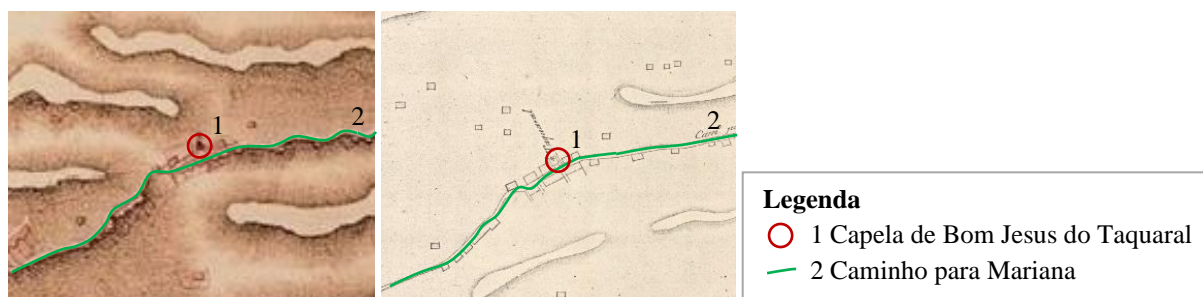
Ao analisarmos os mapas setecentistas de Vila Rica, observamos a representação da Capela do Taquaral, bem como edificações ladeando o templo e também em frente à capela²³⁴. Destacamos as construções esparsas ao longo do caminho para Vila do Carmo (Mariana). Tal caminho explicaria a localização do arraial e respectivo templo na extremidade do território da

²³³ SANTOS, 1951, p. 156.

²³⁴ Ainda encontra-se em frente ao templo, no topo da encosta uma edificação em ruínas, cuja datação não conseguimos identificar, porém supomos tratar-se de ruínas do século XVIII ou do início do século XIX, por possuírem o mesmo sistema construtivo da capela e empregada a canga.

Vila. Embora a cartografia não identifique, há um curso d'água nos arredores, um afluente do Córrego do Funil.

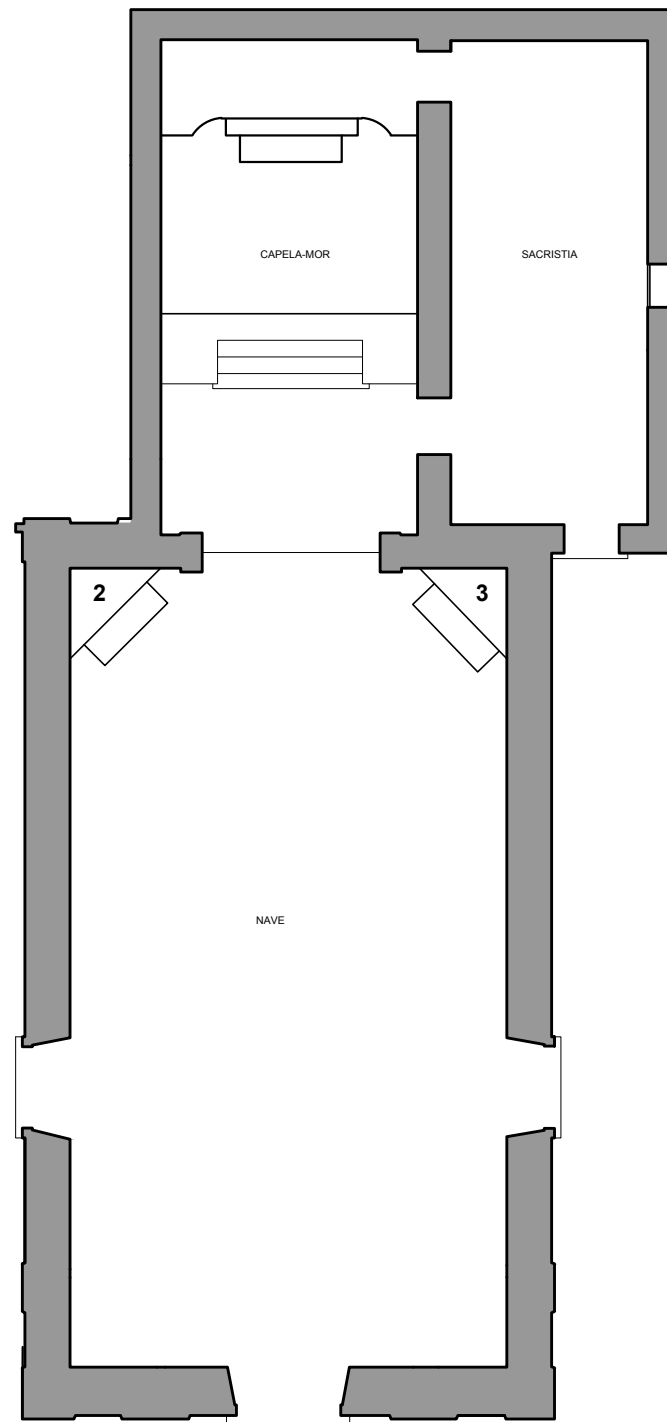
Figura 21: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787) e “Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar” (1800) – Detalhe do Morro do Taquaral



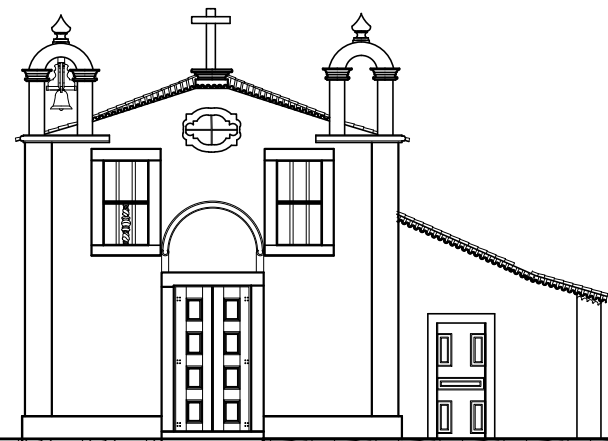
Fonte: “*Mappa de Vila Rica*”, de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1775-1800. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 215 e 379. Col. Uspiana – Brasil 500 anos; “*Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar*”. Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro - APM - 079. 1800 (data provável). Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=727&op=1, acesso em 20 de janeiro de 2020.

A seguir, apresentamos a Capela do Rosário do Padre Faria, filial à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, cuja localização é denominada urbana²³⁵.

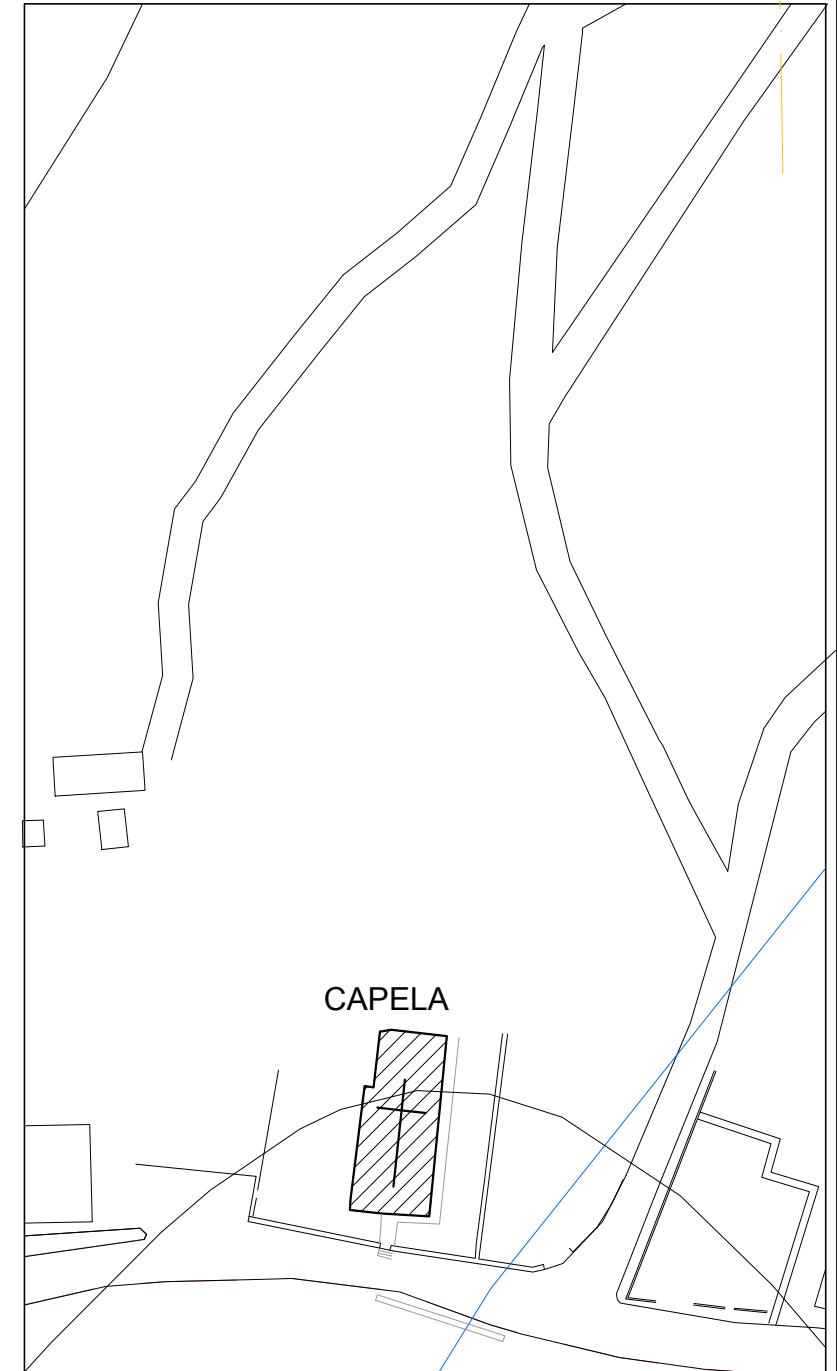
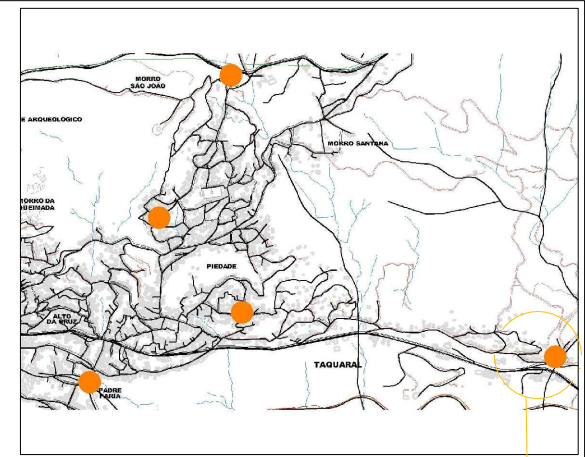
²³⁵ São também afiliadas à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias as seguintes: Capela do Rosário do Alto da Cruz (Santa Efigênia), Capela de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo), Capela de Nossa Senhora das Dores e a Capela da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. As capelas citadas foram também compreendidas como urbanas, porém não incluídas nesta pesquisa por possuírem características distintas da unidade de capelas tratadas, sobretudo nas questões formais (composição arquitetônica) e/ou formativo-religiosas (dissociação de irmandades e presença de Ordem Terceira).



Planta Baixa
Escala: 1:150



Fachada com adro
Escala: 1:150



Planta de Situação
Escala: 1:1000

OBRA:	CAPELA DE BOM JESUS DAS FLORES DO TAQUARAL	DATA:	1743/48	COTA:	1010 m
LOCALIZAÇÃO:	MORRO DO TAQUARAL	ÁREA CAPELA::	240m ²	ÁREA ADRO:	843m ²

3.2.5 Capela do Rosário do Padre Faria

Datada do início do século XVIII, a Capela de Padre Faria é contemporânea aos primeiros arraiais de Vila Rica, sendo seu fundador um dos pioneiros do descobrimento da região. Consta que o Pe. Faria acompanhava a comitiva do bandeirante Antônio Dias de Oliveira, tendo, inclusive, ali se estabelecido durante um ano após a fundação de Antônio Dias. O arraial de Antônio Dias foi constituído em 1698 e o arraial de Pe. Faria em 1699, às margens do córrego, na entrada do vale²³⁶.

A capela foi construída em alvenaria seca e possui os portais exteriores em cantaria. Quanto às datas de construção, as informações mais aproximadas apontam para um processo de edificação de 1733 a meados do século XVIII, comprovado pela observação das quantias pagas na obra, por Ivo Porto de Menezes²³⁷. As datas de 1750 e 1756 aparecem inscritas, respectivamente, no sino do campanário e no cruzeiro de três braços. São referidas a datas de conclusão de trabalhos, confecção do sino e introdução da cruz papal em pedra, como afirma Campos²³⁸. Há ainda o registro de correspondência dos irmãos devotos de Nossa Senhora do Rosário ao Governador, em 1768, solicitando auxílio e providências para a proteção da capela, dado o desmoronamento do morro que ameaçava sua construção e o adro. O referido “terremoto” provavelmente tratava dos desmoronamentos e deslocamentos de terra em consequência da mineração e abertura de catas sob o terreno. Abaixo transcrito, segue o relato:

Em dias de 1768, os “Irmaons devotos da cappela de Nossa Snr.a do Rozario dos brancos do Fundo do Padre Faria”, por meio de um requerimento (370), levam ao conhecimento do Governador que, “sucendendo na noite de hoje 14 do corrente pelas duas oras da manhan aruinarse o Morro da cata de José Vieira Rijo”, foi de tal forma “a violência do terremoto que sumergio oito moradas de cazas, e muitas mais arruinadas, tendo levado uma ponte de madeira e entupido a de pedra.

Em vista de inda estar o morro “**ameassando ruina em termos de perigar a capela e Adro da mesma Igreja** não se acudindo a desentulhar a Ponte e Praya para a despedição as mais enchente”, solicitam os irmãos devotos as necessárias providencias nesse sentido.

Atendendo aos suplicantes, ordena o Governador “que os Cap.ns da ordenança expressados neste requerimento mandarão logo notificar, não só todos os donos das

²³⁶ Barbosa, Valdemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995, p. 230.

²³⁷ MENEZES, Ivo Porto. Notas. In: MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA, 1975, p. 152. Onde se lê a descrição contida no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade do Rosário dos Pretos, segundo a qual são pagas 500\$000 a Antônio Coelho da Fonseca pelo primeiro pagamento da obra da nova Igreja a ser feita de acordo com a Escritura. Furtado de Menezes chama atenção a uma data mais recuada, descreve um quadro ex-voto encontrado por ele no altar de São Braz: “o Santo paramentado, de Mitra e Báculo, entre nuvens, e o miraculado em um leito”; constam os dizeres: “Mercê que alcançou de Deus o glorioso S. Braz a Luiz Pinheiro de Aguiar estando em perigo de morte com um garrotilho, em o ano de 1717.” MENEZES, 1975, p. 18.

²³⁸ CAMPOS, 2000, p. 79. (No prelo).

catas, e Minas, imediatas, e existentes no Morro que correo, e no que ameassa a ruina”, como também os “moradores das Cazas destruídas, e os das que se acharem em risco de padecem o q. se receya”, para que “logo com os seus escravos acudão em evitarem toda a que for possível acautelarem, e justamente se temer”. E determina ainda o Governador que “concorrerão igualmente os escravos das Irmandades, e applicados da Capella de N. Snr.a do Rozario do Fundo do Padre Faria”.²³⁹

Como costumeiro às demais capelas primitivas, a planta é composta pela nave, capela-mor e sacristia lateral; sobre a porta de entrada, há o coro. Na Capela de Padre Faria há particularmente a distinção da escada externa construída em alvenaria que dá acesso ao púlpito, na sua fachada lateral esquerda. A capela possui, ainda, a torre sineira isolada, alinhada lateralmente com sua fachada frontal. Tida como um dos mais notáveis exemplares de capela desde meados do século XVIII, suas características primitivas estão conservadas aos moldes das capelas da Serra de Ouro Preto, conferindo-lhe graciosidade e requinte²⁴⁰. A Capela do Rosário de Padre Faria possui um frontispício liso, cujas linhas sóbrias e simplificadas são lateralmente compostas por duas pilastras de canto, coroadas por coruchéus; compreende também “uma portada trabalhada e de certa nobreza”²⁴¹, como descreve Paulo Santos, executada em cantaria num possível enriquecimento posterior à edificação inicial do templo. Sobre a larga e única porta de acesso à nave há uma empena com um óculo central inscrito. No frontispício estão ainda duas janelas, ou portas-sacadas, com acesso pelo coro²⁴².

O amplo adro ajardinado se estende nas porções frontal e laterais da capela. Possui muros de pedra do tipo canga e mata-burros originais executados em pedra quartzítica junto aos acessos laterais. Em sua porção frontal, localiza-se a cruz papal ou pontifical executada em pedra, com datação de 1756 gravada nela (a cruz de três braços é a única em Minas Gerais). Ainda no adro, na porção direita do espaço, está o campanário isolado da capela, com a datação de 1765. O conjunto do adro e capela mantém sólidas feições do século XVIII, embora se saiba que a fachada sofreu alterações no século XIX e tenham sido realizadas ações de manutenção em virtude das interferências físicas na edificação pela tempo e degradação pelo desenvolvimento urbano, sobretudo no século XX. Destacamos na figura 22, a Planta de Situação da Capela do Rosário do Padre Faria com identificação do novo caminho para

²³⁹ APM. *Códice 103* – Seção Secretaria do Governo, fls. 66v *apud* LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1955, p. 193.

²⁴⁰ CAMPOS, 2000, p. 79. (No prelo).

²⁴¹ SANTOS, 1951, p. 156.

²⁴² A Capela passou por uma reconstrução de fachada nos moldes do Ecletismo, com inclusão “de um frontão composto com curvas e contracurvas”. Nesse período houve um pequeno aumento na nave, certamente para inclusão da nova fachada. A fachada original foi posteriormente recuperada pelo IPHAN, em 1948. CAMPOS, 2000, p. 79. (No prelo). Ou ainda: SANTOS, 1951, p. 128.

Mariana, por trás da Capela, uma trilha da Vila do Carmo de Mariana que perpassa o adro e a Ponte do Arraial do Padre Faria onde se destaca a indicação ao Alto da Cruz.

Figura 22: Capela do Rosário do Padre Faria em momentos distintos

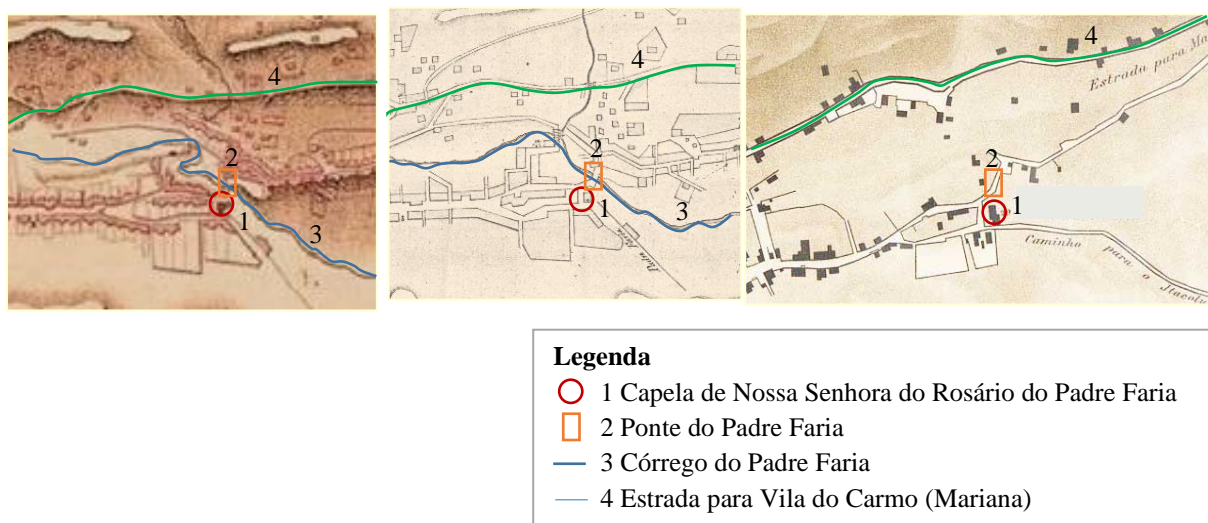
Fonte: 1 (Matris [sic] Padre Faria, a igreja mais antiga de Ouro Preto [Iconográfico]. [192-]). Biblioteca Nacional



Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon622633/icon622633.jpg, acesso em 10 de janeiro de 2020; 2 e 3. (Capela do Padre Faria, Ouro Preto MG, século 19). Arquivo Central do IPHAN/RJ; 4. (Planta de situação DPHAN, século 20). Arquivo Central do IPHAN/RJ.

A comparação da região na cartografia disponível nos mostra um adensamento populacional já nos primeiros anos do século XVIII, reafirmando os dados demográficos apresentados anteriormente em nossa pesquisa. O antigo arraial do Bonsucesso, mais tarde Arraial do Padre Faria, foi um dos assentamentos iniciais da região de exploração aurífera, que mais tarde conformaria parte estruturante do núcleo urbano de Vila Rica. Diferente das demais capelas trabalhadas como os primeiros exemplares da Freguesia de Antônio Dias, a Capela do Padre Faria apresenta um entorno com arruamentos bem definidos, muitos dos quais permanecem atualmente, após o desenvolvimento urbano. Observamos ainda a proximidade da capela ao Córrego do Padre Faria, porém, a ocupação dos assentamentos não seguiu o leito do ribeirão, estando sobretudo ao redor do templo, na porção oeste da região e à frente, do outro lado da Ponte de Padre Faria. Observa-se ainda, na Planta da Cidade de Ouro Preto (1888), a supressão de alguns dos primeiros arruamentos e o desenvolvimento da ocupação à direita, ao longo do caminho para Vila do Ribeirão do Carmo. Supomos que a ocupação da parte posterior da capela deu-se ao longo do século XX, dado que na referida planta do final do século XIX e das fotografias pertencentes ao início do século XX não observamos ocupações aparentes.

Figura 23: “Mappa de Villa Rica” (1786-1787), “Planta de Villa Rica de N.^a S. Do Pilar” (1800), “Planta da Cidade de Ouro Preto” (1888) – Detalhe do Morro do Padre Faria



Fonte: “*Mappa de Vila Rica*”, de autoria de Manoel Ribeiro Guimarães. Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1775-1800. In: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 215 e 379. Col. Uspiana – Brasil 500 anos; “*Planta de Villa Rica de N.ª S. Do Pilar*”. Coleção de documentos cartográficos do Arquivo Público Mineiro - APM - 079. 1800 (data provável). Disponível em:

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=727&op=1, acesso em 20 de janeiro de 2020.

Fonte: Planta da Cidade de Ouro Preto. “Organizada por ordem do Exmo Sr. Dr Luiz Eugenio Horta Barbosa. Presidente da Província. Wilh. Brosenius desenhou. Ouro Preto, 7.2.88”.

Retomando as considerações que unem capelas da Freguesia de Antônio Dias entre si como um grupo e analisando os dados apresentados acima, encontramos em comum mais do que a posição geográfica no território de Vila Rica, sobretudo porque a Capela do Rosário de Padre Faria distingue-se no fundo de vale e no núcleo urbano adensado. O programa arquitetônico simplificado das capelas demonstra adequação àquelas necessidades das primeiras ocupações, pois serve ao essencial: sacramentalizar a comitiva assentada no território e cuidar da desobriga. A partir disso, atribuímos a todas as capelas analisadas a capacidade de cumprir com as funções religiosas obrigatórias com as populações do entorno, quando da disponibilidade de um cura.

O fato de as denominadas capelas dos morros da Serra do Ouro Preto não possuírem irmandades erectas em sua conformação inicial faz-nos supor uma aparente igualdade entre os fiéis irmanados naqueles pequenos templos, agregando “as gentes todas” que morassem na redondeza. A fluidez do processo exploração aurífera – ermidas – fixação de povoações – capelas – arraiais coincide com uma religiosidade devocional expressa pelo desenvolvimento mútuo do espaço físico com a edificação sacra. Vislumbramos essa relação dos povoados com seu santo de devoção já no patrimônio do templo provido por um fiel ou um agrupamento deles

sem a interferência de uma corporação burocrático-religioso. Nesse aspecto, diferencia-se a Capela de Padre Faria por iniciar-se a partir de uma irmandade, a princípio congregando, lado a lado, todas as gentes brancas e pretas, porém segmentados posteriormente em diferentes templos (destinados a fieis socioeconomicamente equiparados). As irmandades impuseram então a limitação de homogeneidade étnica e social em seu arranjo eclesiástico e consequentemente no uso do espaço comum exterior do templo.

Assim também, quanto à ocupação e desenvolvimento urbanos nos primeiros séculos, ressaltamos a recorrência do edifício religioso como determinante para o desenvolvimento e conformação dos seus arredores. O movimento de ocupação motivado pela proximidade das minas, dos cursos d'água, também estende ao templo essa capacidade de atratividade, desde sua fundação. Cabe, porém, o questionamento quanto à fidelidade da ocupação representada na região dos morros àquela primeira ocupação, dado que em virtude da revolta de Felipe dos Santos, houve por um significativo período a proibição de moradias na região.

Destacamos ainda um estudo de Murillo Marx, no qual é tratada a relação do patrimônio dos templos como recurso prévio para os aforamentos posteriores na região do entorno imediato. A porção de terra que garantia a construção do templo, por ser pressuposto para a ereção da capela junto ao bispado compunha o lote da edificação. Marx afirma que tal patrimônio poderia garantir rendimento para a manutenção do templo (reparo, elementos litúrgicos, cera etc.) através da “cessão de parcelas para eventuais interessados em habitar junto ao templo, reunidos para tratar de sua subsistência comum, seja pelo plantio, pelo artesanato ou pela troca, amparados pela assistência espiritual, ainda que esporádica”²⁴³. Maria Borrego conjectura que os primeiros arraiais fossem produtos do patrimônio religioso inicial das capelas. Segundo a autora, o patrimônio doado pelos exploradores pioneiros ao orago do templo poderia ter sido posteriormente aforado entre novos exploradores em busca de ouro e fixação de moradia nas regiões das catas²⁴⁴. Assim, poderíamos inferir sobre o valor do solo distintos em regiões mais antigas como dos morros ou mais centrais, tal qual Padre Faria e ainda sobre a disponibilidade original de patrimônio das capelas em relação ao desenvolvimento urbano dos primeiros arraiais de Vila Rica.

Do interior ao exterior dos templos, a experiência sagrada intercepta o cotidiano daqueles arraiais, sendo em dado momento os movimentos festivos do calendário litúrgico força motriz àquele limitado rebanho de fieis. Observamos, ainda assim, uma inobservância

²⁴³ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel: Edusp, 1991. p. 39.

²⁴⁴ BOREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2004, p. 70.

documental ao uso popular ou convencional dos templos, pois os documentos apresentados no segundo capítulo privilegiavam a recorrência das festas dos oragos ou oficiais. Sendo assim, ficaram os relatos de devoção popular discretos e limitados a deduções construídas pelo agrupamento dos registros documentais oficiais.

A fim de prosseguir na discussão sobre os espaços interiores e exteriores e na dualidade sagrado e profano, será antes necessário conceituar os adros. Por definição, adro é o “pátio, à frente ou em torno das igrejas, geralmente cercado por muros baixos”²⁴⁵. São espaços de transição entre o interior e exterior das igrejas, os quais simbolicamente representam o limiar entre os recintos profano e o sagrado. Viterbo afirma que os adros sucederam os denominados passaes, espaços ao redor dos templos “que servia para hortas, pomares, e logradouro aos Parochos, e ministros do templo. Essas cercas eram antigamente mais estreitas, e se chamavam Dextros. (...) se extendiam [sic] até trinta passos geométricos em torno das igrejas”²⁴⁶. Tal qual os passaes, os adros previam imunidade religiosa, assegurando acolhimento e intocabilidade para qualquer um que estivesse instalado nele, até mesmo criminosos. Isso também evidencia a prerrogativa de sacralidade do espaço.

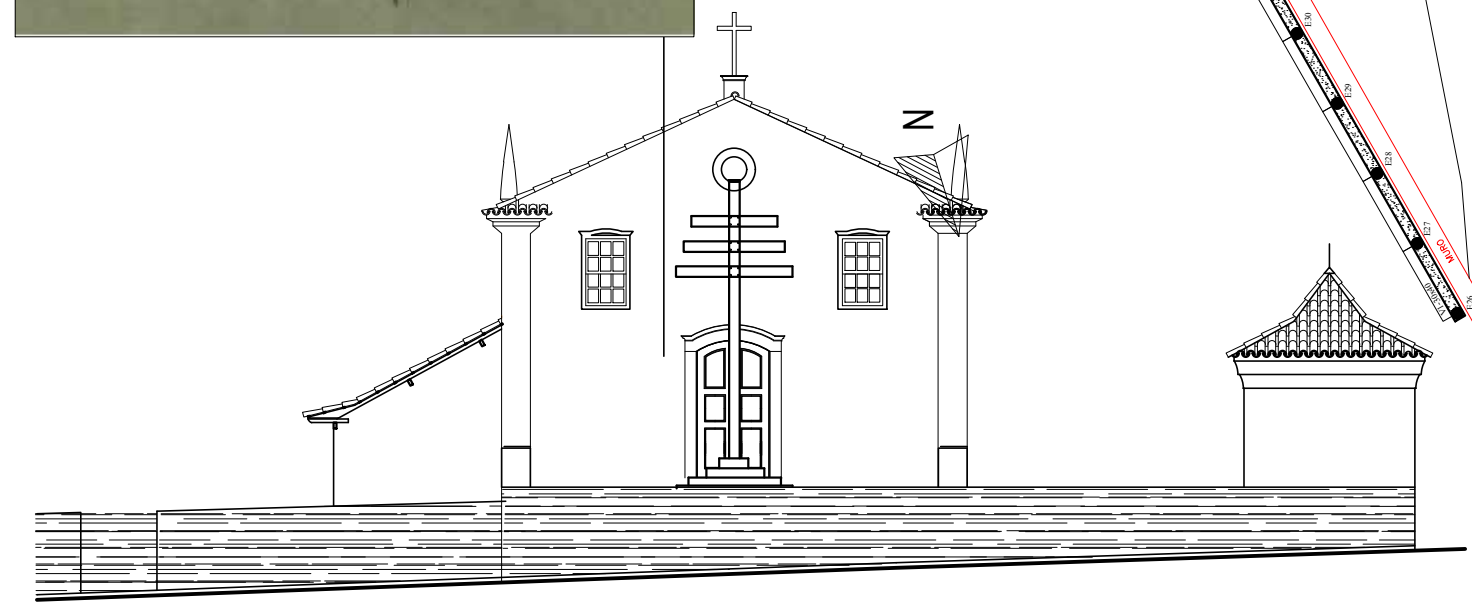
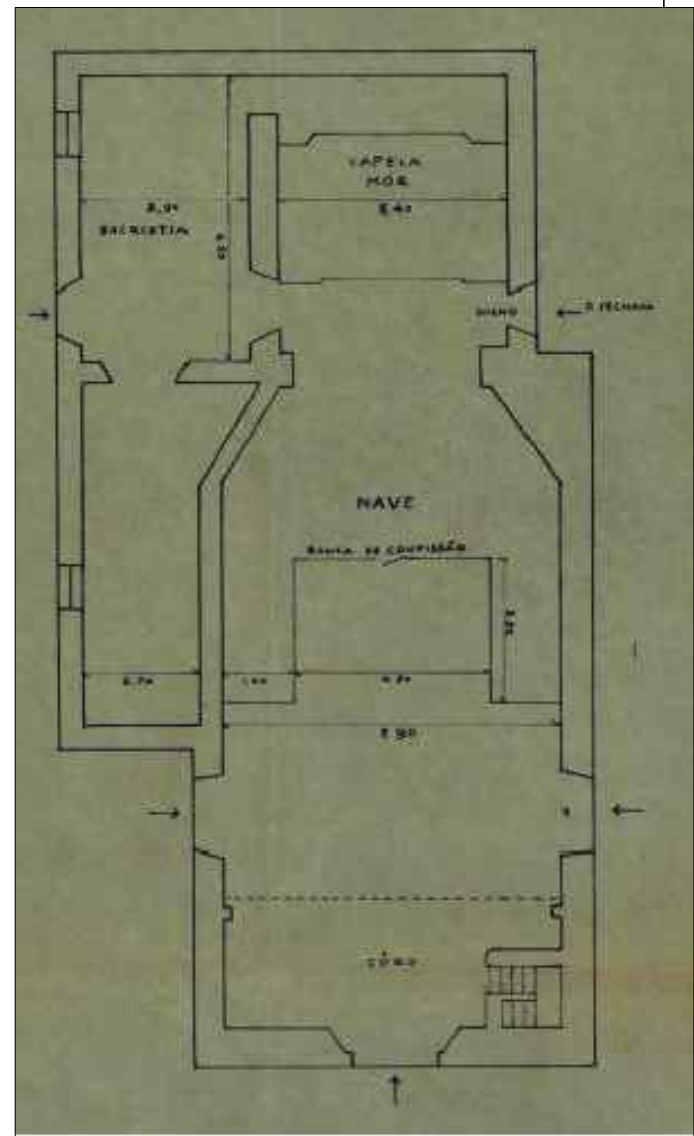
As Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia orientavam quando à decência dos locais de acomodação dos templos, em pontos elevados, na região onde se agrupassem maior número de fieis, distante de locais inapropriados e sem higiene. Os templos deveriam prever adequado afastamento das moradas e de outras paredes “em distancia que possam andar as Procissões (2) ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer ás festas”²⁴⁷. É possível ainda verificar a solicitação da instalação de cemitérios para enterramentos nos adros, após a proibição de fazê-los na parte interior dos templos²⁴⁸.

²⁴⁵ ÁVILA; GONTIJO; MACHADO, 1996.

²⁴⁶ Cf. VITERBO, 1865, P. 139.

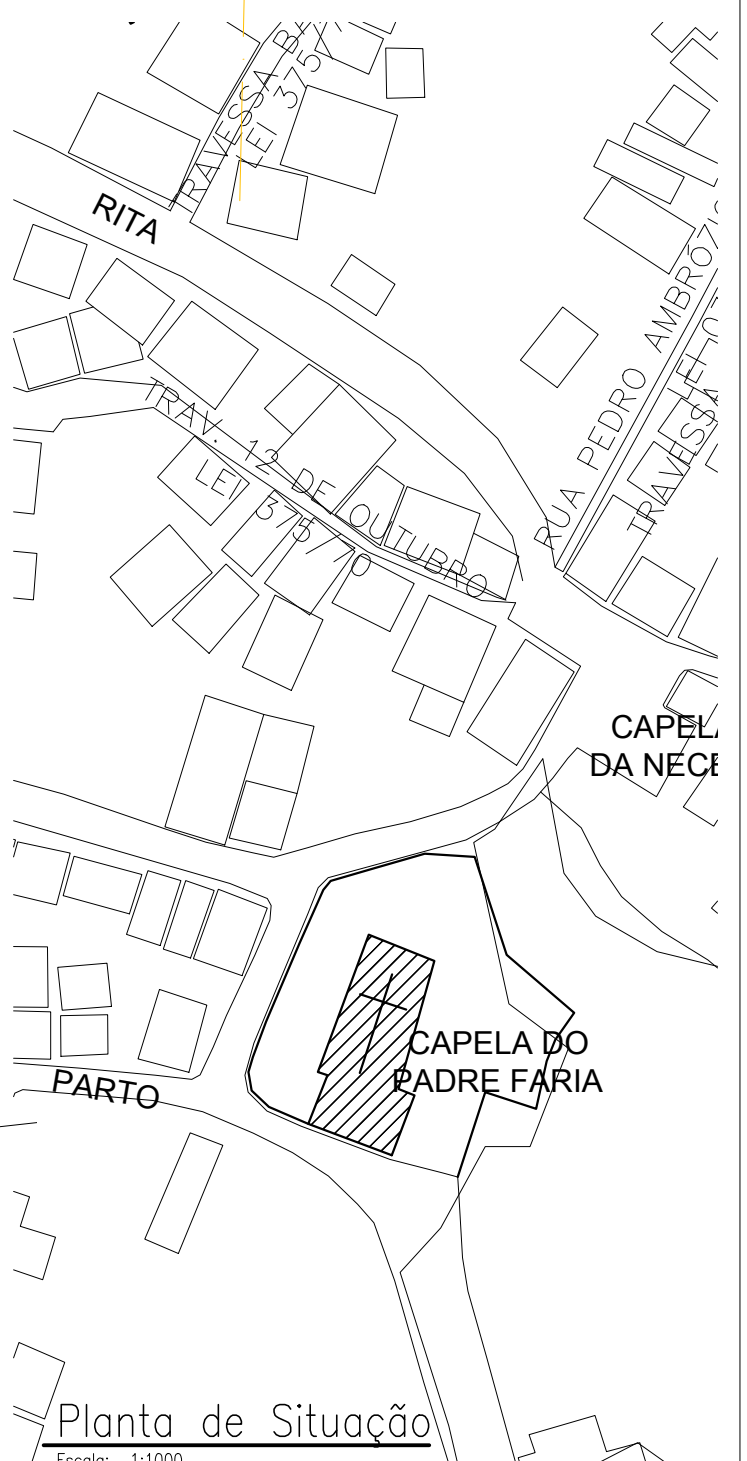
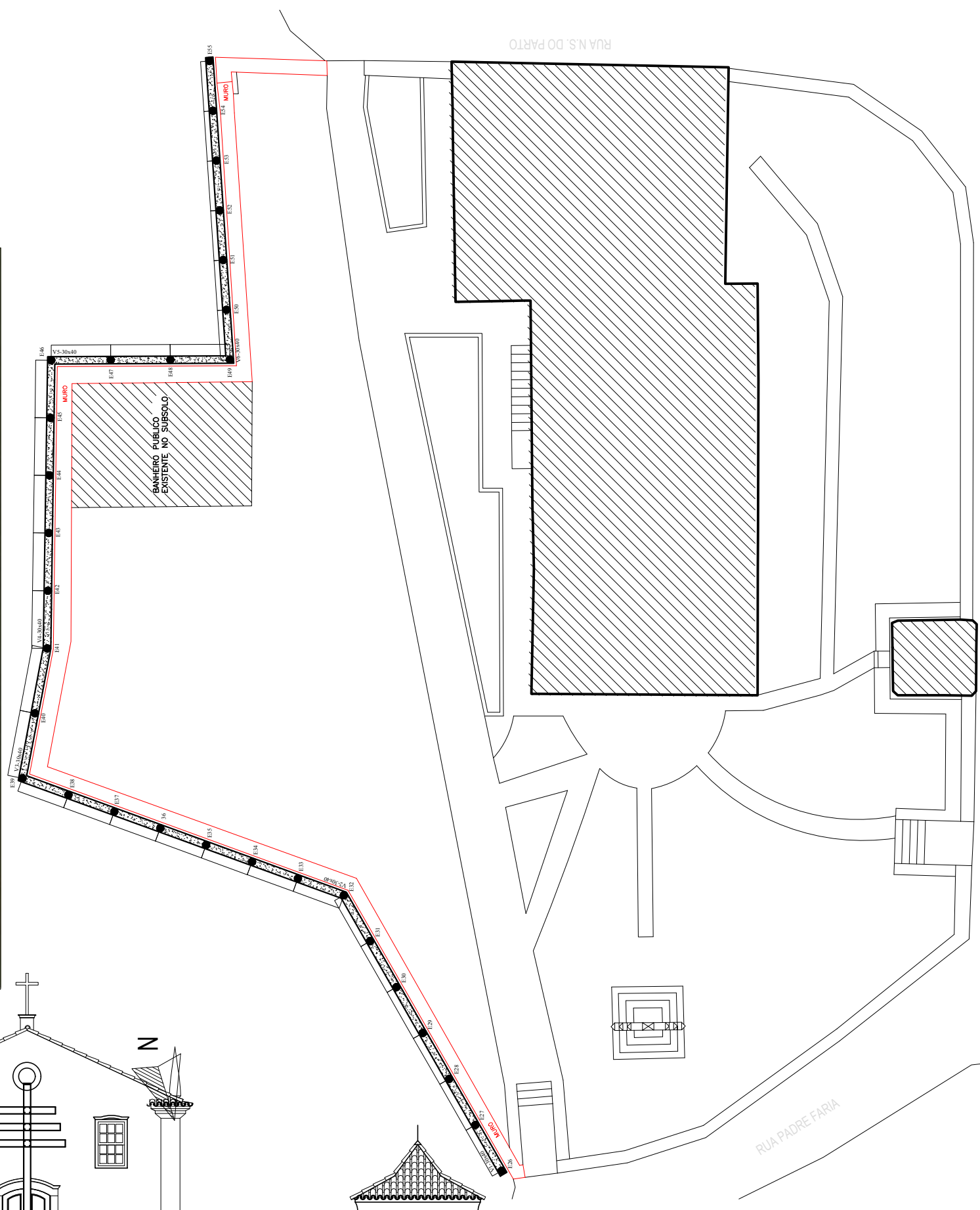
²⁴⁷ VIDE, 1853, p.252.

²⁴⁸ Joaquim Viterbo faz menção sobre os moimentos (sepulturas) nos adros dos templos em meados do século XIV: “Ainda no de 1354 senão enterravam indiferentemente dentro dos templos os corpos dos defuntos, mas só nos adros; pois neste anno se deo uma sentença á porta da Sé de Coimbra sobre os moimentos.” Doc. de Coimbra. Desde os adros se foram introduzindo por detraz das portas, até que se metteram dentro das igrejas.” VITERBO, 1865, p. 101.



Fachada com adro

Escala: 1:150



Planta de Situação

Escala: 1:1000

OBRA: CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DO PADRE FÁRIA	DATA: 1720	COTA: 1085 m
LOCALIZAÇÃO: ARRAIAL DO PADRE FÁRIA	ÁREA CAPELA: 239m ²	ÁREA ADRO: 872m ²

3.2.6 Os adros e o uso social

A forma característica dos adros possibilitam, ainda hoje, a apropriação de uso dos mais variados teores. Sendo, geralmente, espaços amplos, murados ou não, tendem a ser utilizados como extensão do edifício-igreja e da cidade, ou seja, são elementos físicos que compõem um espaço intermediário. O próprio espaço vazio demarcado se tornou fronteira no contexto urbano, conferindo-lhe protagonismo. Assim, seria possível elencar o uso dos adros segundo duas categorias: pública (relacionado ao entorno e sua esfera coletiva profana) e privada (pelo pertencimento do território à Igreja Católica e à prática de religiosidade).

As atividades públicas, do âmbito urbano, são relatadas em livros de registros históricos, sobretudo vinculados às matrizes da Vila. É possível encontrar relatos de cortejos militares, saimentos²⁴⁹, pronunciamentos da Coroa²⁵⁰, celebrações de carnaval, festas de rua e concentrações de celebrações sociais como os nobres casamentos dos membros da Coroa. As festas eram a alternativa de lazer e expressão de status no contexto coletivo. Nolasco²⁵¹ afirma que em datas festivas de cunho litúrgico, após o ofício da missa, havia expressões culturais “mais decentes” autorizadas nos adros das igrejas, tal como a Folia do Divino; outras de caráter religioso regional e viés mais profano eram suprimidas, tais como festejos de congado, danças, comédias e cavalgadas nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (oriundos de devoções das irmandades negras). Medeiros²⁵² também relata que, na véspera das festas religiosas dos santos padroeiros, o espaço físico dos adros era usado para danças e banquetes. Os paroquianos passavam a noite bebendo, comendo, cantando e dançando, sob objeção do clero. Ainda que acoplados ao edifício sagrado, os adros eram os primeiros espaços públicos disponíveis e possuíam valor político, social e simbólico. Por ser parte do espaço público, os adros possibilitavam o comércio local e as atividades cotidianas, embora houvesse expressa proibição, como se lê: “nas Igrejas, e seus adros, se não fação feiras, ponhão tendas, nem se

²⁴⁹ Segundo o dicionário eletrônico Houaiss, saimentos são cortejos fúnebres, funerais ou enterros. É uma palavra típica do Regionalismo Brasileiro. Os cortejos mortuários festivos eram típicos, sobretudo nas irmandades negras de origem africana. As igrejas e adros eram locais de enterramento até 1810, quando houve proibição da prática. Após esse período, surgem os cemitérios próximos às igrejas, acessados pelos adros.

²⁵⁰ Supõe-se que importante registro pode ter sido a festa das Exéquias de Dom João V (1750), memória preservada no Auto de Vereação, publicado pela Câmara Municipal de Ouro Preto (1904) com instruções de como a comemoração fúnebre deveria ocorrer, sem relatos específicos da festa. Para mais, cf. OURO PRETO. Câmara Municipal. Funeraes de Dom João Quinto. Auto de Vereação. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano IX, 1904, p.359-365.

²⁵¹ NOLASCO, 2010, p. 79.

²⁵² MEDEIROS, Ana Paula Garcia de. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais na Américas, nos séculos XVI a XVIII. In: *Revista Urutágua – Acadêmica Multidisciplinas – DCS/UEM*, Rio de Janeiro, nº 21, 2010, p. 57-71.

compre, (2) e venda, ou apregoe cousa alguma, posto que seja para comer, e beber: e que se não fação quaesquer outros contratos, escambos, ou escripturas”²⁵³.

Estes espaços eram palcos de inúmeras manifestações culturais, artísticas, religiosas, políticas e cotidianas da sociedade de Vila Rica. O poder do Estado e da Igreja se misturava e a religião assumia, portanto, papel de grande aglutinadora da sociedade, seus eventos, fossem eles missas, festas dos santos padroeiros, ajuntamentos de procissões e o soar dos sinos emolduravam o cotidiano da cidade em suas cerimônias: enlances matrimoniais, celebrações de vitórias em combates da Coroa, anúncio de mortes etc.

Quanto às atividades denominadas privadas, tratam-se daquelas relacionadas às funções e usos específicos da Igreja. Os festejos dos diversos oragos, levantamento de mastro, celebrações de sacramentos como casamentos e batizados, por exemplo, saimentos e procissões curtas no entorno do adro, dentro do contexto da liturgia celebrada²⁵⁴. Ainda podem ser apontadas encenações artísticas de cunho religioso²⁵⁵, em consonância com a espetacularidade do século XVIII, demonstrando a exterioridade, esplendor e o poder do clero. As peças tinham intuito de encantar e catequizar os fieis, mantendo-os sob o jugo da fé, embora não fossem tão frequentes. As manifestações dos fieis demonstravam o espírito religioso e faceta artística popular importante no contexto da Vila, porém em sua maioria se concentravam nas matrizes, sobretudo na Igreja de Nossa Senhora do Pilar.

A alguns adros foi dada a função de sepultar os defuntos, numa possível expansão do território santo dos edifícios religiosos. As sepulturas no interior dos templos obtinham maior prestígio social, sobretudo as mais próximas dos altares²⁵⁶. Porém, os adros foram utilizados como local de sepultamento, nos quais se enterravam os falecidos sem sacramentos, escravizados ou criminosos. O local denotava baixa distinção social do falecido e seus familiares, como escravos de senhores agremiados àquela determinada irmandade. No uso dos adros como solo santo para as sepulturas, seria de grande valia ter um local próximo à entrada do templo, para que a alma se beneficiasse da santidade do território. Lopes discorre sobre a

²⁵³ Cf. VIDE, 1853, p.267.

²⁵⁴ Viterbo identifica o verbete Missa dos Pobres como “Esmola, que nos adros das igrejas entre elles se repartia, a fim de que encommendassem algum defunto, ou defuntos a Deos”. Não encontramos registros documentais da ocorrência em Vila Rica. Cf. VITERBO, 1865, p. 91.

²⁵⁵ Pelo levantamento dos registros de pagamentos aos músicos das freguesias, podemos verificar a presença de peças musicais, sobretudo nas igrejas. Destas se tem registros de pagamentos de irmandades aos profissionais. Para mais, cf. LANGE, Francisco Curt. História da música nas irmandades de Vila Rica. Volume V. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. Ou ainda: VIANA, Fábio Henrique. A paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca das Minas Gerais (1711-1822). Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

²⁵⁶ CAMPOS, Adalgisa Arantes. As irmandades de São Miguel e Almas e as almas do purgatório: culto e iconografia no setecentos mineiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2013. P. 137-138.

extinção do enterramento nos templos, referindo-se diretamente à Carta Régia, em janeiro de 1801, na qual o Príncipe Regente comunica sua decisão argumentada em questões de higiene e saúde públicas. Assim, tem-se a construção de muitos dos cemitérios lindeiros aos templos: É dessa mesma Carta Régia a proibição de “que dentro dos Templos, se continue a dar Sepultura aos cadáveres, logo que estiverem construídos os mencionados Cemiterios”.²⁵⁷ Em alguns casos, os cemitérios exigidos tomaram parte do território dos adros. Nas capelas em estudo, tal fato não se aplica. Porém encontramos sepulturas em alguns dos adros.

3.3 Os adros sob a percepção do ambiente construído e da paisagem urbana

Os adros podem conter elementos construtivos que o delimitam e configuram sua ambientação, sendo eles: escadarias, muretas, parapeitos, arrimos, jardins etc. A estrutura fundamental do adro é o plano horizontal vazio com seus elementos físicos. Por vezes o adro pode valer-se como cenário propício à visualização do templo ao qual pertence, pois garante o devido distanciamento para que o olhar apreenda o conjunto edificado. A sucessão do plano profano e das linhas horizontais (adro) contrapõe-se às linhas ascendentes do sagrado (templo).

Categorizamos os adros segundo sua inserção no terreno, considerando também a sua permanência frente ao desenvolvimento urbano posterior. Embora os mapas não nos permitam uma minuciosa análise espacial, as fotografias nos possibilitam discutir sobre a composição. Para tanto, esboçamos as seguintes categorias:

- a) Adros espontâneos: naturalmente formados pela necessidade de inserção de muros de arrimo no terreno. Sem planejamento prévio ou intencionalidade compositiva, os adros espontâneos poderiam, ainda assim, agregar valor compositivo ao templo, beneficiando-o no conjunto de planos com a fachada;
- b) Adros planejados: adros aparentemente previstos junto aos riscos dos templos. Demonstram uso estratégico dos componentes limítrofes do adro como recurso para valorização do templo. Ou seja, utilizam as escadarias, muretas, platôs e outros como elementos determinantes ao conjunto edificado;
- c) Adros desfigurados: adros desconstruídos ou suprimidos em razão do adensamento populacional (moradias, comércios e outros) ou da urbanização, mediante a intensificação do tráfego de pessoas, animais, tropas e veículos.

²⁵⁷ APM. *Códice 296* – Seção Secretaria do Governo, fls. 15 apud LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1955, p. 144-145.

As capelas em análise são remanescentes da primeira (1700-1720) e segunda (1710-1750) fases da ocupação da Freguesia de Antônio Dias, em Vila Rica. Como observamos na cartografia dos séculos XVIII e XIX, o espaço em torno dos templos sofreu interferências motivados pelo desenvolvimento da malha urbana. Ainda que nosso recorte histórico seja o século XVIII a meados do século XIX, o fato dos mapas e plantas de Vila Rica/ Ouro Preto serem limitados em representação nos motivou a comparar com os levantamentos arquitetônicos atuais.

Entendemos que as categorias acima esboçadas não sejam excludentes, da mesma forma que não sejam as únicas possíveis a uma análise primária dos adros na morfologia urbana. Elas são, sobretudo, o esboço interpretativo da relação dos adros com seu entorno no processo de urbanização espontâneo de Vila Rica. Cotejamos as principais características da cartografia disponível, bem como apresentamos as pranchas de desenhos recentes para então concluir o que segue em resumo no quadro abaixo.

Tabela 17: Quadro resumo dos adros das capelas da Freguesia de Antônio Dias

ADRO/ CAPELA	ADRO ESPONTÂNEO	ADRO PLANEJADO	ADRO DESFIGURADO
Capela de São João Batista	x		
Capela de Santana	x		
Capela de Nossa Senhora da Piedade	x		x
Capela de Bom Jesus das Flores do Taquaral		x	
Capela do Rosário do Padre Faria		x	x

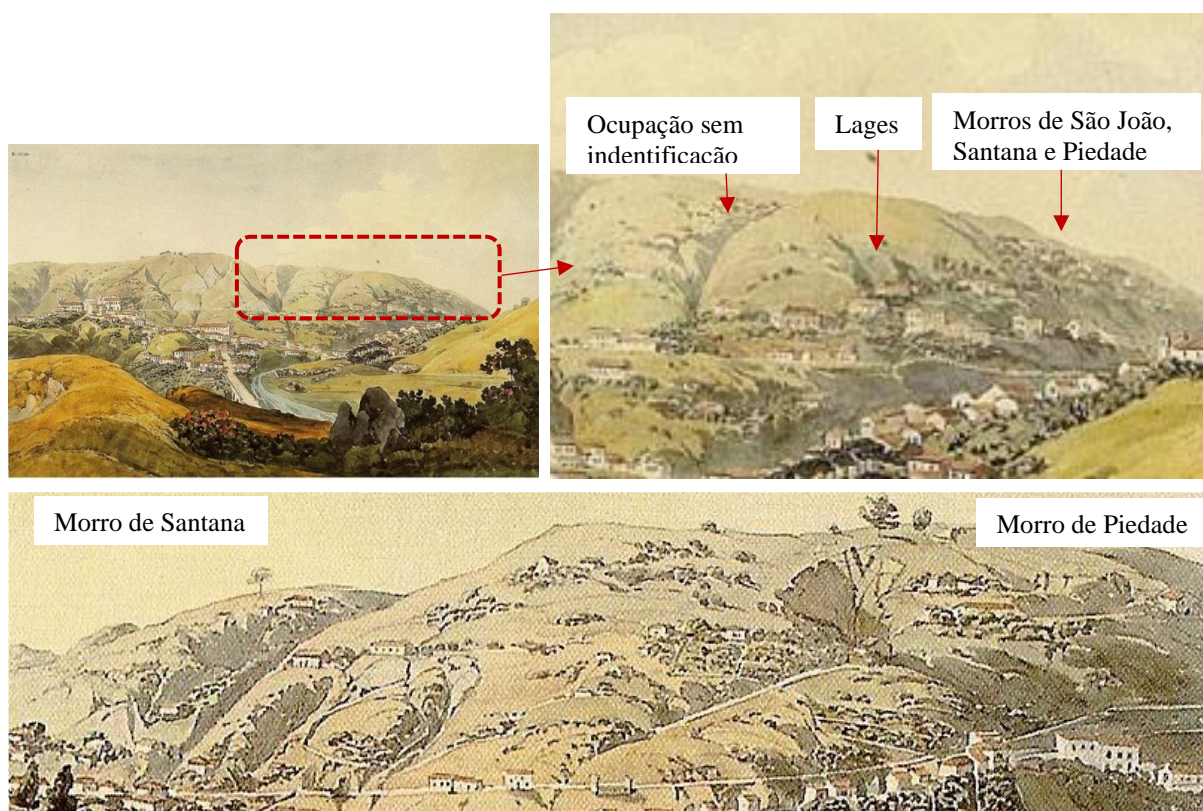
Fonte: Elaborada pela autora.

Ao designarmos as Capelas de Bom Jesus das Flores do Taquaral e do Rosário de Padre Faria como adros planejados, ainda sem conhecer a existência de riscos ou intencionalidades, o fazemos na interpretação de lugares pensados não apenas para elevar o templo daquele solo onde foi edificado, mas também para elevar o conjunto edificado aos olhos dos fregueses. Numa noção de delimitação de espaço para uso do templo, ainda que de maneira diminuta como em São João, o adro está demarcado para cumprir sua função primeira. A denominação da Capela de São João Batista, Capela de Santana e de Nossa Senhora da Piedade como adros espontâneos se deve ao simples cercamento como limitação do espaço, sem maiores trações compositivos,

tal qual em São João ou ainda como produto da solo acidentado, em maior ou menor porção de aclave, como nas Capelas de Santana ou Piedade.

Por fim, trataremos brevemente da inserção das capelas setecentistas da freguesia de Antônio Dias na paisagem urbana. Ainda que as reproduções artísticas do século XIX não nos tragam fidelidade de representação, elas nos informam sobre aspectos fundamentais do espaço construído da Serra do Ouro Preto.

Figura 24: “Vila Rica”. [1817-1821]. Morros da Serra do Ouro Preto



Fonte: “Vila Rica”. [1817-1821]. Aquarela sobre lápis. 340x534mm. Thomas Ender. In: Wagner & Bandeira, 2000, p. 971 e 960.

Mesmo sem a identificação das capelas, a vista da serra nos permite pensar acerca da implantação dos edifícios religiosos no processo de representação humana na paisagem, em cujo espaço se materializa sua busca pelo social, pela fé e pela proteção. Retomamos assim a discussão de Manuel Teixeira sobre os moldes das cidade portuguesas²⁵⁸. Apesar de sempre focalizarmos o núcleo urbano de Vila Rica nas análises, olhar para os morros nos permite enxergar os traços fundamentais lusitanos, impressos no restante da região. É possível perceber traços de uma ocupação moldada ao território, de modo que condicionada aos elementos físicos,

²⁵⁸ TEIXEIRA, 2012, p. 180-181.

adaptou o uso do espaço, sobretudo o destinado ao religioso, à articulação fluida entre natureza e arquitetura. Há uma significativa relação entre a descrição de Teixeira e o território colonial:

essa característica das cidades portuguesas, presente em todos os momentos históricos, radica-se em sua herança mediterrânica, de natureza vernacular, e se manifesta na articulação dos traçados com o suporte físico natural, principalmente por meio das principais vias segundo as linhas naturais do território e a escolha de sítios topograficamente dominantes para a construção de edifícios notáveis²⁵⁹.

Levando em consideração o que foi exposto, é possível dizer que, apesar da constatada simplicidade empregada nos templos e adros das capelas setecentistas da Freguesia de Antônio Dias, elas comportam certa astúcia no que tange à implantação acomodada, ao uso de costumes construtivos, ao emprego dos materiais convenientes à disponibilidade local e à mão de obra²⁶⁰. Vale destacar ainda a adequação ao uso e ao agrupamento de feis do entorno, o devido ajustamento do programa arquitetônico à finalidade da construção religiosa etc. De fato, a expressão física das capelas em seu entorno e mesmo no conjunto da paisagem urbana da Vila assume as orientações de conveniência, decoro e decência para inserção da casa de Deus, como recomendavam as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Em síntese, os adros se revelam muito mais que meros espaços limítrofes. Antes, fazem parte do composto do templo, conferindo-lhe aspecto formal e comportando a importante ambivalência entre sagrado e profano. É lugar de transição e de expressão de fé, seja no início da vida, como é o caso das celebrações de batismo, muitas vezes iniciadas no espaço dos adros; seja no fim da existência humana, é o caso de alguns adros que serviram de cemitério. Portanto, trata-se de um espaço multifacetado, no qual se cruzam o sobrenatural da religiosidade piedosa e o natural da vida cotidiana.

²⁵⁹ TEIXEIRA, 2012, p. 180.

²⁶⁰Cf. BASTOS, 2013, P. 40.

CONCLUSÃO

A religiosidade revela-se um dado constante nas diversas civilizações humanas. Uma análise retrospectiva do fenômeno religioso nos faz reconhecer sua existência multifacetada há milênios atrás. Desse modo, fica evidente que se trata de um elemento significativo na constituição da identidade sociocultural humana ao longo do tempo. Via de regra, essa experiência costuma se dar em um espaço físico, envolvido de sentidos simbólicos, ao qual chamamos templo. Este espaço material assume contornos especiais que lhe conferem *status* de ambiente sagrado, pois é lugar de relação entre a divindade e a humanidade. Desse modo, o templo possibilita a interação do humano com o divino. Essas edificações seguem determinados padrões a fim de manifestar o misterioso mundo sagrado ao qual servem.

Sabendo que o cristianismo esteve diretamente implicado na constituição da identidade sociocultural do Brasil desde tempos primevos, esta pesquisa analisou a vida festiva e os adros da freguesia de Antônio Dias do século XVIII a meados do século XIX. Nela, evidenciamos tanto o relevante papel da religião cristã para a constituição identitária da colônia luso-brasileira, seja do ponto de vista de costumes, arquitetura, economia etc. Por outro lado, o foco sobreposto aos adros das igrejas setecentistas, levou-nos à compreensão desses espaços como lugar de transição entre o público e o privado, sobre o qual repousa certa ambivalência entre o sagrado e o profano.

Em face a isto, os adros foram então reconhecidos como elementos cuja relevância simbólica e arquitetônica merecem nota. De fato, durante a pesquisa nos deparamos com uma incômoda lacuna sobre o tema, uma vez que, mesmo em meio a uma diversidade de obras e autores, os adros são mencionados apenas rapidamente. Do ponto de vista externo, os estudos versam mais preferência recai sobre a fachada com suas torres sineiras, ao passo que internamente muitos são os elementos estudados (forro, Capela Mor, ícones, imagens etc). Portanto, revelou-se significativo redescobrir os adros como elementos valorativos dos templos cristãos setecentistas. Para isso, a pesquisa foi organizada em três capítulos.

O primeiro, tratou das origens e da estruturação do templo cristão no Brasil. A princípio, assinalamos alguns traços importantes da Igreja Primitiva na construção do templo cristão. Iniciando com a experiência da *Domus ecclesiae*, na qual o agrupamento se dava de modo restritivo e velado, para evitar as perseguições do império romano, passamos ao tempo do cristianismo oficial, que une forças com o Estado e se torna a religião oficial do Império. Daí para frente não é mais preciso disfarçar o lugar de culto. A partir de agora, os templos cristãos ganharão cada vez mais suntuosidade e opulência, proporcionando o crescimento de edificações

basilicais, ricas em imagens e detalhes artísticos. Em seu segundo momento, o primeiro capítulo evidenciou as celebrações litúrgicas e paralitúrgicas realizadas no período abordado. As primeiras são as que se davam dentro da missa, ao passo que as paralitúrgicas aconteciam fora. Ambas, porém, tinham capacidade de atrair a atenção da população local, profundamente marcada pela experiência religiosa.

No segundo capítulo, nos ocupamos de averiguar a expressão da religião nas capelas urbanas e suburbanas de Vila Rica, a fim de assinalar o caráter religioso intrínseco à sociedade mineira setecentista. Para isso, averiguamos alguns importantes indicadores, tais como provisões para as exposições do Santíssimo Sacramento, para casamentos, para esmolar diversas capelas, além de mapas e ilustrações que ajudaram a explicitar instensa influência do catolicismo na construção da identidade sócio-cultural dos habitantes da região. Entre os dados apresentados, mereceu destaque alguns testamentos que comportavam doações consideráveis para a manutenção de obras devocionais em vista de garantir a vida eterna ao doador e seus familiares. De certa forma, fica evidente a força exercida pela religiosidade na região que, muitas vezes, chega a fundir-se com a identidade mesma dos habitantes da região.

Já o capítulo terceiro, intitulado de “Os adros na formação da arquitetura religiosa: As capelas setecentistas de Vila Rica” focalizou no papel dos adros na formação da arquitetura religiosa. O intuito foi apresentar um novo olhar que valorizasse este importante recurso da arquitetura sagrada. O passo inicial foi apresentar alguns pressupostos da urbanização de Vila Rica, reconhecendo a influência dos tropeiros nesse movimento de povoamento que se deu a partir do caminho tronco deixado por eles. Conforme indicado (Figura 10), várias capelas foram sendo erigidas ao longo desse caminho e, a partir delas estende-se o povoamento da região. Posteriormente, abordamos algumas Capelas de Vila Rica e seus Adros. Analisamos as chamadas Capelas do Morro, provavelmente as mais antigas, a saber: a de São João Batista, a de Santana, a de Nossa Senhora da Piedade, a de Bom Jesus das Flores do Taquaral e a Capela urbana de Nossa Senhora do Rosário de Padre Faria. Evidenciamos ainda algumas possibilidades de uso dos adros no âmbito social, indicando que o espaço não se restringia apenas a atividades restritamente sagradas, mas, por vezes, alocava situações não tão relacionadas com os sagrados ritos.

Numa análise do espaço litúrgico, é possível dizer que o adro é visto como uma extensão do território santo, a assembleia começa sua reunião no lado externo, para então culminar na nave. Portanto, é fora do templo que a vida litúrgica se inicia. A vida cotidiana da sociedade setecentista era marcada pela experiência religiosa. A vivência da vida à morte é perpassada pela fé comunitária, expressa do batismo ao sepultamento, numa piedosa vida sacramental. A

vida festiva, então, celebra os ritos, durante a interação dos fieis no caminho, através de saimentos, ajuntamentos, razouras e enterros. Em tais eventos a assembleia se reunia em favor do culto divino, tendo em vista a preocupação com a salvação.

Embora muitas vezes os adros tenham sido preteridos a outros elementos historicamente mais valorizados na arquitetura sagrada, como é o caso das fachadas, frontispícios, elementos artísticos, altares e tantos outros, é preciso reconhecer que o adro possui relevância no conjunto do templo, uma vez que valoriza e enaltece a expressividade da paisagem local. Conta ainda em favor dos adros, o fato de comportarem significativa ambivalência do sagrado e do profano, constituindo-se espaço de transição entre o público e o privado. Sua funcionalidade parece remeter a uma espécie de aviso que indica àqueles que se aproximam do templo: “Este lugar não é como os outros”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUZZINI, Eugênio. Arquitetura. In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- AUGÉ, Matias. *Liturgia - história celebração teologia espiritualidade*. (trad. Comercindo B. Dalla Costa) São Paulo: Editora Ave-Maria, 1998.
- AEAM. *Documento número 35.320 de Ereção de Capelas*. Folhas avulsas.
- AEAM. *Resíduos*. Caixa 3. Folhas avulsas.
- AEPNSP. Pesquisa Adalgisa Arantes Campos e Maria Agripina Neves. *Livro de Chancelaria. Volume 1777 (período de 1761 a 1820)*.
- AEPNSP. Pesquisa Adalgisa Arantes Campos e Maria Agripina Neves. *Registro de Testamento - Códices: 1924 e 1932. 1777; 1791*.
- AGOSTINHO DE SANTA MARIA, Frei. *Santuário Mariano, e Historia das Images milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em a India Oriental, e mais Conquistas de Portugal, Asia Insular, Africa e Ilhas Felippinas*. Tomo X. Lisboa, 1723, p. 245-246.
- Almanack administrativo, mercantil, industrial, scientifico e litterario do Município de Ouro Preto* de Manoel Ozzori, de 1890. Edição Fac-simile Belo Horizonte, Mazza Edições, 1990.
- ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Ricos e pobres em Minas setecentistas: a sociedade colonial polarizada*. In: OFICINA DO INCONFIDÊNCIA: Revista de Trabalho. Ano 4, nº. 3. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2004, p. 119-159.
- ANAIS do Museu Histórico Nacional (1744)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.
- ARQUIVO Público Mineiro. *Pagamento da capitação referente aos 1º e 2º semestres de 1746, com registro de multas*. Casa dos Contos 2027. Transcrição: Jeaneth Xavier de Araújo e Leonardo Viana da Silva. Digitação e tratamento da informação: Jeaneth Xavier de Araújo. Trata-se de estudo para elaboração para dissertação de mestrado em História e futura divulgação em CD-Rom. Belo Horizonte, agosto de 2002.

APM. *Pedido de Provisão da Irmandade do Rosário dos Pretos da Freguesia do Ouro Preto para pedir esmolas para erguer a capela em decadência*, 20/11/1767, fl. 55v.

APM. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XXV, 2º volume, julho de 1937, p.135. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1891.pdf, acesso em 01 de janeiro de 2020.

ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. São Paulo: Perspectiva, 1994. 2v. (Coleção Debates).

ÁVILA, Affonso et Alii. *Barroco mineiro - glossário de arquitetura e ornamentação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro/ Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Ensaio introdutório de Affonso Ávila. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, Coleção Mineiriana, Série Obras de Referência, 1, 1996. Ensaio introdutório de Affonso Ávila. CD-ROM.

AZZI, Riolando. *Do Bom Jesus Sofredor ao Cristo Libertador: Um aspecto da evolução da Teologia e da Espiritualidade católica no Brasil*. Revista Perspectiva Teológica. Volume 18. Belo Horizonte: FAJE, 1986, p. 215-223. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/download/1821/2139/>, acesso em 17 de janeiro de 2020.

BAETA, Rodrigo Espinha. *A cidade barroca na Europa e na América Ibérica*. Salvador: EDUFBA: PPGAU, 2017.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. (Coleção Reconquista do Brasil – 2ª série, 181). 1ª ed. 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Ouro Preto. In: _____. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995, p. 230 -231.

BASTOS, Rodrigo. *A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 volumes.

BAZIN, Germain. *Barroco e Rococó*. 2. ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção Mundo da Arte).

BERGER, Rupert. Ambão. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral: Obras de consulta sobre todas as questões referentes à liturgia*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 19.

BERGER, Rupert. Batistério. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral: Obras de consulta sobre todas as questões referentes à liturgia*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 46.

BERGER, Rupert. Fonte batismal. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral: Obras de consulta sobre todas as questões referentes à liturgia*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 170.

BERGER, Rupert. Igreja. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral: Obras de consulta sobre todas as questões referentes à liturgia*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 184.

BERGER, Rupert. Sacristia. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral: Obras de consulta sobre todas as questões referentes à liturgia*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 368-369.

BERGER, Rupert. Tabernáculo. In: _____. *Dicionário de Liturgia Pastoral: Obras de consulta sobre todas as questões referentes à liturgia*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 391-392.

BESSA, Antônio Luiz de. Provisão. In: _____. *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de república*. Belo Horizonte: APM, p.86. v. 1.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. Brasília: Edições CNBB, 2012.

BITTENCOURT, José Bastos. *Ouro Preto: Aleijadinho, Monumentos e outras cidades*. Belo Horizonte: [s.n.], [197-?]. 194 p.

BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro* (Volume 1: A - K). Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana da Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. 3 v. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2006.

BROUGHTON, Lynne. Arquitetura. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia/* publicado sob a direção de Jean-Yves Lacoste. Tradução: Paulo Menezes et al. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial. São Paulo: Annablume : Fapesp, 2004.

BORROMEU, Carlos. *Instrucciones de la fábrica y del ajuar eclesiásticos*. México: Imprensa Universitária, 1985.

BURY, John; OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de (org.). *Arquitetura e arte no Brasil Colonial*. Brasília: IPHAN/ MONUMENTA, 2006. 256 p.

BUZIANI, Pe. Geraldo Dias. Uma leitura litúrgico-teológica do espaço de culto. In: *Sé de Mariana: monumento de fé, devoção e expressão artística*. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 2015. P. 83-115.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Introdução ao Barroco Mineiro: Cultura barroca e manifestações do rococó em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte, Editora C/Arte, 2005.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Roteiro Sagrado: monumentos religiosos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Instituto Francisca Peixoto e Tratos Culturais, 2000.

CANTALAMESSA, Raniero. Páscoa. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia/* publicado sob a direção de Jean-Yves Lacoste. Tradução: Paulo Menezes et al. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 2000, nº. 1186.

CNBB. *Guia Litúrgico-Pastoral*. Brasília: Edições CNBB, 2007.

CNBB. *Orientações para projeto e construção de igrejas e disposição do espaço celebrativo*. (Estudos da CNBB, nº 106). São Paulo: Paulus, 2013.

CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. 2v. Coleção Mineiriana. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

COLLINS, John J. Parusia. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*/ publicado sob a direção de Jean-Yves Lacoste. Tradução: Paulo Menezes et al. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004.

CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa*: arquitetos, mestres-de- obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas minas gerais setecentistas. Vol. I/IV. Tese (doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

DANIELOU, Jean; MARROU, Henri. *Nova história da Igreja: dos primórdios a São Gregório Magno*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1966. V.1.

FRADE, Gabriel. *Arquitetura Sagrada no Brasil: Sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FURTADO, Júnia Ferreira. “*Desfilar: a procissão barroca*”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 17, n° 33, 1997, p. 251-279. Disponível em: <http://chronos.fafich.ufmg.br/pae/apoio/desfilaraprocissaobarroca.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

GARRETT, Almeida. Camões. Porto: Livraria Chardron, [19--].

GY, Pierre-Marie. Liturgia. In: In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*/ publicado sob a direção de Jean-Yves Lacoste. Tradução: Paulo Menezes et al. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2128.

JOUNEL, Pierre. *A missa ontem e hoje*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1988.

JOUNEL, Pierre. Lugares da Celebração. In: SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

JUNGMANN, J. A. *El sacrificio de la Misa*. Madrid, BAC, 1963.

JUNGMANN, J. A., SJ; *Missarum sollemnia* origens, liturgia, história e teologia da missa romana. São Paulo: Paulus, 2008.

KUHN, Ulrich. Igreja. In: LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário Crítico de Teologia*/ publicado sob a direção de Jean-Yves Lacoste. Tradução: Paulo Menezes et al. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004.

LANGE, Francisco Curt. *História da música nas irmandades de Vila Rica*. Volume V. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

LEÃO, Ivson Augusto Menezes de S.; SAMPAIO, Juliana da Cunha; MONTE, Marco Tomé Costa, VASCONCELOS, Myziara Miranda; SILVA, Kalina Vanderlei. *Relações Sócio-Culturais Barrocas nas Irmandades de Cor nas Vilas Açucareiras nos Séculos XVII e XVIII*. In: Mneme - Revista de Humanidades. Rio Grande do Norte: UFRN. Vol. 05. nº. 12, out./nov. de 2004, p. 149-166. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/260>. Acesso em: 26 out. 2016.

LEFÈVRE, Renée; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Minas: cidades barrocas*. Ouro Preto. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

LOPES, Francisco Antônio. *Os Palácios de Vila Rica: Ouro Preto no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1955.

LOPES, Myriam Bahia (coord.); LIMA, Kleverson Teodoro; VIEIRA, Luiz Alberto Sales. *Morro da Queimada: Século XVIII*. Ouro Preto: Universidade Federal de Minas Gerais, Ministério da Cultura PRONAC, 2008. Disponível em: <http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/Morro%20da%20Queimada%20seculo%20XVIII.pdf>, acesso em 23 de junho de 2018.

LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família em Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFMG, 2008.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Profissões, *Atividades Produtivas e Posse de escravos em Vila Rica ao Alvorecer do Século XIX*. In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; Klein, Herbert D. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 41-66.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais*. Vila Rica – 1804. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, 1969.

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de. *Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais na Américas, nos séculos XVI a XVIII*. In: Revista Urutágua – Acadêmica Multidisciplinas – DCS/UEM, Rio de Janeiro, nº 21, p. 57-71, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/8704>. Acesso em: 26 out. 2016.

MELLO, Suzy de. *Barroco*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MENEZES, Ivo Porto de. *Arquitetura Sagrada*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MENEZES, Joaquim Furtado de. *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Belo Horizonte: IEPHA, 1975.

NAUTIN, Pierre. Didascália dos Apóstolos. In: DI BERNARDINO, Ângelo (org.). *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs*. Tradução de Cristina Andrade. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOLASCO, Simone Ribeiro. *Patrimônio Cultural Religioso: a herança portuguesa nas devoções da Cuiabá colonial*. Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2010.

OLIVEIRA, Myriam Andrade R.; CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana - Monumenta*. 1ª. ed. Brasília: Brasília, 2010. v. 02.

OURO PRETO. Câmara Municipal. *Funeraes de Dom João Quinto. Auto de Vereação*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, Ano IX, p.359-365, 1904.

PIÉ-NINOT, Salvador. *Introdução à Eclesiologia*. Tradução: João Paixão Neto. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

PONTIFICAL ROMANO. São Paulo: Paulus, 2000.

RATZINGER, Joseph. *Introdução ao espírito da liturgia* (trad. Silva Debetto C. Reis). São Paulo: Loyola, 2015.

REIS, Nestor Goulart. As principais cidades e vilas do Brasil – importância da vida urbana colonial. Revista Oceanos. *A construção do Brasil urbano*. Lisboa. N. 41. P. 60-67, jan./ mar. 2000.

RIGHETTI, Mario. *História da liturgia*. Madrid, BAC, 1955.

RITUAL DE BÊNÇÃOS. São Paulo: Edições Paulinas, Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

ROWER, frei Basílio. *Dicionário litúrgico para uso do Revmo. Clero e dos fiéis*. Petrópolis: Vozes, 1947.

SACROSANCTUM CONCILIUM: Constituição do Concílio Vaticano II sobre a Sagrada Liturgia/ apresentação Alberto Beckhauser. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

SANT'ANNA, Sabrina Mara; FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro; CAMPOS, Adalgisa Arantes (orgs.). Arquitetura religiosa e seu papel na construção da paisagem urbana barroca no Brasil colonial. In: *Cultura Artística e Conservação de Acervos Coloniais*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural, 2015. 264 p.

SANTOS, Paulo F. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.

SILVA, Flávio Marcos. *O Senado da Câmara e o pequeno comércio nas Minas setecentistas*. In: OFICINA DO INCONFIDÊNCIA: Revista de Trabalho. Ano 4, nº. 3. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 2004, p. 161-179.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: São Paulo: Verbo, 1994.

TEIXEIRA, Manuel C. *A construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

TEIXEIRA, Manuel C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

THESAURUS VOCABULÁRIO DE OBJECTOS DO CULTO CATÓLICO (CORREDO ECCLESIASTICO DI CULTO CATTOLICO OBJECTS RELIGIEUX DU CULTE CATHOLIQUE RELIGIOUS OBJECTS OF THE CATHOLIC FAITH). Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Fundação da Casa de Bragança, 2004. Disponível em: <http://literacias.net/bibliodigital/index.php?page=13&id=327&db=>, acesso em 26 de dezembro de 2019.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas do Brasil colonial*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Instituição de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1945, p. 291.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *A Arquitetura Colonial Mineira*. In: Revista Barroco nº 10. Belo Horizonte, Conselho de Extensão da UFMG, 1978/9, p. 7-26.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica. Formação e desenvolvimento - residências*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. 2v.

VASCONCELLOS, Sylvio. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

VIANA, Fábio Henrique. *A paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca das Minas Gerais (1711-1822)*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana: Imprensa universitária da UFOP, 1988. Disponível em:

<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/ocenariourbanoeminasgeraissetecentista.pdf>. Acesso em 26 out. 2016.

VITERBO, Joaquim de santa Rosa de. O.F.M. 1744-1822. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam / Publicado em beneficio da litteratura portugueza por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo. - 2ª ed. revista, correcta e copiosamente addicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 v.

WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ZILLES, Urbano. *Significação dos símbolos cristãos*. Porto Alegre: EDIPURSS, 2001. (5ª. Edição revista e ampliada).

ANEXOS

ANEXO A - Censo de 1746 separado por localidade (Morros)

Nome	Cor	Condição	Classificação	Profissão	Morador em
André	[n/c]	[livre]	forros	De sua pessoa	Taquaral
André Lourenço	[n/c]	[livre]	ofícios	sapateiro	Morro
Anna Peixota	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Morro
Antonio Alvarez	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Taquaral
Antonio Dias da Costa	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Agoa Limpa
Antonio Henriques	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	alfaiate	Morro
Antonio Mascarenhas	Preto forro	forro	Forros/multa	De sua pessoa	Morro
Bento de Oliveira	[n/c]	[livre]	ofícios	ofício	Taquaral
Bonifácio	Preto forro	forro	forros	De sua pessoa	Corrego Seco
Catherina de Souza Castello Branco	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Morro
Diogo da Silva	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Corrego Seco
Domingas Pires de Souza	parda forra	forra	forros	De sua pessoa	Morro
Domingos Fernandez Guimarães	[n/c]	[livre]	ofícios	ferreiro	Morro
Domingos Henriques	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Morro
Domingos Moreira de Oliveira	[n/c]	[livre]	ofícios	pedreiro	Taquaral
Esperança de Abreu Lisboa	[n/c]	[livre]	forros	De sua pessoa	Morro
Felippe Rodrigues	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	sapateiro	Ouro Fino
Felis de Joze de Faria Pereira	[n/c]	escravo	cortes	corte	Morro
Francisco Carneiro d'Azevedo	[n/c]	[livre]	boticas	de sua botica	Ouro Fino
Francisco de Joze de Faria Pereira	[n/c]	escravo	cortes	corte	Taquaral
Francisco de Oliveira de Macedo	[n/c]	[livre]	forros	De sua pessoa	Morro
Gabriel Joze de Azevedo	[n/c]	[livre]	boticas	de sua botica	Morro
Gregório Domingues	[n/c]	[livre]	ofício	alfaiate	Morro
Iria de Souza Ferreira	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Taquaral
Izabel Maria	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Taquaral
Joanna de Amorim	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Morro
Joanna Gonçalvez de Carvalho	[n/c]	[livre]	forros	De sua pessoa	Morro

Joanna Marques da Silva	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Taquaral
Joanna Pereira Coelho	[n/c]	[livre]	forros	De sua pessoa	Queimada
Joanna Soares Camella	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Taquaral
João Correia	Preto forro	forro	Forros/multa	De sua pessoa	Morro
João da Silva Mata	Preto forro	forro	forros	De sua pessoa	Morro
João de Sam Paio	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	[ilegível]	Morro
João Fernandez de Oliveira	[n/c]	[livre]	ofícios	de seu ofício	Morro
João Ribeiro Pereira	[n/c]	[livre]	ofícios	sapateiro	Morro
João Rodriguez	pardo forro	forro	ofícios	alfaiate	Morro
Joze Barborsa	Preto forro	forro	forros/multa	De sua pessoa	Morro
Joze Correa Baptista	[n/c]	[livre]	ofícios	sapateiro	Morro
Joze das Neves	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	De sua pessoa	Morro
Joze de Andrade	Preto forro	forro	forros/multa	De sua pessoa	Corrego Seco
Joze Martins Chaves	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	ferrador	Morro
Jozepha [...]	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Morro
Jozepha da Costa	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Corrego Seco
Jozepha de Carvalho Moreira Loureiro	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Morro
Jozepha Gonçalvez de Oliveira	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Morro
Manoel Alvarez de Barros	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	sapateiro	Morro
Manoel Angola	Preto forro	forro	forros/multa	De sua pessoa	Morro
Manoel d' Abreu Soares	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	ferreiro	Morro
Manoel de Francisco da Costa Pereira	[n/c]	escravo	cortes	corte	Taquaral
Manoel Leal	[n/c]	[livre]	ofícios	ferreiro	Taquaral
Maria da Conceição	preta forra	forra	forros	De sua pessoa	Morro
Maria Domingues Pimenta	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Taquaral
Maria Lopes da Silva	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Queimada
Maria Magdalena	crioula	[n/c]	forros/multa	De sua pessoa	Taquaral
Maria Pinta de Lima	[n/c]	[livre]	vendas/multa	venda	Taquaral
Maria Ramos dos Reis	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Morro dos Ramos

Maria Tereza	preta forra	forra	forros	De sua pessoa	Morro
Matheus [Marças]	Preto forro	forro	forros	De sua pessoa	Morro
Miguel [Mar ^o] Alvarez	[n/c]	[livre]	ofícios	ferreiro	Morro
Quitéria da Silva	preta forra	forra	forros	De sua pessoa	Morro
Quitéria Ferreira dos Santos	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Taquaral
Quitéria Gonçalves	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Corrego Seco
Quitéria Martins	preta forra	forra	forros	De sua pessoa	Morro
Ritta de João Alvarez Arantes	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Corrego Seco
Ritta de Souza	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Taquaral
Roza da Conceição	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Corrego Seco
Roza de Manoel Moreira Monteiro	[n/c]	escrava	vendas	venda	Morro
Suzana de Domingos de Andrade	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Corrego Seco
Suzana Maria	preta forra	forra	forros	De sua pessoa	Morro
Tereza de Jesus	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Taquaral
Tereza Ferreira	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Taquaral
Thereza de Domingos [Ferreira] de Matos	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Corrego Seco
Thereza Dias	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Taquaral
Thereza Frenandez	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Ouro Fino
Thereza Pereira de Jesus	[n/c]	[livre]	forros/multa	De sua pessoa	Corrego Seco
Thereza Simoa de Jesus	[n/c]	[livre]	forros/multa	De sua pessoa	Morro
Ventura Gonçalves	Preto forro	forro	forros/multa	De sua pessoa	Morro
Z[ilegível]	[ilegível]	[ilegível]	Ofícios/multa	[ilegível]	Morro

Fonte: ARQUIVO Público Mineiro. *Pagamento da capitação referente aos 1º e 2º semestres de 1746, com registro de multas*. Casa dos Contos 2027. Transcrição: Jeaneth Xavier de Araújo e Leonardo Viana da Silva. Digitação e tratamento da informação: Jeaneth Xavier de Araújo. Trata-se de estudo para elaboração para dissertação de mestrado em História e futura divulgação em CD-Rom. Belo Horizonte, agosto de 2002. Elaborado pela autora.

ANEXO B – Censo de 1746 separado por localidade (Antônio Dias)

Nome	Cor	Condição	Classificação	Profissão	Morador em
Agostinho Correia Maciel	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	carpinteiro	Antônio Dias
Alexandre Gomes de Barros	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Ambrozio de Manoel Marques	[n/c]	escravo	cortes	corte	Antônio Dias
André Nunes	[n/c]	[livre]	ofícios	De seu ofício	Antônio Dias
André Nunes	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Anna de Maria Francisca de Brito	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Anna Maria Barboza	crioula forra	escrava	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Antonia	preta forra	forra	vendas	venda	Antônio Dias
Antonia Dias	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Antonia Guida	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Antonio Alfoço Migueis	[n/c]	[livre]	ofícios	ferreiro	Antônio Dias
Antonio Coelho	pardo forro	forro	forros	De sua pessoa	Antônio Dias
Antonio Correia Gil	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Antonio da Cunha de Mattos	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	ferreiro	Antônio Dias
Antonio da S. Barbosa	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	ourives	Antônio Dias
Antonio da Silva Carvalho	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Antonio da Silva Pereira	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	cabelereiro	Antônio Dias
Antonio de Oliveira	[n/c]	[livre]	ofícios	ofício	Antônio Dias
Antonio de Oliveira Reis	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Antonio Esteves Teixeira	[n/c]	[livre]	ofícios	de seu ofício	Antônio Dias
Antonio Ferreira Alvarez	[n/c]	[livre]	ofícios	pedreiro	Antônio Dias
Antonio Frz Barros	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	pedreiro	Antônio Dias
Antonio Guedes de Carvalho	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	alfaiate	Antônio Dias
Antonio Guedes de Carvalho	[n/c]	[livre]	logeas/multa	Logea mediana	Antônio Dias
Antonio Joze Carneiro	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Antonio Joze Pereira	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	armeiro	Antônio Dias
Antonio Joze Vilela	[n/c]	[livre]	ofícios	cabelereiro	Antônio Dias
Antonio Pinto da Costa	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	carpinteiro	Antônio Dias

Antonio Pinto de Magalhães	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Antonio Rodriguez Santarem	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Antonio/a [Pires]	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Bento Soares	[n/c]	[livre]	ofícios	ferreiro	Antônio Dias
Bernardo dos Santos	[n/c]	[livre]	ofícios	pedreiro	Antônio Dias
Bernardo Duarte	[n/c]	[livre]	ofícios	pedreiro	Antônio Dias
Caetano da Mota Barros	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Caetano Ferreira [Ramos]	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	ourives	Antônio Dias
Caetano Pereira Luis	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Cepriano Rodrigues	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Costodio Francisco Moreira	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Costódio Francisco Moreira	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Damião Guido	Preto forro	forro	Forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Domingos de Serqueira	[n/c]	[livre]	ofícios	ourives	Antônio Dias
Domingos Francisco Ribeiro	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	alfaiate	Antônio Dias
Domingos Pinto	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Estevão	Preto forro	forro	forros	De sua pessoa	Antônio Dias
Francisca da Silva Xavier	[n/c]	[livre]	Forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Francisco Barbosa de Figueiredo	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Francisco da Costa Coimbra	[n/c]	[livre]	ofícios	serqueiro	Antônio Dias
Francisco de Matheus Simões da Silva	[n/c]	escravo	cortes	corte	Antônio Dias
Francisco Gomes Ferreira	Preto forro	forro	ofícios	barbeiro	Antônio Dias
Gertrudes da Conceição	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Ignácia Martinz	crioula forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Ignacio da Costa Chaves	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	sapateiro	Paulistas
Jacinto Moteiro de Barros	[n/c]	[livre]	boticas	de sua botica	Antônio Dias
Jerônima Gonçalvez	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Jerônima Soares	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Antônio Dias
Joanna Courana	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Joanna de Barros	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Joanna Gomes	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Antônio Dias

João Angola	Preto forro	forro	Forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
João da Costa Valle	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
João da Silva Ferreira	[n/c]	[livre]	ofícios	sapateiro	Antônio Dias
João de Menza	[n/c]	[livre]	ofícios	picheleiro	Antônio Dias
João de Souza	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
João de Souza Cunha	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
João de Souza Silva	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
João dos Santos [Dias/Rios]	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	alfaiate	Antônio Dias
João Francisco de Figueiredo	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
João Francisco Rodriguez	[n/c]	[livre]	logeas/multa	Logea mediana	Antônio Dias
João Gomes	pardo forro	forro	forros/multas	De sua pessoa	Antônio Dias
João Gomes Leal	[n/c]	[livre]	ofícios	seleiro	Antônio Dias
João Rodrigues Colares	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
João Vieira Braga	[n/c]	[livre]	ofícios	serralheiro	Antônio Dias
José de Oliveira	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Joze [...] Miz	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	ourives	Antônio Dias
Joze Correa Maia	[n/c]	[livre]	logeas	Logea pequena	Antônio Dias
Joze da Rocha Ferreira	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Joze da Rocha Ferreira	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Joze de Manoel Andrade Xavier Braga	[n/c]	escravo	Cortes	corte	Antônio Dias
Joze de Oliveira Poderozo	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Joze Gomes Gois	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	sapateiro	Antônio Dias
Joze Pereira	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Joze Pereira Caixeta	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Joze Pereira Caixeta	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Joze Rodriguez	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Joze Rodriguez Collares	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Jozepha de Crasto	crioula forra	forra	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Jozepha de Souza	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Jozepha Gonçalves	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Jozepha Gonçalves	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias

Lourenço da Costa Torres	[n/c]	[livre]	ofícios	latoeiro	Antônio Dias
Luiz Gomes Pessoa	[n/c]	[livre]	logeas/multa	Logea pequena	Antônio Dias
Luis Pereira da Silva	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	carpinteiro	Antônio Dias
Luis Pitta Loreiro de Souza	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	ourives	Antônio Dias
Luiz de Manoel Marques	[n/c]	escravo	cortes	corte	Antônio Dias
Manoel [...]	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Rua Nova
Manoel [Alves] Jorge	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Manoel Cardozo	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Manoel Cunha Sotto Maior	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Manoel d' Affonceca Neto	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	ofício	Antônio Dias
Manoel da Costa Fernandes	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	alfaiate	Antônio Dias
Manoel de Freitas	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Antônio Dias
Manoel de Souza da Affonceca	[n/c]	[livre]	ofícios	ferreiro	Antônio Dias
Manoel de Souza de Azevedo	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	sapateiro	Antônio Dias
Manoel de Souza Soares	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Manoel dos Santos Teixeira	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Manoel Gonçalves [Lemos Lamas]	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Antônio Dias
Manoel Jacome	[n/c]	[livre]	ofícios	carpinteiro	Antônio Dias
Manoel João de Almeida	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Manoel João Malta	[n/c]	[livre]	ofícios	ferreiro	Antônio Dias
Manoel Lopes	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	latoeiro	Antônio Dias
Manoel Martinz Nogueira	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	pedreiro	Antônio Dias
Manoel Pinto Lobo	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Antônio Dias
Manoel Rodrigues Abrantes	[n/c]	[livre]	logeas	Logea pequena	Antônio Dias
Manoel Simões P.	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	sapateiro	Antônio Dias
Maria [...] de Carvalho	[n/c]	[livre]	forros	De sua pessoa	Antônio Dias
Maria Cobu Ignacio Rodrigues	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Maria de Antonio Pereira [Braga]	[n/c]	escrava	vendas	venda	Antônio Dias
Maria de Bento Gonçalvez [Baltasar]	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Maria Fernandes	[n/c]	[livre]	forros/multa	De sua pessoa	Paulistas
Marianna dos Santos	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Matheus da Silva Carneiro	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias

Matheus Gomes da Cunha	[n/c]	[livre]	logeas	Logea pequena	Antônio Dias
Matheus Gomes da Cunha	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Miguel da Motta Barros	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Antônio Dias
Miguel Joze Lopes	[n/c]	[livre]	ofícios	serqueiro	Antônio Dias
Nataria de Almeida	preta forra	forra	vendas	venda	Rua Nova
Paullo Martinz de Carvalho	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Paulo Correa	[n/c]	[livre]	macates	mascate	Antônio Dias
Paulo Gonçalvez Fontes	[n/c]	[livre]	ofícios	sapateiro	Antônio Dias
Pedro Martinz Correia	[n/c]	[livre]	ofícios	pedreiro	Rua Nova
Pedro Rodrigues de Oliveira	Preto forro	forro	forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Rita Sabaru	preta forra	forra	forros	De sua pessoa	Antônio Dias
Ritta Luiza d' Novaes	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Ritta Moreyra	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Roza de Domingos Vaz de Carvalho	[n/c]	escrava	vendas	venda	Antônio Dias
Sebastiam Martinz	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	carapina	Antônio Dias
Silvestre Fernandez da Costa	[n/c]	[livre]	vendas/multa	venda	Antônio Dias
Silvestre Rodriguez Torres	[n/c]	[livre]	ofícios	sapateiro	Rua Nova
Simão de Manoel Marques	[n/c]	escravo	cortes	corte	Antônio Dias
Tereza de Manoel Ribeiro	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Tereza Dias	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Tereza Maria de Magalhães	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Paulistas
Thereza Maria de Jesus	[n/c]	[livre]	forros/multa	De sua pessoa	Antônio Dias
Thomás Antonio	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Antônio Dias
Ursula de João Felis de Moura	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Rua Nova
Z[ilegível]	preta forra	forra	vendas	venda	Rua Nova
Z[ilegível]	[ilegível]	[ilegível]	Vendas/multa	[ilegível]	Antônio Dias
Z[ilegível]	[ilegível]	[ilegível]	Vendas/multa	venda	Antônio Dias
Z[ilegível]	[ilegível]	[ilegível]	Vendas	venda	Antônio Dias
Z[ilegível] [Souza]	[ilegível]	[ilegível]	Vendas	venda	Antônio Dias

Fonte: ARQUIVO Público Mineiro. *Pagamento da capitação referente aos 1º e 2º semestres de 1746, com registro de multas*. Casa dos Contos 2027. Transcrição: Jeaneth Xavier de Araújo e Leonardo Viana da Silva. Digitação e tratamento da informação: Jeaneth Xavier de Araújo. Trata-se de estudo para elaboração para dissertação de mestrado em História e futura divulgação em CD-Rom. Belo Horizonte, agosto de 2002. Elaborado pela autora.

ANEXO C – Censo de 1746 separado por localidade (Padre Faria)

Nome	Cor	Condição	Classificação	Profissão	Morador em
Afonço Dias Pereira	[n/c]	[livre]	logeas	Logea pequena	Padre Faria
Alexandre Dias	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	carpinteiro	Padre Faria
Amaro Baptista	Preto forro	forro	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
André Peixoto	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Andreza Tavares	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Anna Courana	preta forra	forra	Vendas	venda	Padre Faria
Anna de Manoel Fernandez S. Thiago	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Anna Mendes	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Antonia Vieira	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Antonio Martinz Rodriguez	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Bento Lopes de Oliveira	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Padre Faria
Bernardo da Costa	crioulo forro	forro	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Bras Gonçalves	Preto forro	forro	Ofícios/multa	sapateiro	Padre Faria
Caetano da Costa Xambá	[n/c]	[n/c]	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Caetano Dias	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	sapateiro	Padre Faria
Catherina de Gaspar [...]	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Domingos Antonio [Moreira]	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	ferreiro	Padre Faria
Domingos da Costa	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Domingos da Silva Azevedo	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	carpinteiro	Padre Faria
Domingos de Andrade	[n/c]	[livre]	logeas	Logea pequena	Padre Faria
Domingos Ferreira	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	violeiro	Padre Faria
Domingos Pereira Guimarães	[n/c]	[livre]	ofícios	ferrador	Padre Faria
Escolástica de José de Oliveira	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Felippe Ribeiro de Abreu	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	alfaiate	Padre Faria
Felis Gomes da Costa	[n/c]	[livre]	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Francisca Alvarez	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Francisca Barbosa Vieira	preta forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Francisco Alvares da Cruz	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	sapateiro	Padre Faria

Francisco da Costa Pereira	[n/c]	[livre]	cortes	corte	Padre Faria
Francisco Gonçalves Torres	[n/c]	[livre]	logeas/multa	Logea pequena	Padre Faria
Francisco Mendes Cavaleiro	[n/c]	[livre]	ofícios	sapateiro	Padre Faria
Gregório Marques do Coutto	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	sapateiro	Padre Faria
Ignacio de Joze de Faria Pereira	[n/c]	escravo	cortes	corte	Padre Faria
Ignacio Gonçalves	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Ignacio Mendes de Vasconcellos	[n/c]	[livre]	boticas	de sua botica	Padre Faria
Izabel Rodriguez	preta forra	forra	vendas	venda	Padre Faria
Joanna Alves Lima	[n/c]	[n/c]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Joanna Correa	parda forra	forra	Forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Joanna de Simão Martinz	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Joanna de Vidra ^a	parda forra	forra	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Joanna Martins	preta forra	forra	vendas	venda	Padre Faria
João de [M...] [Negredo]	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
João de Francisco da Costa Pereira	[n/c]	escravo	cortes	corte	Padre Faria
João de Joze de Pereira	[n/c]	escravo	cortes	corte	Padre Faria
João de Mattos	pardo forro	forro	ofícios	alfaiate	Padre Faria
João de Oliveira	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	pedreiro	Padre Faria
João Dias Pereira	[n/c]	[livre]	logeas	Logea mediana	Padre Faria
João Fernandez Guimarães	[n/c]	[livre]	macates	mascete	Padre Faria
João Gonçalves	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
João Martins [Sequeira]	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
João Monteiro [Mo] F	[n/c]	[livre]	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
João Rodriguez de Magalhães	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Joze [...]	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Padre Faria
Joze Antonio da Rocha	[n/c]	[livre]	ofícios/multa	alfaiate	Padre Faria
Joze Domingues do Coutto	[n/c]	[livre]	ofícios	alfaiate	Padre Faria
Joze Fernandez	Preto forro	forro	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Joze Fernandes Lima	Preto forro	forro	forros/multa	[n/c]	Padre Faria
Joze Pereira Carvalho	[n/c]	[livre]	boticas	de sua botica	Padre Faria
Jozepha [d Felis]	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Padre Faria

Jozepha de Domingos Pereira	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Jozepha de Joze de Barros	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Jozepha de Thomas de Magalhães	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Jozepha Gomes	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Jozepha Simões	[n/c]	[livre]	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Leonor de Manoel Francisco dos Santos	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Lourenço Cardoso	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	alfaiate	Padre Faria
Lourenço Gomes	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	ourives	Padre Faria
Luiz de Souza Coelho	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	ferreiro	Padre Faria
Luis Soares	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Padre Faria
Luiza de Araújo	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Luiza de Souza	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Luiza Pinta	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Luzia de João de Souza Costa	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Manoel [...]	[n/c]	[livre]	logeas/multa	Logea mediana	Padre Faria
Manoel [de Cristo] Lobo	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	ourives	Padre Faria
Manoel de Abreu de Oliveyra	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Padre Faria
Manoel de Joze de Faria Pereira	[n/c]	escravo	cortes	corte	Padre Faria
Manoel Dias	[n/c]	[livre]	ofícios	sapateiro	Padre Faria
Manoel do Couto	[n/c]	[livre]	logeas	Logea pequena	Padre Faria
Manoel do Couto	[n/c]	[livre]	ofício	alfaiate	Padre Faria
Manoel dos Santos	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Padre Faria
Manoel Gomes dos Reis	[n/c]	[livre]	logeas	Logea pequena	Padre Faria
Manoel Gonçalves da Rocha	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	carpinteiro	Padre Faria
Manoel Joze	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Manoel Leite Ferreira	[n/c]	[livre]	ofícios	seleiro	Padre Faria
Manoel Lourenço de Lemos	[n/c]	[livre]	cortes/multa	corte	Padre Faria
Manoel Lourenço Soares	[n/c]	[livre]	logeas	Logea pequena	Padre Faria
Manoel Pereira	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Manoel Pereira de Bastos	[n/c]	[livre]	macates	mascate	Padre Faria
Manoel Ribeiro Coelho	[n/c]	[livre]	ofícios	sapateiro	Padre Faria
Manoel Ribeiro de Carvalho	[n/c]	[livre]	ofícios	ferrador	Padre Faria

Maria Alvarez Braga	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Padre Faria
Maria da Conceição	preta forra	forra	forros	De sua pessoa	Padre Faria
Maria de Bernardo Gonçalves	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Maria de João de Azevedo	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Maria de Luis Soares	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Maria de Mathias Pereira [Lima]	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Maria de Villas Boas	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Maria Martinz Braga	[n/c]	[livre]	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Maria Mendes	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Maria Rodrigues Chaves	[n/c]	[livre]	vendas/multa	venda	Padre Faria
Mariana Ramos	[n/c]	[livre]	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Marianna de Antônio Pereira Vila Nova	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Marianna de Paulo Teyxeira de Souza	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Mateus [...]	[n/c]	[livre]	vendas/multa	venda	Padre Faria
Pedro da Fonseca Ribeiro	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Padre Faria
Quitéria	preta forra	forra	forros	De sua pessoa	Padre Faria
Quitéria da Silva	preta forra	forra	forros	De sua pessoa	Padre Faria
Quitéria de Francisco Borges	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Rita Courana de Paschoal Gonçalves	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Rita de Manoel da Silva [F...]	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Ritta de Joze de Moura	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Roza Antonia Dias	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Roza de Francisco Gomes de Oliveira	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Roza de Veríssimo Pereira dos Santos	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Roza Teixeira	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Salvador Rodrigues	[n/c]	[livre]	Ofícios/multa	pedreiro	Padre Faria
Sylvestre da Costa Guimarães	[n/c]	[livre]	vendas	venda	Padre Faria
Tereza de Domingos de Andrade	[n/c]	escrava	vendas/multa	venda	Padre Faria
Tereza de João Ferreira Vellozo	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Tereza de João Gonçalves	[n/c]	escrava	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Tereza Lopes	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Padre Faria

Tereza Vieira	preta forra	forra	forros/multa	De sua pessoa	Padre Faria
Theodoro Gonçalves	[n/c]	[livre]	ofícios	carpinteiro	Padre Faria
Thereza da Conceição Pinta	preta forra	forra	Vendas/multa	venda	Padre Faria
Thereza de Domingos de Andrade	[n/c]	escrava	vendas	venda	Padre Faria
Z[ilegível]	[ilegível]	[ilegível]	Ofícios/multa	[ilegível]	Padre Faria
Z[ilegível]	[ilegível]	[ilegível]	Vendas	venda	Padre Faria
Z[ilegível] [Mel]	[ilegível]	[ilegível]	Ofícios/multa	sapateiro	Padre Faria

Fonte: ARQUIVO Público Mineiro. *Pagamento da capitação referente aos 1º e 2º semestres de 1746, com registro de multas*. Casa dos Contos 2027. Transcrição: Jeaneth Xavier de Araújo e Leonardo Viana da Silva. Digitação e tratamento da informação: Jeaneth Xavier de Araújo. Trata-se de estudo para elaboração para dissertação de mestrado em História e futura divulgação em CD-Rom. Belo Horizonte, agosto de 2002. Elaborado pela autora.

ANEXO D – Inventário no ano de 1700

Uma imagem de São João com resplendor de prata, com peso de 50 gramas, por 80,000, avaliada hoje.....	1:000\$00
Uma dita de Nossa Senhora da Conceição, com coroa de prata com o peso de 25 grammas, por 90\$000, avaliada hoje.....	1:000\$00
Uma dita de Santo Antônio, com resplendor e cruz de prata com o peso de 97 grammas, por 70\$, avaliada hoje.....	1:000\$00
Uma dita de S. Benedicto, com resplendor de prata com o peso de 7 grammas, por 10\$.....	200\$00
Uma dita de Senhora Sant’Anna, com resplendor de prata com o peso de 24 grammas, que foi encarnada de novo por ordem de A. Pantaleão.....	300\$00
Uma dita de S. Francisco, com resplendor de prata com o peso de 13 grammas.....	100\$00
Duas imagens do Santo Christo, pelo preço de 65\$, hoje avaliadas.....	300\$00
Uma dita de marfim.....	1:000\$00
Uma dita do dito, avaliado pelos srs. Olavo Bilac e Roede.....	8:000\$00
Uma dita de S. João que se acha na sachristia.....	100\$00
Uma dita de S. João, em oratório (sendo de Pedra).....	50\$00
Uma dita pequena de Senhora Sant’Anna.....	50\$00

Fonte: MES/DPHAN. *Capela de São João Batista*. Ouro Preto, 1946.